

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

CARLOS ROBERTO FILADELFO DE AQUINO

**A luta está no sangue:
família, política e movimentos de moradia em São Paulo**

- VERSÃO CORRIGIDA -

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**A luta está no sangue:
família, política e movimentos de moradia em São Paulo**

Carlos Roberto Filadelfo de Aquino

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Claudia Duarte Rocha Marques

- VERSÃO CORRIGIDA -

São Paulo
2015

Ao meu tio e padrinho Marcelo Fonseca Filadelfo (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pela bolsa concedida por quatro anos, sem a qual a realização deste trabalho não seria possível.

Ao Departamento de Antropologia da USP, na figura de seus funcionários e professores.

A Ana Cláudia Marques, que orientou a pesquisa que deu origem a esta tese. Seu rigor teórico e metodológico aliado a um apoio generoso, constante e desafiador não me permitiram desistir e me animaram a trilhar os rumos da pesquisa aqui concretizada.

Às lutadoras e aos lutadores dos movimentos de moradia e, em especial, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, pela atenção, receptividade e paciência que proporcionaram uma rica e alegre experiência de trabalho de campo.

A todos os pesquisadores do Hybris, ou que por ele passaram, na USP e na UFSCAR, pela sempre proveitosa interlocução. Em especial, Adalton Marques, Ana Flávia Bádue, Bruno Moraes, Catarina Morawska, Daniela Perutti, Fabiana Andrade, Fernanda Luchesi, Jorge Vilella, Natacha Leal, Nicolau Della Bandera Arco Netto, Júlia Ruiz, Leandro Mahalem e Yara Alves. Fabiana Andrade e Nicolau Arco Netto se tornaram grandes amigos, além de leitores sempre atentos de partes desta tese.

Aos professores Ana Lucia Pastore, Beatriz Perrone Moisés e Eduardo Marques, cujas disciplinas fomentaram muitas das reflexões aqui amadurecidas.

A Ronaldo Almeida e Gabriel Feltran pelos valiosos comentários quando participaram de minha banca de qualificação

A Júlio Simões, Luiz Henrique de Toledo, Moacir Palmeira e Nashieli Rangel Loera, integrantes da banca de defesa desta tese, pela generosidade na leitura e por suas contribuições tão ricas e instigantes.

A Luciana Tatagiba e a todos os pesquisadores do NEPAC da Unicamp, com quem a interlocução foi sempre muito proveitosa e estimulante. Stella Paterniani, em especial, se tornou uma grande parceira de trocas de experiências e reflexões.

À minha querida amiga e irmã, Natacha Leal, dedico um agradecimento especial. Somos parceiros da vida e da academia desde o mestrado. Aprendemos, crescemos, rimos, sofremos e curtimos sempre juntos e espero que assim continuemos.

Aos irmãos que a vida me proporcionou: Carlos Hirth, Daniel De Lucca, o queridão Enrico Spaggiari, Giovani Tápia e Igor Scaramuzzi. A amizade desses caras é inestimável e foi fundamental para todo o processo que resultou nesta tese.

Às amigas que conheci durante o doutorado, com quem sempre aprendi muito e dei muitas risadas: Ana Letícia Fiori, Diana Gómez, Íris Araújo, Jaqueline Teixeira, Júlia Goyatá, Marina Barbosa, Natália Fazzioni e Renata Macedo. Também pude conhecer três pessoas que se tornaram grandes amigas: José Agnello, Camila Mainardi, pela companhia e partilha, e minha “maninha” queridíssima, Michele Escoura. Também a Ciça Bueno, Giancarlo Machado, Inácio Dias de Andrade Marcelo Florido e Rodrigo Lobo pela amizade de sempre.

Algumas pessoas foram fundamentais para esta tese, direta ou indiretamente, às quais agradeço nominalmente: Daniel Hirata, Heitor Frúgoli Jr., Janet Carsten, John Comerford, José Guilherme Magnani, Marcio Goldman, Maria Filomena Gregori, Marko Monteiro, Pedro Lolli, Rodrigo Bullamah, Simone Frangella, Taniele Rui e Uirá Garcia.

A Fernanda Lobo e ao 211 e aos amigos Danilo Martuscelli, Fernando Silva, Francisco Caminati, Joana Cunha e Mariu Monteiro.

Aos meus pais, Carlos Aquino e Lena Filadelfo de Aquino, e ao meu irmão Felipe pelo apoio incondicional e amizade de sempre.

E finalmente a Maira Rodrigues, minha companheira já de tantos anos, sempre com muito amor, carinho, amizade e apoio tão fundamentais, animadores e engrandecedores para esta tese, mas também para toda a vida.

RESUMO

A partir da década de 1980 se constituíram nas periferias de São Paulo os chamados movimentos de moradia, movimentos sociais de caráter popular que articulam famílias de baixa renda com o objetivo de obterem atendimento definitivo por programas habitacionais públicos. Se há uma singularização de *família* e um sentido partilhado entre movimento e as políticas públicas habitacionais a respeito desse termo nos momentos de atendimento habitacional – unidade social a ser contemplada em uma unidade habitacional – isso não quer dizer que não haja uma multiplicidade de sentidos atribuídos a esse termo. Com efeito, esta tese pretende levar a sério a utilização de *família* como um termo de uso constante e fundamental para os movimentos de moradia, a fim de analisar seus diferentes usos e sentidos e perceber seus efeitos e funcionamentos cotidianos e políticos. Busca-se igualmente explorar quais são as diferentes configurações familiares encontradas, como a composição, perspectivas e aspirações dessas famílias se combinam às ações dos movimentos e como suas escolhas de onde e como morar podem influenciar seu atendimento habitacional. Foi possível perceber que casa, família, parentesco e outras relationalidades são centrais para a atuação dos movimentos e se combinam de diferentes formas a práticas, saberes e discursos subsumidos no termo *política*. Além disso, uma série de atributos pessoais e coletivos, moralidades e reputações são indispensáveis para uma compreensão dos processos de atendimento habitacional das *famílias* pesquisadas.

Palavras-chave: Casa; Família; Movimentos de Moradia; Parentesco; Periferia de São Paulo; Política.

ABSTRACT

In the 1980s, the housing movements were formed in the periphery of São Paulo. They are urban social movements of popular characteristics that articulate low-income families in order to obtain definitive housing assistance from public policies. If there is a singularity of *family* and a shared sense between the movements and the public housing policies – social unit to be contemplated in a housing unit – this does not mean that there is a multiplicity of meanings attributed to this term. Indeed, this thesis intends to take seriously the use of *family* as a term of constant and critical use to the housing movements, in order to analyze its variations and to realize its political and everyday effects and operations. The aim is also to explore what are the different family configurations found and how the composition, perspective and aspirations of these families are combined with the actions of these movements and how their choices of where and how to live can influence their housing assistance. It was observed that house, family, kinship and other relatedness are central to the performance of housing movements and are combined with variable practices, knowledge and discourses subsumed in the term *politics*. In addition, a series of personal and collective attributes, morals and reputations are essential to an understanding of housing assistance processes of the *families* researched.

Key-words: Family; House; Housing Movements; Kinship; Periphery of São Paulo; Politics.

LISTA DE SIGLAS

CAO: Comissão de Acompanhamento de Obra
CASP: Central de Associações e Sociedades Populares
CDHU: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CEB: Comunidade Eclesial de Base
CEF: Caixa Econômica Federal
CMH: Conselho Municipal de Habitação
CMP: Central de Movimentos Populares
COHAB: Companhia Metropolitana de Habitação
CONAM: Confederação Nacional das Associações de Moradores
CRE: Comissão de Representantes do Empreendimento)
CUT: Central Única dos Trabalhadores
FACESP: Federação de Associações Comunitárias do Estado de São Paulo
FCV: Fórum Centro Vivo
FLM: Frente de Luta por Moradia
FMH: Fundo Municipal de Habitação
FNRU: Fórum Nacional de Reforma Urbana
GARMIC: Grupo de Articulação de Moradia do Idoso
HABI: Superintendência de Habitação Popular
HIC: Coalizão Internacional do Habitat
INSS: Instituto Nacional do Seguro Social
LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MCMVE: Minha Casa, Minha Vida Entidades
MMC: Movimento de Moradia do Centro
MMRC: Movimento de Moradia da Região Centro
MNLM: Movimento Nacional de Luta por Moradia
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTC: Movimento Sem-Teto do Centro
MTSTRC: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Região Central
MUHAB: Movimentos Unidos pela Habitação

NEPAC: Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva
ONG: Organização Não Governamental
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PCR: Partido Comunista Revolucionário
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PMSP: Prefeitura Municipal de São Paulo
PPB: Partido Progressista Brasileiro
PPS: Partido Popular Socialista
PSD: Partido Social Democrático
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PT: Partido dos Trabalhadores
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEHAB: Secretaria Municipal de Habitação
SELVIP: Secretaría Lanimoamericana de Vivienda Popular
SPU: Secretaria de Patrimônio da União
TRE: Tribunal Regional Eleitoral
ULC: Unificação das Lutas de Cortiços
UMM: União dos Movimentos de Moradia
UNMP: União Nacional por Moradia Popular
USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: “Minha história dá um livro”: família e casa nas trajetórias dos mutirantes	30
Deslocamentos espaciais para São Paulo.....	32
Trajетórias habitacionais em São Paulo.....	43
Relações de parentesco, afetivas e domésticas na produção de famílias.....	53
Reflexões etnográficas sobre casa e família.....	60
CAPÍTULO 2: Famílias produzindo movimento, movimento produzindo famílias	62
Genealogia do movimento Leste I.....	62
“Quando comecei a participar das reuniões”: o ingresso nos grupos de origem.....	76
O tempo das reuniões.....	83
Reputações, atributos e moralidades da luta.....	92
CAPÍTULO 3: Família e Política	102
As reuniões da Leste I.....	105
Redes de relações e sentidos de <i>política</i> : o processo eleitoral do Conselho Municipal de Habitação.....	121
<i>Política</i> ou construir casas: antagonismo ou complementaridade?.....	139
Desafios <i>políticos</i> da Leste I.....	141
CAPÍTULO 4: Mutirões	153
Os mutirões com autogestão na trajetória da Leste I.....	155
Negociação do terreno e do atendimento habitacional.....	168
O Estado também produz famílias.....	174
Os mutirões Florestan Fernandes e José Maria Amaral.....	179
Gestão das famílias no mutirão: os debates sobre exclusões.....	192
Os sentidos de <i>política</i> e o mutirão.....	200

CAPÍTULO 5: O tempo do mutirão.....	205
Relações políticas e técnicas na duração do tempo do mutirão.....	205
“Aqui era só mato”: trabalho e sofrimento no mutirão.....	212
Gênero e família no mutirão.....	223
Rearranjos familiares no mutirão.....	229
Outras familiarizações no mutirão.....	234
Reflexões sobre a casa conquistada.....	239
Riscos à conquista do mutirão.....	244
CONCLUSÃO.....	250
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	261

INTRODUÇÃO

Como ponto de partida há certamente a percepção de família numa série de cenas disparatadas. Pois a heterogeneidade dessas visões, a dificuldade de articulá-las, de fundi-las numa entidade comum, sem aplainar suas singularidades constituem, sem dúvida, o motor do processo de trabalho e o princípio de insatisfação que relança a pesquisa

Jacques Donzelot, *A polícia das famílias*, 1986.

Falar de casa é também falar de família. Os dois termos costumam ser pensados socialmente em estreita relação, na qual uma família é definida pela casa que habita. Não por acaso, as dificuldades históricas de famílias pobres habitantes da cidade de São Paulo em obter uma moradia digna, regularizada legalmente e que ofereça melhores condições de vida aos seus integrantes dotou o *sonho da casa própria* de uma enorme centralidade na vida dessas famílias.

Com o intuito de organizar e mobilizar famílias nessas condições para que conseguissem efetivar esse sonho, a partir da década de 1980 se constituíram na cidade os chamados movimentos de moradia, movimentos sociais de caráter popular que articulam famílias de baixa renda com o objetivo de obterem atendimento definitivo por programas habitacionais públicos.

De maneira geral, *famílias*¹ é um termo utilizado para se referir genericamente às bases desses movimentos, que neles ingressam visando obter casa própria. Esse termo está em qualquer apresentação institucional dos movimentos, que afirmam “atuar junto a famílias” ou serem constituídos de “famílias”. Nos regulamentos internos dos movimentos, por exemplo, as regras para filiação são sempre voltadas para as “famílias”, o termo também é utilizado em referência aos integrantes dos grupos de base, das demandas por um atendimento habitacional específico, das associações de mutirantes e de moradores. Nas ocupações, mutirões, empreendimentos e grupos de base, muitas regras de comportamento são direcionadas às *famílias*. As lideranças dos movimentos se referem, nas reuniões de coordenação

¹ Ao longo da tese, termos e expressões que possuam um uso particular para meus interlocutores, cujos sentidos buscarei explorar ao longo da tese, serão grafados em itálico, a exemplo de *famílias*. Reservarei o uso de aspas duplas para termos e expressões descritos e analisados em seus contextos de enunciação.

dos movimentos ou nas reuniões de negociação com o poder público, às “suas famílias”, como o conjunto de sua base: “as minhas *famílias* estão cobrando agilidade no atendimento, cobrando informações, estão morando em condições precárias” etc. As *famílias* também têm que participar ativamente das atividades dos movimentos a fim de obterem atendimento. Enfim, o termo é utilizado frequentemente pelos agentes sociais deste campo. Para se contrapor ao poder público, ao mesmo tempo em que não pode prescindir dele no atendimento habitacional, os movimentos de moradia são construídos e, a todo tempo, reafirmados e problematizados nos discursos e práticas de seus integrantes, processo que chamo de ‘coletivização’², cujo objeto principal são suas *famílias*.

Os empreendimentos e unidades habitacionais obtidos costumam ser nomeados *conquistas*. Esse termo adquire um sentido de finalidade atingida, da consequência de um longo e árduo processo de *lutas* em várias frentes e com conflitos e negociações, composições e oposições entre diferentes agentes e coletividades. Cada *conquista* costuma ser definida pelo número de unidades habitacionais ou de *famílias* atendidas, tornando os dois termos sinônimos. Assim, para as *conquistas* de empreendimentos habitacionais, *família* é um termo central.

A atuação dos movimentos de moradia parte da articulação de famílias que compõem sua base política; são elas que precisam ser organizadas e mobilizadas, ao mesmo tempo em que são o público-alvo dos atendimentos por programas habitacionais públicos, constituindo uma categoria de intervenção estatal. Como grande parte dos atendimentos obtidos pelos movimentos de moradia é de programas habitacionais voltados à população que recebe até três salários mínimos, a expressão “famílias de baixa renda” está presente em boa parte das normativas desses programas. Nesse sentido, o termo *família* é partilhado tanto pelos movimentos como pelos diversos atores e instituições estatais com quem eles interagem. As famílias que constituem suas bases são fundamentais e centrais para as práticas políticas dos movimentos, bem como para as suas articulações com os poderes públicos.

² O conceito ‘coletivização’ foi formulado, na minha dissertação de mestrado, a partir de uma derivação de termos e expressões utilizadas por integrantes do MSTC. Era muito recorrente um esforço dos coordenadores desse movimento de fazer com que as práticas de seus integrantes, tanto coordenadores como famílias, fossem coletivas e organizadas e não individuais, a partir da conformação de um grupo social coeso em torno do mesmo objetivo. Um autor fundamental para pensar esses processos tem sido Wagner (1974), que propõe uma abordagem etnográfica que não trate os grupos sociais como apriorísticos ou como ponto de partida de análise. Ao contrário, a etnografia deveria privilegiar os processos relacionais, com atenção à forma como os nativos se criam socialmente.

Portanto, é impossível falar da atuação dos movimentos de moradia sem utilizar o termo *famílias* como indicador quantitativo para mensurar, por exemplo, quantas famílias residem em ocupações, cortiços e outros arranjos habitacionais, quantas famílias foram atendidas por programas habitacionais e quantas famílias são integrantes de algum movimento específico; motivo pelo qual todas as pesquisas sobre os movimentos de moradia também a utilizam. No entanto, chama atenção a quase total naturalização nessas pesquisas de um termo tão presente entre os integrantes dos movimentos de moradia e entre diferentes instituições e agentes estatais. Não se busca analisar o termo nem teórica, nem etnograficamente, além de uma ausência quase total de uma problematização sobre os efeitos políticos de seu uso.

Com efeito, esta tese pretende levar a sério a utilização de *família* como um termo constante e fundamental para os movimentos de moradia, a fim de analisar seus diferentes usos e sentidos e perceber seus efeitos e funcionamentos cotidianos e políticos.

Se há uma singularização de família e um sentido partilhado entre movimento e as políticas públicas habitacionais a respeito desse termo nos momentos de atendimento habitacional – unidade social a ser contemplada em uma unidade habitacional – isso não quer dizer que não haja uma multiplicidade de sentidos atribuídos a ele. Um dos objetivos desta tese é o de explorar não só os diferentes usos e sentidos do termo, mas igualmente explorar quais são as diferentes configurações familiares encontradas, como a composição, perspectivas e aspirações dessas famílias se combinam às ações dos movimentos e como suas escolhas de onde e como morar podem influenciar seu atendimento habitacional.

A bibliografia sobre movimentos sociais

Os movimentos sociais urbanos de São Paulo já foram e continuam sendo amplamente pesquisados no campo das Ciências Sociais. As abordagens, dimensões analíticas de interesse e orientações teórico-metodológicas são diversas e ofereceram contribuições inestimáveis à compreensão desse tema tão complexo. Não se busca nesta tese fazer uma revisão exaustiva dessa bibliografia, muito menos se filiar a alguns de seus autores e de suas correntes, muito menos criticar seus limites e

alcances. No entanto, é preciso apresentar brevemente algumas dessas abordagens para justificar a relevância da análise aqui proposta.

Entre as décadas de 1970 e 1980, constituíram-se os chamados “novos movimentos sociais”³. No início da atuação desses movimentos, eles foram consagrados pela bibliografia como uma grande novidade política, com uma atuação que se afastava da militância política clássica, sindical e partidária. A palavra chave para se pensar os “novos movimentos sociais” de então era “autonomia”. Autonomia principalmente em relação ao Estado, a partir da adoção de estratégias mais combativas, de constituição de uma nova sociabilidade política, fundamental para o processo de redemocratização brasileira.

Segundo tipologias elaboradas por Baierle (1992) e Doimo (1995) e retomadas por Feltran (2005), houve nesse primeiro momento, três vertentes de análise. Os primeiros estudos, com foco na autonomia e espontaneidade dos movimentos sociais e seu caráter anti-Estado, tiveram duas matrizes básicas. A primeira, estrutural e marxista, identificada como econômico-estrutural (BAIERLE, 1992) ou estrutural-autonomista (DOIMO, 1995), via o papel dos movimentos como fundamental e transformador na luta de classes. A segunda, antropológico-cultural (BAIERLE, 1992) ou cultural-autonomista (DOIMO, 1995) “priorizaria a ênfase nas matrizes e impactos culturais presentes das novas práticas e experiências movimentistas” (FELTRAN, 2005, p. 34), mas também a partir de um diálogo com perspectivas marxistas. Já uma terceira vertente, histórico-política (BAIERLE, 1992) ou enfoque institucional (DOIMO, 1995), mais recente, seria justamente mais crítica à institucionalização dos movimentos sociais, com uma perspectiva mais pessimista, ao avaliar que os movimentos sociais não teriam desenvolvido o potencial transformador celebrado nos anos 1980.

Em linhas gerais, conceitos como direitos, cidadania e democracia eram fundamentais para essa bibliografia que acompanhava o processo de redemocratização brasileiro com o fim do regime militar e os desafios ao aprofundamento democrático a partir do papel dos novos movimentos sociais, tendo na sua relação com o Estado um eixo central de análise. Posteriormente, outras abordagens também seguem em estreito diálogo com essa bibliografia, como sintetiza Dias de Andrade (2010, p. 8):

³ Para revisões bibliográficas históricas de diferentes perspectivas dos estudos sobre os movimentos sociais, ver Cardoso (2004), Doimo (1995) e Feltran (2005).

Fala-se nas possibilidades de seu surgimento, na sua constituição por atores políticos em tempos ditatoriais ou de abertura política, sua potencialidade revolucionária, sua consolidação institucional num regime democrático, sua ampliação, encolhimento ou mercantilização pelo terceiro setor na década de noventa, sua danosa privatização e, mais recentemente, na falência política dessa arena numa democracia que se viu impossibilitada de se consolidar.

É claro que houve também uma série de pesquisas de caráter etnográfico sobre os novos movimentos sociais que se detiveram sobre o cotidiano das suas práticas. Uma das vertentes analíticas citadas acima, em especial, a chamada antropológico-cultural (BAIERLE, 1992) ou cultural-autonomista (DOIMO, 1995), se dedicou mais detidamente à articulação entre cotidiano e política.

Essa vertente, que compreendia autores como Evers (1984), Caldeira (1984), Cardoso (1987), Durham (2004a), dentre outros, proporcionou uma contribuição fundamental, ao trazer o cotidiano como dimensão central de análise. Nessa chave, os novos movimentos sociais representavam uma nova forma de se fazer política, distinta dos partidos políticos e dos sindicatos, com uma forma de atuação, portanto, não simplesmente institucional, mas produzida e reafirmada no cotidiano de seus integrantes. Cotidiano marcado por carências e negação de direitos que orientavam sua emergência como sujeitos coletivos que adotavam formas inéditas de luta e reivindicação por bens, serviços e direitos. O cotidiano era, nesse sentido, não só uma dimensão concreta que orientava suas práticas políticas, como também uma dimensão a ser levada em conta analiticamente. Dentro dessa vertente de problematizações analíticas, apontava-se os limites a um enfoque estritamente estrutural-marxista que privilegiava as contradições entre capital e trabalho e a luta de classes, a partir das quais se tratava os moradores de periferia dentro de uma lógica de sua inserção no processo produtivo capitalista, de exploração de sua força de trabalho, o que os definia a partir de categorias como proletariado.

Autores como Eunice Durham e Tereza Caldeira trouxeram outras dimensões analíticas tidas por muitos autores marxistas como fadadas ao desaparecimento em contexto urbano, ou consideradas conservadoras, como família, religião, compadrio, vizinhança etc. Durham, em especial, propôs uma formulação mais ampla para se pensar o chamado proletariado, utilizando um termo mais descritivo, “classes populares”, que tinha na instituição familiar uma dimensão explicativa fundamental. Considerava-se, então, a família como núcleo produtor de valores e orientador das

relações de seus integrantes com a esfera pública. A família era pensada como um núcleo, uma unidade doméstica sujeita às mesmas privações e carências, bem como por seu potencial de consumo e de práticas e aspirações pela casa própria e pela ascensão social de seus integrantes, a partir de uma solidariedade interna. Seria a partir das relações familiares, e também de vizinhança e de compadrio, que as carências seriam vivenciadas e passíveis de serem ressignificadas na linguagem de direitos a serem conquistados. A partir da esfera privada de relações, as classes populares inseriam-se na esfera pública e política.

No entanto, no conjunto dessa bibliografia, a ideia de família tendia a ser essencializada, definida como sinônimo de um grupo doméstico e privado, com papéis no seu interior muito claros e, mais do que isso, uma certa homogeneidade das famílias a partir do que as aproximava: o fato de pertencerem às classes populares, serem moradoras das periferias paulistanas e grande parte ser de migrantes rurais de outras partes do Brasil. É claro que esse enfoque trouxe contribuições inestimáveis, mas esta tese busca tratar de sentidos do termo *família* utilizados no interior dos movimentos de moradia, a partir de outras preocupações analíticas, que se revelaram muito mais diversificados do que os tratados por essa bibliografia.

Em anos recentes, muitas pesquisas foram realizadas sobre os movimentos de moradia, com enfoques dos mais diversos, mas também sem interesses analíticos em torno dos sentidos de família⁴. O conjunto dessa bibliografia traz questões relevantes e fundamentais para o entendimento desses movimentos. Por meio dela se mostra as relações com o Estado; avanços e retrocessos de políticas públicas habitacionais; preocupações em torno de conceitos como democracia, direitos e cidadania; os repertórios de ação coletiva dos movimentos; o papel dos movimentos em lutas para reverter segregações socioespaciais na cidade de São Paulo, como por exemplo a partir da reivindicação de muitos deles por atendimento habitacional nas áreas centrais e não nas periferias; dentre outros temas. Muitos desses enfoques analíticos são empiricamente observáveis e são partilhados entre a bibliografia e as lideranças dos movimentos.

Porém, é interessante notar como o termo “família” tende a não ser problematizado, uma vez que se refere a pessoas e coletividades fundamentais no

⁴ Ver, dentre outros, Affonso (2010), Aravecchia (2005), Blikstad (2012), Bloch (2007), Cavalcanti (2006), Hirata (2010), Miagusko (2008), Neuhold (2009), Oliveira (2010), Paterniani (2013), Tatagiba (2011), Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012), Teixeira e Tatagiba (2005) e Trindade (2014).

atendimento habitacional e para a compreensão dos movimentos de moradia, uma vez que casa e família são indissociáveis. Um foco analítico sobre os sentidos de “família”, bem como uma especial atenção às perspectivas da base, é algo ausente na bibliografia, lacuna portanto que busco aqui preencher.

Nessas pesquisas, se o termo “famílias” aparece a todo tempo, refere-se a uma unidade social de reivindicação, das ocupações, dos mutirões e dos atendimentos habitacionais e como sinônimo da base dos movimentos. Trata-se, assim, das famílias *dos* movimentos e não famílias *nos* movimentos, como pretendo analisar nesta tese.

A construção da etnografia

Minha pesquisa de mestrado (FILADELFO, 2009) teve como foco etnográfico um movimento específico, o MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro), que atua principalmente na região central da cidade de São Paulo, a partir do acionamento da expressão de reivindicação política “direito à moradia digna no centro”. No entanto, foi impossível compreendê-lo separadamente das suas relações com outros movimentos de moradia.

A principal relação estabelecida é a partir de dissidências políticas que levam a divisões e formação de diferentes movimentos. O MSTC foi constituído por uma fissão de outro movimento, o Fórum de Cortiços, que por sua vez também já havia se separado da Unificação das Lutas dos Cortiços (ULC). Este último movimento já fazia parte da União dos Movimentos de Moradia (doravante União) e os outros dois constituídos também permaneceram nessa estrutura mais englobante. Porém, houve divergências políticas entre lideranças do MSTC e de outros movimentos com lideranças da União em relação a práticas mais combativas e menos institucionalizadas, como a realização de ocupações de prédios abandonados no centro de São Paulo. Enquanto o MSTC e seus aliados defendiam as ocupações para suas famílias morarem, ao mesmo tempo em que pressionavam para a sua conversão em moradia popular por meio de algum programa habitacional, a União defendia ocupações pontuais, de curta duração, apenas “para fazer pressão e negociar”, segundo uma liderança do MSTC. Com efeito, houve uma articulação dos movimentos descontentes com a União, que dela saíram e constituíram a Frente de Luta por Moradia (FLM).

Durante essa pesquisa de campo anterior, tive alguns contatos com lideranças dos movimentos atuantes no centro de São Paulo e associados da União, notadamente em atos e negociações mais amplos de reivindicação de atendimentos habitacionais no centro de São Paulo. Ou seja, os processos de segmentação que constituíram o MSTC e a FLM não impediram que houvesse muitas composições entre esses movimentos e outros da União, com dissolução situacional de suas heterogeneidades⁵.

No entanto, durante o mestrado, os contatos que tive com lideranças da União, cotidianamente, eram muito raros, restringiam-se a momentos de mobilizações mais amplas e não muito regulares. Dessa forma, fiquei interessado em ampliar meu campo para incluir a União e seus movimentos atuantes no centro de São Paulo na minha pesquisa de doutorado. Essas diferentes formas de atuação e o longo histórico de atuação da União, além do objetivo de explorar mais detidamente a ampla rede dos movimentos de moradia, me pareceram condições suficientes para iniciar uma pesquisa de campo junto a esta associação.

Para o início desta pesquisa de doutorado, entrei em contato com Paula⁶, uma das principais lideranças da União, que eu já havia conhecido em um seminário e encontrado algumas vezes em atos organizados pelos movimentos de moradia. Em uma primeira conversa, Paula me revelou uma rede muito mais ampla do que eu já esperava. Acompanhar os diferentes espaços e instituições por onde Paula circula é especialmente revelador da amplitude dessa rede, por um lado, e de como a União é percebida enquanto coletividade apenas situacionalmente e não aprioristicamente, sendo de fundamental importância perceber quais são as diferentes relações que a constroem continuamente (STRATHERN, 2006).

⁵ Nesse sentido, desde minha pesquisa de mestrado, a noção de segmentaridade tem sido especialmente produtiva para pensar essas múltiplas relações políticas em torno dos movimentos de moradia. Essa noção foi desenvolvida por Evans-Pritchard e Meyer Fortes (1940), nas décadas de 1930 e 1940, para explicar a integração de sociedades de linhagem que não contavam com aparelho estatal. Um dos casos mais paradigmáticos de aplicação desse conceito é a etnografia sobre os Nuer de Evans-Pritchard (2005 [1940], p. 149), na qual o princípio de segmentaridade é entendido como uma tendência de qualquer grupo político para divisões e oposições entre seus segmentos e, por outro lado, “de fusão com outros grupos de sua própria ordem em oposição a segmentos políticos maiores do que o próprio grupo”. Ver também Middleton e Tait (1958). No entanto, Deleuze e Guattari (1996) e Goldman (2001, 2006) propõem que a noção de segmentaridade não se restringe às sociedades de linhagem, mas que seu alcance deve ser ampliado, uma vez que o princípio de segmentaridade, desde que encarado como processo a ser descrito em ato, é universal na constituição das relações políticas. Assim, tal princípio pode ser pensado como aquilo que orienta e, ao mesmo tempo, explica relações contínuas e inseparáveis de composição e oposição, em diferentes níveis e segundo diferentes modalidades, que não se limitam à “forma piramidal da estrutura segmentar” (GOLDMAN, 2006, p. 145) do modelo Nuer.

⁶ Para preservar o anonimato de meus interlocutores, todos os nomes pessoais ao longo da tese são fictícios.

Primeiramente, é importante dizer que Paula, ao fazer um breve histórico da União, fundada em 1987⁷, referendou as diferenças entre as práticas do MSTC e FLM e as da União. Segundo ela, o lema da União era, inicialmente, “Ocupar, resistir, construir”; no entanto, as duas primeiras ações da expressão correspondiam a péssimas condições de habitação e seria difícil o acompanhamento das famílias nessas condições. Com a saída do MSTC e de outros movimentos, o lema da União passou a ser “Ocupar para negociar”⁸. Por outro lado, é importante afirmar que não há uma dicotomia tão acirrada entre essas duas práticas e entre a FLM e a União. Movimentos do centro filiados à União, apesar de terem ficado um período sem ocupar para morar, voltaram a realizar ocupações na área central, ainda que as famílias tendam a fazer um rodízio para dormir e guardar o lugar e não morar de fato nos prédios, com raras exceções. Por outro lado, a FLM também tem uma atuação em conselhos e alguns de seus coordenadores são assessores parlamentares. Tal constatação assume importância por complexificar a dicotomia presente em parte da bibliografia entre autonomia e institucionalização dos movimentos sociais⁹.

Paula foi atendida no mutirão Jardim Celeste, localizado no bairro Jardim São Savério, na zona sudeste da cidade de São Paulo, ainda na gestão municipal de Luíza Erundina (PT). Ela se tornou coordenadora do mutirão em que obteve o atendimento e, posteriormente, do grupo de base atuante em seu bairro, responsável pelo ingresso e formação de famílias no movimento. Num nível segmentar acima, o grupo de Paula compõe junto a mais outros nove grupos, cada um atuante em um bairro específico da região, o Movimento de Moradia da Região Sudeste, do qual ela também se tornou coordenadora. Tal movimento compõe junto a pouco mais de 30 movimentos a União.

⁷ Sobre o histórico da UMM, ver Cavalcanti (2006).

⁸ Bloch (2007, p. 87) já havia apontado para essas diferenças na sua dissertação de mestrado, a partir da perspectiva de lideranças da União. Se inicialmente a intenção era ocupar imóveis vazios para morar, muitas lideranças teriam começado a considerar as ocupações como responsáveis por péssimas condições de habitação. Esses movimentos começaram a realizar ocupações breves para obter visibilidade e pressionar o poder público: “Segundo algumas lideranças, somente aparecem na mídia os momentos da ocupação e do despejo; todo o resto fica invisível ao poder público e à sociedade e quem sofre são as pessoas que vivem dentro das ocupações”.

⁹ Ruth Cardoso (1994), por exemplo, divide as interpretações sobre a trajetória dos movimentos sociais em duas fases: a heróica e a da institucionalização. Na primeira fase, as análises destacavam o espontaneísmo e a autonomia dos movimentos frente ao regime militar, seu rompimento com o sistema político, seu surgimento como algo novo que ocasionaria uma mudança na cultura política a partir de seu caráter eminentemente combativo ao Estado. Já a segunda fase focaliza como o processo de redemocratização leva à abertura de novos canais de comunicação e participação, quando os movimentos passam a se relacionar mais diretamente com as agências públicas. As análises passaram a ver a atuação dos movimentos sociais mais criticamente e consideram essas novas formas de relação com o Estado como responsáveis por cooptação e refluxo dos movimentos.

Na cidade de São Paulo, há movimentos que indicam a região de atuação no próprio nome, e são identificados cotidianamente nas reuniões e atos, não pela sua figura jurídica, mas pelo nome da região: Sul, Sudeste, Leste I, Oeste e Norte. Há também movimentos atuantes no centro de São Paulo, como a ULC e o MMC; movimentos só para a população de idosos, como o GARMIC; movimentos que atuam em regiões específicas, como a zona sul, mas que são conhecidos por suas siglas; movimentos que atuam na região metropolitana de São Paulo e em outras cidades do estado de São Paulo a partir das chamadas macro regiões – Baixada Santista, Campinas e Sorocaba – que congregam movimentos com atuações em municípios circundantes dessas divisões regionais. Além dessas composições e, muitas vezes, oposições, nos mais diferentes níveis que levam à constituição de coletividades cada vez mais amplas, é interessante notar que o pertencimento a uma coletividade e não a outra é sempre situacional. Nesse sentido, Paula afirmou que como uma das coordenadoras executivas da União, ela representa a Sudeste, mas quando vem para a União, ela deixa de ser Sudeste e passa a ser União.

A União também é filiada à UNMP (União Nacional de Moradia Popular), onde Paula é uma das coordenadoras nacionais da Secretaria de Mulheres. A UNMP articula Uniões de movimentos de moradia em 22 estados e sua sede funciona na sede da União de São Paulo, motivo pelo qual esse estado tem três coordenadores em vez de apenas dois, como os demais estados. Depois de assumir como uma das coordenadoras da União, Paula foi por um período presidente estadual e atualmente é uma das secretárias executivas da Central dos Movimentos Populares (CMP), à qual a União é filiada, assim como a já citada FLM. A CMP, com atuação nacional em 15 estados, tem a moradia como um de seus eixos hegemônicos, seus principais coordenadores são ou foram lideranças de movimentos de moradia. No entanto, ela também articula, em menor escala, movimentos nas áreas de saúde, educação, criança e adolescente, negritude, mulheres, LGBT e há um esforço recente de incluir os idosos como um de seus eixos.

Ainda há o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), que, segundo Paula, trabalha em parceria, com temas que “nos unem”, principalmente em torno de legislações e regulações urbanísticas que facilitem o acesso a terra e imóveis urbanos por parte das classes populares, bem como de discussões mais amplas sobre questões urbanísticas que ultrapassem o tema específico da moradia, participando, por exemplo, do Conselho Nacional das Cidades e das Conferências das Cidades. O

FNRU é constituído pelos “movimentos nacionais”: UNMP, o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), a CMP¹⁰ e a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM).

Também são realizadas parcerias internacionais, para “troca de experiências”, com quatro entidades: Coalizão Internacional do Habitat (HIC), Secretaria Latinoamericana de Vivienda Popular (SELVIP), Rede Mulher e Habitat e Dignity International. Paula e Gabriel foram eleitos para algumas dessas entidades, mas como representantes da UNMP. Além disso, ONGs internacionais também realizam parcerias com a União, como a Misereor, que contribui com pagamentos de salários e de gastos mensais para diversas uniões estaduais, inclusive a União de São Paulo, e a E-Changer, ONG suíça, que costuma enviar integrantes (geralmente casais) para diferentes estados do Brasil para atuarem junto aos movimentos.

Para além de todas essas relações, há as já citadas relações com as *famílias*, com diversos atores e instituições estatais, com parlamentares e relações fundamentais com o Partido dos Trabalhadores (PT). Paula, assim como a grande maioria das lideranças dos movimentos filiados à União, é filiada ao PT, mais especificamente a uma de suas correntes, a Luta de Massas.

Assisti regularmente às reuniões semanais da coordenação ampliada da União com lideranças da região metropolitana de São Paulo, mas principalmente da cidade. Nessas reuniões, um termo muito frequente era “agenda” para definir compromissos, negociações, atos, eventos, seminários, viagens e muitas reuniões. Pouco a pouco fui me interessando por algumas questões, como a eleição para o Conselho Municipal de Habitação que mobilizou muito tempo dos envolvidos. Nesse sentido, assisti a suas reuniões específicas, além de acompanhar algumas das articulações e mobilizações desses envolvidos. Também visitei empreendimentos habitacionais, ocupações, sedes de alguns dos movimentos filiados, frequentei muito a sede da União, participei de eventos sobre questões que eram pertinentes aos movimentos. Realizei acompanhamentos também pela internet, ferramenta cada vez mais utilizada pelos movimentos, e obtive acesso ao grupo interno de emails da União, fundamental para o acompanhamento das “agendas”, notícias veiculadas na mídia, negociações e conflitos em torno de diferentes mobilizações no estado, as conquistas e vitórias e suas parabenizações, revoltas e denúncias contra ações violentas de despejo ou de

¹⁰ Segundo Paula, a FLM não é de caráter nacional, sendo representada como CMP.

entraves políticos e burocráticos, informações sobre políticas públicas etc. Enfim, uma enormidade de temas, relações, discursos e práticas que tornam a tarefa do pesquisador de delimitar seu objeto ainda mais árdua.

No entanto, o principal procedimento de pesquisa foi, sem dúvida, travar conversas informais com os integrantes desses movimentos durante todo o trabalho de campo. Conversas fundamentais para a pesquisa, nas quais o pesquisador também trazia muitas indagações e reflexões que mais traziam novos questionamentos do que respostas.

Com tantas questões e possíveis frentes de pesquisa, acabei por privilegiar a União como amplo recorte etnográfico inicial. Percebe-se como não é uma tarefa simples acompanhar as ações da União, pois ela se insere em uma vasta rede de relações entre múltiplos agentes e coletividades, ao mesmo tempo em que é por esta continuamente construída.

Outra mudança fundamental em relação à minha pesquisa de mestrado foi, sem dúvida, o deslocamento do centro para bairros periféricos. Minha pesquisa de mestrado problematizou intensamente o centro de São Paulo como uma territorialidade de reivindicação do MSTC, que contestava os programas habitacionais que historicamente deslocam a população pobre para as periferias paulistanas. Nesse sentido, o centro é reivindicado por oferecer melhores condições de vida, de trabalho, saúde, educação do que a periferia. A reivindicação por moradia no centro adquiria um sentido altamente conflituoso, pois os custos para atendimento habitacional eram muito altos, e porque ele também é alvo de intervenções urbanísticas do poder público e de forte especulação imobiliária pela iniciativa privada. Ou seja, os mesmos benefícios que o centro oferecia eram também entraves ao atendimento dos movimentos de moradia. E o MSTC realizava ocupações de prédios abandonados justamente para pressionar o poder público a atendê-los nessa região específica. Portanto, o centro de São Paulo, na minha pesquisa de mestrado, emergiu como uma arena política de diversos interesses, com distintos e conflituosos sentidos a ele atribuídos.

Assim, o centro era sempre representado tendo como contraponto a periferia. Do ponto de vista dos integrantes do MSTC, o grande conjunto de regiões e bairros singularizados como “periferia” são entendidos como a negação da cidade, como última opção de uma escolha de onde se morar. Dessa forma, não foi possível ir além dessa perspectiva singularizada e essencializada de “periferia” na minha análise.

No entanto, a maior parte dos movimentos integrantes da União atua em bairros considerados periféricos e fiquei interessado em pesquisar esses outros territórios, a fim de complexificar a singularização realizada pelo MSTC. Ficou claro que acompanhar as reivindicações dos movimentos e as opções de suas famílias sobre onde morar leva a uma pluralização de sentidos atribuídos a esses diferentes bairros, à “periferia”. Nem todas as famílias consideram essa uma má opção, muitos desses bairros possuem infraestrutura e serviços também oferecidos no centro, não são representados como negações da cidade e há muitas hierarquizações, comparações entre esses territórios. Suas qualidades ou problemas para trabalho, mobilidade e acessibilidade são sempre levadas em conta para a escolha dessas famílias. Assim, interessou-me sobremaneira realizar um deslocamento para pesquisar a atuação dos movimentos de moradia em contextos periféricos na cidade de São Paulo.

No mestrado, além de focalizar o centro como recorte etnográfico, também fiz pesquisa de campo em duas ocupações do MSTC. Como já dito anteriormente, as ocupações eram um dos principais instrumentos de reivindicação política desse movimento específico. Ao mesmo tempo, constituíam arranjos habitacionais para as famílias dos movimentos, que nelas residem até que ocorra um despejo ou seu atendimento. Assim, discuti etnograficamente o cotidiano dessas famílias e sua articulação com as dimensões políticas de atuação do MSTC. Havia um enorme controle interno e uma gestão moral dessas famílias não só para a sua qualidade de vida, como também para favorecer seu atendimento habitacional¹¹.

Ainda que fossem famílias de um movimento de moradia, o centro de São Paulo como local de residência e de reivindicação política implicava especificidades que não ocorrem na periferia. Nessa última região, o atendimento costuma ocorrer via construção de conjuntos habitacionais diretamente pelo poder público ou via mutirão, mecanismo de construção de empreendimentos que conta com a mão de obra das próprias famílias no controle e execução das obras. Muitas *conquistas* dos movimentos de moradia atuantes em bairros periféricos são obtidas por meio de mutirões, construídos desde os anos 1980, com recursos municipais, estaduais e federais. Acompanhar seus processos de construção pelos movimentos e seus futuros residentes e, uma vez concluídos, como as famílias atuam cotidianamente na sua organização me pareceu indispensável para aprofundar minha análise e pensar as

¹¹ Ver também Filadelfo (2014), em que discuto mais detidamente esse ponto.

especificidades dos mutirões periféricos, tão diferentes, mas ao mesmo tempo próximas, da realidade encontrada no centro de São Paulo.

Portanto, durante a pesquisa de campo tive contato com experiências e realidades até então desconhecidas para mim. Ao mesmo tempo, o programa *Minha Casa, Minha Vida Entidades* se estabelecia como uma política pública de incentivo, ainda que em pequena escala, de mutirões autogestionários em bairros periféricos. Conseguir recursos desse programa específico e os debates em torno de suas diretrizes ocuparam muito tempo das discussões nas reuniões e das mobilizações dos movimentos.

Ao longo dessas novas experiências e realidades, voltei cada vez maior atenção às famílias como questão a ser melhor explorada. Como esta pesquisa é de caráter etnográfico, em que além de uma observação participante das práticas dos movimentos, pretende privilegiar o ponto de vista de seus integrantes, um termo tão presente não poderia continuar em segundo plano na minha análise. Além disso, as *famílias* são fundamentais na articulação entre os movimentos de moradia e as instituições estatais no atendimento por políticas públicas habitacionais.

Durante o trabalho de campo, o primeiro mutirão com autogestão dos movimentos da União estava já com terreno decidido e comprado na zona leste de São Paulo. Logo me interessei em pesquisá-lo. Não só por sua novidade, como por se tratar de um mutirão do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (doravante Leste I), movimento de moradia constituído em 1987 e central na formação da União, bem como de alguns dos movimentos atuantes no centro de São Paulo. Muitos dos dados coletados e analisados no mestrado aludiam às experiências na zona leste e quis compreender melhor a genealogia das suas práticas a partir de um de seus ancestrais políticos.

No entanto, os constantes atrasos na liberação de recursos e o adiamento contínuo do início das obras desse mutirão levaram-me a concentrar esforços concomitantemente em outro mutirão, já concluído e também da Leste I. Dessa forma, pude observar e acompanhar o início de um mutirão, bem como as perspectivas das *famílias* da Leste I sobre todos os momentos do mutirão.

Assim, se o trabalho de campo se iniciou junto à União (onde continuei até o fim) logo deslocou-se para a Leste I. Acompanhei suas *atividades*, suas reuniões, entrevistei suas lideranças, acompanhei o mutirão em andamento, convivi com suas

famílias e coordenadores e, em especial no mutirão já pronto, frequentei-o durante alguns meses e entrevistei cerca de 22 *famílias* de um total de 100.

O trabalho de campo durou cerca de 30 meses e à medida que voltei atenção ao termo *família*, pude observar seus vários sentidos e como ele se referia também a pessoas concretas da base da Leste I. Essas pessoas também utilizam o termo para se referir a seus arranjos familiares, seja em relação às casas onde moraram, seja com a casa a ser adquirida por meio do movimento. Também como fazem parte da base, essas *famílias* são objeto de gestão dos movimentos em seus diversos níveis de atuação.

Para além de analisar os sentidos de *família* na Leste I, é importante que se ressalte que essas coletividades nem sempre correspondem a um conjunto empírico de pessoas e famílias, nem têm os mesmos contornos em cada um dos momentos analisados. Por isso, também é necessário lançar luz a quais agentes e coletividades adquirem corpo e sentido, são objetificados, nos diferentes níveis de relações observados (STRATHERN, 2006)¹².

É importante afirmar que será dada especial atenção à multiplicidade de significados e atributos de *família*. Esse termo apresenta uma acentuada polissemia, o que leva à necessidade de se descrevê-lo em ato a fim de se apreender os seus diferentes usos e sentidos, as suas diferentes conotações. Nesse sentido, analiso os discursos e narrativas a partir da inter-relação entre os contextos de enunciação, a própria narrativa, ou os termos utilizados, e uma abordagem mais ampla dos contextos trazidos pelas narrativas e pelos termos¹³.

Por outro lado, o uso cotidiano de *família* também traz um vocabulário próprio a arranjos familiares, a parentes, a uma lógica de julgamentos e avaliações morais contínuos que permitem aprofundar o conhecimento sobre os movimentos de moradia, para além de perspectivas concentradas sobre grandes questões propriamente políticas e urbanísticas, ou assim percebidas pelos analistas, em torno de conceitos

¹² Para Strathern (2006: 267), objetificação é “a maneira pela qual as pessoas e as coisas são construídas como algo que tem valor, ou seja, são objetos do olhar subjetivo das pessoas ou objetos de sua criação.”. Alfred Gell (1998) realiza um interessante exame sobre a obra *Gênero da Dádiva*, de Marilyn Strathern, que explora a aceção de relações da autora. De acordo com este autor, Strathern analisa o sistema de relações de troca na Melanésia, tomado como sistema ideal e não real, pensando essas relações como sendo necessariamente entre termos, mas os próprios termos são constituídos a partir das relações nas quais participam. Assim, os termos trocados (objetos) ou os responsáveis pelas trocas (pessoas) são objetificações das relações, só adquirem sentido e forma a partir da análise das múltiplas relações nas quais estão inseridos.

¹³ Ver, a esse respeito, Bauman (1975), que propõe uma metodologia de análise de narrativas a partir de seus três aspectos: narrativa, evento narrado e evento narrativo.

como os de direitos, cidadania e democracia ou de conflitos e negociações com o Estado. Assim, em sentido contrário, partirei principalmente das relações intra e interfamiliares, das perspectivas dessas famílias em torno da casa própria e da participação no movimento e no mutirão e das práticas e discursos sobre o termo *famílias* no interior do movimento, a fim de constatar em que medida elas se articulam ao universo mais político e institucional dos movimentos de moradia¹⁴.

Organização da tese

Esta tese se organiza, de certa forma, em um eixo temporal correspondente a uma linearidade presente nas narrativas das *famílias* da Leste I sobre suas trajetórias desde antes de entrar no movimento, passando pelo ingresso, entrada no mutirão e obtenção da casa própria. Mas cada tempo desses equivale a uma série de relações sociais próprias, assim como de espaços transitados e ocupados específicos, os quais também serão descritos e analisados.

Assim, o primeiro capítulo aborda as trajetórias de mutirantes antes do ingresso no movimento, construídas em torno de ideias, pessoas, relações e realidades materiais sobre casa, família e parentesco e o que os levou a procurar o movimento de moradia.

Já o segundo capítulo se detém no ingresso propriamente dito no movimento, a partir da participação na sua “porta de entrada”, os grupos de origem. Para isso, realiza-se uma genealogia da Leste I com o intuito de aprofundar a compreensão dessa coletividade e de suas práticas e discursos que são atrativos para o ingresso no movimento para essas *famílias*. A partir daí, explora-se as concepções das *famílias* em relação à participação no movimento, em torno de moralidades, reputações e atributos indissociáveis da *luta* na qual se engajam e que precisam realizar para a conquista da casa.

O terceiro capítulo expande o enfoque contido no capítulo anterior, mas ainda se fixando nas reuniões e em uma série de relações e atividades necessárias para que

¹⁴ Em sentido análogo ao trilhado por pesquisas como a de John Comerford (2003, p. 21) sobre o sindicalismo rural, compreendido não por uma perspectiva institucional, mas a partir das “relações de família, parentesco e amizade, as avaliações e julgamentos morais, os comentários e narrativas cotidianos, as amizades e inimizades e sua dinâmica, as lealdades e compromissos da política eleitoral”.

as *famílias* obtenham sua casa. Explora-se, para isso, os sentidos de *política*, que define relações, discursos, práticas e saberes, envolvendo outras coletividades e *lutas* mais diversas, igualmente necessárias para a *conquista* da casa, mas que não se limitam a isso, ocasionando esforços de coletivização das *famílias* e de desenvolvimento de atributos, moralidades e reputações nas relações entre elas e os coordenadores e lideranças da Leste I e da União.

O capítulo 4 aborda finalmente os chamados *mutirões com autogestão*. Sua genealogia, os conflitos e negociações com o poder público para sua implementação, as experiências concretas de sua realização e todo o processo de gestão das *famílias*, que passa por um jogo contínuo de sua produção tanto pelo movimento como pelo Estado nas políticas públicas habitacionais, no cotidiano da obra e em práticas de gestão moral e normalização das *famílias* desenvolvidas por elas mesmas, pelo movimento e pelo processo do mutirão.

O quinto e último capítulo discute as perspectivas de mutirantes já atendidos sobre o tempo de duração do mutirão. Reflete-se sobre as diferentes maneiras de concepção desse tempo, bem como todos os processos de (re) arranjos familiares e habitacionais com o atendimento e os constantes riscos à *conquista* do mutirão após tanta *luta* e sofrimento.

CAPÍTULO 1

“Minha história dá um livro”: família e casa nas trajetórias dos mutirantes

A expressão “Minha história dá um livro” foi muitas vezes utilizada por mutirantes que conheci ao longo do trabalho de campo em resposta aos meus questionamentos sobre suas histórias de vida, suas trajetórias anteriores ao momento de ingresso no movimento e no mutirão. Essa formulação obviamente não se restringe ao universo social aqui analisado, há um uso social recorrente e disseminado da expressão, mas há aqui uma precisão na atribuição de sentidos ao que se quer dizer quando se associa a história de vida a um livro. Via de regra, a expressão se refere a uma trajetória linear, com muitos percalços, dramas, marcos temporais, que culmina na vitória do atendimento habitacional por meio da participação no movimento de moradia e no mutirão, que tem como desfecho a conquista da casa própria.

Paloma, por exemplo, *família* do mutirão Unidos Venceremos, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I, já reside no seu apartamento adquirido depois de participar no mutirão. Foi também uma das coordenadoras de todo o processo de mutirão autogestionário para a construção do conjunto habitacional com 100 apartamentos para a moradia de 100 *famílias*. O trecho da entrevista realizada com ela, transcrito abaixo, sintetiza algumas das questões acerca da elaboração das trajetórias anteriores ao ingresso no mutirão:

E, assim, passei muita necessidade, não gosto nem de falar muito assim. Porque hoje eu falo que estamos no paraíso. Então, a gente passou muita dificuldade, muita necessidade na nossa vida, mas hoje graças a Deus nós vencemos. Necessidade, graças a Deus, que eu falo assim, é na parte da alimentação, um apoio, que a gente não tinha isso. Então, aquele apoio de uma mãe chegar assim “Olha filha, é isso, a real é essa”, a gente não teve. Nem eu, nem minhas irmãs, ninguém teve. Então, eu falo sempre pra minha filha, eu falo “Filha, hoje você tá no paraíso, você tem uma mãe, tem um pai”. E a gente que, na minha época que era eu e meus irmãos, a gente não tinha essa necessidade de acordar e falar assim “Olha, eu tenho um pão pra comer, eu tenho um leite pra tomar”, o que a gente queria, a gente tinha que correr atrás. Então assim, eu sempre falo que desde pequena Deus tinha plano na minha vida. Porque Deus me guardou grandemente, foi muita luta que nós fizemos. Eu falo que minha história eu faço um livro [risos].

Próximo ao término da entrevista, perguntei-lhe se haveria mais alguma história, ao que ela respondeu “Não, não, estou tranquila. Minha história maior que eu tenho é minha vitória, meu apartamento.”

Primeiramente é importante destacar no interior da construção narrativa o uso de termos que pressupõem uma linearidade que se encerraria no atendimento. Ela passou por muita “necessidade”, o que a levou a realizar muita “luta” para finalmente se atingir o “paraíso”, que corresponde a uma “vitória”. Há um paralelo significativo com as narrativas dos próprios movimentos de moradia, em geral, e do movimento Leste I, em particular. Suas cartilhas e os discursos de suas lideranças e coordenadores sempre narram a obtenção de empreendimentos habitacionais, como “conquistas” ou “vitórias”, obtidas a partir de muita “luta”, passando por muitas “necessidades” e “dificuldades”.

A história de Paloma é só um exemplo que demonstra uma partilha de um mesmo léxico narrativo entre as trajetórias pessoais e as trajetórias dos movimentos e, particularmente, dos mutirões, processos de construção e autogestão das obras de moradias populares com recursos financeiros de programas habitacionais públicos para o atendimento de famílias de baixa renda.

Essa partilha não é casual, já que se trata de trajetórias que se confundem com a do mutirão como um todo, processo de muita luta até se atingir a finalidade pretendida, assim como do próprio movimento mais amplo. Essas trajetórias pessoais se embebem dos discursos produzidos política e publicamente pelos movimentos, assim como o conjunto dessas trajetórias particulares também contribuem para uma narrativa dominante de toda uma coletividade intitulada “mutirão” ou “movimento”.

Por outro lado, não são tanto trajetórias pessoais do que se trata aqui, mas principalmente trajetórias que envolvem arranjos familiares. As necessidades de Paloma não foram vividas só por ela, mas por todos com quem residia, em função da ausência de seus pais. O atual “paraíso” no qual vive é constantemente lembrado a suas filhas como um privilégio que a mãe não teve, a grande “vitória” não é só sua, mas é sobretudo de toda a sua família, que reside no novo apartamento.

A história que “dá um livro” é uma história de muita “luta”, exemplificada por trajetórias familiares, articuladas com os diferentes arranjos habitacionais, ocupacionais e territoriais pelos quais os integrantes das *famílias* de mutirantes passaram anteriormente ao ingresso no movimento e no mutirão.

Dessa forma, para uma compreensão analítica sobre os movimentos de moradia, é fundamental partir, inicialmente, das trajetórias de suas *famílias*, já que não só são sua base como também têm suas trajetórias elaboradas a partir da

participação no movimento e no mutirão, através da qual se obtém a casa própria, que dá sentido a toda uma trajetória familiar.

O presente capítulo pretende lançar luz a essas trajetórias dos mutirantes anteriormente ao ingresso no mutirão, formuladas predominantemente em termos de família e parentesco, inseparáveis e articulados aos distintos arranjos habitacionais e aos territórios onde se viveu e onde se trabalhou, com o objetivo principal de dar início a uma análise da centralidade das *famílias* dos movimentos de moradia.

Deslocamentos espaciais para São Paulo

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I tem atuação em grande parte da zona leste de São Paulo, atendendo famílias em busca de casa própria nessa região. Portanto, todas as famílias dos dois mutirões que pesquisei já residiam em diferentes bairros da zona leste, geralmente bairros periféricos e pobres.

No entanto, por mais aproximações do ponto de vista socioeconômico, assim como dos arranjos habitacionais precários, que possam ser feitas entre as famílias de mutirantes, há uma multiplicidade de trajetórias que nem sempre se enquadram numa homologia, tratada por parte da bibliografia, entre um amplo território homogêneo e uma população também homogênea, as chamadas classes populares¹⁵.

Pode-se dizer, por outro lado, que esses mutirantes se aproximam em um aspecto dos moradores de periferia pesquisados por estudos da antropologia urbana entre os anos 1970 e 1980 (DURHAM, 1973; CALDEIRA, 1984): o nordeste brasileiro é a principal região de origem dos moradores das periferias paulistanas. De fato, a grande maioria dos mutirantes da Leste I é ou proveniente do nordeste ou constituída de filhos de nordestinos, mas não só. Também há pessoas vindas de outros estados, como Minas Gerais, assim como do próprio estado de São Paulo e mesmo um caso da Bolívia. Mesmo em relação ao nordeste, há mutirantes, ainda que em número bem menor, que vieram de capitais ou regiões metropolitanas nordestinas ou realizaram inicialmente deslocamentos de realidades rurais ou pequenas cidades para cidades maiores e de lá para São Paulo.

¹⁵ Para uma problematização da singularidade da periferia, como território homogêneo da pobreza, e a complexificação dos territórios paulistanos ver, dentre outros: Telles (2010), Telles e Cabanes (2006), Marques e Torres (2005), Feltran (2011) e Almeida, D'Andrea e De Lucca (2008).

Essa bibliografia nomeou os moradores de periferia como “migrantes rurais”. No entanto, como já alertaram Moacir Palmeira e Alfredo Almeida (1977), o uso de “migrantes” e “migração” agrega em um mesmo conjunto situações concebidas e vivenciadas de maneiras muito distintas pelas perspectivas dos próprios sujeitos a respeito de seus deslocamentos (PALMEIRA e ALMEIDA, 1977 apud SPRANDEL, 2013). Podemos acrescentar a isso uma concepção de “migração” que pressupõe um deslocamento único e definitivo, em um só sentido. Além, é claro, do termo “migrantes” ser utilizado majoritariamente como referência a um recorte de classe específico (classes populares) ou a uma origem comum rural, aplainando as heterogeneidades sociais dos que se deslocam. Aqui, ao contrário, busca-se pensar esses deslocamentos de outros locais para São Paulo nos próprios termos utilizados pelos sujeitos, que não utilizam “migração” nem “migrantes”. Suas narrativas revelam movimentos constantes de idas e vindas entre vários locais de maneiras muito mais complexas e diversas do que aqueles termos sugerem.

Esses deslocamentos a São Paulo tenderam a ocorrer a partir de redes de parentesco. Via de regra, um parente (irmão ou irmã, tio ou tia, primo ou prima) primeiro se estabeleceu em São Paulo; assim, nenhum dos entrevistados foi pioneiro na vinda para a cidade, apoiando-se em parentes que já residiam aqui para se estabelecer. Nesse sentido, vir para São Paulo depende tanto dos parentes que já viviam aqui, como das dinâmicas familiares que determinaram idas e vindas de um indivíduo, uma família ou um grupo de parentes.

Conceição, por exemplo, nasceu em um sítio no interior de Alagoas, onde seu pai tinha um pedaço de terra ao lado do pedaço de seu irmão. A família de Conceição se transferiu inicialmente para outra cidade no mesmo estado, quando ela tinha 6 ou 7 anos. Seu pai havia comprado outro pedaço de terra ali para “uso da gente”, com cultivo de feijão, mandioca e milho, mas a terra era muito seca o que limitava a agricultura como fonte de renda. A rotina de Conceição se resumia a estudar na cidade e ir “ajudar na roça” depois. No ano de 1960, quando ela tinha 14 anos de idade, veio para São Paulo. Segundo ela, “veio a família toda: pai, mãe, todos os irmãos”. O motivo para a vinda da “família” é assim explicado: “Lá no Nordeste a vida era muito difícil. Meu pai trabalhava na roça e achou mais fácil vir pra São Paulo para criar os filhos”.

Como se vê, a “família” é uma unidade importante no movimento para São Paulo, no caso de Conceição, uma família nuclear e co-residente. Quando realizei essa

entrevista, já tinha ouvido relatos de vindas para São Paulo que se apoiavam em parentes aqui, por isso lhe perguntei se eles já tinham alguém aqui, algum parente. Sua resposta amplia o sentido de “família”, assim como de seus limites definidores:

Já. Meu tio estava aqui, o irmão do meu pai. Eu não sei se era o mais velho dele que estava aqui. Já tinha família nossa aqui, lá na Vila Maria. Que eu me lembre era só esse que tinha. Também já são todos falecidos.

[...]

Nós ficamos um bom tempo lá na Vila Maria. Acho que uns 2, 3 meses, até meu pai arrumar um lugar pra gente ficar e o filho da minha tia, dessa que a gente morava lá, tinha uma casa lá no Jardim Santa Maria, ali que chama Curva do Cascavel, perto da entrada do Jardim São Mateus, um pouquinho pra frente, indo pra cidade... Aí ele tinha uma casa lá e vendeu pra gente morar porque não tinha condições de pagar aluguel. Meu pai com 7 filhos, ainda nasceu um outro. Nós passamos uma situação muito difícil aqui em São Paulo. Nossa, eu chorava todo dia pra ir embora de volta [risos]. Por mim eu tinha chegado e já ia embora. Porque nós não encontrava nossa família aqui, ficamos na praça. Mas não podia ir embora, minha família toda aqui, meus pais, meus irmãos (...) Meu pai foi numa casa e conseguiu achar.

Se a “família toda” veio para São Paulo, nem por isso ela deixa de identificar seus parentes que aqui já moravam também como “família”. Logo na chegada, amplia-se não só o sentido de “família”, como se constitui um novo arranjo doméstico, mais amplo, que passa a integrar velhos e novos residentes. Mas esse arranjo, nesse caso, é temporário, pois logo o pai compra uma casa para se acomodar com sua esposa e filhos, reconstituindo um grupo doméstico e a família nuclear conjugal, também com a ajuda de um parente.

Após essa compra, o pai foi “fazendo o que aparecia”, trabalhando como carpinteiro e marceneiro: “Aí conversando com um e com outro, arrumaram serviço pra ele. Ele trabalhou até naquela fábrica de tapete, Tabacow. Aí foi levando a vida, do jeito que Deus queria, até a gente ter idade pra trabalhar”. Com as dificuldades encontradas em São Paulo, afinal “quem vem do Nordeste é difícil arrumar serviço aqui”, os filhos também têm que gradativamente encontrar formas de obtenção de renda para contribuir para o sustento da família. À medida que os filhos foram casando, esse arranjo doméstico foi se modificando, como também será visto posteriormente neste capítulo em relação a outras trajetórias.

Mesmo quando o mutirante já nasceu em São Paulo, mas seus pais chegaram recentemente à São Paulo, o movimento de morar em casa de parentes até que a situação não mais se sustente e os pais e filhos precisem encontrar moradia para a constituição de um novo grupo doméstico é similar. Marina, por exemplo, mutirante e

coordenadora do Unidos Venceremos, já nasceu em São Paulo de pais que haviam saído recentemente do interior paulista:

Marina: Então, eu nasci aqui em São Paulo, no Vila Formosa que é um bairro bem mais ou menos, mas eu morava no porão da casa da minha tia, porque meus pais vieram do interior e ficaram na casa da minha tia, tiveram os filhos e depois saíram.

Carlos: Tia do seu pai ou da sua mãe?

Marina: Irmão da minha mãe. Aí a gente ficou morando no porão, aí quando a minha mãe começou a ter os filhos, minha mãe teve sete filhos, aí começou a ficar meio apertado. Aí quando o meu pai chegou em casa... meu pai começou a pagar aluguel e não aguentou, porque tinha muito filho. Não pagava aluguel e era despejado, não tinha condições. Aí chegou um dia na casa da minha tia e disse que tinha comprado um barraco em São Mateus. Aí nós estamos lá até hoje. Meu irmão, hoje mesmo ele está pintando lá... porque ele pegou um terreno grande, que eram cinco barracos, era um terreno grande e depois foi repassando para as pessoas que precisavam...

Mais uma vez se estabelece na casa de parentes quando se chega e, por questões familiares, nesse caso o elevado número de filhos, é preciso encontrar uma casa, que, novamente, esbarra em dificuldades financeiras para ser adquirida. Morar com parentes e procurar casa são soluções buscadas com apoio da família para enfrentar as necessidades também familiares e não individuais. O interessante nesse caso específico é que a casa onde a família de Marina inicialmente mora é escolhida a partir de laços consanguíneos com seu tio materno, mas a casa é identificada à sua tia, esposa de seu tio consanguíneo, uma parente por afinidade, portanto. A ressalva é importante não pela diferença entre consanguíneos e afins na propriedade da casa ou numa maior ou menor proximidade a partir de vínculos de parentesco, mas fundamentalmente por diferenças de gênero na relação com a casa como espaço familiar e de moradia¹⁶.

Uma determinada casa, e isso é algo muito geral nas perspectivas dos mutirantes, é identificada a uma mulher que reúne atributos de esposa e/ou mãe mais do que ao marido e/ou pai. É ela que é considerada a dona da casa e o referencial para

¹⁶ Utilizo gênero aqui como categoria descritiva, no sentido proposto por Strathern (1981) e apropriado por Piscitelli (2006, p. 31-2) como “um modo de criar e expressar diferenças que assume, nesta e em outras culturas, um forte valor metafórico. Essa perspectiva – levando em conta que as distinções entre características consideradas femininas e masculinas são utilizadas para comentar, hierarquizando, diversos aspectos do social – retém uma dimensão da ideia de gênero como princípio de organização social; no entanto, não supõe que gênero tenha o mesmo significado e papel estrutural em todas as sociedades. Nessa abordagem, gênero é pensado como categoria descritiva, isto é, passível de uma descrição atenta aos significados e às maneiras como opera em contextos particulares. Compreender como o gênero participa do social exige refletir sobre o modo como essas conceitualizações são acionadas em relações específicas”.

se definir de qual casa se fala e de quem pertence à casa, independente do marido ser o proprietário legal da propriedade ou o responsável pelo aluguel. Isso é um primeiro indício de uma apreensão generalizada de uma vinculação ideal da mulher enquanto mãe (e/ou esposa) com a casa onde vive uma família, sejam quais forem suas configurações. Por outro lado, a mulher, que é esposa e mãe e que por isso é vinculada à casa, é tia de Marina e não sua mãe o que faz com que em nenhum momento Marina se inclua à família de sua tia, mas se considere parte de uma família distinta que ocupa a mesma casa. São duas famílias distintas, portanto, que estão coabitando apenas temporariamente.

Mas se deslocar de áreas rurais nordestinas para São Paulo também se realiza através de diferentes arranjos familiares/domésticos e apoios distintos dos parentes que aqui já residiam. Ricardo, por exemplo, seguiu um percurso comum entre muitos dos entrevistados que vieram para São Paulo individualmente. Atualmente com 40 anos, ele nasceu no sertão baiano e veio para São Paulo há 18 anos em busca de oportunidades de trabalho que não encontrava em sua cidade de origem. Ele trabalhava em fazenda e, por estar localizada numa área em que raramente chove, veio para São Paulo em busca de “serviço” e morou inicialmente com sua irmã. Reproduzo a seguir trechos da entrevista que realizei com ele:

Carlos: E veio para cá, por quê?

Ricardo: Atrás de serviço, porque lá não tem serviço, lá não chove. Então, a situação é mais... Aí como eu tinha parente aqui, eu peguei, eu digo: “Ah, vou para lá”. Mas também aqui também não é fácil que nem o povo imagina.

[...]

Ricardo: Até vir para cá eu trabalhei em fazenda, tomava conta do gado, tirava leite, só quando precisava lá o... o meu pai sempre foi vaqueiro. Hoje não, porque ele está velhinho, está doente, mas ele sempre trabalhou só em fazenda, e aí a gente incorporou; mas, tipo assim, a maioria dos filhos vieram tudo embora.

Carlos: São quantos filhos?

Ricardo: São nove. Tem três lá... não, tem dois lá, tem sete aqui.

[...]

Carlos: E quem veio primeiro para cá?

Ricardo: Foi a mais velha, a mais velha... A irmã de meu pai, que é a nossa tia, trouxe ela, aí ela casou com um cara lá perto da nossa cidade. Aí naquela época era melhor, assim, na época de 80, assim, era mais fácil para arrumar emprego. Aí foi trazendo os outros, foi trazendo, foi trazendo. Até eu, quando eu vim para cá, eu trouxe também eles, os mais novos que eu. E cada um cuida da sua vida, hoje cada um vive a sua vida.

[...]

Carlos: E aí era muita gente morando lá junto?

Ricardo: Não, porque, tipo assim, quando ela trazia um, aí aquele melhorava mais um pouco, arrumava serviço, e saía, aí ela pegava e trazia outro; e aí foi o meu caso também, quando eu melhorei também, eu peguei e saí também. Assim que ia... cada um foi se virando, e cada um foi saindo...

[...]

Ricardo: Eu tenho três irmãs aqui, três irmãs e quatro irmãos. A que me trouxe foi a mais velha mesmo e o meu cunhado, que me trouxe.

Carlos: Ele pagou a passagem, tudo?

Ricardo: Pagou tudo.

Carlos: E eles já tinham casa própria?

Ricardo: Já, eles já tinham casa, já tinham, já tinham casa própria. [...] Aí a primeira, a mais velha trouxe um homem, o segundo, aí foi trazendo os mais velhos. Foi trazendo, foi trazendo, aí chegou a minha vez, eu digo: “Agora eu vou também”. Até quando eu estava aqui, eu trouxe também um.

Carlos: Um mais novo?

Ricardo: É, o mais novo. Aí ele também arrumou a vida dele, aí eu vim para cá. Quando eu vim para cá, ele ficou lá ainda. Aí também ele está bem também.

Carlos: Ele ficou onde?

Ricardo: Ele ficou onde eu morava lá. Daí chegou uma época que aí nós fomos morar numa casa, a gente pagava aluguel.

Carlos: Mas quem? Você e a sua mulher, na época?

Ricardo: É eu e meu irmão. É porque quando eu separei da mulher, aí eu trouxe ele. A gente morava numa casa, aí eu digo: “Ah, vem, vem morar aqui”. Aí ele veio morar comigo, aí foi a época que eu vim para cá [para o mutirão], aí ele não quis vir porque trabalhava lá perto, ele não quis vir e aí ficou lá, e eu vim para cá.

Carlos: Ele ficou lá morando sozinho?

Ricardo: É. Aí depois ele casou também e saiu, e tudo bem [...]

Carlos: Lá em São Mateus, foi lá em São Mateus, quando você foi morar com a sua irmã, quem é que morava lá? Marido, filhos?

Ricardo: Ela tinha um rapazinho, um menino, só ela, e morava eu também. Aí eu fiquei o que? 1 ano e pouco, e aí saí também.

Carlos: Até conseguir emprego?

Ricardo: Não, eu já trabalhava. Logo que eu cheguei, eu já arrumei, tinha uns colegas do meu cunhado, aí eu já arrumei logo; mas, aí fica naquela, mas quando passou 1 ano e pouco eu digo: “Não, eu vou ter que sair”. Também, morar na casa dos outros muito tempo também...

Carlos: Não é bom?

Ricardo: É, você fica na casa dos outros, também, às vezes os outros não têm liberdade também... Então é melhor morar só, assim mesmo.

Carlos: Mas você ficava na sala, assim, lá?

Ricardo: Não, eles tinham um sobradinho, tinha a casa embaixo; e a casa, o terreno lá era assim: só do nível da rua já era uma casa, do nível da rua para cima já era outra. Aí

eu ficava em cima, em cima tinha dois quartos, eu ficava num quarto e eles ficavam no outro maior, embaixo era outra casa.

A experiência de vinda para São Paulo de Ricardo é distinta da de Conceição. Ele veio sozinho, já adulto, em busca de melhores oportunidades de vida. Mas seu deslocamento da Bahia a São Paulo ocorre indissociavelmente da trajetória mais ampla de irmãos que chegam sucessivamente, trazidos por ele mesmo ou pela irmã mais velha, que primeiro se estabeleceu em São Paulo, por sua vez já trazida por sua tia paterna. O caso é interessante pois mostra uma dinâmica familiar que dificilmente pode ser traduzida em termos de unidades domésticas que se dissolvem e se reconstituem sucessivamente.

Sua irmã traz vários irmãos, a partir da ordem de nascimento, até que chega a vez de Ricardo. Ele reside na casa de sua irmã até o ponto em que julga já ter passado lá tempo suficiente, pois quando se mora na “casa dos outros”, “os outros não têm liberdade também”. Isso sugere que por mais que ele tenha causado um rearranjo doméstico, ao integrar o conjunto de moradores de uma casa em razão dos laços de parentesco com sua irmã, ele não se sentia como integrante de um grupo doméstico propriamente dito ou mesmo que aquela casa também fosse sua. O termo “família”, portanto, não coincide perfeitamente com um conjunto de pessoas co-residentes, com uma casa ou com um grupo doméstico¹⁷. E talvez não por acaso, ele não disse que morou com “família”, mas com “parentes”. Embora em muitas situações esses dois termos sejam intercambiáveis, “parentes” muitas vezes tende a marcar uma maior distância social. .

Ao sair da casa de sua irmã, Ricardo mora sozinho por um tempo e depois se casa. Com a posterior separação conjugal, ele mesmo, e não mais sua irmã, traz um irmão mais novo, com quem também mora até que Ricardo vai para o mutirão e seu irmão permanece na casa até que também casa. Como se vê o casamento também é um processo entendido como fundamental para a constituição de uma família e/ou de um grupo doméstico.

Em relação à trajetória de Ricardo, também são os parentes, mais uma vez, que “trazem” os familiares ou parentes e que disponibilizam suas casas até que a pessoa possa se estabelecer, ou melhor, “cuidar da sua vida”. “Vida”, portanto, corresponde a

¹⁷ Sobre a diferença entre família e grupo doméstico, ver, por exemplo, Almeida (1986), Fonseca (2000) e Fortes (1974).

uma certa trajetória já independente dos laços de coabitação com os parentes pioneiros e anfitriões, ainda que eles sejam responsáveis inicialmente por possibilitar que cada vida seja vivida e cuidada pelo recém-chegado na sua nova configuração familiar, seja casado, solteiro ou residindo com outros irmãos. Outro aspecto fundamental é a centralidade da casa como elemento que, por um lado, é uma objetificação (STRATHERN, 2006) dos contínuos rearranjos familiares e domésticos ocasionados pelos deslocamentos e mudanças, por outro lado, é concebida como espaço de “liberdade” e autonomia, o que pode servir como pista inicial das motivações não só de Ricardo, como também de outros mutirantes, em participar do movimento para obter sua própria casa. A casa, portanto, muito mais que uma materialidade, é constituída por quem mora e por quem transita por ela, passando por processos de retração e de ampliação contínuos¹⁸.

A coabitação de recém-chegados com parentes já residentes em São Paulo pode ser um arranjo temporário ou mais duradouro, ainda que raramente desejável como uma situação definitiva. Mas morar com parentes pode ser visto como algo positivo, principalmente se essa condição se refletir em economia de aluguel e obtenção de apoio.

Roberta, por exemplo, não veio para São Paulo em busca de trabalho ou melhores condições de vida como a maioria dos mutirantes que chegaram à cidade já adultos, tampouco se deslocou com sua família. Ela nasceu em Ribeira do Pombal, Bahia, mas logo se mudou para Feira de Santana, no mesmo estado, com seus pais e seu irmão. Quando seus pais morreram, seu tio foi “buscar” ela e seu irmão para virem morar em São Paulo. Isso foi há 33 anos, quando ela tinha 17 anos. Depois de tantos anos ela continua morando com seu filho de 26 anos, numa casa dos fundos da casa de seu tio materno. Não paga aluguel, o que é considerado por ela ótimo porque seu salário é muito baixo para arcar com despesas de aluguel satisfatoriamente, já que ela trabalhava numa fábrica de artigos de festa, mas agora está aposentada por tempo de serviço, recebendo apenas um salário mínimo. Mesmo assim, ela entrou no movimento em busca de sua casa própria e, quando a conheci, havia adotado uma postura ativa como coordenadora em um mutirão ainda em andamento. A situação de coabitação com parentes em casos como o de Roberta, ainda que ela constitua uma

¹⁸ Para perspectivas etnográficas que tratam a casa não apenas na sua materialidade, mas focalizam as interrelações entre seus aspectos físicos, pessoas e ideias, explorando as diferentes maneiras pelas quais casas e pessoas se conectam, ver Carsten e Hugh-Jones, (1995).

unidade doméstica distinta da do seu tio, apresenta uma duração mais longa do que a média de situações encontradas.

Independente da duração dessa situação, diz-se que se “mora de favor”, o que deixa claro a expectativa de transitoriedade da habitação numa casa que não é sua, que é dos “outros”, mesmo que sejam “parentes” ou “família”. No entanto “morar de favor” não necessariamente quer dizer morar de graça. Em muitos casos se paga aluguel aos proprietários da casa, mesmo quando não é exigido, para ajudar nos gastos domésticos, não sobrecarregar financeiramente os donos ou mesmo para evitar tensões domésticas. Se a situação de Roberta, sem pagamento de aluguel, residindo com um tio que se encarregou de cuidar dela com a morte de seus pais, é concebida como uma situação aparentemente isenta de conflitos, há muitos outros casos que permitem afirmar que morar e conviver cotidianamente com parentes implica riscos de conflitos, o que pode acelerar os planos de mudança e a busca de outra moradia, mesmo que se pague aluguel.

Maurício nasceu em Inhambupe, Bahia, na zona rural. Ele é o quarto de um total de dez irmãos. Seu pai sempre trabalhou com “lavoura”, atividade que Maurício também exerceu até vir para São Paulo aos 24 anos de idade, onde mora há pouco mais de 30 anos. Segundo ele, o trabalho de seu pai foi responsável por um padrão de vida relativamente superior à média das famílias de sua cidade. Ele tinha terra própria, “não era rico, mas também tinha o poder mais ou menos de vida, sempre tinha o que comer, carro pra ir pra cidade”. Apesar disso, Maurício estudou pouco pois não teve oportunidades devido ao grande número de irmãos:

Meus caçulas estudaram, um é professor, a caçula é advogada. Os mais velhos não tiveram oportunidade. Com um monte de irmão, os mais velhos têm que trabalhar pra ajudar os mais novos pra estudar.

A ajuda mútua entre irmãos se refletiu também na sua vinda para São Paulo. Sua irmã mais velha veio primeiramente para São Paulo e estava “bem de vida”, morando na Vila Industrial, bairro da zona leste: “Eu vim da Bahia pra cá por causa da minha irmã. Ela foi passear lá, eu me empolguei, eu falei ‘Eu vou com você’. Aí eu peguei e vim com ela, estou até hoje aqui”. Ele veio também em busca de melhores condições de vida, pois o “custo de vida” na sua cidade natal estava muito alto. Mas ele não veio sozinho, mas com mais um irmão e uma irmã.

Quando chegaram, ele e seus irmãos moraram com sua irmã por cerca de dois anos, mas sempre pagando aluguel – algo que ele fez questão de ressaltar – numa outra casa no terreno de sua irmã. No entanto, seu cunhado (marido de sua irmã) bebia muito e não respeitava ninguém. Um dia, chegou bêbado e quebrou a janela da casa onde Maurício morava. Maurício chegou ao limite após um acúmulo de situações de conflito com seu cunhado, quase o agredindo fisicamente. Ele saiu assim que pôde e alugou uma casa com seu irmão e uma outra irmã em outro bairro da zona leste. Essa irmã voltou para a Bahia e ele continuou morando com seu outro irmão, mas outros dois irmãos que vieram posteriormente da Bahia também passaram por essa casa. Assim ele resume sua trajetória habitacional inicial em São Paulo, indissociável da de seus irmãos:

Carlos: Veio junto com mais um irmão, então?

Maurício: Um ou dois? Acho que foi dois. A Ana e o Messias e minha irmã mais velha que trouxe a gente.

Carlos: E foi todo mundo morar na casa da irmã?

Maurício: É. Ficamos uns dias com ela, depois, ela tinha duas casas, aluguei uma, fiquei morando com ela, não deu certo, que meu cunhado mamava, sempre tinha problema. Depois separamos, aluguei casa separado, morei lá com eles, aí uma foi embora, fiquei com meu outro irmão. Aí fiquei noivo, casei, aí a gente separou.

Vir morar em São Paulo, portanto, é um processo que orienta e explica muitas das relações entre casa e família para os mutirantes, já que quase todos com quem tive contato vieram de outras cidades e estados ou são filhos de não paulistanos. Se as redes de parentesco são fundamentais para o deslocamento de seus locais de origem para São Paulo, nem por isso deixa de ser necessária uma descrição de como elas se configuram, uma vez que não só há elementos em comum como também há acentuadas variações de relações entre parentes que já estão aqui e os que chegam. Portanto não estou em busca de condições homogêneas de migração comuns a todos os que vieram ou foram trazidos pra São Paulo, ou mesmo pensar as causas macroestruturais que ocasionam deslocamentos demográficos para São Paulo, mas, ao contrário, procuro apreender os sentidos e as práticas de parentesco, família e casa nesses deslocamentos.

O apoio de parentes que já residem aqui se dá prioritariamente pela oferta da casa para local de moradia dos recém-chegados. Mas essa oferta pode se desdobrar em situações de duração variável e de tensões latentes. Os casos de conflito retratados costumam ser entre parentes por afinidade, geralmente de mesmo sexo, como o caso

de Maurício com seu cunhado. Há também casos que sugerem uma diferenciação de gênero no maior ou menor tempo de permanência na casa de parentes. Os homens tendem a sair assim que conseguem emprego ao passo que as mulheres saem quando se casam, ainda que essa não seja uma regra absoluta. A irmã de Maurício, solteira, morou com seus irmãos. Encontrei pouquíssimos casos de mulheres solteiras e sem filhos residindo sozinhas, como parece ser mais comum entre os homens.

Por outro lado, é importante indicar que os deslocamentos dos mutirantes não correspondem a movimentos lineares, em um único sentido e definitivo, como de costume se atribui a movimentos migratórios. Não só a irmã de Maurício retornou à Bahia como também dois de seus irmãos, que abriram pequenos negócios, compraram casas de aluguel e conseguiram certo montante de dinheiro para retornar à Bahia e lá abrir supermercados e padarias, suficientes para lhes oferecerem melhores condições do que as encontradas anteriormente à vinda para São Paulo. As relações com os que ficam também nunca se perdem. Ainda que viagens aos seus locais de origem não sejam regulares, vai-se visitar a família quando se tem condições financeiras e os atuais custos relativamente reduzidos de ligações telefônicas proporcionam contatos com a “família” que ficou. Maurício, por exemplo, retornou à sua cidade devido à iminência da morte de seu pai para visitá-lo e se preocupou pelo fato de ele estar sem apoio de um filho homem para protegê-lo assim como à sua casa, o que fez com que ele considerasse retornar definitiva ou mais regularmente para lá para acompanhar seu pai. Tudo indica que da mesma forma que a vinda para São Paulo ocasiona rearranjos familiares e domésticos aqui também o faz lá, ainda que as maneiras pelas quais isso efetivamente ocorra sejam inacessíveis ao pesquisador pelo recorte da sua pesquisa de campo, localizada exclusivamente em São Paulo.

As idas e vindas entre a cidade de São Paulo e outras regiões, portanto, são importantes não só para contextualizar quem são esses mutirantes como para ilustrar a multiplicidade de arranjos familiares, domésticos e habitacionais. É a coabitação inicial que leva a ideias sobre a casa que de certa forma justificam a inserção no movimento posteriormente: espaço para “chamar de seu”, de liberdade, de privacidade, de maior tranquilidade frente às incertezas de pagamento de aluguel, de oferta de melhores condições para os filhos do que as que seus pais tiveram. Mas essa breve análise desses deslocamentos revela um alto grau de complexidade não só da *casa* como também de *família*, termos fortemente flexíveis, que são fundamentais para se entender os movimentos de moradia como coletividades. Essa flexibilidade

pode ser melhor compreendida a partir de uma discussão das trajetórias habitacionais dos mutirantes entrevistados.

Trajetórias habitacionais em São Paulo

O casamento, ou a aliança matrimonial, é um dispositivo fundamental numa concepção generalizada e dominante do que produz família, mas num sentido restrito: família como unidade nuclear conjugal, geralmente com filhos, que deve residir numa unidade doméstica independente, autônoma. Nesse sentido, um ditado recorrentemente citado pelos mutirantes é “Quem casa quer casa”. Os rearranjos domésticos da casa da família de Denise, coordenadora da Leste I e mutirante do Paulo Freire, indica a centralidade do casamento nos rearranjos familiares e de moradia:

É, sou filha de nordestinos... obviamente. Meus pais são alagoanos, vieram para cá faz muito tempo, eles vieram não eram nem casados... meu pai e minha mãe vieram para cá na época que São Paulo era frio (minha mãe que conta), que era sempre aquela garoa mesmo... de ficar até doente. Daí vieram para cá, se casaram e tiveram muitos filhos. Nós somos em doze irmãos no total, todos vivos. São quatro homens e oito mulheres. [...]

Carlos: Vocês moravam todos juntos nesses lugares todos que vocês...

Denise: Sim. É que assim, como a leva é grande, enquanto um estava nascendo o outro estava casando. Não chegou a morar todo mundo junto. Porque minhas irmãs casaram muito novas, tenho uma irmã que com dezesseis anos era mãe, a mais velha. Mas é uma tropinha! Mas sabe do que eu gosto? É que nós somos muito unidos. A gente não se vê com constância, porque cada um tem sua vida, um estuda, o outro faz... mas se precisar... eu acho muito legal isso com a gente.

A narrativa de Denise elucida alguns aspectos acerca da centralidade do casamento. Casar constitui família ao mesmo tempo em que reconfigura o arranjo doméstico anterior, uma vez que menos filhos vão residir com os pais. No entanto, a unidade dessa “família” não se desfaz, assim como se amplia com a inserção de noras e genros e dos filhos gerados. A coabitação não existe mais e cada um tem sua “vida”, mas isso não impede a união. Denise define, primeiramente, a família como unidade que coabita uma unidade doméstica, em seguida estende o seu significado, ao considerar que os vínculos afetivos se mantêm mesmo após os casamentos, o que gera

união, outro elemento importante para a produção de uma família (assim como de um mutirão e de um movimento de moradia). Mas união também pressupõe uma moralidade a respeito do que se espera de uma família: união como algo desejável, valorizado. Ainda que nem sempre isso efetivamente ocorra.

Nessa perspectiva do casamento como mecanismo de produção de família e de novas unidades domésticas, passa a haver um intenso deslocamento da família nuclear entre casas de aluguel que tende a cessar apenas quando se obtém a casa própria por meio do movimento, como uma mutirante certa vez me disse: “Porque eu morava de aluguel e você sabe como é que é, a cada momento está num lugar”. Os locais de moradia são os mais diversos, ainda que em situações geralmente precárias – casas autoconstruídas, casas com poucos cômodos, barracos em favelas etc. Algo comum é que se desloca entre várias casas e vários bairros, mas quase todos os destinos se concentram na zona leste de São Paulo¹⁹.

Quando se casa, o casamento e ter filhos são, na maioria das vezes, processos indissociáveis e quase coincidentes temporalmente, além de parecerem descrever uma mesma realidade. Quando perguntava a alguma mutirante se seus filhos moravam com ela, a resposta podia variar entre ele ou ela “é casado” ou ele ou ela “tem filhos”. Na própria narrativa de Denise acima ela afirma que “Porque minhas irmãs casaram muito novas, tenho uma irmã que com dezesseis anos era mãe, a mais velha”. Nessa chave, portanto, com a produção dessa nova “família”, acompanhar seus deslocamentos habitacionais até o ingresso no mutirão e a conquista da casa própria poderia ser o mesmo que pressupor que essa unidade, conjugal com filhos, se desloca de maneira fixa constituindo sempre um mesmo grupo doméstico nas diferentes moradias, mas há muitas variações nesse sentido e os arranjos familiares na verdade são muito mais plásticos do que essa definição parece supor.

Retomo a trajetória de Conceição, que veio para São Paulo com a “família toda”, a fim de complexificar os impactos que as trajetórias habitacionais têm sobre a ideia de *família* e *casa* e sobre os arranjos familiares e habitacionais concretos. No início da entrevista, Conceição disse que morou 40 anos na mesma casa em Itaquera, uma casa que estava sendo inventariada após a recente morte de sua mãe. Qual não foi minha surpresa quando ao longo da entrevista descobri que ela estava se referindo à

¹⁹ Ainda que os limites dessa territorialidade sejam variáveis e também se more em municípios vizinhos à zona leste, da região metropolitana de São Paulo, como Ferraz de Vasconcelos e Mauá.

casa de seus pais e que ela, efetivamente, havia morado lá por apenas 18 anos. Os 40 anos na verdade se referiam à casa como moradia de um sujeito coletivo, a sua “família”, cujos integrantes (pai e mãe, filhos e filhas, genros e noras e netos e netas) não necessariamente chegaram a residir todos juntos, mas a “casa” era referência para se pensar a “família” como uma unidade, mesmo que não estivesse em regime de coabitação.

As trajetórias habitacionais da “família” de Conceição iniciam-se antes da construção dessa casa específica e transcorrem durante um período de 12 anos, entre a chegada em São Paulo, em 1960, e a mudança definitiva, em 1972. Depois que residiram por três meses com parentes, conseguiram uma casa de um primo para morar no bairro de Jardim Santa Maria (percurso já descrito anteriormente neste capítulo) e a partir daí, sua “família” continuou se deslocando entre várias moradias:

Conceição: Nós fomos morar no Jardim Santa Maria. Depois meu pai... a minha irmã já começou a trabalhar também, tudo em casa de família. Aí depois elas arrumaram serviço em firma, ficou trabalhando e a gente ia ajudando ele até quando nós compramos lá na Vila Savoy, aquela perto do Planalto, nós tinha uma casa lá. Nós vinha lá no Jardim Santa Maria, de madrugada, a pé, carregando madeira. Nós com meu pai. Até Itaquera é longe! [risos] Quatro horas da manhã, no escuro, carregando madeira porque não tinha condições de pagar carro pra trazer. Então foi com muito sacrifício a nossa vida aqui em São Paulo. Aí dessa casa na Vila Savoy, depois eu fui trabalhar numa casa lá perto e a gente ia arrumando um pouquinho de dinheiro até que, não lembro se foi nessa época ou depois, comprou lá no Jardim Itapemirim, perto da Campanela. Aí comprou o terreno lá, construiu, aí ele foi embora pro Paraná, ficaram só dois meses lá e voltaram de novo pra cá. Foi ele [meu pai], meu irmão, a outra minha irmã depois de mim e a minha mãe porque eu já era casada, a outra já era casada e ficou uma solteira com a gente, que é essa que ligou pra mim, do mutirão.

Conceição constrói a narrativa como um sujeito coletivo, mas nessa época nem todos os integrantes da “família toda” que veio para São Paulo participaram dos deslocamentos. É justamente com o início do trabalho dos filhos que essa família se reconfigura. No caso das mulheres especificamente, isso fica mais claro. Ela trabalhou sua vida inteira em “casa de família”, como empregada doméstica, assim como outras de suas irmãs. Na maioria das casas onde trabalhou, ficava lá durante a semana inteira, só saiu “para casar”, voltando a trabalhar como empregada doméstica de maneira não contínua a depender das necessidades de cuidados com os filhos. Morar em outra casa não impedia que ela e suas irmãs contribuíssem com o orçamento doméstico da casa de seus pais e mesmo com os gastos de construção da nova casa.

Uma vez construída a casa, seus pais ainda residem no Paraná temporariamente, em busca de boas oportunidades de trabalho, mas logo retornam.

Muitas questões emergem dessa trajetória. Uma, talvez mais óbvia, é a plasticidade do termo “família”. Conceição se refere à “família toda” que veio para São Paulo como a unidade constituída de pais e filhos. Mas logo quando chegam ficam em casa de integrantes de “família” que tinham aqui e ela também vai trabalhar em “casa de família”, se referindo a uma outra unidade, da qual ela não pertence, ainda que resida com seus integrantes.

Outra questão se refere à identificação, já citada, entre a “família toda” e a casa construída por seu pai. Poder-se-ia deduzir que uma vez casada, Conceição constituiria uma nova família numa nova unidade doméstica, independente da de seus pais, mas não foi o que aconteceu. Ela conta uma trajetória habitacional com muitas idas e vindas da casa de seus pais, de tal forma que nem sempre ela conseguia ativar uma memória linear da ordem das casas onde morou. No início, ela e seu marido não tinham condições de pagar aluguel e foram morar com seus pais. Após um período de dois anos conseguiram alugar uma casa, mas com a perda do emprego do marido, eles voltam à casa de seus pais, depois moram na casa do seu sogro, passam também um tempo na casa de seu irmão, mora novamente em “casas de família” onde aceitam que ela more com seus filhos pequenos, enquanto seu marido fica na casa da família dele etc. Mas a casa de seus pais continua uma referência não só afetiva, de apoio, como também de moradia efetiva: “Eu sei que de vez em quando a gente estava na minha mãe. Não dava pra pagar aluguel, a gente ia pra lá”.

Depois de tantas idas e vindas, eles finalmente se fixam numa casa nos fundos do terreno da casa de seus pais até que se mudam para o mutirão. Esse tipo de arranjo habitacional com compartilhamento entre familiares de um mesmo terreno é muito comum nos relatos dos mutirantes. O termo normalmente utilizado para se referir a um terreno com várias pequenas casas construídas e interligadas é *quintal*. O *quintal* não necessariamente conta com casas habitadas apenas por parentes. Alguns mutirantes pagavam aluguel ao proprietário do quintal por uma pequena casa sem que com ele partilhassem qualquer tipo de vínculo anterior (parentesco ou amizade), mas os arranjos de quintais partilhados por parentes foram muito citados por mutirantes como arranjos habitacionais anteriores.

Dois exemplos podem ser discutidos a respeito do compartilhamento de terrenos por parentes. O primeiro, de Marina, nascida em São Paulo, cujos pais vieram do

interior paulista, já citada anteriormente, ilustra a construção da casa por seus pais e das subsequentes casas no terreno como um arranjo não fixo, fortemente flexível:

Marina: Aí chegou [meu pai] um dia na casa da minha tia e disse que tinha comprado um barraco em São Mateus. Aí nós estamos lá até hoje. Meu irmão hoje mesmo ele está pintando lá... porque ele [meu pai] pegou um terreno grande, que eram cinco barracos, era um terreno grande e depois foi repassando para as pessoas que precisavam... Aí ficaram três casas no quintal e todos os meus irmãos moraram lá, casaram e moraram lá, saíram, melhoraram de vida e estão lá. Hoje o meu irmão está indo morar lá, que eu saí faz quatro meses.

Carlos: Ah, você continua morando? Você morou a vida toda lá? No mesmo terreno?

Marina: Isso. Mais para ajudar a família e tudo... aí meu pai comprou o barraco lá e aí um terreninho aqui, mas a gente ficou mais lá, porque lá era mais perto do centro, e até hoje a gente está grudado lá. E aqui agora melhorou bastante também, estou pensando em mudar para cá. Eu sei que todo o segundo eu quero fugir e não tem jeito, é a luta.

Carlos: E os sete filhos estão todos em São Mateus ainda?

Marina: Não, graças a Deus assim, estão todos bem, sabe? Alguns estudaram... eu tenho que falar de todos os meus irmãos, sabe? Um já está bem na casa dele, minha irmã também já tem casa, tudo. Eu brinco assim que eu falo que a mais pobrezinha sou eu, que tive que lutar para pegar casa. Eu lutei muito, mas eles, cada um tem a sua casa. A minha irmã que mora aqui, no terreno do meu pai, fez uma casa boa. Um está no Tatuapé, comprou um apartamento, eu acho um absurdo pagar um absurdo daqueles em um apartamento só porque é no centro da cidade. Tem uma que mora em São Mateus, mas mora em uma casa. Eu posso falar assim, agora eu estou indo morar lá. Então essa luta do meu pai não foi só pelos outros, mas foi pelos filhos dele também. Porque a gente morando lá, a gente conseguiu melhorar de vida. Porque tinha lugar para morar e não precisava pagar aluguel. Então foi muito bom para a gente, eu agradeço, eu morei vinte anos lá, quando eu tinha família, quando eu casei...

Carlos: E você continuou morando lá?

Marina: Continuei morando lá, porque você vê, meu pai era assim “monta um negocinho aqui e fica aqui”, mas a gente sempre não ficou assim parado, eu e os meus irmãos sempre procuramos a nossa casa, está bem que sempre os pais ajudam, mas a gente tem que lutar. Todos os meus irmãos conseguiram comprar casa.

Carlos: Que bom. E lá agora quem mora com os seus pais?

Marina: Agora quem está morando é o meu sobrinho, que graças a Deus conseguiu comprar uma casa... está indo para os netos. Meu sobrinho que morou seis anos lá e agora conseguiu comprar um apartamento...

Carlos: Lá em São Mateus também?

Marina: É, na região, aí ele assim “vó, eu já estou saindo”, e aí eu já estou pensando assim no meu filho. É um terreninho assim de luta, que a gente fala “acha, mas assim”, faz o quê? Mais de vinte anos que eu estou na luta. Eu não vou usar, quem vai usar são

meus filhos e meus netos. A gente luta não pensando só na gente, porque nossa o que o meu pai fez todo mundo usou, sete filhos usaram aquele terreninho.

Carlos: E aí continua com os cinco barracos lá?

Marina: Não, agora... agora devem ter não-sei-quantas mil moradias...

Carlos: Não, eu estou falando o terreno [o *quintal*].

Marina: Ah, o terreno? Assim, ele pegou um terreno grande. Aí começou a chegar gente do norte e ele “ah, pode construir”, aí fechou a nossa parte. Lá têm três casas, três casas boas, graças a Deus. Tem a casa da minha mãe, a casa lá no fundo, que é uma viela, uma casa boa também que eu falo para o meu filho “olha, se bater uma laje dá uma casa boa”. E em cima da casa da minha mãe tem uma outra casa boa que é a do meu irmão [...] então praticamente eu tenho três casas agora: a da minha mãe, que ela não desgruda de mim, a minha e a da minha filha.

O pai de Marina comprou um barraco em um amplo terreno praticamente vazio. Esse terreno era grande e seu pai aos poucos foi garantindo o direito de recém-chegados construírem barracos lá, repassando para um total de milhares de famílias morarem, assim como as articulava politicamente em busca de melhorias de condições para todos ali, tornando-se uma liderança comunitária. O pai de Marina fechou uma parte do terreno maior e constitui um *quintal* para ele e sua própria “família”. O *quintal* é constituído de várias casas onde os diferentes irmãos moraram em diferentes momentos de sua vida e em distintas situações familiares: ainda solteiros ou mesmo depois de casados ou até conseguirem comprar casas próprias. Novas casas foram construídas e as casas existentes foram sendo ampliadas a depender de quem casa, de quem vai morar, com quem vai se morar; há um contínuo fluxo dos integrantes da “família” de Marina. Espaço tido como fundamental para oferecer melhores condições de vida a todos os irmãos de Marina, mas também à terceira geração, os netos, que mesmo residindo fora do *quintal* com seus pais sempre têm à disposição o terreno para morar, construir, não pagar aluguel e ter boas condições de trabalho e estudo. De certa forma, a importância atribuída à “luta” de seu pai para conseguir o terreno e construir não só para a sua família, mas para que muitas outras famílias lá se fixassem, guarda paralelo com a *luta* dos movimentos de moradia e a importância atribuída à casa própria para o bem da família. Não por acaso, o pai de Marina se tornou uma liderança que articulava o conjunto das famílias do terreno mais amplo, lutando para trazer melhorias para a comunidade recém-constituída, o que também inspirou Marina a se tornar coordenadora da Leste I e do mutirão Unidos Venceremos.

Mas há aqui uma importante reflexão sobre *casa*. Marina afirma que agora tem “três casas”: o apartamento do mutirão do Unidos Venceremos, a de sua filha que mora com marido e filho e a de sua mãe. Casa, portanto, não é só uma materialidade, muito menos o lugar onde efetivamente se mora, mas os lugares constituídos por partilha de laços de filiação – são três gerações unidas por uma linha de descendência feminina –, de três mulheres que já coabitaram em momentos distintos, mas que nem por isso deixam de se sentirem afetivamente próximas, o que torna as três casas comuns às três mulheres.

As relações familiares, uma vez que se parte do princípio de que ainda há uma unidade entre pais, filhos e netos, mesmo que não estejam mais coabitando no *quintal*, são nesse arranjo de casas passíveis de serem visualizadas, mas não se limitam ao *quintal*. Há uma verdadeira configuração de casas (MARCELIN, 1996), uma vez que laços de solidariedade e afetividade se configuram continuamente não só entre as casas de parentes do *quintal*, mas também dessas casas com as de Marina, de seus irmãos e de seus filhos, mesmo localizadas em outros bairros da cidade de São Paulo. Muitas outras narrativas permitem pensar que as relações familiares não se restringem a uma casa específica ou a um *quintal*. Conceição, por exemplo, residia no fundo do terreno de seus pais e agora em um apartamento do mutirão, mas ela continua apoiando financeiramente a casa de sua filha, que atualmente reside na Bahia, onde também passa algumas temporadas com seu marido. Seu marido, que trabalha como embalador de frutas costuma chamar seu filho, que está desempregado, quando é necessária mais mão de obra para as atividades que desempenha. Há também exemplos de mutirantes ajudados por seus filhos, tios, irmãos e mesmo avós. Há, portanto, uma ampla rede de mútua solidariedade conectando casas que nem sempre são próximas geograficamente, cujo critério de conexão são mesmo as relações de parentesco que produzem uma “família” mesmo que não coabite uma mesma casa.

No entanto, residir em um mesmo terreno ou um mesmo *quintal* com familiares e parentes nem sempre é pensado como um arranjo desejável. Como muitos casos citados já deixaram claro, muitos mutirantes, quando casam, também residem na casa de familiares do cônjuge. Paloma, por exemplo, assim que casou foi morar no *quintal* da família de seu esposo, que ela definiu como “casa de parentes”:

Paloma: Casa de parentes assim, porque a casa era dos pais de meu marido, mas ele perdeu o pai e a mãe logo cedo e aí ficou pros irmãos. Então parente que eu falo é

cunhadas que moravam no quintal junto. Então, hoje eu tenho o meu. Não tenho mais parente, graças a Deus.

[...]

Carlos: E vocês casaram e foram morando com parentes e tal?

Paloma: É, quando eu casei eu fui logo pra casa dele. Que seria a casa dele porque era dos pais. Então, quando casamos, nós morava em um cômodo, e aí, ao andar, nós conseguimos construir mais um cômodo, mas eu sempre falava pra ele que eu queria o que é meu, que eu sempre falava que aquilo ali não era meu. E ele “Como não? Nós somos casados” e eu “Não, no dia que eu cansar, a gente vai, sua família fala sai da minha casa, que eu quero minha casa”. E foi aonde que eu entrei aqui no mutirão. Minhas filhas tão amparada, graças a Deus, porque não é fácil [...] que nem eu morei em casa de parente, “Isso aqui é meu”, eu nunca falei que aquilo era meu. Tanto que hoje, é o que eu sempre falo pra ele, qualquer problema que tem na casa dele, “A casa é sua. Isso aqui é meu, agora lá você resolve”. Que os outros não falam que cunhada não é parente? Então, que resolva pra lá [risos]. Aí, graças a Deus, assim, o meu eu estou conseguindo manter, agora o dele lá eu não sei.

Aqui há uma diferença fundamental entre parentesco por consanguinidade e por afinidade percebida a partir da casa, do local de moradia, e atualizada na diferença entre *família* e *parentes*. Ainda que Paloma esteja casada com seu marido, ela trata a casa como dele, ou melhor, da “família” dele, à qual ela se refere como seus “parentes”. A relação de consanguinidade de seu marido com os outros moradores do *quintal* é mais estável e segura do que o seu casamento, o que aumenta os riscos de permanência nessa situação de coabitação com uma família que não é a sua:

Eu sempre falei pra ele que a gente tem que ver o nosso lado. Independente, tanto que eu sou casada, tenho 16 anos de casada com ele. Aí eu falo pra ele “Eu vou fazer o meu lado, porque hoje eu estou com você, amanhã só Deus sabe”. Tanto que aqui mesmo [no mutirão] a gente conhece pessoas que já se separaram. Tiro pela minha cunhada, uma das minhas cunhadas, que já se separou do meu cunhado. Meu cunhado trabalhou muito aqui, entendeu? Separou e tudo. Então, eu sempre falo “Eu vou ver o meu lado”, porque eu acho que uma mulher tem que correr atrás de seus objetivos, principalmente quem tem filho. Porque essa história de casar e voltar pra casa da mãe não dá certo. Apesar que minha mãe nunca aceitou: “Pariu, bateu, some!”.

Paloma considera que seu casamento pode terminar a qualquer momento com o risco de ser despejada da casa, o que a motiva a participar do mutirão para ter sua própria casa. “Parentes”, do ponto de vista dela, define os parentes por afinidade, produzidos pelo seu casamento; ela se refere principalmente às cunhadas, esposas dos irmãos do marido, como “parentes”, não pelo fato dos irmãos de seu marido não

serem também seus parentes, o que para ela de fato são, mas mais uma vez por identificar a casa à mulher enquanto mãe/esposa. Esses parentes com quem ela coabitou no *quintal* são todos “família” de seu esposo e não dela. Sua “família”, como ela afirma em outro momento da entrevista, é tanto quem com ela reside atualmente no apartamento conquistado, seu marido e suas filhas, como seus pais e seus irmãos. Mesmo assim, seu casamento não parece ser tão estável como a relação com as suas filhas, uma vez que é com elas que ela se preocupa em oferecer a casa, ao passo que a casa do seu esposo, dos “parentes”, nunca foi considerada como sendo sua. Apesar disso, Paloma, quando entrou no movimento, também chamou suas cunhadas, que também trouxeram seus maridos para o mutirão. À época da entrevista, duas delas já residiam com suas famílias no Unidos Venceremos.

Assim, nesse caso específico – mas também é uma concepção elaborada por outros mutirantes – “família” refere-se a parentes consanguíneos (filiativos e de fraternidade), com quem há uma maior identificação e a quem se atribui uma maior estabilidade de relações. Ao passo que *parentes* quer dizer parentes por afinidade, com quem as relações são consideradas mais instáveis, com quem nem sempre se quer morar, se quer conviver ou mesmo podem ser fonte de potenciais conflitos ou animosidades.

É claro que os *quintais* não são os únicos arranjos habitacionais em que se coabita com parentes. Já foram citados casos de mutirantes que residem em moradias de parentes quando chegam à cidade (às vezes casas, às vezes apartamentos), mas também quem nasceu em São Paulo continua se deslocando e invariavelmente residindo com parentes, principalmente seus pais ou pais do cônjuge, se casado, mas também na casa de irmãos, tios, primos e avós (em poucos casos, casas de comadres e compadres ou padrinhos e madrinhas). Por outro lado, os conflitos que ocorrem entre parentes nem sempre se dão entre afins. Há relatos de irmãs e irmãos que humilham quem na sua casa vai residir, que cobram ajudas, que exigem desempenho de pesadas atividades domésticas, numa clara subordinação daquele que lá reside “de favor”. Morar com parentes, portanto, ao mesmo tempo em que pode servir de apoio, pode instaurar uma relação de conflito, seja efetivo, seja como possibilidade a ser evitada.

Mas é claro que nem todas as *famílias* dos mutirões residiram sempre com parentes anteriormente. Solteiros ou solteiras, casais com filhos, mãe solteira ou separada com filhos, residiram pagando aluguel em casas na zona leste. A escolha por uma determinada casa, fosse em favelas, *quintais*, casas de cômodos, se davam

basicamente pelo valor de aluguel. Ainda que na sua vasta maioria, os mutirantes morassem em bairros periféricos, onde os valores de aluguel tendem a ser mais baratos do que em bairros mais centrais, nas narrativas a que tive acesso, os bairros e regiões onde se morou são sempre hierarquizados com termos como “bom”, “ruim”, “mais ou menos”, assim como pela maior ou menor acessibilidade à escola para os filhos, hospitais no caso de pessoas mais idosas e principalmente pela maior ou menor distância a oportunidades de trabalho, distância essa não só geográfica como também medida a partir das conexões de transporte público. Assim, dificilmente se poderia falar em uma homogeneização territorial de toda a zona leste classificada sob o termo *periferia*. Bairros mais ricos como Tatuapé e Vila Carrão, por exemplo, localizados no início da zona leste, costumam ser referidos como *centro*, por serem bairros menos segregados, mais ricos, com boa oferta de infraestrutura urbana e serviços. Também São Mateus, onde a família de Marina construiu seu *quintal*, apesar de mais pobre é considerado mais vantajoso por ser mais próximo do centro.

Por outro lado, é claro que nos bairros periféricos de São Paulo, onde a maioria dos mutirantes moraram, há uma precariedade das casas habitadas do ponto de vista material. Poderíamos assim incorrer no risco de essencializar essas casas e afirmar que haveria uma homogeneização das condições de habitação, de seus moradores, de seus arranjos familiares e de suas dificuldades e lutas, o que nos levaria a nos referir a essas habitações e famílias como homogêneas entre si e próprias à periferia paulistana. No entanto, contrariamente a essa suposição, vimos como mesmo essas casas, ocupadas em função de dificuldades econômicas, comportam uma multiplicidade de arranjos familiares, habitacionais e de valores e concepções a elas atribuídas. Elas levam a uma complexidade de ideias sobre família e casa que consideram essas noções como necessariamente coincidentes. Mas as diferentes noções de família e a multiplicidade de arranjos familiares também podem ser complexificadas não só pela casa ou pela coabitação ou por configurações de casa, mas também por conjugalidades, maternidades, partilha de alimentos, desenvolvimento de afetos, dentre outras relacionalidades (CARSTEN, 2000)²⁰, como veremos a seguir.

²⁰ Janet Carsten, em *Cultures of Relatedness* (2000) propõe o uso analítico de *relatedness* a fim de pensar parentesco não a partir de uma polarização entre biológico e social, como os estudos mais clássicos de parentesco fizeram, movimento analítico já denunciado por Schneider (1984). O uso de *relatedness* abre maiores possibilidades para abordagens etnográficas que não partam de pressupostos analíticos de parentesco, mas que, ao contrário, partam dos idiomas e práticas nativos acerca de

Relações de parentesco, afetivas e domésticas na produção de famílias

O casamento e/ou ter filhos são importantes marcos temporais acionados pelos meus interlocutores em relação às reconfigurações familiares, principalmente entre as mulheres, mas também entre os homens. Algumas narrativas discutidas anteriormente neste capítulo já revelaram como o casamento e/ou ter filhos, processos muitas vezes tidos como coincidentes temporalmente, podem ser responsáveis pela produção de novas famílias nucleares, muitas vezes de forma independente das suas famílias de origem. Assim, nesses casos, o novo casal constituído casa e procura uma nova moradia. Mas também vimos como há uma série de variações desse arranjo, o que não permite pensar o casamento e ter filhos como etapas fixas de um ciclo de desenvolvimento doméstico (FORTES, 1974) em que há o casamento e a constituição de um novo grupo doméstico que se expande com o nascimento de filhos, que depois se casam e constituem novos grupos domésticos sucessivamente. Portanto não há uma linearidade necessária entre casamento e reconfiguração de um grupo doméstico e a composição posterior de novos grupos domésticos a partir do casamento dos filhos..

Por outro lado, os casamentos e/ou ter filhos também marcam mudanças de curso de trajetórias pessoais, como no caso de Josefina, que veio do nordeste para São Paulo querendo esquecer um “grande amor” deixado na sua cidade natal e trabalhar e estudar. Logo ela conheceu um homem com quem teve filhos, o que frustrou seus objetivos iniciais. Eles foram morar juntos, sem casarem legalmente. Mas depois se separaram e ela ficou responsável pelo cuidado com os filhos.

A coabitação com os pais de seus filhos pode ser algo temporário também, conjugalidade que pode ser desfeita rapidamente ou nem mesmo iniciada. Marcela, por exemplo, teve oito filhos desde que chegou a São Paulo, de quatro pais distintos. Embora tenha residido com alguns desses parceiros, separou-se de todos eles e se tornou a única responsável pelo cuidado de tantos filhos, o que elevou seus gastos mensais restringindo suas possibilidades de moradia a um barraco em uma favela na zona leste paulistana até que obtivesse o apartamento no Unidos Venceremos.

conexões estabelecidas entre pessoas não apenas ligadas por consanguinidade e afinidade, descendência e alianças. Essa perspectiva orienta meu esforço etnográfico de compreender as “famílias” de mutirantes em seus próprios termos, inclusive de parentesco, mas também por outras formas de conexões.

Com efeito, há muitos casos de separações conjugais entre os mutirantes. Separações causadas pelos mais diversos motivos, como adultérios, desejo de independência das mulheres, violência doméstica etc. Há uma maioria, entre os mutirantes, de mulheres solteiras com filhos, ou mulheres no seu segundo casamento. Nessas situações, as mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos, uma vez que são recorrentes relatos de pais que “somem” e não se preocupam com o destino de seus filhos. Nessa perspectiva, os laços matrimoniais muitas vezes são representados como muito instáveis, muitas vezes resultando em separação; além de haver uma coalizão muito maior entre mães e filhos do que pai e filhos, o que se aproxima muito dos modelos de famílias matrifocais²¹.

Mas, mais uma vez, ainda que se possa tratar esse tipo de arranjo familiar como representativo entre as classes populares, ele não é uma regra dominante. Há casos de casais que se mantêm durante anos e nem sempre há desigualdades de gênero como nessas práticas familiares em que a mulher enquanto mãe é mais vinculada aos filhos enquanto os pais, uma vez separado, abandonam os filhos e a ex-mulher à própria sorte. Há relatos de separações conjugais em que o marido também entrou na justiça para reivindicar a guarda de pelo um ou mais filhos.

Por outro lado, retomando agora a narrativa de Paloma, que abriu este capítulo e também foi discutida em relação aos *quintais*, é possível ir além da concepção de que família é um tipo de arranjo apenas entendido como composto por uma dicotomia entre relações conjugais e de maternidade e de paternidade, entre o biológico e social (SCHNEIDER, 1984), ou entre descendência e aliança. Há vários outros fatores de familiarização (COMERFORD, 2003) como sua trajetória deixa claro:

Paloma: (...) Eu sempre morei com irmã. Porque eu passei uma crise, um pouco, na minha adolescência. Minha mãe acabou indo embora e deixando os filhos. Então, quando minha mãe, quando ela foi embora pra morar com meu padrasto, que morava aqui perto do Prestes Maia, a gente não quis ir com ela. Então, ela veio e me deixou, então quem criou eu foi meus próprios irmãos. Então, nós moramos com irmãos. Nós era em 8.

²¹ Smith (1973) formulou originalmente o conceito de matrifocalidade. Para aplicações do conceito para análise de famílias de classes populares urbanas, ver Fonseca (2000) e Neves (1985). No entanto, evito definir especificidades de arranjos familiares populares, que seriam desviantes ou alternativos em relação ao modelo dominante de família conjugal das classes médias, como o conceito de matrifocalidade parece sugerir. Busco, ao contrário, dialogar, na medida em que for conveniente para a análise, com essa bibliografia para lançar luz a questões políticas em torno das configurações familiares encontradas no interior dos movimentos de moradia.

Carlos: Mesmo pai, mesma mãe?

Paloma: Não, não. Pai e mãe era só um, que minha mãe chegou a casar 3 vezes. Então, no primeiro casamento ela teve 6 filhas mulher, no segundo teve eu e meu irmão e depois teve outra irmã.

Carlos: E aí, até sua mãe sair você morou na mesma casa?

Paloma: Então, quando minha mãe foi embora, que eu tinha 6 anos, eu morei junto com a... nessa casa que eu te falei em Itaquera, e depois eu fui morar na casa de uma irmã minha aqui em Guaianazes. Que é aqui próximo aqui, na Luís Mateus. E ela assim foi me criando. Aí eu morei um tempo com ela. Aí quando chegou os meus 15 anos, eu inventei de se amigar. Me amiguei muito cedo, quando eu me amiguei, me amiguei com 15 anos, mas eu sempre falo que é falta de opção. Falta de opção porque se você tem um apoio de um pai e uma mãe você não vai querer fazer isso, você vai querer estudar, ser alguém na vida. E quando você tá na casa de alguém, você pensa que vai ter uma estrutura. Na hora da agonia que a gente acaba fazendo essas loucuras. Não me arrependo, eu falo que é experiência. Lógico que o que eu passei eu não quero que minha filha passa. E aí eu me amiguei muito cedo, eu e minhas irmãs, a gente casou muito cedo, todas nós. Todos nós estamos casadas, tem a sua casa e estamos com a nossa vida ali, graças a Deus.

Carlos: E aí você tinha 6 anos quando sua mãe saiu?

Paloma: Foi, 6 anos. Eu 6, meu irmão 7 e a outra 8 anos e a outra tinha 10. Eram os menores. E as outras tinham 16, 15, 14, os mais velhos. Então foi assim, um sobrevivia no outro, um ajudando o outro... E, assim, passei muita necessidade

[...]

Carlos: E seu pai?

Paloma: Meu pai, eu tive a perda dele muito cedo. Com 10 anos, eu perdi meu pai. O meu pai mesmo. Então, perdi com 10 anos e, assim, eu não tinha muito contato com meu pai porque quando aconteceu tudo isso, que minha mãe foi embora, meu pai entrou na justiça pra pegar eu e meu irmão. Aí ele ficou com meu irmão e eu fiquei com minha irmã. Que foi essa irmã que acabou de me criar. E meu irmão ficou com ele, todo o tempo. Tanto que meu irmão depois casou, teve família, tudo. Mas com meu pai, eu ficava... fiquei mais com minha irmã, não com meu pai.

A família de Paloma anterior ao seu primeiro casamento não se encaixa no modelo de família nuclear ou conjugal (com ou sem filhos) ou de unidade de mães solteiras com filhos. Com a separação de seus pais, ela residiu primeiramente com seus irmãos e depois com sua irmã, já casada, por isso que ela afirma ter sido criada por seus irmãos e, mais especificamente por sua irmã. Assim, a criação de crianças não necessariamente se define como uma relação de maternidade, de laços de descendência consanguíneos, principalmente entre mãe e filhos, mas por uma relação

de afetividade e cuidado que se desenvolve não só a partir da coabitação, mas também de cuidados, de substituição de um papel que *a priori* seria da mãe consanguínea.

O trecho da narrativa de Paloma que abre este capítulo fala das dificuldades pelas quais ela e seus irmãos passaram, principalmente para terem acesso à comida: “Necessidade, graças a Deus, que eu falo assim, é na parte da alimentação, um apoio, que a gente não tinha isso”. Nesse sentido, “família” à qual Paloma pertence não é entendida apenas pela coabitação e por sua criação por sua irmã, mas também pela partilha de alimentos (ou melhor, pela necessidade coletiva em se obter alimentação). Ainda há uma oposição simétrica entre a sua criação e a que ela tanto se orgulha de oferecer às suas filhas atualmente: “Então, eu falo sempre pra minha filha, eu falo ‘Filha, hoje você tá no paraíso, você tem uma mãe, tem um pai’”. A ausência de um pai e de uma mãe acirra as dificuldades encontradas por ela e seus irmãos, da sua família, mas também é responsável por uma falta de apoio e orientações, que só pais poderiam transmitir aos seus filhos, que faz com que ela e suas irmãs casem precocemente e não estudem como deveriam.

Sobre seus casamentos, Paloma ainda afirma:

Eu me amiguei com meus 15 anos, nem 15 completo eu tinha. Me amiguei, que nem eu te falei que é uma necessidade. Então, eu pensei que eu ia melhorar e eu peguei como experiência porque eu sofri bastante. Aí, eu não trabalhava, quando eu fiz os meus... quando eu pude trabalhar, com meus 18 anos, aí foi onde que eu acordei, falei “Não, não quero mais”. Porque eu não trabalhava, passava uma necessidade muito grande com ele também porque era uma pessoa que não queria nada da vida, entendeu? Então, aí eu comecei a acordar pra vida, muitas pessoas me davam muito apoio e me colocavam muitas coisas boas na minha cabeça: “Paloma, você tem que trabalhar”. Então, meu primeiro emprego foi em área hospitalar, eu trabalhei, meu emprego com 18 anos, eu entrei no Hospital. Eu entrei lá, entrei na limpeza. Eu não sabia nada de limpeza, fiquei um ano lá. Aí depois que eu, aprendi muito assim, aí eu trabalhando falei pra ele que eu não queria mais ficar com ele porque eu comecei a sentir o gosto, ser mais independente, ser eu. Aí eu separei dele, fiquei 3 anos sem ninguém, trabalhando, não tinha estudo, terminei meu estudo depois de casada, não tinha estudo nenhum. E aí ele falava que eu não ia largar dele, eu falei “Não, não dá mais certo, eu vou sim”. Aí eu entrei no mesmo hospital, mas por outra empresa, aí eu entrei na lavanderia hospitalar. Aí eu comecei, entrei numa lavanderia e nessa lavanderia depois que eu estava lá mais ou menos quase 1 ano, meu marido já estava lá. E eu já trabalhava lá, que ele era o responsável que lavava a roupa e eu dobrava e distribuía no andar, então a gente só conversava o básico. E aí a gente começou já a se engrajar um com o outro, graças a deus hoje eu sou casada legalmente, tenho minha família, minhas duas filha são dele. E, assim, bola pra frente.

Seu casamento precoce causa sofrimentos e desejos de separação, de aquisição de independência, lição transmitida às suas filhas como algo a ser evitado. Assim, Paloma parte de concepções pré-estabelecidas sobre o que é uma família e de como ela deve ser, ainda que, ao mesmo tempo, revele diferenças de arranjos familiares sucessivos entre a família com seus irmãos, o seu primeiro e sofrido casamento e a família que ela inaugura com o segundo casamento e com as filhas que tem com o novo marido. A criação dos filhos, ou das crianças que são criadas por outros parentes que não seus pais, é considerada uma das características fundamentais para definir família, assim como se reflete numa preocupação fundamental entre quem delas cuida.

Nesse sentido, no conjunto de relatos dos mutirantes e de minhas próprias observações em campo, o cuidado das crianças é algo central e que concentra uma série de esforços cotidianos. As crianças devem ser bem criadas e cuidadas, bem educadas, elas devem se concentrar nos estudos (de preferência devem fazer faculdade), devem conseguir um bom emprego, ficar longe das drogas e mesmo de práticas consideradas criminosas. A elas devem ser oferecidas melhores condições que as que seus pais tiveram – financeiras, afetivas, casamentos não precoces, casa própria. Como me disse Josiane:

Pretendo [voltar a trabalhar] quando o menino estiver um pouquinho maior. Porque assim, é bom ficar com os filhos cuidando, mesmo assim você sabe que é meio... Se não tomar cuidado, o mundo toma. Então, eu optei assim de ficar em casa e cuidar deles pra não me arrependar no futuro. Não me arrependo não. Eu sei que eu passo necessidade, tudo, aperto às vezes, mas a recompensa de ver eles assim bem pra mim é ótimo. De saber que eu cuidei e procuro cuidar da melhor forma possível. Que a gente também erra, não vou dizer porque sou mãe “Ah, não”. A gente erra, tem momentos que a gente descuida, tal, mas procuro estar sempre presente. Então, assim, por ser pobre me dei esse luxo [risos]

O caso de Josiane se aproxima ao de outras mães com quem conversei que preferem parar de trabalhar para se dedicar exclusivamente ao cuidado da casa e dos filhos, ainda que em alguns casos isso seja negociado com seu marido ou mesmo por ele imposto. O cuidado se encerra quando os filhos já estão maiores, com certa independência das mães. Mas é claro que a possibilidade de parar de trabalhar para se dedicar exclusivamente ao cuidado dos filhos é uma opção disponível preferencialmente a mulheres casadas. Mesmo assim, muitas mulheres casadas

tendem a trabalhar fora de casa mesmo com filhos pequenos por precisarem fortalecer o limitado orçamento doméstico. Nesses casos, assim como no de mães solteiras e separadas, conta-se com ajudas para o cuidado dos filhos. O caso das avós maternas, já aposentadas ou que não trabalham fora de casa, é o mais comum, mas há também ajudas de outros parentes mulheres, como tias, primas, irmãs. Na ausência de parentes disponíveis, também recorre-se a vizinhas ou mesmo comadres. Pode haver, portanto, uma intensa circulação de crianças entre casas de parentes, amigos e vizinhos. Em alguns bairros, há a sempre bem vinda presença de creches que ofertam a possibilidade dessas mães poderem trabalhar enquanto seus filhos são cuidados.

Quando há uma partilha das responsabilidades com o cuidado dos filhos, muitas dessas outras mulheres são tratadas pelas crianças cuidadas de forma afetuosa, como em relação às suas próprias mães consanguíneas. Ou elas próprias consideram as crianças como seus filhos. Entre avós e netos cuidados por elas pode se estabelecer uma relação de segunda maternidade e os netos consideram as casas de suas avós como sua segunda casa, quando sua mãe ou seus pais não moram lá.

No entanto, a primazia das mães no cuidado com os filhos ou mesmo de outras parentes consanguíneas pode ser problematizado a partir de vários casos, como o de Paloma, analisado acima, mas também elucidado pela trajetória de Pedro:

Eu estou muito contente, se eu reclamar hoje é porque eu estou sendo ingrato, então eu não reclamo, porque eu nunca tive um quarto para dormir, sempre morei de favor. No começo da minha vida passei por uma luta, porque Deus preparou, eu fui adotado. Então motivo ao qual eu fui adotado é porque as pessoas a qual me geraram por vaidade o homem não quis me assumir e a mulher falou “Então, o que é que eu faço?”. Aí Deus preparou minha mãe, adolescente, me adotou e eu estou aqui hoje.

[...]

A história que eu sei, eu tentei ir atrás, mas eu não fui porque minha mãe que me abraçou, me adotou, eu sentia ela meio tristonha, então eu achei melhor eu virar a página. Mas a história que eu sei é que no ano de 74, eu estava na barriga de uma mulher e o homem, o namorado dela, falou “Ou eu ou ele, ou eu ou ele”. Aí a mulher naquela época escolheu ele, o homem. Aí minha mãe soube da história, minha mãe que me adotou. Minha mãe era adolescente na época, minha mãe acompanhou os 9 meses a gravidez e, resumindo, Deus tomou os caminhos

[...]

Meus tios pegaram eu, colocaram numa sacolinha e deram simplesmente para minha mãe. Naquela época a adoção era mais fácil, era tudo, naquela época, tudo era mais fácil, o amor era mais compreensível, o amor ele era mais quente do que hoje. Porque com o passar dos dias o amor vai se esfriando entre as pessoas. Então está escrito que o

amor de muitos se esfriarão, então naquela época Deus colocou o amor no coração da minha mãe para me adotar [...] Então, eu tenho que dizer que foi uma grande sorte na minha vida que Deus deu, porque vai saber o que é que se passava na cabeça da minha mãe que me gerou. Então, minha mãe veio me abraçou e me levou no Tatuapé, carimbou, registrou no cartório, me criou, nunca faltou de nada para mim.

Passamos muita dificuldade eu, meus irmãos e minha mãe. Minha mãe era doméstica, às vezes ela andava a pé para poder deixar o leite, o pão para a gente para ir para o serviço. Chegamos a morar em casas boas de aluguel, inclusive no Tatuapé, perto da Praça Santa Terezinha, moramos num apartamento com piscina, a casa era cheia de final de semana. [Com o desemprego do pai], recebemos ordem de despejo em Itaquera, e daí graças ao bom Deus, Deus tomou o coração dos meus tios, lá no Jardim Parque Centenário, que meus tios também me criaram. Eles pegaram e foram lá em casa, encostou o caminhão, carregamos todas as coisas e fomos lá pro meu tio, lá no Parque Centenário. Moramos em um cômodo menor que esta sala, 6 filhos, meu pai e minha mãe, beliche, fogão, tudo junto. E eu por ser mais velho, eu via meu pai chegar às vezes alcoolizado, às vezes maltratava minha mãe com palavras e tudo, minha mãe ia para o mutirão, ele falava que ela não ia e enfim, ele humilhava ela. E ela: “Não, eu vou pro mutirão”. Aí resumindo, minha mãe não aguentou, mandou ele embora, e minha mãe no mutirão, foi, foi, foi, Deus deu saúde, deu vida e ela acabou indo primeiro pro mutirão com os meus irmãos. Como foi que meus tios também me criaram, que minha mãe trabalhava fora, então meus tios me criaram, eu fiquei um pouco nos meus tios, só que meus tios falaram: “Olha Pedro, se eu fosse você eu não ia morar no mutirão não, fica aqui com a gente”. Só que aí dentro do meu coração, Deus falou “Onde a mãe vai, os filhos têm que ir junto. E outra ela vai precisar de você”. Deus falou no meu coração. E eu falei para o meu tio: “Tio, eu queria ficar, mas minha mãe vai precisar de mim. Eu sou o mais velho”. E aí o vizinho encostou o carrinho dele, colocou minha roupa, fomos lá pra Juta.

Pedro exemplifica como uma relação de maternidade, afetivamente amorosa, entre mãe e filho, costumeiramente atribuída a vínculos consanguíneos, também se estabelece entre ele e sua mãe adotiva. Pedro é evangélico, da Congregação Cristã, o que permeia seu discurso de uma série de referências a Deus e de seus agenciamentos nas suas práticas e na de outros com quem convive. Mas há aqui um importante elemento na produção da maternidade e, conseqüentemente, de família: a afetividade, o “amor”. Uma das ideias possíveis sobre família também pressupõe cuidados e amor recíproco como fundamentais pra a constituição de uma desejável união entre seus integrantes. O afeto desenvolvido entre mãe e filho, desenvolvido não só pela adoção, mas pelo cuidado com a alimentação, em não deixar “faltar nada” é retribuído por seu filho que a acompanha e a ajuda quando ela se fixa em outro mutirão do mesmo movimento ao qual ele iria entrar, o Leste I. Mas esses afetos também são criados e desenvolvidos entre Pedro e seus tios, que também o criaram e que pedem e desejam

que ele continue na sua casa, mesmo com a saída da mãe. Assim, percebe-se como a consanguinidade não é condição indispensável nem única para o cuidado de filhos, nem para a produção de famílias.

Reflexões etnográficas sobre casa e família

A partir das trajetórias familiares e habitacionais dos mutirantes foi possível perceber uma acentuada multiplicidade de sentidos atribuídos ao termo “família”, assim como a “casa”. Mas não se trata de uma multiplicidade apenas ideológica. Ambos os termos também se referem a arranjos concretos, ainda que fortemente flexíveis diacrônica e sincronicamente.

Assim, foi muito mais rentável, do ponto de vista analítico, não partir de pressuposições do que se entende por esses termos e por seus arranjos, mas percebê-los tal como concebidos por meus interlocutores. Ainda que o termo família possa se referir a uma unidade, não foi apenas tal perspectiva que emergiu das narrativas. No lugar de pensar em famílias como grupos corporados, coincidentes com a casa ou com uma certa unidade consanguínea, foi mais produtivo pensar processualmente dinâmicas e arranjos familiares e domésticos.

Vimos como as “famílias” são produzidas de muitas formas discursiva e praticamente. Há, com certeza, perspectivas que priorizam a consanguinidade nesses processos de produção, a família como unidade da reprodução biológica. No entanto, “família” também é o resultado da coabitação, do desenvolvimento de afetos, da alimentação compartilhada, do cuidado com os filhos. Por outro lado, é claro que o termo não se restringe ao grupo doméstico, à família nuclear e conjugal, ele não exclui parentes não coabitantes e nem todos os integrantes de um mesmo arranjo doméstico constituem uma mesma “família”.

O casamento também adquire uma dimensão fundamental para se compreender o termo “família”, assim como “casa”, e seus múltiplos arranjos. As diferentes conjugalidades são processos entendidos como fundamentais para a constituição de uma família e/ou de um grupo doméstico, ainda que não seja a única forma dessa constituição e não necessariamente o novo casal residirá sozinho numa unidade doméstica alugada ou própria, muitas vezes eles podem seguir residindo com os pais de um dos cônjuges ou com parentes; há também uma possibilidade sempre

aberta de depois de casados se retornar a casa de parentes, em casos de despejo, impossibilidade de pagar aluguel, desemprego etc. Mas as *famílias* dos movimentos e dos mutirões também podem ser constituídas por mães solteiras ou separadas, solteiros e solteiras, irmãos e irmãs.

Se as pesquisas correntes sobre os movimentos de moradia não se preocupam em problematizar as noções êmicas em torno de família e de casa, fiz um esforço de entender a complexidade em torno dessas noções e dinâmicas não para fazer um perfil dessas famílias, da base dos movimentos, mas para iniciar uma análise que mostre a centralidade das questões aqui enunciadas e discutidas nos discursos e ações nos mutirões e dos movimentos de moradia.

Ainda que haja uma tendência, uma vez atendida, que a *família* corresponda ao grupo doméstico ora constituído, que irá habitar uma unidade habitacional adquirida, há enormes variações a esse arranjo. A multiplicidade aqui elencada não se dissolve quando há o atendimento, mas continua orientando os novos arranjos familiares, habitacionais, afetivos. E, mais do que isso, as ideias e relações aqui discutidas continuam interferindo nas configurações dos mutirões e dos movimentos, além de orientar as próprias políticas habitacionais.

Como veremos no próximo capítulo, a partir do momento que se ingressa no movimento é possível perceber conexões e combinações entre as perspectivas e práticas aqui analisadas e as dos mutirões e dos movimentos de moradia. A participação no mutirão e no movimento impacta e é impactada por dinâmicas relações de parentesco e familiares, levando a constantes redefinições do que é família, de seus limites e de seu papel como objeto e sujeito do atendimento habitacional.

CAPÍTULO 2

Famílias produzindo movimento, movimento produzindo famílias

Como visto a partir das análises das trajetórias familiares e habitacionais dos mutirantes no capítulo anterior, o objetivo de conquista de uma casa própria adquire uma forte centralidade nas suas vidas. A procura do movimento corresponderá assim à busca de um mecanismo necessário ao esforço de obtenção dessa casa.

Os caminhos pelos quais se procura o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I, ou simplesmente Movimento Sem Terra Leste I (doravante Leste I), são diversos, mas também aqui não só os sentidos atribuídos à casa como também as relações domésticas e familiares terão forte influência na opção de ingresso na Leste I.

Em geral, como as narrativas analisadas no capítulo 1 permitem afirmar, são as dificuldades familiares e habitacionais anteriores, associadas ao sonho de se ter uma casa própria, espaço de autonomia, independência, tranquilidade financeira e, no caso de famílias com filhos, possibilidades de oferta de melhores condições de vida aos filhos do que os pais tiveram, que levam à procura da Leste I. Mas veremos que obviamente essas causas, por mais concretas que sejam, não são condições suficientes para o ingresso e a permanência no movimento.

A partir do momento em que se ingressa no movimento é que essas pessoas passarão a se reconhecer e a serem reconhecidas pelos diversos integrantes da Leste I como *famílias*. Mas antes de adentrarmos nas questões relativas ao ingresso no movimento, é fundamental a compreensão da constituição dessa coletividade intitulada Leste I, como foram produzidas historicamente suas práticas, discursos e formas de atuação que a tornam um atrativo para essas *famílias* em busca da casa própria.

Genealogia do movimento Leste I

Juliana, uma das principais lideranças da Leste I e da UMM, assim resume a formação desse movimento específico com atuação na zona leste de São Paulo:

A Leste I é um filhote mesmo daquele momento histórico e daquela conjuntura da periferia no final da década de oitenta. A nossa formação é em 1987, a constituição enquanto movimento, e a primeira ação que a Leste I teve foi a ocupação da Fazenda da Juta em 1988. Só que em 1984, que foi a época das grandes ocupações de terra em São Paulo, toda a periferia, você já tinha essa organização em São Miguel, lá com o Padre Ticão e que depois veio chamar de Leste II. Essa divisão você sabe porque que é? Era a divisão da igreja, que a Leste I era, que agora se chama Região Episcopal Belém, é o que pega a parte sul da zona leste: Mooca, Vila Prudente, Sapopemba, Vila Formosa, Aricanduva até São Mateus. E a Leste II é a parte da linha do trem para cima, ali no começo que é Penha, Vila Matilde, Itaquera, Guaianazes, São Miguel, Ermelino Matarazzo e Itaim Paulista. E essa é a divisão da igreja. E como a gente se organizava em torno das comunidades de base, essa foi a divisão também que demarcou a atuação do movimento. Então a Leste II já existia desde 1984, já consegue fazer as ocupações como essa metodologia de organização que a gente usa até hoje que é o trabalho em grupo de origem. O trabalho em grupo de origem, em grupo de base, que correspondia também às comunidades [eclesiais de base]. Então como as comunidades eclesiais de base já tinham uma referência territorial, os grupos de moradia se organizavam nas comunidades, a maioria deles nas comunidades, usando a mesma referência. Então se você vai ver, a distribuição é a referência territorial e essa forma de organização também é muito parecida: o sistema de representação que você tinha o pequeno grupo que elegia o seu representante, que formava o coletivo de discussão e organização, naquele coletivo se elegia uma coordenação e essa coordenação que representava o movimento para fora. Esse formato é um formato que a União [UMM] depois veio a adotar, exatamente a mesma matriz. E aí a Leste I, a gente começou a ter alguns grupos que estão lá no fundão de São Mateus, Jardim Santo André, no centro de São Mateus, na Vila Carrão, onde havia algumas lideranças que trabalhavam com favela, trabalhavam com cortiço, e no Brás, Brás e Mooca, que aí você tinha essas lideranças que começaram a se articular, muito através da situação da própria igreja, das pastorais sociais, e que começam inclusive a frequentar as reuniões da Leste II. Eles tinham uma plenária que era toda quarta-feira, aí também nessas plenárias começaram a ver a dinâmica do movimento e tal, para formar o que veio a ser a Leste I. Isso foi em 1987 que começou a formar esses grupos. Aí em 1988, estoura a ocupação da Fazenda da Juta, que na verdade a ocupação foi mais espontânea, tinham os grupos organizados, mas tinham mais de cinco mil famílias que foram ocupar a terra de maneira individual, espontânea. E essas lideranças da Leste I aproveitaram esse momento para costurar o movimento de caráter regional. Foi feita uma negociação de que o governo do estado desapropriasse o terreno, para aí as famílias saírem do terreno. Foi feito um mega-cadastramento, a Miranda, não sei se você chegou a conhecer, ela saiu do movimento agora há pouco tempo, ela guardava até poucos dias a senha que ela foi cadastrada em 1988, “olha gente, eu já construí a minha casa, eu já construí casa para muita gente, mas essa senha ninguém me chamou até hoje”, ela brincava. Que o estado cadastrou todo mundo, buscando desmobilizar, mas o pessoal manteve a mobilização. Como a área não tinha sido desapropriada, o pessoal ocupou um outro terreno, no Jardim Colorado. Então dessas ocupações aí sim que foi dando cara para o movimento e dando um pouco o formato, como é que ia ser a organização e tal. Dessa ocupação do Jardim Colorado, também conseguimos uma promessa do governo que ia desapropriar o terreno, e aí então na negociação, com o decreto de interesse social do terreno o pessoal saía da área, ficou um grupo de famílias que não tinha para onde ir. E aí nós

negociamos uma área da Eletropaulo, que também era ali perto do Jardim Colorado, um pouco mais para frente, na Vila Nova York, para que essas famílias permanecessem em barracos até sair a Fazenda da Juta e o Jardim Colorado. E acabou que esse acampamento também acabou dando mais um formato, dando uma identidade, e foram surgindo novos grupos e mais comunidades. E esse acampamento ficou lá como resistência até conseguir o terreno. Quando a Luiza Erundina, candidata em 1988, faz a campanha dela visitando todas as organizações, os movimentos que estavam acontecendo na época, ela visitou esse acampamento e se comprometeu. E aí é quando a gente começa também a formar a União de Movimentos de Moradia, que era exatamente juntar as lideranças das regiões, por isso que até hoje você é Leste, Norte e tal, que foi a forma de organizar a União de Movimentos de Moradia, criar esse espaço coletivo. Na época não existia formalmente nada disso, era um espaço coletivo de organização, para fazer as plenárias, e sempre com esse caráter muito coletivo. Então as plenárias da União era para a base ir, não era uma plenária de coordenadores só. Os atos, as marchas, “vamos para o Governo do Estado”, “vamos para a prefeitura”, eram sempre coisas com esse objetivo. Aí a Luiza Erundina visita o acampamento e se compromete que o primeiro empreendimento que ela ia fazer de moradia era para atender aquela demanda que estava nos barracos de lona ainda, lá no acampamento da Eletropaulo.

[...]

E que começa nesse primeiro momento já a desenhar a proposta que depois veio a se chamar “Mutirão com autogestão”, mas naquela época a gente não sabia usar essa palavra.

Primeiramente, seguindo a narrativa de Juliana, é importante destacar que apesar da Leste I ter sido formada em 1987, esse movimento teve sua formação inspirada na organização de um movimento de moradia também da zona leste de São Paulo, o chamado Movimento Sem Terra Leste II, constituído alguns anos antes, em 1984²². A distinção dos dois movimentos por números (I e II) se deu pelo fato deles terem uma delimitação territorial de atuação distinta, abarcando cada um deles uma metade da zona leste de São Paulo, calcada na divisão territorial da própria Igreja Católica.

Em função das grandes dimensões territoriais da zona leste de São Paulo, a área foi dividida pela Arquidiocese de São Paulo em duas regiões episcopais: a Leste I, com sede no bairro do Belém, e a Leste II, centralizada no bairro de São Miguel Paulista. Essa divisão de todo o território da arquidiocese em regiões, subdivididas em setores e estes últimos em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) correspondia a uma orientação mais progressista colocada por Dom Paulo Evaristo Arns quando

²² Para a elaboração desse breve histórico do Movimento Sem Terra Leste II, ou Movimento dos Sem Terra da Região de São Miguel, como foi inicialmente nomeado, utilizo como referências Caccia Bava (1988) e Iffly (2010).

assumiu a Arquidiocese de São Paulo nos anos 1970. Segundo Iffly (2010), tal divisão territorial tinha o propósito de descentralizar as estruturas de poder da Igreja Católica, trazê-la para mais perto do povo, de maneira democrática, mais participativa e não tão sujeita à hierarquia clerical. As CEBs, em especial, tinham uma grande participação de leigos, de militantes de esquerda e sindicais, de moradores dos bairros onde elas se fixavam e na maior parte delas havia uma predominância da Teologia da Libertação, corrente teológica progressista no interior da Igreja Católica que preconizava a libertação do povo mais pobre das injustiças sociais a que estavam submetidos a partir de sua própria mobilização e organização. Segundo a autora, que realiza um estudo de caso das relações entre a Igreja Católica e as mobilizações sociais ocorridas na zona leste II da cidade de São Paulo, essa “territorialidade da Igreja moldou a territorialidade dos movimentos sociais e produziu um espaço sociopolítico” (IFFLY, 2010, p. 37).

No caso específico desse movimento de moradia com atuação na zona leste II, o papel da Igreja Católica foi fundamental e merece ser brevemente retomado porque terá impacto na constituição do movimento da Leste I com reverberações até hoje nas suas práticas e discursos.

Após várias ocupações ocorridas na região leste II de São Paulo, o Movimento Sem Terra Leste II foi formado em 1984 a partir de um interesse do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da região de São Miguel, e com apoio do Bispo Dom Angélico dessa região episcopal. O CDDH de São Miguel é o primeiro constituído na cidade de São Paulo, em 1978. Inicialmente tinha dois objetivos – a defesa das pessoas vítimas de violência policial e os problemas relativos à expressiva quantidade de loteamentos clandestinos ou grilados na região, mas passa a achar necessária a formação de um movimento que reivindicasse atendimento habitacional para a população sem terra local dentro de um quadro mais amplo de piora das condições de habitação, aumento dos aluguéis, arrocho salarial e altas taxas de desemprego. Ao mesmo tempo, essa formação era tributária das experiências acumuladas das grandes ocupações de terra ocorridas nas periferias de São Paulo a partir de 1981, muitas delas com apoio da Igreja Católica, principalmente a partir das suas pastorais e de suas CEBs. A partir dessas grandes ocupações, além do movimento Leste II, foram criados outros dois movimentos na região norte e sul da cidade, também com apoio da Igreja Católica no início dos anos 1980, que viriam também a constituir a União dos

Movimentos de Moradia (UMM), em conjunto com outros movimentos, dentre os quais a Leste I e a Leste II.

Como afirma Juliana, na narrativa acima, assim como em relação aos outros movimentos já citados, o papel da Igreja Católica foi fundamental para a constituição da Leste I. Já haviam lideranças e agentes pastorais que trabalhavam com moradores de cortiços e favelas, assim como CEBs disseminadas em todo o território da região leste I, dentre as quais já havia articulações em torno da reivindicação do direito à terra e moradia. Essas lideranças e agentes pastorais “começam a se articular” seguindo a estrutura e as ações da própria Igreja, por meio das CEBs e das pastorais sociais e também passam a frequentar as plenárias da Leste II, onde eles puderam aprender e se inspirar sobre a “dinâmica” desse outro movimento de moradia.

O início da organização da Leste I se dá em março de 1987²³, “porém, antes, já havia ocorrido algumas ocupações isoladas, motivadas principalmente pelo plano cruzado que, em 1986, não congela os gêneros alimentícios nem os alugueis, somente os salários, culminando em mais um arrocho salarial” (GONÇALVES et al., 1990, p. 41). A partir dessas ocupações entre 1986 e 1987 e uma série de outras na região Leste II, essas lideranças sentiram a necessidade de organizarem um movimento amplo, que atendesse toda a região Leste I. Além das CEBs e pastorais sociais nessa região específica, a Assembleia Arquidiocesana de São Paulo também define como prioridades, em maio de 1987, moradia, justiça no mundo do trabalho e comunicação social. Essas mesmas prioridades também são adotadas pela Assembleia Regional do Belém, que elege dois coordenadores regionais para cada prioridade, que terão papel fundamental na formação do movimento Leste I.

Em 12 de junho de 1987 acontece a primeira assembleia do movimento no bairro de São Mateus, com aproximadamente duas mil pessoas. Essa assembleia ocorreu para a formação do movimento e busca de abertura de negociações com o governo estadual para atendimento habitacional, mas sem muito sucesso. O governador do estado à época, Orestes Quércia (PMDB), não participou da assembleia, embora tenha sido convidado e, posteriormente, os esforços de negociação com o governo estadual continuaram, incluindo caravanas ao CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e

²³ Além da entrevista com a Juliana, utilizo como fonte de dados sobre o início da Leste I o Trabalho de Conclusão de Curso de quatro alunas do curso de Serviço Social da PUC-SP (GONÇALVES et al., 1990), dentre as quais estava a entrevistada.

ao Palácio dos Bandeirantes (sede do governo do estado de São Paulo). Como não houve qualquer resultado concreto, favorável às reivindicações, o movimento Leste I adota as ocupações como “estratégia de luta” (Ibid., p. 42).

Na narrativa de Juliana, a ocupação da Fazenda da Juta é a primeira que ocorre com organização do movimento Leste I. A Fazenda da Juta era uma ampla área, de 750 mil metros quadrados, às margens da avenida Sapopemba que se encontrava “totalmente ociosa, entregue à especulação imobiliária” (Ibid., p. 42). A ocupação ocorre em janeiro de 1988 com a participação de 5.100 famílias, mas, como afirma Juliana, de “maneira individual, espontânea”. A Leste I organiza essas famílias, conforme relata uma liderança que participou desse primeiro momento: “Nós nos preparávamos, quando estourou uma ocupação com famílias quase sem organização, mesmo assim a gente ocupou, dando apoio, tentando organizar o pessoal e ficamos 26 dias no local” (Ibid., p. 42). A partir da organização da Leste I, as famílias reivindicaram ao CDHU a desapropriação de toda a área, a construção de lotes urbanizados, cadastramento das famílias e financiamento de material para a construção. O CDHU firmou o compromisso de desapropriar o terreno desde que as famílias o desocupassem e realizou um “mega-cadastramento” de todas as famílias ocupantes.

Aqui alguns pontos são importantes e merecem ser destacados. Primeiro, a necessidade de *organização* dessas famílias para que obtivessem atendimento habitacional, *organização* essa necessária e obtida apenas via movimento. O cadastramento, ainda que resultado de uma reivindicação do movimento, teria sido realizado, segundo Juliana, para desmobilizar as famílias, ou seja, deixar aquelas famílias esperando um futuro atendimento e que não mais realizassem ocupações: “Que o estado cadastrou todo mundo, buscando desmobilizar, mas o pessoal manteve a mobilização”.

Em relação à *organização*, foi feita uma avaliação por parte das lideranças do movimento que:

Muitos fatores interferiram no sucesso da ocupação, sendo o mais importante o fato da maioria das famílias não serem organizadas, o que levou a atitudes individualistas, como a demarcação de lotes unifamiliares, o que só contribuiu para a fragmentação da luta (Ibid., p. 42)

Assim, era necessária maior *organização* para as próximas ocupações a serem realizadas, assim como manter a *mobilização*, a despeito dos esforços contrários da CDHU. Com efeito, como não houve a desapropriação da Fazenda da Juta, já em fevereiro de 1988, o movimento Leste I, com suas famílias agora *organizadas* e *mobilizadas*, ocupa uma nova área, no Jardim Colorado, de 116 mil metros quadrados:

Essa ocupação, porém, se diferenciou da anterior devido à sua organização: no lugar de demarcação de lotes e barracos individuais, optou-se por barracões comunitários dos grupos de origem onde tudo era colocado em comum – alimentação, espaço, doações... (Ibid., p. 43)

A ocupação do Jardim Colorado dura 51 dias, com a reivindicação da desapropriação dessa área e da Fazenda da Juta, loteamento e material de construção. Durante esse tempo, a polícia militar exerceu forte pressão para a desocupação contribuindo para que o movimento reivindicasse o tratamento da ocupação como um “problema social e não policial”. Segundo uma *Carta aberta à população* na época dessa ocupação: “A nossa resposta a essas barreiras montadas pelos governantes é a união, a permanência na terra e na luta que só assim levam a uma possível negociação” (Ibid., p. 43).

Com a ocupação do Jardim Colorado, há a abertura de negociações até que em uma reunião entre o governador, o secretário municipal de habitação, lideranças da Leste I e o então bispo da região episcopal Belém, Dom Luciano, é decretado o Decreto de Interesse Social (DIS) da Fazenda da Juta, com a promessa de financiamento de 468 lotes para construção via mutirão pelo movimento, mas este deveria conseguir os recursos necessários à construção por outros meios. Como muitas dessas famílias não tinham onde residir enquanto não era viabilizada a desapropriação dos lotes, foi negociada a ocupação temporária de um terreno da Eletropaulo, na Vila Nova York, próximo ao Jardim Colorado. Essa temporariedade acabaria se alongando por um ano e oito meses, até o atendimento pela gestão da prefeita recém empossada Luíza Erundina (PT) em 1989. O atendimento se deu numa área no Jardim São Francisco, considerada a primeira “vitória” do movimento (Ibid., p. 46) e possibilitou a primeira experiência de “mutirão com auto-gestão” que viria a ser marca das outras *conquistas* da Leste I, como será discutido no terceiro capítulo

desta tese. O atendimento pelo governo estadual na Fazenda da Juta viria a ocorrer só posteriormente, já na década de 1990.

Essas ocupações, segundo Juliana, são não só foco de “resistência”, de instrumento necessário para a obtenção de atendimento habitacional, como também responsáveis por “dar cara” ao movimento Leste I, seu formato, sua organização, sua “identidade”. Em relação aos critérios de distribuição de lotes familiares no caso de alguma vitória, instituiu-se um sistema de pontuação levando em conta a participação tanto das famílias de cada grupo de origem como de cada grupo em relação ao movimento. Ou seja, as conquistas obtidas pelo movimento deveriam ser distribuídas entre todos os grupos de origem, que indicariam suas famílias com maior pontuação. O objetivo prático, mas fundamentalmente político, da adoção desse sistema de pontuação é justificado da seguinte maneira (Ibid., p. 44):

Busca-se, assim, criar uma nova concepção de cidadania, onde não é o quanto se tem, como apregoa o sistema capitalista, mas a participação na luta o critério que determina a conquista. ‘Fora desse critério ficaremos vulneráveis às práticas clientelistas de favorecimento, esmola ou bairrismo, práticas estas adotadas pelos poderosos e que devem ser excluídas de nosso meio’ (cf. Documento sobre a organização do Movimento/90 apud GONÇALVES, 1990, p. 44)

Com as ocupações, o movimento se expande e amplia os seus grupos de origem, ao mesmo tempo em que se continuam as negociações com os governos municipal e estadual e a Leste I participa da primeira caravana à Brasília, já organizada pela União dos Movimentos de Moradia (UMM), criada em 1988. Essa associação foi formada a partir da reunião de vários movimentos de moradia em todo o estado de São Paulo, incluindo a Leste I: “O seu principal objetivo é de reunir e articular esses movimentos para organizar uma luta comum por uma política habitacional do povo trabalhador” (Ibid., p. 38). Essa primeira caravana reivindicou ao governo federal recursos e a liberação do FGTS e foi o início de uma série de ações articuladas de vários movimentos em busca de amplas reivindicações quanto às políticas habitacionais no nível federal, mas também estadual e municipal. Além disso, como afirmou Juliana, a “forma de organização” adotada pela Leste II e posteriormente pela Leste I, de pequenos grupos de origem que elegem seus representantes para um coletivo de discussão e organização (a coordenação da Leste I) a partir da qual se elegia uma coordenação que “representava o movimento para fora”

(nas ações públicas e negociações com os poderes públicos, mas também a representação do movimento no interior da UMM) foi adotada também pelos demais movimentos de moradia filiados à UMM, nas diferentes regiões da cidade de São Paulo, assim como na sua região metropolitana e em outras cidades do interior do estado.

Como se vê, a Leste I transita entre diferentes níveis territoriais e relacionais na luta por obtenção de moradia para suas famílias filiadas. De uma escala mais localizada territorialmente – nos grupos de origem, ocupações e conquistas – às negociações e conflitos específicos com os poderes públicos e às articulações com outros movimentos de moradia e com a UMM, atuando em prol de ampliação das políticas habitacionais para a população de mais baixa renda não só na zona leste da cidade, mas também em todo o município, em todo o estado e em todo o país. Para se pensar esse plano de relações segmentares, de composição de um segmento mais restrito (um grupo de origem) a um mais amplo (a UMM) em planos geográficos cada vez mais abrangentes (de um bairro a todo o estado de São Paulo), é de fundamental importância se entender primeiramente os grupos de origem, nos quais ingressam a todo momento novas famílias e de onde sai boa parte das lideranças da Leste I e da UMM.

Como já apontado, os grupos de origem são desdobramentos dos modelos das CEBs. Retomando a narrativa de Juliana, ela é bem clara em relação a como essa experiência inicial da Leste II, tendo à frente o Padre Ticão, foi fundamental para a gênese da Leste I. Apesar de surgir anos depois, sua atuação territorial também mimetiza a organização territorial da Igreja Católica. Se esta se dividia em regiões episcopais, setores e CEBs, o movimento terá sua organização calcada nessa estrutura. Dessa forma, quando constituído, o movimento Leste I correspondia à região episcopal Leste I e tinha coordenadores nos setores dessa região; cada setor, por sua vez, era dividido em *grupos de origem*, em geral coincidentes às CEBs.

Nesse sentido, a trajetória pessoal e política de Juliana sintetiza a organização da Leste I e sua articulação no interior da UMM, bem como a importância fundamental da Igreja Católica na formação organizacional e ideológica do movimento, além dos vínculos políticos com o PT:

Eu nasci aqui em São Paulo, minha família é migrante do interior, um lado italiano e um lado português, quer dizer eram todos imigrantes do início do século que vieram

para colher café no interior de São Paulo e que migraram na década de 40 para a capital. E que assim, nunca teve nenhum vínculo político, nunca militou em nada político, nunca teve nenhuma atuação. Meu avô um pouco mais conservador, meu pai também. Minha mãe e minha avó mais ligadas à igreja, então tem um pouco mais essa coisa de caridade da igreja, mas sem nenhuma atuação mais política. E aí eu comecei a participar de movimento de Igreja, era movimento de juventude, não era nem pastoral na época. Comecei a participar em movimento de igreja, no início da década de 80, fui participar de movimento de igreja e aí uma coisa leva a outra e fui parar na pastoral da juventude. Que aí já é uma pastoral mais politizada, com a teologia da libertação, já está com os grandes conteúdos da teologia, com a formação mais ideológica, o que eu vi de todos os revolucionários da América Latina eu aprendi na igreja, eu não aprendi em outro lugar. Então eu fico na pastoral, eu vou entrando na pastoral, passo a ser coordenadora da região Belém, que é a Leste I, que é a pastoral da juventude. Quando é em 1988, acontecem as grandes ocupações de terra na Leste, na Juta e no Colorado. Daí a pastoral da juventude decide que tem que ter uma atuação nas ocupações, já que a novidade estava acontecendo na região, a pastoral da juventude devia ajudar nas ocupações estando presente lá, fazendo o trabalho com os jovens das ocupações, com as crianças, e eu começo ir para ocupações da Leste I, mas ainda na Pastoral da Juventude. Paralelo a isso, eu já tinha entrado no PT, eu já estava no PT mas é claro no grupo de base, no núcleo, participando das reuniões, aí eu estava com 16 anos, 17, e conhecendo a Luiza Erundina e o social da prefeitura e tal e eu falei “é isso aí que eu quero fazer, eu quero ser assistente social”, a aí até por conta da arquidiocese eu entro na PUC e foi fazer serviço social na PUC. Também tive bolsa da arquidiocese, parcial, já trabalhava mas tinha bolsa parcial para estudar. E nesse momento estava acontecendo tudo isso ao mesmo tempo: estou indo para a faculdade, estou nas ocupações e tal e aí nas ocupações eu decido que eu quero ficar no movimento de moradia. Começo gradativamente a sair da Pastoral da Juventude, deixando as tarefas lá, e assumo junto com uma outra militante, que já estava no movimento, um grupo de base, que é o grupo do Pinheirinho, que é ali no Parque São Lucas. E eu começo a ajudar ela no grupo, ajudar ela a conduzir o grupo e fico atuando na base do movimento, trabalhando e estudando, fazendo faculdade.

[...]

E gradativamente eu fui assumindo mais as responsabilidades no movimento. Passei a coordenar o grupo de base, depois passei a participar da coordenação da Leste I, nas reuniões de quinta-feira. Aí teve um momento, no fim da gestão da Erundina, que teve um monte de problema lá no “São Francisco” e eu fui. Nessa época eu fui eleita em uma comissão para tentar ver os problemas que tinham no “São Francisco”, levantar... tinham muitas divergências internas também, me convidaram para participar desse grupo e nesse tempo as pessoas passaram a me conhecer mais e tal. Na eleição seguinte da Leste I eu saí com a coordenadora da Leste e representante da Leste na União [UMM], e aí eu comecei a participar da União representando a Leste I.

A Igreja Católica foi, assim, fundamental não só na organização territorial e política da Leste I como na própria semântica de seus discursos, ao gestar ideias e expressões em torno da importância da *união*, de se pensar e atuar *coletivamente* e não individualmente, da *luta* contra injustiças sociais, da *igualdade*, da ação aliada à

paciência e a firmeza para se alcançar a *vitória*, da importância de uma *participação* ativa do povo oprimido e da necessidade de luta para o acesso a direitos (cf. CACCIA BAVA, 1988; IFFLY, 2010; SADER, 1988, p. 146-167)²⁴. É claro que não se tratava unicamente de ideais e referenciais católicos e bíblicos. Havia uma combinação com referenciais vindos do marxismo e do sindicalismo, como indica a centralidade das categorias “trabalhadores” e “classe popular” para se referirem ao conjunto de “famílias” atendidas pelo movimento, dentro de uma lógica de luta de classes que define um acesso desigual a direitos de acesso à terra e à moradia privilegiando uma pequena parcela da população paulistana em detrimento da maioria da população pobre e trabalhadora residente nas periferias. Para isso, a atuação do movimento seria essencial não só para a obtenção de moradia, via mutirões com autogestão, como para a transformação da sociedade para um modelo mais justo e igualitário, próximo a ideais socialistas²⁵. Nesse sentido, Juliana logo acima destaca a importância da Igreja Católica e de seus espaços e ações na sua formação política, assim como ocorreu também em outros movimentos de moradia filiados à UMM²⁶, mas nos próprios espaços das pastorais e das CEBs também havia a disseminação de conteúdos marxistas, assim como participação de militantes sindicais e de esquerda²⁷.

Houve ainda uma dimensão do apoio da Igreja Católica específica à formação dos movimentos de moradia, a centralidade da reivindicação por terra sempre a partir de analogias com ideais bíblicos como o direito à “terra prometida” (IFFLY, 2010, p.

²⁴ “A premência da ação junto com a paciência para uma longa caminhada compõem o quadro de um engajamento político no qual a imagem de Cristo é referência para uma luta de libertação” (SADER, 1988, p. 147). Ou ainda, “[...] foram evidentemente estimulados pelas conclusões do Concílio Vaticano II que, ao falar da Igreja como ‘povo de Deus’, referia-se à participação ativa de grupos comunitários, através da qual os leigos deixariam de ser meros ‘fregueses’ ou presentes passivos. A crítica às injustiças existentes em nome da doutrina católica do direito natural irá agora engajar seus membros no estímulo aos dominados para que se organizem, reconhecendo e reclamando sua própria dignidade” (Ibid., p. 151).

²⁵ Assim, o trabalho de Gonçalves et al. (1990, p. 68) revela os princípios gerais fundantes da Leste I: “A primeira questão a ser ressaltada refere-se ao ideário veiculado pelo movimento que se apoia em critérios valorativos, como igualdade, solidariedade da classe trabalhadora, decisões coletivizadas, a luta como instrumento de conquista, dentre outros [...] O movimento popular, assegurando seu espaço na sociedade civil, contribui no processo de transformação social, aliado às demais forças sociais que partilham dessa finalidade”.

²⁶ Entre lideranças de outras regiões da cidade com atuação desde a década de 1980, de movimentos filiados à UMM, há ex-seminaristas, ex-coordenadores de grupos católicos de casais, ex-agentes pastorais, a exemplo das pastorais de juventude, como foi o caso de Juliana. Por outro lado, nem todos que participavam das CEBs e atividades organizadas pela Igreja Católica eram católicos, havia inclusive a presença de evangélicos.

²⁷ A influência da Igreja Católica, principalmente a partir das CEBs, na formação e atuação dos “novos movimentos sociais”, que emergiram entre os anos 1970 e 1980, já foi bastante debatida pela bibliografia dedicada ao tema, como Singer e Brant (1980) e Eder Sader (1988), que analisa as três matrizes discursivas centrais para essas coletividades – a católica, a marxista e a sindicalista.

182) e de que “Deus destinou a terra para todos, de modo que os bens criados devem chegar às mãos de quem produziu” (GONÇALVES et al., 1990, p. 45). Nesse sentido, fica também mais claro o uso da expressão “Sem Terra” no nome do movimento e não “Sem-Teto” como em muitos outros atuais movimentos de moradia, a exemplo do MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro), foco de meu mestrado, e do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). Já aludi anteriormente ao uso inicial de sem terra pelos movimentos nas periferias (FILADELFO, 2009 e 2010), mas cabe resgatar essas formulações sobre a importância da terra e não necessariamente da casa ou do teto. Segundo Juliana:

E ficou uma tensão entre quem queria fazer o mutirão com financiamento público ou simplesmente conquistar a terra, tanto que o movimento já é um movimento sem terra, porque o foco da discussão era a questão da terra. A construção [de moradias] era uma discussão muito secundária na história, a primeira questão sempre foi a questão da terra. Eu falo que hoje essa discussão toda que a gente faz não é novidade, a novidade é as ferramentas que a gente tem para conquistar moradia, agora tem recurso público, tem programas, financiamento. Mas o movimento começou discutindo terra e não discutindo casa.

Em outro momento, quando me mostrei intrigado sobre as diferenças e possíveis aproximações entre esses movimentos de moradia, notadamente urbanos, e o Movimento Sem Terra (MST), que também reivindica terra, mas para fins de produção rural, ela me esclareceu:

Na verdade no começo do movimento, não somente o nosso, mas da zona leste II, oeste e norte, a maior luta era a organização das ocupações de terra.

Não tínhamos nenhuma perspectiva de viabilizar recursos para habitação e então a ocupação era a principal estratégia. A ideia era que, se conseguíssemos o terreno, o povo dava conta de fazer as casas.

Por isso, as primeiras ocupações eram centenas de barracos de lona e madeirite. Só depois, com uma definição melhor de política habitacional e de reivindicações aos governos foi que a pauta foi se transformando. As ocupações passaram a ser coletivas, em barracões para 100 famílias cada, com reivindicação que o poder público comprasse o terreno ou desapropriasse e financiasse a construção também.

Isso começou antes da Leste I. Lá por 84, a Leste II já fazia estas ocupações. É no mesmo momento que está se organizando o MST e claro que as inspirações, principalmente da igreja católica, são as mesmas. A ideia dos “sem-” que se organizam por si mesmos.

Na cidade, a luta principal era por terra, não por teto. Alias “sem-teto” foi inventado pela mídia, para diferenciar dos sem-terra rurais.

A Igreja Católica ainda aparece na narrativa de Juliana em um episódio que demonstra não só uma fundamentação ideológica e organizacional, como também um apoio concreto, mas também simbólico, na resistência pacífica a uma violenta tentativa de despejo de uma ocupação:

E com muito apoio da Igreja, então todas as ações que nós tínhamos, a participação de lideranças da Igreja e de padres era muito grande. Então nas ocupações, nos momentos de negociação, nos momentos de formação, ele [o movimento] tinha toda, não só a característica, mas o apoio concreto da Igreja Católica. Tanto que nessa ocupação de 1990, a gente estava lembrando essa semana, os padres todos estavam em retiro anual dos padres e tal, aí nós pegamos os mais de confiança e avisamos “olha, nós vamos ocupar o terreno de novo”. Esses padres pediram licença ao arcebispo e vieram passar a noite na ocupação com a gente, que era o momento mais crítico. No dia seguinte, eles ligam lá para o sítio onde eles estavam, contam a situação, de que a polícia estava vindo, por causa do crime de ocupação, o bispo fala: “gente, está suspenso o retiro, vocês vão rezar o dia inteiro lá na ocupação”, e manda todos virem para a ocupação, imagina? O Papa Francisco nem sabe dessas coisas. Vieram todos, veio todo mundo, e o Padre Júlio Lancelotti já estava a frente disso e tal, e quando o Choque [Tropa de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo] se perfila para vir, ele manda todo mundo fazer uma roda e, com o que tivesse de madeira no terreno, fazer cruzeiros. E foi feita uma cruz enorme e o Padre Júlio segura e fala no megafone para a polícia: “Se vocês quiserem passar por cima da cruz de Jesus, vocês venham. Antes de bater no povo, vocês têm de pisar na cruz de Jesus”. E segurou a cruz. Até os cachorros ficaram com medo e voltaram para trás. Então assim, era uma presença muito forte e muito mística, que dava um significado e trazia um conteúdo, todo o conteúdo da teologia da libertação, de um projeto político maior e tal. E a relação com o PT também, a relação com o PT era dentro de casa.

Assim como as ocupações foram tão importantes para a gênese dos primeiros movimentos de moradia nas zonas sul, norte e leste, também foram para a Leste I. É com uma ocupação na Fazenda da Juta, na zona leste I, que o novo movimento inicia sua atuação, organizando e mobilizando essas famílias. A partir daí, novas ocupações ocorrem e as reivindicações por terra e depois por moradia vão se constituindo gradativamente, principalmente a partir do atendimento por programas habitacionais públicos. Para isso, duas dimensões são fundamentais: as relações com o poder público e o PT e a defesa do mutirão com autogestão. Essas duas dimensões continuam centrais atualmente para a Leste I, e serão discutidas mais detidamente nos próximos capítulos. No entanto, cabe registrar que essas duas dimensões têm impacto fundamental tanto para a estruturação do movimento como para a atração de novas

famílias, como fica claro a partir da narrativa de Juliana abaixo, sobre os efeitos da conquista do primeiro mutirão na gestão da prefeita Luíza Erundina (PT):

E quando isso foi acontecendo, foi o primeiro mutirão da Leste I, era para as famílias que estavam no acampamento, e começou a discutir já outros projetos, primeiro foi o “São Francisco” – Setor 1. Enquanto isso foi acontecendo foi fortalecendo os grupos de base que tinha na região. Aí a Leste I foi se estruturando mais como um movimento, formalizando uma coordenação, formalizando uma forma de trabalhar, muito nessa primeira modelagem mesmo, que não mudou muito de lá para cá, não mudou muito a forma de se estruturar. E bom, e isso acaba aumentando o número de grupos de base, muito mais gente procura, o mutirão vira uma grande novidade na cidade, muita gente procura os grupos de origem.

[...]

Com a força que nós conquistamos com essa conquista, porque era a primeira... quem entra na luta de um movimento maluco que apareceu aí e que vai para construir casa é uma coisa, quem entra em uma luta desse movimento que está construindo essas oitocentas casas aqui, é uma vitrine. O movimento se fortaleceu, cresceu o número de grupos, os grupos cresceram e deu força para fazer a luta com o governo do estado.

Embora a articulação com a Igreja Católica atualmente não seja forte como na década de 1980 e as CEBs e a Teologia da Libertação tenham diminuído seu alcance na zona leste, é impossível pensar a Leste I sem considerar esses aspectos católicos na sua formação. Assim, os grupos de origem são a forma de entrada e organização inicial das *famílias*, inspiradas no formato das CEBs. Essa forma de organização é tida como fundamental para uma participação efetiva das *famílias* na luta para a obtenção e manutenção das *conquistas* do movimento Leste I. Como Juliana afirma, o formato primeiro iniciado pela Leste II foi a matriz a partir da qual se organizou a UMM, quando foi criada no ano seguinte à formação da Leste I, em 1988²⁸.

²⁸ E, a fim de complementar a genealogia dos movimentos de moradia atuantes no centro de São Paulo que já fiz em dois momentos (FILADELFO, 2009 e 2010), a Leste I também foi fundamental para a sua formação. O primeiro movimento com foco de atuação prioritário no centro da cidade, a ULC (Unificação das Lutas dos Cortiços), também filiado à UMM, surgiu a partir da reunião de reivindicações, antes isoladas, de moradores de cortiços na Mooca, Brás, Santa Cecília, Ipiranga, Barra Funda, entre outras, em 1991. Como vimos aqui, algumas lideranças do início da Leste I atuavam em cortiços de bairros como Mooca e Brás, a exemplo de Verônica Kroll, que posteriormente participaram da formação da ULC. Desse movimento, originou-se boa parte de movimentos de moradia atuantes no centro de São Paulo por um processo de segmentação. Esses movimentos também tinham uma estrutura organizacional similar à da Leste I. O MSTC, em particular, também se organiza a partir dos *grupos de base* e realiza ocupações, não de terra, mas de prédios abandonados no centro da cidade, visando sua desapropriação, reforma e transformação em moradia popular. Outro ponto em comum é a continuidade histórica de violentas reintegrações de posse de muitas dessas ocupações, tanto de prédios centrais, como de terrenos periféricos, levadas a cabo pela Polícia Militar paulista.

Se nesse primeiro momento, em que foi discutida brevemente a gênese da Leste I, lancei luz ao processo de constituição dessa coletividade, a importância das *famílias* na produção do movimento e suas perspectivas acerca da luta para a obtenção da casa própria ficou um tanto obscurecida, um pouco em função de seu conjunto tender a ser homogeneizado pelas fontes analisadas, seja a partir de um recorte de classe social e de semelhantes e precárias condições de habitação, seja como indicador numérico dos integrantes dos grupos de origem, do movimento, das ocupações, dos mutirões e alvo de atendimentos habitacionais.

No entanto, compreender o processo de formação da Leste I se justifica pelo fato desse movimento definir um quadro institucional, semântico e de regras que orienta as práticas e discursos de suas *famílias*, que estabelecem a todo tempo posicionamentos, reputações e moralidades ocasionados pela forma como se dá sua participação, mas também por seus arranjos domésticos e familiares, levando a contínuas reconfigurações tanto de si como do movimento. A seguir, será feito um esforço de analisar a Leste I a partir de suas *famílias* e de como há uma constituição mútua das *famílias* e da Leste I nas narrativas e relações observadas.

“Quando comecei a participar das reuniões”: o ingresso nos grupos de origem

O termo *famílias* é usado para denominar o conjunto de integrantes organizados em grupos de origem²⁹ e nos mutirões (nesse último, também se usa *mutirantes*). Essa nomeação costuma ser atribuída aos indivíduos que participam mais ativamente das reuniões e ações da Leste I, independente do seu arranjo familiar e doméstico, ou do grupo doméstico que efetivamente se constituirá quando houver o atendimento. Assim, uma *família*, embora tenha como parâmetro de nomeação o fato de que o público atendido é constituído por famílias, mesmo com múltiplos arranjos, é recorrentemente utilizado em referência a um indivíduo, que pode tanto ser *representante* ou *titular* da família a ser atendida como solteiro/a ou uma pessoa que morará sozinha.

²⁹ Na entrevista realizada com Juliana, ela utiliza três expressões para se referir a esses grupos – *grupo de origem*, *grupo de base* e *grupo de moradia*. As três expressões são tratadas como sinônimos e os diferentes movimentos de moradia se dividem na utilização das três formas. No caso da Leste I, a primeira forma, *grupo de origem*, é a mais utilizada por seus integrantes e institucionalizada nos seus regulamentos internos. Já em relação ao MSTC, o termo utilizado era *grupo de base*.

Primeiramente é importante destacar o grupo de origem como mecanismo de inserção de novos integrantes na Leste I, momento a partir do qual eles passam a ser reconhecidos, no interior do movimento e pelo próprio poder público, e a se reconhecerem como *famílias*.

O papel inicial dos grupos de origem é basicamente o de servir de *porta de entrada* para novas famílias na Leste I. O termo *origem* denota esse grupo como começo, ponto de partida da atuação política de seus integrantes, assim como o termo *base*, no caso de outros movimentos que se referem a esses grupos, de organização muito parecida, explícita a importância das famílias, que sustentam politicamente essas coletividades.

A partir do momento em que alguém entra no grupo de origem, ele se filia, passa a pagar uma mensalidade e é cadastrado como uma *família* a partir de uma declaração de renda e do número de integrantes de sua família e está sujeito ao critério de pontuação para obter atendimento³⁰. Esses grupos costumam ser territorializados, localizados em bairros específicos e nomeados pelo bairro ou pelo local onde se encontram (em geral igrejas católicas), e próximos às residências das famílias integrantes (ainda que existam *famílias* que participem em grupos distantes de seus locais de moradia). As reuniões são regulares, geralmente quinzenais, e há um intenso trabalho de *formação* dos novos integrantes. Nas reuniões são passados os regulamentos, além de serem momentos onde há a conformação de discursos das péssimas condições de habitação e dos direitos à habitação, informações sobre o andamento de negociações sobre possíveis terrenos e projetos habitacionais, informes políticos, agenda de manifestações, passeatas e caravanas e que é só através de *luta* que se consegue sua *moradia digna*.

As *famílias* dos grupos de origem são contabilizadas e passam a compor uma lista de espera para atendimentos futuros. Quando há um novo empreendimento habitacional, é formada uma *demand*a, constituída de famílias de diversos grupos de origem. E quando finalmente há o atendimento, é o número de unidades habitacionais que determinará o número de *famílias* a serem atendidas. Quando há o atendimento, as *famílias* tendem a não mais participar do movimento, a não ser que sejam coordenadores.

³⁰ Atualmente, os critérios de pontuação adotados pela Leste I em relação às famílias dos grupos de origem são (cf. Cartilha do Regulamento Interno): Ocupação – Participação no ato da ocupação (10 pontos); Ocupação – Por cada dia de ocupação (5 pontos); Passeata (5 pontos); Reunião (1 ponto); Contribuição paga em dia (1 ponto).

Embora anteriormente as novas *famílias* se cadastrassem diretamente nos grupos de origem, houve recentemente, a partir de 2012, uma alteração na forma de cadastramento. Houve um esforço de se concentrar o cadastramento das novas *famílias* em dias específicos com o objetivo não só de aproveitar esses momentos para uma “atividade” integrada do movimento como para facilitar o cadastramento de tantas novas *famílias*. Muitos mutirões da Leste I ocorreram na já citada Fazenda da Juta. Atualmente, integrada a uma Igreja construída ao lado do mutirão União da Juta, há um Centro para Juventude (CJ) e um Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), geridos pela Leste I³¹. Nesse espaço também existe o escritório da Leste I, onde todos os dias há alguém responsável por atendimento e questões institucionais acerca do movimento. Na área comum desse espaço, há uma área coberta, espaço de encontro e recreação das crianças e adolescentes atendidos por esses centros, onde cerca de duas vezes por ano é feito o cadastramento de novas *famílias* interessadas em participar. Nesses momentos, grandes filas se formam para o cadastramento, palestras são ministradas pelas principais lideranças da Leste I sobre o movimento, as conquistas obtidas e a necessidade de *luta* e intensa participação até conseguir a casa. A cada cadastrado é distribuída uma cartilha e ele passa a participar de um *grupo de origem*.

Por outro lado, o mutirão Unidos Venceremos, onde fiz trabalho de campo e entrevistei muitos de seus mutirantes, seguiu uma lógica distinta do usual da Leste I. Adriana, a principal coordenadora desse mutirão e mais alguns mutirantes vieram de um outro mutirão também localizado na zona leste, mas de outro movimento de moradia. Esse empreendimento anterior, construído via mutirão com autogestão com recursos da CDHU, tinha 200 unidades habitacionais. Na época, deveria haver 200 *famílias* titulares e 200 suplentes. Adriana era uma dessas suplentes que, com a impossibilidade de ser ali atendida, se desvinculou desse movimento junto com as demais famílias e constituíram uma nova “associação” para pleitear atendimento habitacional, que se concretizou via COHAB após a obtenção de um terreno na Cidade Tiradentes para a construção de um empreendimento de 100 unidades habitacionais. Adriana logo filiou a associação à Leste I e à UMM. As reuniões dessa

³¹ Esses centros, disseminados por muitos bairros periféricos na cidade de São Paulo, fazem parte da Rede de Serviços Socioassistenciais da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social que firma convênios com organizações sociais, a exemplo da Leste I, para oferta de variados serviços de assistência social. No caso específico da Leste I, há um espaço para o desenvolvimento de ações socioeducativas junto a crianças e adolescentes (entre 6 e 14 anos) e a jovens (entre 15 e 17 anos) moradores da Fazenda da Juta e bairros próximos. Para mais detalhes, ver www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/

demanda aconteciam na sua própria casa e, com o tempo, apenas cerca de 20 famílias restaram da demanda original. Com isso, uma vez que o Unidos Venceremos já era filiado à Leste I, as outras “vagas” disponíveis foram sorteadas e distribuídas a *famílias* dos grupos de origem da Leste I, que também passaram a se reunir na casa de Adriana até que se iniciasse o processo de mutirão.

É preciso ainda dizer que a definição das *famílias*, para o movimento e na sua organização interna, costuma ocorrer em oposição à coordenação ou lideranças. A Leste I tem sua base composta por *famílias* que são organizadas e geridas por sua coordenação – coordenadores dos grupos de origem, dos mutirões e da Leste I. Há, portanto, uma articulação constante entre famílias e coordenação, na qual as primeiras oferecem suporte político para as lideranças as representarem na *luta por moradia digna*, ao passo que a coordenação realiza um processo de coletivização (FILADELFO, 2009) dessas famílias, orientando práticas responsáveis pela conformação de um grupo social coeso em torno do mesmo objetivo, ou seja, a obtenção da casa própria. Mas, como veremos ao longo da tese, essas relações são muito mais complexas e multifacetadas do que uma simples oposição pressupõe.

Os grupos de origem costumam existir nos próprios terrenos dos mutirões, ou em locais próximos a eles (principalmente igrejas) ou ainda em bairros onde há certo número de *famílias* interessadas em participar e considerado suficiente: a partir de cinco famílias, embora atualmente esse número seja em média superior a 100 *famílias* por grupo. Muitos dos próprios coordenadores da Leste I vieram de grupos de origem e ascenderam à posição atual; ele deixa, portanto, de ser *família* e passa a ser *coordenador*. Esse processo de ascensão é definido pela expressão *se destacar*. Porém, em relação a lideranças mais antigas, como o caso de Juliana, nem sempre esse processo se deu dessa forma. Juliana, por exemplo, veio de pastorais sociais e começou a participar da Leste I, sem nunca ter sido de um grupo de origem, assim como nunca participou de um mutirão nem conseguiu sua casa própria por meio do movimento. A essas lideranças mais antigas, que não *se destacaram*, era atribuído inicialmente o termo *apoio*. Atualmente, todas as pessoas que ocupam cargos de coordenação nos diferentes níveis da Leste I vieram dos grupos de origem.

Por outro lado, em muitos casos pode não haver uma separação muito clara entre *coordenadores* e *famílias*, como nos casos dos mutirões, em que os *coordenadores* são ao mesmo tempo *famílias* da *demanda*, ou mesmo em grupos de

origem em que um/a coordenador/a pode ser eleito pelas *famílias*, mesmo ainda esperando obter pontuação para ser atendido.

Vimos como Juliana, uma liderança da Leste I, utilizou bastante o termo *movimento*. No entanto, nos contatos com as *famílias*, o uso de *movimento* não é tão recorrente para definir um pertencimento social e político, ou mesmo uma identificação do *movimento* apenas aos seus coordenadores, diferente do que eu havia registrado em relação ao MSTC (FILADELFO, 2009). A principal expressão para se referir ao primeiro momento de contato com a Leste I, quando se ingressa em um grupo de origem, é “quando comecei a participar das reuniões”. As reuniões podem ser qualificadas como “de mutirão”, “de casas”, “de moradia”, “do grupo de origem”. Essa expressão é utilizada pelas famílias em referência principalmente a momentos de encontro e de mobilização específicos em momentos temporais igualmente específicos.

Esses grupos são tidos como a “porta de entrada”, justamente por ser quando uma *família* se cadastra na Leste I e passa a esperar o atendimento habitacional. Assim, essas reuniões podem durar bastante tempo até que saia uma vaga em algum empreendimento a ser construído em regime de mutirão com autogestão. Independente da duração do tempo, essas reuniões são vistas como fundamentais, seja por serem momentos e espaços de reflexão, seja por se iniciar o sistema de pontuação, a partir do qual pode-se ser sorteado para um próximo empreendimento.

Mas para o início da participação nas reuniões é necessário primeiro travar conhecimento a respeito da Leste I e de sua atuação para a conquista e construção de empreendimentos habitacionais. Um percurso muito comum é que se trave conhecimento a partir de alguma *conquista*, um mutirão já finalizado ou em andamento, o que acaba atraindo novos interessados, já que se confirmou a sua concreta realização. Como a narrativa de Juliana mais acima elucidou, a conquista de mutirões é uma grande *vitrine* e atrai muitas famílias para a Leste I. Durante o mutirão e mesmo depois de concluído o empreendimento, inclusive pode ser que se constitua ali um grupo de origem. A Fazenda da Juta, em especial, conta com muitas *conquistas* da Leste I e muitos mutirantes com quem teve contato residiam no seu entorno e se informavam como seria possível conseguir uma casa também. Como afirma Denise, mutirante do Paulo Freire e coordenadora dos mutirões Florestan Fernandes e José Maria Amaral:

E depois eu voltei para Juta [após residir em vários bairros na zona leste], porque quem mora de aluguel, você sabe como é que é, a cada momento está num lugar. E aí estou morando na Juta, o que começou a minha história dentro do movimento foi na Juta. A gente morava naqueles prédios que têm lá hoje que são da CDHU, que na época foi invadido, fizeram uma ocupação [espontânea e não por via de qualquer movimento], e eu morava junto com a minha mãe, era solteira, obviamente, estava namorando na época. Aí teve o “26 de Julho”, muito legal essa história... porque a gente entra normalmente igual todo mundo vem, quando vem atrás do movimento, perguntar “Tá dando casa?”, porque o boato maior quando tem esses mutirões é que alguém está dando, sobrou casinha, aquelas casinhas do “26 de Julho”. Aí o pessoal falou que estava dando casa, sobrou casa e não-sei-o-quê e quem não quer casa? Aí eu fui lá e descobri que não é bem assim. Tem que participar do grupo e tal, e aí eu comecei a participar do grupo. Lá na Juta, um grupo que era o “26 de Julho” e que agora não está mais na Leste, enfim... “26 de Julho” não! “14 de Janeiro”, “26 de Julho” era o nome do mutirão. Aí eu comecei a participar lá.

A proximidade territorial permitiu que Denise conhecesse o mutirão e se interessasse em participar, mas não só o fato de morar próximo. Também o “boato” de que haveria uma doação de “casas” ou “casinhas”. Os boatos, as conversas a respeito dos mutirões e, mais importante, a experiência de mutirantes conhecidos é que são o principal meio através do qual se sabe dos mutirões e se procura o movimento ou algum grupo de origem. Sabe-se das *reuniões* por se morar próximo a algum mutirão, ou por indicação de vizinhos, colegas de trabalho e familiares que estão participando ainda, ou já participaram, dos grupos e mutirões.

Sílvia, por exemplo, soube por sua “comadre” (madrinha de sua filha). Quando houve a inscrição para o Unidos Venceremos, a filha de sua comadre fez a inscrição e sua mãe lhe falou. Outras narrativas também indicam conhecimento por meio de outras *famílias* já atendidas, assim como diretamente em algum grupo de origem:

Eu fui parar no movimento, quando eu morava em São Mateus... Ah, eu tinha uma irmã que ela já... ela era, participou do movimento também. Só que o dela foi bem rápido, foi... em questão de 1 ano já estava pronto, foi lá na Juta. O dela foi rápido mesmo, em 1 ano assim já estava pronto. Aí eu vi ela conseguir o dela, eu digo: “Eu vou entrar também”.

Como que eu fiquei sabendo porque o seguinte. Eu fui na missa, que eu era católica nesse tempo, aí vi aquela multidão de gente chegando. Você sabe, a gente tem que ser curiosa pra poder a gente saber o que vai se passar. Aí eu falei, na missa: “Eu vou saber o que é aquilo ali, vou ali pra mim ver o que que é. Porque sempre que eu venho aqui, as pessoas estão entrando nesse mesmo horário”. Aí cheguei lá, aí eu falei: “O que é que significa essa multidão de gente aqui, que entra no fim de semana?”. Aí, as pessoas

falaram: “Não, é que aqui a gente tá formando é um movimento de moradia. Então, a pessoa vem aqui, traz um documento, a pessoa preenche um papel, a ficha ou a gente preenche e a gente vai e faz uma inscrição e a pessoa fica vindo na assembleia todo mês”. Aí eu falei: “Ah, é?”. “A senhora não quer fazer a inscrição?”. Aí eu falei “Quero”. “Que dia que a senhora pode vir?”. Aí eu falei “Não dá pra fazer hoje, não? Se der, eu tô com o documento aqui”. “Não, dá sim. A senhora quer fazer hoje mesmo?”. Eu falei: “Quero”. “Então, a senhora quer entrar na luta de moradia?”. Eu falei “Como é que é a luta de moradia?”. “A luta de moradia é assim: a senhora faz a inscrição, tem assembleia todo mês. No dia que tiver uma, se nós for pesquisar de fazer uma, invasão pra poder ter, ganhar, aquele terreno pra gente construir ou casa ou apartamento, tem que ir todo mundo”. Eu falei: “Não, tudo bem, eu vou”. “E também tem a caminhada que tem que fazer, tem que fazer protestos, a caminhada”. Eu falei: “Vou, vou também”.

Por outro lado, muitas novas *famílias* buscam “trazer” ou “chamar” mais pessoas – amigos, vizinhos e parentes – um pouco análogo ao que já foi analisado nos processos de idas e vindas dos mutirantes de outros estados para São Paulo trazidos por familiares e parentes em busca de melhores condições de vida (cf. Capítulo 1), como elucidada a próxima narrativa:

Aí a minha cunhada já estava, uma das minhas cunhadas já estava, aí eu chamei minha outra cunhada, que é, seria cunhada dele [do meu marido], que é casada com o irmão dele.

[...]

Quando eu fiquei sabendo do movimento, foi assim, é... tinha uma reunião, eu não tinha nada... que era assim, tudo que fazia era por trás de mim, nunca falava pra mim “Paloma, vamos”, não. Aí tinha uma reunião, a pessoa chegou em mim “Olha, vai ter uma reunião lá na Líder, você quer ir? É de casa”, eu falei “Eu vou” [...] Então, cheguei lá, ela falou “Não, estamos tendo vaga sim, você quer pôr o nome?”, aí foi quando que eu comecei a participar da reunião, tanto que eu chamei uma irmã minha, chamei sobrinha, chamei muita gente, porque eu sempre falo que não é nosso. A gente tem que chamar quem precisa realmente.

Mas há uma maneira de se ingressar no movimento, muito frequente, que se revela de especial interesse para o aprofundamento analítico acerca dessas *famílias*: o fato de ser filho ou filha de mutirantes. Os filhos e as filhas de mutirantes, ou os *filhos de mutirão*, são um caso de especial interesse por serem responsáveis por reconfigurações familiares, uma vez que eles fazem ou fizeram parte de uma *família* inicialmente atendida e farão parte de uma nova *família* a ser atendida.

No caso do mutirão Unidos Venceremos, por exemplo, para o atendimento pela COHAB era necessária a declaração de renda familiar. Quem da família declarar seus rendimentos para a composição da renda familiar total, tem sua renda vinculada a

esse projeto, não podendo mais ser atendido por nenhum programa habitacional. Assim, houve uma negociação com a COHAB para que o contrato fosse apenas com os titulares e os filhos fossem considerados apenas dependentes. Ao mesmo tempo, houve uma orientação às famílias para que não declarassem a renda dos filhos. Segundo Adriana: “Porque a gente não poderia vincular filhos, principalmente filhos maiores. Sendo que amanhã esses filhos poderiam casar, poderiam querer ter a sua casa, sendo que a gente tem uma demanda muito grande do movimento que a maioria é de filhos de mutirão.”

Portanto, muitos filhos de mutirantes também vão participar do movimento e ingressar em alguma *demand*a por atendimento habitacional. Nos mutirões onde fiz trabalho de campo, há muitos filhos de mutirantes de outros projetos da Leste I. Isso demonstra que realmente a *família*, como categoria central, tem seu sentido extrapolado e mais uma vez está sujeita a contínuas redefinições. Por outro lado, o fato de muitos filhos de mutirantes participarem de mutirões posteriores leva à continuidade do movimento no sentido de reproduzir numericamente sua base.

Nesse sentido, as relações de parentesco são fundamentais também para o conhecimento e ingresso no movimento. Não só filhos de mutirantes ingressam no movimento, com o objetivo de obter uma casa própria, como também pais e mães, irmãos e irmãs, cunhados e até mesmo ex-maridos. Mas ainda é preciso um aprofundamento analítico sobre as perspectivas das *famílias* sobre a participação nas reuniões.

O tempo das reuniões

Como vimos, há diferentes caminhos pelos quais os mutirantes conheceram a Leste I, mas a busca da casa própria é algo comum entre eles. No entanto, as decisões em torno de continuar até o momento de atendimento definitivo e as perspectivas sobre a participação e dificuldades enfrentadas vão além de apenas uma questão de classe social e condições de habitação. As diferentes perspectivas sobre o ingresso e permanência “na luta” sugerem mais uma vez a centralidade das famílias dos mutirantes na orientação de suas ações, mas também nos seus discursos, assim como um jogo contínuo de moralidades, reputações e atributos necessários para a *luta* que, ao mesmo tempo que produz coletividades (grupos de origem, mutirão, Leste I), têm o

potencial de as colocarem em risco de dissolução (menos *famílias* dispostas a participarem) e também produzem solidariedades ou conflitos intrafamiliares em relação à efetiva participação.

As narrativas sobre a tomada de conhecimento sobre as reuniões e o início da participação sempre trazem receios ao mesmo tempo em que se aprende que será necessária paciência, perseverança e muita *luta* até se conseguir a tão sonhada moradia. Os receios no início das *reuniões* são assim elaborados por Maristela:

Meu ex-marido ficou sabendo, aí falaram para ele, e nós fomos para lá, aí era, aí nós começamos a frequentar as reuniões. “Será que é verdade ou não é verdade?”, aí nós entramos lá, nós pagávamos duas passagens na época, eu acho que era R\$ 2,00 a passagem, era R\$ 4,00 que nós pagávamos por mês... Aí foi a gente viu que era sério mesmo, com 2 anos saiu... Aí já não tinha dinheiro, só porque aqui não estava feito nada ainda, então aí a gente entrou para completar as 100 famílias, na época só tinha 50 famílias. Pra completar as 100 famílias, precisava de mais 50, aí abriu a inscrição, fizemos ponto e tudo mais e viemos para cá. Aí eu comecei vir para cá, aí frequentando reuniões, reuniões, até que acertou, este terreno foi acertado na prefeitura

Se há boatos e conversas sobre os mutirões, o que atrai muitas *famílias* interessadas, igualmente há uma série de boatos, conversas e fofocas sobre experiências de outros ditos movimentos e associações que se aproveitariam da necessidade dessas famílias para lhes cobrar dinheiro sem cumprir a promessa de construção de moradia popular. Por um lado, há uma pulverização de uma série de movimentos de moradia com atuação na zona leste; por outro, com um número maior de movimentos, abre-se mais possibilidades de atendimento por diferentes vias, o que acaba abrindo espaço para pessoas se aproveitarem dessas famílias que almejam a obtenção da casa própria. Como disse Juliana:

Com certeza, com certeza. Primeiro porque foi assim, quando nós começamos a fazer o movimento, por um bom tempo tinham poucos movimentos de moradia na cidade. Hoje há uma pulverização muito maior tanto para o bem quanto para o mal. Hoje a gente brinca como é impressionante a capacidade que os picaretas têm de trazer gente. E é isso. Vender ilusão fácil... a pessoa que se inscreve no grupo “ah, mas demora para sair a casa?”, você pode fazer duas coisas: mentir ou falar a verdade. Você pode dizer “ah, rapidinho a gente já tem um terreno em vista aí” ou dizer “não, é um processo longo mesmo, que tem que constar isso, conciliar aquilo outro, tem que ir atrás de governo e tal”. As pessoas que vendem facilidade acabam vendendo ilusão, mas elas vendem a ilusão da coisa fácil. Então hoje, imagina não existe, mas se existisse um censo dos movimentos de moradia, em São Paulo, com certeza dá mais de duzentas. Habilitadas no Ministério das Cidades, sessenta e sete em São Paulo... oitenta e sete habilitadas. A coisa do mutirão hoje assusta, hoje a gente percebe que a proposta do

mutirão precisa ser renovada, precisa ser revisada porque ela assusta as pessoas , “como eu vou ter que trabalhar na casa se todos os outros grupos estão oferecendo a casa pronta”.

Com efeito, há um público composto por famílias com precárias e/ou caras condições de moradia, que a todo o tempo buscam moradia, mas igualmente avaliam moralmente experiências de atendimento. Há sempre narrativas de casos de roubos de contribuições, de famílias enganadas etc. Com isso, há, principalmente por parte de interessados que não são parentes ou conhecidos de mutirantes, um receio em participar. Sempre são relatadas experiências de conhecidos que foram enganados por supostos coordenadores de supostos movimentos que só queriam obter dinheiro dos iludidos sem entregar a casa. Mesmo depois do ingresso, as novas *famílias* eram alertadas por conhecidos ou parentes de que eles iriam perder tempo e nunca conseguiriam a casa.

O caso de Suzana, mutirante do José Maria Amaral, é exemplar. Ela mora em São Mateus, próximo à Juta com seu marido e seu filho. Ela é da região de Anália Franco, mas teve a ideia de ir morar onde mora assim que casou para economizar. Em Anália Franco, um cômodo com banheiro custa R\$1000,00, já onde ela mora, lugar com as mesmas condições, custa R\$300,00. Sua família acha muito longe, seu irmão diz que onde ela mora parece interior. Certa vez, almoçando com ela e mais algumas mutirantes que estavam à frente da coordenação dos mutirões Florestan Fernandes e José Maria Amaral, elas me contaram uma série de histórias de desvio de dinheiro por coordenadores de outros movimentos. Roberta, outra mutirante, conta que uma vizinha participava de um movimento que a coordenadora levava as famílias para o terreno vazio, explicava como ia ser o projeto em detalhes, mas que depois sumiu com todo o dinheiro arrecadado. Quando Roberta entrou no movimento, por indicação de vizinhos, sua amiga disse que era roubada, que não ia dar em nada e não quis entrar. Agora, Roberta lhe disse que as obras já estavam começando, ao que ela se mostrou arrependida por não ter entrado e disse que no próximo cadastramento irá entrar.

Assim, da mesma forma que as *conquistas* são *vitruines* para o movimento e atraem novos interessados a cada dia, os coordenadores da Leste I a todo o tempo devem mostrar seriedade e credibilidade na atuação da Leste I, mostrando a este público que o atendimento efetivamente ocorrerá e buscando *lutar* com o apoio das *famílias* nesse sentido. Essas reputações são produzidas e disseminadas não só por

seus coordenadores, como também por suas *famílias* que, uma vez atendidas, atraem mais conhecidos e parentes. Há, assim, uma verdadeira política de reputações (BAILEY, 1971; COMERFORD, 2003) num esforço contínuo de atração e continuidade da participação das *famílias*, que se manterá até o término dos mutirões. Mas, as avaliações em torno de ingressar ou não ingressar no movimento também levam em conta uma série de atributos necessários para a *luta*.

Duvidar se é “verdade” ou se o movimento ou o mutirão é “sério” mesmo, não ter “fé” que aquilo vá dar certo, são enunciados muito recorrentes entre as *famílias* quando se referem ao período das reuniões. É preciso, portanto, “acreditar” naquilo e, mais importante, não “desistir”, impulso a que muitos que entram nos grupos se entregam. Ricardo, por exemplo, irmão de uma mutirante anteriormente atendida de forma rápida, o que o atraiu a participar das reuniões, assim narra a necessidade de ingresso no movimento e o esforço de não desistência:

Aí você tem que caçar uma alternativa para ter uma moradia. E aí essa alternativa também não é fácil também. Você tem que lutar, você tem que sempre estar animado, nunca desanimar; você vê que muita gente desanima. A maioria das pessoas desanima. Você pode ver que muita gente, que quando começa a demorar, já desiste e pronto. Mas quem fica sempre consegue. Demora, mas consegue.

[...]

Mas eu entrei também, assim também... eu não botei muita fé não; aí eu continuei, continuei, chegou a hora que... aí o terreno saiu aqui, eu digo: “Ah, isso vai dar certo”. E continuei, continuei, até quando eu vi, chegou a hora, que eu digo: É, agora vai mesmo. Mas, de meu tempo, muita gente desistiu.

A desistência pela demora do atendimento não só é efetiva entre as *demandas*, fazendo com que muitas *famílias* saiam e novas entrem, como é sempre uma possibilidade em aberto, que às vezes conta com o próprio desestímulo da família, como afirma Otávio:

A gente fazia reunião lá em Itaquera, lá perto da Adriana, até reunião na rua inclusive, na rua, na rua mesmo, fazia na rua, nós fizemos um bom tempo na casa da Marisa, ela abria as portas dela para fazer reunião, porque não tinha onde fazer... E assim demorava. Quem pensa que vai entrar numa luta desta aí achando que vai entrar hoje e amanhã ter uma casa... Então muita gente desiste porque não espera. Se fosse pela minha esposa mesmo, eu tinha desistido. Ela dizia: “Ah, você vai pra essa reunião aí todo domingo, isso não sai”. Aí eu podia ter desistido, aí não estaria com o meu apartamento.

Pedro, por exemplo, elabora uma temporalidade das reuniões e da espera que pode ser extremamente difícil e desanimadora:

Eu entrei no mutirão na melhor fase da minha vida. Entrei no mutirão, foi na hora certa, e eu morava de... eu cheguei a morar de aluguel, cheguei a morar de favor, quando eu era casado; e morando de favor, quando eu era casado, me falaram do mutirão lá na Juta. E aí entrei no Grupo da Juta lá embaixo, se não me engano, no 14 de Janeiro. É a equipe do Alberto, Alberto e Maria do Planalto, lá da Juta. Entramos, não foi fácil, era reunião em cima de reunião, a gente pagava mensalidade, houve algumas ocupações que a gente participou. Ocupações na Mooca, ocupação em vários locais. Lá na Mooca, inclusive, foi atrás do Hospital São Cristovão, um terreno, aquilo lá marcou muito na nossa vida, que lá se encontrou todos os mutirões; e não dormíamos direito, era sair do serviço e ir para lá, às vezes sem tomar banho, sem comer. Houve ocupação também na Paes de Barros também, no Banco do Brasil, se eu não me engano, na Paes de Barros ali. E a ocupação da Paes de Barros também, lá no Banco do Brasil, dormimos também lá várias noites também sentados. E eu já era casado e tinha uma filha, e passou-se o tempo e reunião em cima de reunião, houve, houve um desânimo, mas sempre tinham pessoas que falavam: “Não, não desiste”. Inclusive, chegamos a visitar outros mutirões e visitando os mutirões também a gente começou a ver e a pautar que vale a pena esperar, sofrer, mas não foi fácil. Mas é Deus em tudo, tem usado pessoas boas dentro do nosso grupo mesmo

Essas narrativas elaboram dificuldades não apenas pela demora como também pela incerteza marcada temporalmente pela sucessão de reuniões, que não se sabe se terão resultado. Essas reuniões não se referem apenas às reuniões dos grupos de origem, mas também às reuniões da *demanda*, quando esta já está definida, mas a obra ainda não se iniciou pelos recursos ainda não terem sido liberados. Muitos mutirantes usam, não por acaso, o termo “tempo” para marcar esse período das *reuniões*: “nesse tempo”, “de meu tempo muita gente desistiu”, “até reunião na rua inclusive, na rua, na rua mesmo, fazia na rua, nós fizemos um bom tempo na casa da Adriana”. Portanto, embora não seja um enunciado formulado assim por meus interlocutores durante o trabalho de campo, é possível falarmos num ‘tempo das reuniões’ em referência a esse momento considerado incerto, de muitas dúvidas, ainda que não haja uma linearidade muito clara entre o tempo das reuniões e o tempo do mutirão³². As narrativas acima tendem a combinar momentos cronologicamente distintos de maneira não linear a partir da paciência, do sofrimento, da não

³² A inspiração aqui também decorre da noção de *tempo de acampamento* explorada por Nashieli Rangel Loera (2009, p. 23) em sua pesquisa sobre o MST: “O *tempo de acampamento* é um código social do mundo das ocupações de terra, na medida em que além de uma medida cronológica é também, um demarcador de prestígio, de *status*, um princípio organizador e ordenador das relações sociais, e um requisito para conseguir um lote de terra, tanto para participantes das ocupações e acampamentos de sem-terra, para os dirigentes das organizações que promovem as ocupações e para as autoridades encarregadas das desapropriações de terra, conformando assim uma fórmula social entendida e compartilhada por todos aqueles que fazem parte desse mundo social particular, o das ocupações de terra”.

desistência. Momentos marcados pelas reuniões, pelo mutirão e por outras atividades do movimento, como ocupações e manifestações, vão e voltam nessas narrativas. Portanto, tanta *luta* não é marcada somente pela espera que às vezes parece interminável, mas também pelo sofrimento no trabalho do mutirão, cuja duração é dependente da liberação de recursos das instituições habitacionais.

Essa temporalidade concebida a partir de uma percepção que trata a demora do atendimento como inevitável e define a obtenção da casa como necessariamente resultado de tanto “tempo” e de tanta “luta”, de muito “sacrifício”, também é marcada por processos familiares, como o crescimento dos filhos. Paloma, por exemplo, mede sua paciência e disposição para continuar lutando, apesar de avisos contrários, a partir da idade da filha, mas também por uma tensão entre tanta “luta” e uma temporalidade estatal do atendimento habitacional, necessariamente demorada:

E foi onde que eu entrei aqui no mutirão. Quando eu entrei aqui, eu entrei em 2000, se eu não me engano acho que foi em 2000, a minha filha era pequenininha. A minha caçula que vai fazer 15 anos, [corrigindo] a minha mais velha que vai fazer 15. E foi uma luta também muito grande pra mim porque ele não assumia logo no começo, tudo era eu. O meu marido. “Ah, não vou não que eu tenho a minha casa, se vira” e eu “Não, eu vou me enfiar mesmo” e vinha. Trazia minha filha pequena, eu tinha muitas vezes que... a área hospitalar você sabe, sábado, domingo, feriado, é direto. Ele “Não vou não”, eu “Tá, então eu vou”, pegava minha filha pequena e vinha. E aí nós chegava... Eu tinha até um irmão meu, que era meu único irmão, morava ali na comunidade [risos] [referência a uma favela vizinha ao Unidos, onde ocorreu a entrevista], ele falava “Isso não vai durar não, isso não, sai daí Paloma”, eu “Não, vai sim, em nome de Jesus”. Chamei ele pra vir pra cá, muitas vezes, “Ah, não quero ir praí não, que isso aí vai roubar dinheiro, isso não vai virar”. E eu falava “Eu vou”, era sol, chuva, feriado, sábado, domingo, eu não sabia o que era isso, eu vinha. Aí a gente fez a fundação, que foi a pior parte, que é a fundação. E aí, ao passar do tempo, ele começou a acreditar falando que vinha, tipo assim: “Eu só vou”.

[...]

E chamei uma amiga da gente também, falei “Não, vamos que vai ser certo”. E na época a gente não tinha um lugar certo de reunião, quantas vezes a gente fez reunião na casa da Adriana [risos]. Era coisa de louco, sabe? E hoje, assim, eu olho pra isso aqui, pra mim é uma vitória. Bloco por bloco que a gente tem aqui é uma história pra contar

[...]

Só que é uma coisa aqui que demorou muito porque depende do governo. Uma coisa que depende do governo, que depende de verba, então tudo isso é demorado. E muita gente não tem aquela paciência pra esperar. Aí muita gente fala assim “Ah, eu não tenho aquela paciência pra esperar, eu não vou esperar” e eu sempre falo quem precisa realmente tá do lado.

[...]

Chamei minha irmã, meu sobrinho, todo mundo, mas todos saíram também.

Carlos: Mas chegaram a participar?

Paloma: Chegaram a participar.

Carlos: E saíram por quê?

Paloma: Porque não teve fé, não teve saco, sei lá. Preguiça.

Há, assim, uma temporalidade que considera o tempo necessário ao atendimento como longo, de muita espera. Toda essa demora é geralmente por responsabilidade das instituições habitacionais, ou do “governo”. Assim, se estabelecem conflitos entre o governo e o movimento num esforço de diminuir a duração desse tempo. Esses conflitos são vivenciados e concebidos pelas *famílias* a partir de marcadores temporais e da intensidade da *luta*, muitas vezes desanimadora, mas que “vale a pena”. Como me disse uma mutirante certa vez: “a luta é longa, mas vale o sacrifício”.

É importante que se diga que a percepção sobre as causas da demora do “governo” é variável. Por um lado, conforme Paloma explicita acima, há um ponto de vista essencializador das instituições públicas habitacionais, sempre sujeitas às orientações do atual prefeito, abarcadas sob o temo “governo”, de que depender do governo e de verba é necessariamente difícil e demorado. Outras narrativas tendem a considerar que o “governo” em relação ao atendimento habitacional seria naturalmente mais lento por não ter “vontade” quando se trata de “pobres”.

Por outro lado, há percepções de que essa temporalidade estatal é variável de acordo com quem está no poder. Como o Unidos Venceremos se trata de um mutirão com recursos municipais, quem estiver à frente da prefeitura determina como e quanto tempo vai durar o atendimento. Segundo Adriana:

Então, em 98 nós fizemos várias atividades e conseguimos várias negociações, tanto no governo do estado como no governo municipal. Aí, em 1999 a gente firmou convênio com a prefeitura, em 99. Aí já estava saindo o Pita e praticamente entrando a Marta, o Pita perdeu a reeleição e graças a Deus a gente conseguiu que a Marta entrasse na prefeitura. E aí mesmo assim não começamos o mutirão. Por quê? Porque, acho que em 2000 a Marta entrou, a Marta foi terminar os mutirões que estavam paralisados desde o tempo da Luíza Erundina e aí a Unidos só foi começar mesmo o mutirão em 2003, então demorou aí 5 anos. Briga com a prefeitura, negociação com a prefeitura e articulação também, os movimentos em cima, aí a gente conseguiu entrar aqui na área em 2003. E aí começamos o mutirão.

Essa temporalidade das reuniões para a qual é necessária muita “luta”, “disposição”, “paciência”, “fé”, e outros termos correlatos, assim como seriedade e credibilidade do movimento, implica também ou solidariedade ou conflitos intrafamiliares. Há solidariedades quando o titular da *família* pode contar com a ajuda do seu marido ou de sua esposa para participar na sua ausência, quando há um revezamento em função de trabalho ou do cuidado dos filhos, ou mesmo de outros parentes que podem com ele coabitar ou não, como pais, mães e avôs e avós. Em relação à participação de um casal que a rigor não seria necessário, já que os pontos são contabilizados para a toda a *família*, independente de quantos realmente estão nas reuniões ou nas atividades do movimento, Denise revela:

E a gente participava em dupla, era eu e meu marido. Agora que ele não participa mais, mas antes ele participava de tudo. Acabou a “Paulo Freire” para ele também... ele ficou lá, ele não quer mais fazer parte. Mas ele participava de tudo, a gente tinha acabado de casar, não tinha filhos. “Vamos para a ocupação” e os dois juntos, “Vamos fazer ato” e os dois juntos. Tudo que ia, ia sempre nós dois, ia nós dois para tudo. “Ai Vamos? Vamos!” e passava a noite lá “Vamos passar a noite”. Quando a gente ocupou lá o Casarão, a gente ficou semanas lá, e ficamos nós dois juntos.

Por outro lado, vimos como no interior de uma *família* há desestímulos e descrenças sobre a possibilidade do atendimento realmente ocorrer, principalmente de homens em relação à participação de suas esposas, mas não só. Mesmo que a pessoa que mais participe esteja querendo a casa para toda sua família, ou seja, todos que vão morar na unidade habitacional a ser construída, ela pode contar com desestímulos e não compreensão dos próprios futuros beneficiados. Isso pode resultar em apenas uma não participação nas reuniões e deixar o cônjuge participar sozinho/a, como o marido de Suzana que também acha que não vai dar em nada o mutirão, diz não acreditar. Por isso, não participa de nada, mas, segundo ela, não a incomoda para não ir. Ou no caso acima de Paloma, que mesmo com uma filha pequena ia às reuniões e depois ao mutirão, pois seu marido lhe dizia “Ah, não vou não que eu tenho a minha casa, se vira”, ao passo que ela respondia “Não, eu vou me enfiar mesmo”. Mas também pode ocasionar conflitos conjugais que podem levar a separações, como o que aconteceu com Vanderlei, mutirante do Florestan Fernandes, que hoje está separado, pois ela “desanimou”. Ele se considera muito ativo e sempre fez parte de movimentos sociais, como movimento estudantil, pastoral da juventude e agora movimento de moradia. No momento em que o conheci, ele já havia participado durante anos das reuniões até

que enfim a obra do mutirão começou. Segundo ele, sua ex-esposa “nunca entendeu bem isso”. A participação no movimento é, assim, indissociável das relações intrafamiliares.

Em tese, o tempo das reuniões dura para uma *familia* o tempo necessário para que ela atinja a pontuação adequada ao atendimento. Mas mesmo assim, cálculos são feitos quando finalmente é atingida essa pontuação a depender de onde será o atendimento. Muito mais do que uma lógica habitacional, levando em conta a tão esperada casa, é uma lógica territorial do que se trata aqui, da escolha de um determinado bairro onde se vai morar e de suas ofertas de serviços e infraestrutura, bem como da proximidade de suas relações sociais e sua fama de ser violento ou não. Muitas vezes, para se hierarquizar um bairro, não tão desejado, mas preferível visto a urgência de se conseguir um apartamento depois de tanta espera, é suficiente dizer que ele é “longe”, sem qualquer complemento. Como afirma uma antiga coordenadora da Leste I, que foi atendida ainda nos anos 1990:

Eu estou no movimento desde 89, que eu entrei no movimento da Leste I em 89. Aí entrei num grupo de origem, meu grupo de origem é o grupo do Brás. Então, eu ia participar das reuniões lá no Brás, na Igreja São João, lá no Brás. E participei vários tempo, não tinha nenhuma conquista de projeto, de moradia, a gente só estava participando da discussão política do dia a dia. Aí quando foi em 90, depois de 1 ano, 1 ano e pouco, aí que surgiu um projeto de 170 unidades que foi esse projeto nosso aqui, do mutirão União da Juta. Cada grupo tinha uma quantidade de vagas, aí foram 10 vagas pro grupo do Brás. Muita gente tinha pontuação pra participar desse projeto, mas não queria porque era na Juta. A Juta no ano 90 era um bicho de 7 cabeças, ninguém queria vir pra Juta, Fazenda da Juta. Quando falava que era Fazenda da Juta, o pessoal pensava que era uma fazenda mesmo e não queria. O pessoal da cidade, lá do Brás, ninguém queria vir pra periferia. Aí surgiu... Eu não tinha pontuação normal pra entrar nesse grupo, mas como tinha uma pessoa que tinha a pontuação, que era lá da cidade, não queria, falou: “Não, pode passar pra outra pessoa que eu não quero ir pra Fazenda da Juta não”. Aí eu era a segunda pessoa pra atingir a pontuação pra ser contemplada, aí falou: “E aí Betina, você quer?”. Eu fiquei pensando muitos minutos pra dar a resposta. Aí eu falei “Ai meu Deus”, conversei comigo mesmo e disse “Ah, vou”. Meio contra a vontade, mas eu falei que queria.

Ou como afirma Geralda sobre suas ponderações sobre ir ou não morar no Unidos Venceremos, na Cidade Tiradentes:

Lá era o Saulo e o Josué. Eu já morava no Itaim. É que eu ia na reunião lá, que era de mês em mês, aí eu ia. Aí depois teve uma vaga, um negócio de um sorteio pra cá, que é

esse terreno que nós estamos hoje. Aí teve um negócio de um sorteio, aí eu fui sorteada. Fui eu e o Ítalo, que mora aqui em cima. Aí eu falei “Eu vou, pode ser longe, mas eu vou”. “Ah, que nesse lugar é perigoso”. “Não tem problema, eu vou assim mesmo, mesmo que tenha perigo, quem me guarda é Deus. Não tem lugar longe não. Se eu vou precisar da moradia, eu vou enfrentar a luta”.

O tempo das reuniões é marcado por muita *luta* e uma política de reputações que continuamente ocasionam realinhamentos do movimento, dos grupos de origem e das próprias *famílias*. Objetivamente, ele é medido pelo sistema de pontuação a que cada *família* está sujeita, mas ele também é medido em função de atributos necessários à *luta*.

Reputações, atributos e moralidades da luta

A longa espera do atendimento e os conflitos com os poderes públicos para que esse tempo seja diminuído, os projetos habitacionais sejam mais bem desenvolvidos, os recursos de obra sejam liberados, terrenos sejam viabilizados para a conquista são concebidos como *luta*. Não é só uma luta objetiva com inimigos claros, mas uma luta que implica sofrimento, tensões familiares, dúvidas constantes. Na discussão anterior, vimos uma série de atributos para entrar e permanecer *na luta*: paciência, disposição, fé, acreditar, persistência etc. Por outro lado, esses atributos são sempre nomeados e concebidos em comparação aos que não os tem ou de termos moralmente negativos como “preguiça”, atribuídos muitas vezes à sua própria família,

Com efeito, durante o trabalho de campo ouvi recorrentemente que participar das reuniões, das ocupações, passeatas e do mutirão “não é pra qualquer um”. Como Gisele abaixo sintetiza:

Eu entrei no movimento por intermédio de uma colega que também trabalhava na confecção. Eu estava me queixando do aluguel, porque no Carrão, no Tatuapé o aluguel é muito caro. E ela falou que ela tinha conseguido um apartamento, que ela participou do mutirão, Fazenda da Juta. Aí eu perguntei que que eu tinha que fazer para conseguir também entrar no mutirão. Quando ela começou a me dar informação, ela enfatizou várias vezes que o sofrimento é grande. Participar de mutirão é pra quem tem raça. Se não tiver raça, chega na metade do caminho, chega no começo, desiste. Se você não tiver fibra, não vai até o final não. O sofrimento é grande. É árduo. Aí ela me deu o endereço da Adriana, que é nossa presidente do mutirão. Ela tinha um grupinho na casa dela que ela reunia, reuniões mensais. Ela me deu o endereço, eu fui lá. Aí a Adriana, eu não conhecia na época, mas ela falou que já no outro mês eu podia levar xerox dos

meus documentos, comprovante de residência, pra ficar participando. Aí eu comecei a participar, depois logo, é... Tudo é pontuação: atividade, uma contribuição mensal pra poder iniciar. Então, eu não faltava, pagava tudo em dia, então logo teve uma vaga pra mim, que conseguiram esse terreno, pela minha pontuação que estava boa, eu consegui ser mandada pra cá. Aí eles mandam, se você gostou, quer continuar ali. Eu não tinha muita opção, também porque minha idade já estava avançando, então eu não tinha muito o que ficar escolhendo, um terreno no Parque do Carmo ou um terreno mais próximo. O primeiro que saiu foi esse, eu aceitei.

Assim, além dos atributos acima citados, também seria necessário para suportar o “sofrimento grande e árduo” muita “raça”, “fibra”. Outros atributos sempre elencados por mutirantes são “garra” e “coragem”. Certa vez, conversando com Adriana, quando perguntei sobre suas filhas não estarem no mutirão, a exemplo de muitos filhos de mutirantes que conheci, ela disse que elas não tiveram coragem. Uma de suas filhas, logo depois, um pouco em defesa própria, disse que não participou por falta de tempo para participar das reuniões e das atividades do movimento. Nessa pequena disputa de justificativas sobre a não participação, percebe-se uma tensão entre os atributos necessários e o que é considerado uma mera “desculpa” para a não participação: a falta de tempo. Afinal, como sempre dizem: “quem precisa realmente da moradia acha um jeito”.

Mas é claro que esses atributos acabam por se converter em reputações. Há os que os tem e há os que não os tem e isso produz distâncias sociais nas relações entre as famílias e entre os integrantes da Leste I. Os mutirantes que se reconhecem como detentores desses atributos, orgulham-se desse fato e sempre se comparam a outros igualmente necessitados, mas que desistiram da luta por não terem esses atributos. Ao mesmo tempo, há uma série de avaliações morais sobre as ações e posicionamentos de outras *famílias*, que nunca participam ativamente ou chamam outro parente para pontuar no seu lugar, ou que continuam *na luta*, mas sem vontade, aproveitando-se dos outros ou sempre criticando os coordenadores, responsabilizando-os pela demora sem se informar sobre seus motivos. Muitas vezes, separa-se e hierarquiza-se detentores e não detentores desses atributos pessoais pela oposição entre *ser de luta* e *não ser de luta*.

Embora esses atributos sejam muito reiterados e cultivados nos processos de coletivização pelos coordenares e apropriados e desenvolvidos mais por umas *famílias* do que por outras, às vezes eles estão implícitos nas narrativas. Muitas vezes, é o número de pontos adquiridos, o sofrimento para a sua aquisição e o tempo em que se

os adquire que mede a disposição para a *luta* e a reputação de uma *família* como merecedora da *conquista* da casa própria. Geralda, por exemplo, reafirma sua reputação de nunca faltar, de sempre fazer o que tinha que fazer, cuja legitimidade pode ser confirmada por Adriana, a coordenadora do mutirão:

Aí fui, também desde esse tempo que eu fui pra lá, que eu vim pra cá, você pode perguntar pra Adriana, eu nunca tive uma falta em nada. Todos os atos que tinha lá eu ia; teve invasão lá perto do Carrão, eu fui. Tudo que tinha pra fazer, eu estava, pra ganhar ponto, sabe?

[...]

Isso, pra poder marcar o ponto a gente fazia, a gente ia em caminhada, a gente ia em ocupação, tudo isso aí, viu? Era. Pra poder conseguir um terreno, pra ter o local pra construir. Aí a gente fazia passeata, aquele sol quente... andando. Um dia nós saímos da Praça da Sé, nós levamos 4 horas e 14 minutos da Praça da Sé pra chegar lá no Palácio do Governo, no Morumbi. A gente foi pela 9 de Julho, aqueles caminhos lá. Foi fácil não, o pessoal não andava tão devagar não, era andando muito rápido. Mas graças a Deus a gente chegou.

Ou Virgínia, já idosa, com problemas ortopédicos, o que limitava seus movimentos físicos, mas que nem por isso deixava de participar das passeatas, fundamentais para a obtenção de pontos e conseguir seu desejado apartamento:

Bom, eu nesta época eu morava no Ceará, aí eu vim, aí eu estava morando no apartamento que a minha irmã tinha [...], aí eu fiquei lá e logo que eu cheguei eu queria um apartamento aqui que saísse no meu nome. Daí eu: “Como é que você assistindo reunião ganhou um?”. Daí comecei a assistir reunião, e a Adriana era o apoio dentro dessa reunião, daí ela falou assim: “Olha sua pontuação foi muito boa, você já vai para obra.” Daí eu: “Já vou para obra”. Daí me trouxe para cá para obra e eu fiquei na obra e graças a Deus...

[...]

O pessoal falou que eu ganhei meu apartamento rapidinho, porque tem gente que passa 10, 15 anos para ganhar um. E eu graças a Deus, Deus me ajudou, eu tive sorte. Até essas passeatas que a gente fazia, eu tenho minha opinião, eu não gosto de faltar, mas eu ia sem poder, porque eu tenho problema nos dois joelhos.

[...]

Aí eu falava assim com aquele cara do carro de som, eu falava assim: “O senhor deixa eu ir no carro de som?” Aí ele: “Pode ir?” Aí eu subia e aquela boleia era muito grande e cabia o motorista, eu e outra senhorinha que era deficiente, ia nós três na boleia e cabia nós folgado mesmo, porque eu não posso andar muito tempo não [...] e dói muito assim o joelho, muita dor e na coluna, mas graças a Deus estou aqui e estou gostando.

[...]

Dessas passeatas que tinha, eu nunca perdi uma, o ponto de nós esperar era a Praça da Sé, e quando ela chegava lá mais a turma eu estava já sentada no degrauzinho da igreja.

Eu chegava primeiro, eu sou esperta. Ia ganhando os pontos, aquela pontuação ia crescendo.

Por mais que haja uma objetividade do sistema de pontuação, em que cada reunião, cada passeata, cada ocupação tenha um número de pontos específico e seu acúmulo total seja responsável por conseguir uma vaga em um mutirão, esses pontos tendem a ser considerados e medidos muito mais a partir da persistência, do orgulho em não se faltar, de todas as táticas necessárias para sua obtenção e também da reputação adquirida a partir deles, ou seja, dos atributos necessários à *luta*. Um enunciado, em particular, é bem interessante sobre a articulação entre os atributos que venho analisando e o sistema de pontuação. Guilherme, namorado de Adriana, já tem seu próprio apartamento, mas conheceu o mutirão em que sua sogra (“a avó do meu filho”) era mutirante e aos poucos viu que aquele mutirão tinha credibilidade (ele disse que no começo “não acreditava muito bem”). A partir daí ele passou a frequentar um grupo de origem para ajudar outras pessoas e indicou os grupos inclusive para seu irmão, que viria a ser mutirantes do Unidos Venceremos, onde Guilherme conheceu Adriana. Guilherme define uma teleologia do sistema de pontuação que recobre uma série de atributos a partir principalmente de ideias em torno de tempo e batalha, de etapas que se sucedem até a *conquista*:

Tem que tentar. Na vida a gente tem que tentar sempre alguma coisa. Você tem que ficar de olho pra não ser uma coisa que esteja perdendo tempo. Você tem que vigiar, você tem que correr atrás. Você tem que ir nas reuniões e entender como que são as coisas e aprender a esperar, porque isso aí é uma questão de tempo, não é tão rápido assim pra você conseguir as coisas na vida. É uma batalha. Tipo quando você entra numa faculdade ou numa escola pra estudar você vai de ano em ano, do primeiro até o último ano e batalhando, todo dia indo lá e tendo presença, se não você não tem nada, não é verdade?

Aí eles conseguiram. Meu irmão, essa moça que conseguiu no Che Guevara; através dela, ela trouxe uma senhora que veio pro Paulo Freire. Essa senhora que trabalhou lá no mutirão das casas, ela falou que a moça era séria, que tocava o mutirão e a gente vendo, ela conseguiu a casa dela, então, porque os outros também não iam conseguir.

Os atributos *da luta* também são concebidos como responsáveis por uma divisão de gênero no interior do movimento. Tudo se passa como se as mulheres fossem portadoras preferenciais desses atributos em comparação aos homens. Há uma maioria de mulheres que participam dos grupos de origem, das atividades do movimento e do mutirão. Quando indaguei à Adriana porque havia mais mulheres do que homens, ela me respondeu:

Porque... Metade a gente via que eram mulheres que não tinham marido mesmo. Eram sozinhas. Outras porque o marido não acreditava, achava que elas estavam indo por ir, não acreditavam na luta. Até por causa da história do mutirão, tinha uma história muito ruim do mutirão, antigamente. Uma história muito ruim das associações, umas associações que só pegavam o dinheiro das famílias, que nem ele [Guilherme, seu namorado, que também participou da entrevista] falou, não acompanhavam. Então o coordenador pegava o dinheiro das famílias, deixava a família a ver navios, sumia. Então, muitas mulheres nossas sofreram por isso.

Carlos: E porque você acha que as mulheres acreditam mais, batalham mais nos mutirões?

Eu acho que por causa dos filhos. Principalmente. Eu lembro que quando eu entrei, foi muita briga, como eu falei pra você. Muita briga com meus patrões porque tinha uma atividade no governo municipal, tinha que ir. Principalmente os coordenadores, tinha que ir. E a maioria, tudo mulher. Porque a mulher pensa muito na família, principalmente quando é mãe de família, se tem filhos. Então, eu tinha o sonho de ter a minha casa. E eu queria muito ter um lugar para morar com meus filhos. Aquela vida de ficar pagando aluguel não era uma vida que eu queria. E principalmente onde eu morava eram dois cômodos só. Eu pagava aluguel e morava em dois cômodos e um banheiro. Então, pense, você morar, dormir num quarto com cinco filhos! Um em cima do outro! Então, eu olhava para aquela situação, eu ficava triste. Meu deus, será que um dia eu vou ter uma... Eu tenho que lutar pra ter minha casa, será que um dia eu vou ter uma casa, com um quarto só meu? Um quarto em que meus filhos vão dormir sossegados? Então, foi quando eu entrei no movimento, persisti e insisti.

[...]

Mas eu acho que é mais por isso mesmo, a mulher, ela insiste porque, mais por causa da sua vida, uma luta que você quer mudar totalmente, justamente por causa dos seus filhos, porque mãe sempre quer o melhor para os seus filhos. Então, essa luz do túnel que acenderam pra gente, que acho que o movimento é isso, essa brecha que o movimento deu pra gente, esse espaço que o movimento deu pra gente, nós abraçamos, a maioria das mulheres, porque era uma oportunidade única que a gente tinha, que a gente teve. De ter sua casa, de morar dignamente, de morar com seus filhos. De você poder dar um espaço físico de qualidade para os seus filhos. Então, por isso que eu acho que a maioria é tudo mulher. E eu vejo que tem muitas mulheres que são muito lutadoras mesmo. Quando elas acreditam, elas vão até o final, em busca daquilo que elas acreditam e principalmente daquilo que ela quer.

Na mesma entrevista que realizei com Adriana, Guilherme, seu namorado, fez uma análise semelhante:

Tem muitas mulheres que são muito melhor que qualquer homem pra lutar por certas objetividades. Inclusive você vê, nessas conduções, nesses trens da vida aí, a maioria é mulher trabalhando por aí. Às vezes deixa o marmanjo em casa, o marido em casa, às vezes sem fazer nada, e elas estão lutando, trabalhando, pra sustentar a casa. É o que você vê hoje em dia. Às vezes, indo pra escola, pra faculdade, enfim... Lutando. Tem muitas lutadoras mesmo.

Assim, há uma concepção de que as mulheres concentrariam mais os atributos necessários à luta. Ela “acredita”, “insiste”, “persiste” mais que os homens. As mulheres seriam mais “lutadoras”, ou como outras pessoas recorrentemente afirmam elas são “guerreiras”, “de luta”. Vemos, assim, como os atributos da *luta*, já discutidos anteriormente, parecem ser basicamente femininos. Mas aqui não se trata apenas de uma diferença de gênero, entre homens e mulheres. A distinção dos atributos masculinos e femininos são pensados a partir da centralidade do cuidado e preocupação com os filhos mais pelas mães do que seus maridos, uma importância da maternidade na preocupação com o cuidado e o futuro dos filhos. Ao mesmo tempo, leva-se muito em conta a instabilidade dos laços matrimoniais se comparados à maternidade, como já vimos no primeiro capítulo, e que é reafirmado por Maristela:

[A mulher] é mais envolvida é porque a mulher é mais assim, se preocupa mais onde colocar os filhos, tem que ter uma estrutura: “Como é que eu vou ficar pagando aluguel a vida inteira? E os meus filhos? E depois se eu morrer hoje e os meus filhos vão ficar onde?”. É isso que eu penso, estas coisas. Mas homem acho que não, acho que não está nem aí, mora em qualquer lugar, mora na casa da avó, eu acho que assim que eles pensam, a mulher não, a mulher ela é mais... Quer saber onde vai deixar o filho porque se eu faltar hoje, meu filho vai ficar onde?

Desde o início dos meus trabalhos de campo junto aos movimentos de moradia, em 2006, a maior presença de mulheres é marcante. Como mostram as narrativas acima e segundo a perspectiva de grande parte de meus interlocutores, tanto homens como mulheres, isso se justifica porque as mulheres acreditam mais na luta do que os homens e têm maior disposição para a luta, mas que sua maior participação é principalmente por causa dos filhos ao mesmo tempo em que há uma instabilidade dos laços matrimoniais. Nesse sentido, houve muitos casos de separação (como veremos principalmente em relação aos mutirões, no quinto capítulo), já que os laços matrimoniais costumam ser representados como muito instáveis; além de haver uma coalizão muito maior entre mães e filhos do que entre pai e filhos.

A mulher costuma ser caracterizada principalmente pelo seu papel de mãe, sempre em oposição aos homens, menos preocupados com a família e com o destino de seus filhos. É justamente o laço de maternidade que define a mulher como mais vinculada ao domínio doméstico do que o homem. Nesse caso, há uma correlação direta entre a mulher, enquanto mãe, e a família, a casa e o cuidado com os filhos (cf. Capítulo 1). Assim, é possível afirmar a partir das percepções dos mutirantes, que os

laços consanguíneos entre mãe e filhos tendem a prevalecer e serem mais solidários do que os laços de conjugalidade, matrifiliação sobre alianças matrimoniais.

A caracterização da mulher como mais vinculada ao domínio doméstico do que o seu marido não é novidade nos estudos sobre família³³, mas o que se pode apontar de diferença fundamental é como justamente essa maior preocupação com o domínio doméstico se converte em uma maior “disposição para a luta”, pois a “luta por moradia digna” é o que é melhor para os filhos. Isso se justificaria pelo fato do sonho da casa própria muitas vezes corresponder a uma estratégia para o bem estar familiar, para a qual ingressar no movimento pode ser fundamental, ainda que pareça ter uma prevalência da mulher em torno desse objetivo. Dessa forma, tem-se uma hibridação dos domínios público e privado, já que a mulher adquire um papel mais ativo no espaço público, nas ações dos movimentos, na reivindicação por moradia, do que os homens³⁴.

Portanto, não é só de gênero que se trata, mas de interseções entre gênero e parentesco (PISCITELLI, 2006) que ocasionam essa distinção das mulheres enquanto mães em relação aos homens no cuidado dos filhos e a preocupação com a casa. Essa distinção leva a que as mulheres sejam compreendidas como detentoras dos atributos da luta muito mais do que os homens. Mas é claro que essa é uma narrativa dominante que leva em conta um modelo majoritário de participação. Há também homens casados que são os representantes de suas *famílias*. Sua participação *na luta* também é legitimada por sua preocupação com a casa e com os filhos, da mesma forma do que costuma ser atribuído apenas às mulheres e, como visto no caso de Otávio, citado acima, ele, mesmo sendo homem, está sujeito a críticas e desestímulos de sua esposa. Assim, não se pode essencializar essa distinção de gênero tanto no interior do movimento como nas relações de parentesco e familiares.

³³ Os estudos sobre família rural no Brasil já indicavam uma divisão sexual do trabalho no interior da família, tomada como unidade de produção e de consumo. A mulher cuidaria do ambiente doméstico, dos filhos e teria uma participação no trabalho agrícola considerada quase sempre como apenas “ajuda”; já o homem estaria mais voltado ao domínio público e seria o responsável pela produção e consumo da família ou unidade doméstica, cf. Almeida (1986), Santos (1982), Seyferth (1974), Garcia & Heredia (1971), dentre outros. Os estudos sobre famílias de classes populares urbana indicam caminho analítico semelhante, ainda que a família não seja mais pensada por seu caráter de unidade de produção, mas por diferentes perspectivas, prioritariamente como unidade de consumo e de reprodução da força de trabalho, cf. Durham (2004), Fonseca (2000), Neves (1985) e Woortman (1982). Muita atenção é dada às relações internas da unidade familiar nas suas estratégias e aspirações a partir do trabalho, da educação e do consumo, como o sonho da casa própria..

³⁴ Ver Brandão (1994) e Stolcke (1994), que problematizam as relações entre homens e mulheres na divisão sexual no interior da família nos ambientes domésticos e públicos.

Por outro lado, as relações de parentesco ainda importam no desenvolvimento de atributos em outro nível relacional, que guarda uma aproximação com o cuidado com os filhos discutido acima: na relação entre mutirantes e seus filhos ou filhas que também se tornam mutirantes. Como a primeira geração conseguiu sua casa própria, é muito comum que se incentive a segunda geração a *entrar na luta*, ou *fazer sua própria luta* para que ele ou ela também consiga sua *casa* e constitua sua própria *família*. Mas não se trata apenas de um incentivo dos pais ou uma vontade concreta de obter uma casa própria. No caso de filhos de mutirantes, também eles mutirantes, ouvi algumas vezes que eles estavam lá não simplesmente por causa de seus pais, mas por eles terem atributos herdados de seus pais, eram *de luta* assim como seus pais.

Uma determinada vez, por exemplo, eu estava no Unidos Venceremos, quando ele já estava praticamente pronto e seus apartamentos em grande parte já ocupados pelas *famílias*. Devido à morte de uma mutirante solteira, seu apartamento ficou disponível e a “vaga voltou para a Leste”, ou seja, haveria um sorteio e o grupo de origem com maior pontuação indicaria sua *família* com maior pontuação para a vaga. O selecionado foi um homem que lá residiria com sua esposa e seus dois filhos pequenos. Nesse dia, ele foi conhecer o apartamento para decidir se ficaria ou não. Ele foi acompanhado de sua esposa, seu filho ainda de colo, sua irmã e sua mãe. Ele acabara, portanto, de sair de um grupo de origem e sua irmã já era mutirante do Florestan Fernandes, outro mutirão na Cidade Tiradentes. A mãe havia sido mutirante em um dos mutirões da Fazenda da Juta e estava visivelmente feliz e orgulhosa de seu filho ter conseguido seu apartamento. Acompanhados de Adriana, foram conhecer o conjunto habitacional e o apartamento. Adriana passou os detalhes da transição e dos gastos necessários à sua entrada no apartamento, já que ele estava entrando depois do quase término do processo (ainda faltava liberação de recursos para a plena finalização da obra). Ele aceitou se mudar para lá e a mãe falou e reafirmou para Adriana que toda a sua família era *de luta*, ou seja, tinham atributos reputados como causas do merecido atendimento, atributos esses partilhados entre todos os integrantes que se tornaram mutirantes.

Mas uma expressão enunciada por uma interlocutora talvez sintetize a apreensão de como esses atributos são transmitidos por descendência. Certa vez, conversando com Jessica, jovem mutirante com seus 24 anos. Ela estava “no mutirão” (na verdade no grupo de origem, antes da definição de sua ida a esse mutirão) desde os seus 16 anos, mesma idade de ingresso de seu irmão, também mutirante do mesmo

empreendimento. Sua mãe foi mutirante na Fazenda da Juta e os “empurrou” para participarem logo aos 16 anos, idade mínima para participação, segundo o regulamento da Leste I. Segundo ela, isso não teria sido fácil, pois nessa idade eles queriam sair, curtir, não ficar participando de reuniões. No entanto, ela considerava que estava “valendo a pena” ter ingressado no mutirão. Em certo momento da conversa, quando ela já havia me falado sobre sua mãe ser mutirante e de como ela os incentivou a participar do movimento, eu lhe disse ‘quer dizer que a luta está na família?’. Ela sorriu, pareceu concordar, mas me corrigiu enfaticamente: “A luta está no sangue”.

Essa expressão revela relações entre parentesco e *luta*. Talvez o ponto mais importante seja uma concepção de que os atributos da luta são transmitidos por descendência, pelo sangue. Tudo se passa como num enunciado com um encadeamento causal em que filho de mutirante também será mutirante, ou filho de quem *é de luta* também o será. Mas é claro que isso não é uma regra absoluta, pois já mencionei sobre filhos de mutirantes que não participam por não terem os atributos necessários ou, por outro lado, filhos adotados de mutirantes, como Pedro que trata sua mãe adotiva como grande inspiração para o seu ingresso no movimento. Ainda que não haja uma descendência consanguínea de fato, há uma forte aproximação com a afirmação *a luta está no sangue*:

As mulheres sempre nos mutirões. Eu não sei hoje, mas nos mutirões é sempre mais mulher que homem. Inclusive, a minha mãe, ela conquistou a casinha dela lá na Juta, no mutirão também. Então, maior exemplo que eu peguei foi minha mãe, a gente morava de favor no Jardim Parque Centenário, minha mãe começou a entrar no mutirão da Juta e entrou na Juta e eu trabalhando. Era mais novo inclusive, mas eu via a luta dela. Meu pai xingava ela quando ela chegava tarde, ela chegava cansada do mutirão. Que com tanto, minha mãe se separou do meu pai porque meu pai não quis saber de nada. Teve livre arbítrio de escolher a vida, minha mãe continuou na luta, minha mãe com 6 filhos, eu sou o mais velho, então eu via a luta da minha mãe e morei na casa da minha mãe antes vir para cá, então eu apalpei, apalpei que vale a pena entrar no mutirão. Minha irmã também é do mutirão também lá da Sapopemba também, minha irmã. Então assim, tem eu, minha irmã e minha mãe, que somos privilegiados de receber este presente aqui.

Embora ele seja adotado, sua irmã, filha consanguínea de sua mãe, também entra *na luta*. Os dois são inspirados por sua mãe, há assim uma transmissão desses atributos maternos aos seus filhos, mesmo que não seja tratada literalmente como uma transmissão por sangue.

A luta está no sangue ainda se refere a algo próprio a cada mutirante e, como tal, contribui para se compreender que há uma percepção de que os mutirantes e as famílias reputadas como *de luta* têm atributos que lhes seriam quase naturais, às vezes anteriores ao ingresso em um grupo de origem, mas somente capazes de serem plenamente desenvolvidos *na luta*. É como se esses atributos fossem fundamentais na construção desses participantes enquanto pessoas.

Assim, a expressão *a luta está no sangue* também pode servir como uma analogia para se pensar o jogo de atributos e reputações necessários à luta, corporificados em cada uma dessas famílias *guerreiras*, *batalhadoras*, *de luta* e recorrentemente estimulados nas ações do movimento a partir das relações entre coordenadores e famílias, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

Família e Política

No capítulo anterior, vimos que as reuniões dos grupos de origem são a “porta de entrada” das famílias, onde se inaugura um tempo das reuniões que define o ingresso no movimento e o início da espera por atendimento. Se a temporalidade das reuniões é fundamental para se pensar os atributos, reputações e moralidades das famílias que estão *na luta*, é preciso dizer que essas reuniões, espaços e momentos de aprendizado de saberes do movimento e do início do sistema de pontuação, são condicionadas por outras reuniões e relações que não se limitam às relações entre os coordenadores dos grupos de origem e suas *famílias*. Nesse sentido, a narrativa de Adriana sobre sua ascensão à coordenadora da *demanda* (conjunto de famílias que serão atendidas) do mutirão Unidos Venceremos se revela de especial interesse:

Aí também o que a gente teve dificuldade? Eu não tinha experiência da parte burocrática. Pra você ter uma associação, tem que ter um trabalho, você tem que ter as documentações em dia, CNPJ em dia. Então, eu não sabia, eu não tinha tempo. Quase que a gente perdeu a associação porque a gente não tinha essa experiência burocrática. E na época a Juliana pedia pra ter um representante da Unidos na plenária da União e principalmente nas reuniões da segunda-feira, que são as reuniões da coordenação ampliada da União. Aí nós tivemos uma assembleia e nós tínhamos um grupo de 200 famílias, então tinha que tirar um grupo de pessoas que ia coordenar essa demanda. Aí foi quando eu levantei a mão pra ser coordenadora e me indiquei porque tinha que tirar uma demanda, foi feita uma nova ata e onde eu entrei como coordenadora. Só que a gente sentia dificuldade de fazer essa parte burocrática e eu queria também entender como era essa coisa do mutirão com autogestão. Tinha que participar da reunião da União e eu via que era uma reunião muito política. Discussão política na reunião da União e eu não tinha entendimento. Eles vinham com um linguajar e eu: “Meu Deus, eu não estou entendendo nada que eles estão falando”. Eles falavam “Vamos lá pro Uruguai, conhecer a história do mutirão com autogestão”. Eu falei “Que história de mutirão é essa? Que autogestão é essa? Porque a gente tem que fazer ocupação? Porque que tem que fazer atividade?”. E aí eu achava que eu tinha que me dedicar, eu tinha que participar mais do movimento, até pra eu conhecer e pra eu saber de fato onde eu estava andando, o que era realmente todo esse linguajar político que eu não entendia. Onde a Leste I e as outras regiões eram filiadas à União, onde eu conheci o Túlio, a Juliana era da Leste I, aí eu pedi pra eles deixarem eu participar das reuniões da Executiva da Leste I. Até porque a gente precisava de ajuda, nosso grupo precisava de ajuda.

C: Mas seu grupo já era da Leste I?

M: Não, não éramos da Leste I. Nós éramos filiados à União, não à Leste I. Só que eu, como fiquei sozinha, eu não entendia o linguajar político da União, então eu tinha que passar por um grupo de base, eu tinha que participar de umas reuniões dos grupos bem

menores, até pra eu entender. Aí foi quando eu comecei a buscar ajuda na Leste I e aí a gente se filiou à Leste I e aí a Leste I começou a nos ajudar. A Juliana deu muitos cursos de formação pras lideranças e eu comecei a participar nas reuniões de formação que a Juliana deu e aí comecei a entender.

Adriana revela seus desafios iniciais em entender o “linguajar político” nas reuniões da União. Ela demonstra um estranhamento inicial em relação a códigos próprios a essas reuniões, assim como a saberes subsumidos nesse linguajar classificado como “político”, cuja aquisição e cujo domínio são fundamentais para a coordenação da *demanda* do mutirão Unidos Venceremos. O termo *política* e suas diferentes variações e usos qualificam tanto esse “linguajar” como práticas, discursos e relações das mais variadas que perpassam diferentes níveis e também definem saberes para os quais Adriana devota especial dedicação para seu aprendizado, especialmente nos “cursos de formação para lideranças”. No caso dessa narrativa específica, o “linguajar político” se refere à discussão sobre os mutirões com autogestão, às *atividades* necessárias e combativas (como as ocupações) de reivindicação de moradia, a conhecimentos propriamente burocráticos para o atendimento habitacional das *famílias* do Unidos Venceremos e a uma linguagem a ser dominada para que se estabeleça uma comunicação efetiva com os demais coordenadores que participam das reuniões da União.

Mas para o domínio desse “linguajar político” ou, de maneira mais geral, dos meandros, saberes e relações orientados e descritos sob o termo *política*, Adriana diz ter sido necessário participar também de todas essas reuniões, desde as do grupo de origem até as da União. Não por acaso, alguns coordenadores se referem aos grupos de origem tanto como “porta de entrada” do movimento, como também como tempos e espaços do início da “formação política” das *famílias* recém ingressadas no movimento.

Adriana atualmente é coordenadora geral da Leste I e uma das coordenadoras da União. Mas sua trajetória é singular, pois ela não ingressou no movimento como usualmente se faz, em um grupo de origem, a partir do qual ela ascenderia gradativamente até chegar à União, passando pela Leste I, como acontece com a maioria dos coordenadores. Ela se tornou coordenadora da *demanda* para buscar a *conquista* de um empreendimento que oferecesse casa própria a todas as *famílias*, inclusive ela. No entanto, ela se surpreende com um “linguajar político” que era necessário dominar para entender onde “estava andando”, o que precisava ser feito

para consolidar uma associação que passou a coordenar, para realizar seu objetivo de conseguir casas para suas *famílias* e para si mesma. Ela menciona dificuldades concernentes à formalização burocrática dessa associação, uma das condições exigidas à consecução da *demanda*, assim como ao entendimento do que eram os “mutirões com autogestão”, as “ocupações”, as “atividades” que percebemos ser relacionadas a uma metodologia ao mesmo tempo de reivindicação da moradia e de mobilização das *famílias*, metodologia que envolve relações com instâncias externas e no interior do próprio movimento que, depreendemos da narrativa, elaborava-se como tal no mesmo momento em que Adriana ingressava como membro para representar suas *famílias*. Assim, “andar” por todos esses níveis relacionais, com vistas à realização de seu objetivo, foi fundamental para Adriana compreender a complexidade designada pelo termo *política*.

Há, assim, a *política* que deve se relacionar com o ingresso no movimento buscando a conquista da casa, o que tornou necessário que Adriana frequentasse todas essas reuniões (grupos de origem, Leste I e União) para entender o que é *política*. O objetivo da conquista da casa e a *política* devem se combinar, como veremos, de múltiplas formas: de forma complementar preferencialmente, mas muitas vezes as duas dimensões podem entrar em conflito, se uma das duas se sobrepuser à outra. A busca da casa própria e a série de relações, atributos e reputações em torno dessa busca e do ingresso no movimento das *famílias* já foram discutidas nos últimos capítulos, mas os sentidos de *política* e sua relação com o ingresso no movimento para a conquista das casas toma corpo agora a partir das sugestões contidas na narrativa de Adriana.

A narrativa é conduzida por uma indissociação da trajetória de Adriana como coordenadora com a da *demanda* do Unidos Venceremos e permite vislumbrar o conjunto de relações e aprendizados necessários para que ela alcance uma conquista bem sucedida de moradia para o conjunto das *famílias* que coordena e do qual também faz parte. Muitas questões emergem dessa narrativa, mas destaco três aspectos interrelacionados que serão discutidos a partir de agora neste capítulo: o trânsito entre essas diferentes relações e reuniões, a necessidade fundamental de aquisição de saberes e atributos específicos pelos coordenadores para a obtenção de *conquistas* e os sentidos, usos e efeitos do termo *política* presentes nas reuniões da União, mas que perpassam todos os outros níveis de relações observadas incluindo, obviamente, as *famílias* no interior do movimento.

Nesse sentido, minha pesquisa também é tributária das pesquisas realizadas por integrantes do Núcleo de Antropologia da Política (NUAP) que questionam concepções de política como um domínio ou processo específicos, elaborados objetiva e externamente ao ponto de vista nativo. Assim, inspiro-me na sua proposta de investigar fenômenos conceitualizados pelos agentes sociais pesquisados como “política” (ver, dentre outros, PALMEIRA e GOLDMAN 1996; PALMEIRA e BARREIRA, 2004).

As reuniões da Leste I

Para o início da compreensão dos sentidos de *política* e das séries de relações fundamentais para a conquista de moradia para as *famílias*, tratemos inicialmente dos grupos de origem. As reuniões dos grupos de origem ocorrem regularmente e os assuntos aí tratados ressoam as decisões tomadas em reuniões também regulares realizadas em outros níveis de articulação do movimento, no caso que pesquisei, as da Leste I e às da União. Se considerarmos que em um nível relacional há um englobamento dos grupos de origem na Leste I e um englobamento da Leste I e outros movimentos de mesmo nível de abrangência e organização pela União. Esta última seria uma instância máxima, a partir de onde as decisões e discussões seriam passadas nos três níveis até chegarem às *famílias*. Boa parte das *atividades* do movimento a que muitas famílias se referiram (cf. Capítulo 2) – ocupações, passeatas, caravanas, viagens – costumam ser discutidas e decididas na União (quando ocorrem em resposta a questões habitacionais mais amplas que afetam outros movimentos ou outras regiões da cidade e do estado de São Paulo) ou apenas na Leste I (quando são questões concernentes apenas a reivindicações desse movimento específico).

Essas decisões são repassadas de um nível a outro nas reuniões, por meio dos coordenadores. Os grupos de origem têm seus coordenadores que participam das reuniões regulares da Leste I. Esse movimento, por sua vez, tem alguns coordenadores escolhidos para comporem a coordenação da União. Assim, o que ocorre em um nível é repassado aos outros.

Antes de abordarmos essa lógica interdependente das reuniões, é preciso ainda descrever certos aspectos das reuniões dos grupos de origem, a fim de aprofundar o

conhecimento sobre esse primeiro momento de constituição das *famílias* no interior do movimento.

Alguns grupos de origem existem desde a fundação da Leste I, outros foram criados em espaços dos próprios mutirões, como salões comunitários, e durante a pesquisa de campo, novos foram criados, totalizando na última contagem, 18 grupos. Embora no início os grupos se localizassem apenas na chamada região Leste I, atualmente há um espraiamento territorial também por outros bairros originalmente localizados na região Leste II, a exemplo dos bairros de Itaquera e de Cidade Tiradentes.

Como eu já havia dito no capítulo anterior, a maioria das reuniões dos grupos de origem acontece em espaços de igrejas católicas, ao passo que outros grupos se reúnem em espaços dos próprios mutirões, como salões comunitários. A vinculação antiga ou atual à Igreja Católica também se expressa na oração de um “Pai Nosso” ao início de cada reunião, em alguns deles. Assisti regularmente reuniões do grupo de origem Belém, que ocorrem em um amplo salão do Centro Pastoral Belém, espaço da Igreja Católica, localizado no bairro de mesmo nome. O Centro Pastoral Belém é espaço de reuniões da Leste I desde o início desse movimento, em 1987. Mensalmente, também acontecem nesse espaço as plenárias da União, em que coordenadores de todo o estado de São Paulo se reúnem para discutirem as situações de atendimento e as “lutas” de cada movimento, seus avanços e suas dificuldades, além de definirem atividades conjuntas e discussões acerca de políticas habitacionais e as chamadas “análises de conjuntura” referentes a contextos mais amplos, geralmente relativos às facilidades ou dificuldades sentidas nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) a respeito de políticas habitacionais e urbanas, assim como a questões institucionais e burocráticas relevantes. As análises de conjuntura costumam ser identificadas como uma parte “mais política” desses momentos. A continuidade das plenárias da União nesse espaço mostra a permanência da aliança com a Igreja Católica (ainda que em outras bases, como veremos mais adiante), além da centralidade da Leste I no processo de formação da União, como já havia apontado Cavalcanti (2006).

Nesse Centro Pastoral também ocorrem, no mesmo dia das reuniões do grupo de origem, as reuniões da coordenação da Leste I, às quintas-feiras, quinzenalmente. As primeiras ocorrem às 18 horas e as segundas logo em seguida, às 19 horas.

Nicete³⁵, a coordenadora à época, sentava-se a uma pequena mesa voltada para as cadeiras alinhadas à sua frente, assim posicionadas pelas *famílias* que as ocupariam durante o encontro, depois do qual voltavam a ser empilhadas ao fundo da sala como inicialmente se encontravam. As *famílias* costumavam assistir as reuniões com bastante atenção. No geral, havia um padrão permanente de localização das *famílias*. As pessoas mais participativas, questionadoras, tendiam a sentar mais à frente, enquanto as mais caladas e, aparentemente, mais tímidas, ao fundo, ainda que houvesse variações a essa regra.

Usualmente cada *família* ali correspondia a uma única pessoa que frequentava assiduamente as reuniões, mas também era possível encontrar, ainda que menos regularmente, casais com ou sem filhos ali presentes, mães com filhos pequenos e um interessante caso de uma jovem que sempre ia acompanhada de sua mãe, ex-mutirante da Leste I, anteriormente contemplada. Era sua mãe que mais animava sua filha a participar e sempre dava depoimentos nas reuniões, destacando que a “luta” dos que ali estavam, quando fossem atendidos, seria muito mais fácil do que a dela (“agora é uma moleza”), uma vez que atualmente se trabalha menos nos mutirões do que antes.

Havia uma preocupação especial em relação à assinatura da lista de presença, a partir da qual eram atribuídos pontos (1 ponto por presença em cada reunião), assim como solidariedade na passagem da lista de mãos em mãos para que todos assinassem. Às vezes alguém, que ainda não me conhecia, me passava a lista e mostrava espanto quando eu a recusava e insistia para que eu a assinasse por causa “dos pontos”, o que me levava invariavelmente a ter que explicar rapidamente minha posição de pesquisador ali e não de *família*.

Algumas *famílias* se referiam àquelas reuniões como “reunião de casinhas”, expressão por vezes contestada por coordenadores que viam nisso uma limitação das *famílias* ao objetivo de obtenção da casa, quando, na verdade, “a luta era muito mais ampla” e a “participação” fundamental, incentivando assim as *famílias* a não assistirem às reuniões apenas visando a frequência para obter os pontos e conseguir a casa, sem qualquer interesse por questões mais amplas, igualmente importantes, singularizadas sob o termo *política*.

Além da pontuação, uma preocupação também parecia afligir alguns dos presentes: se conseguiriam mesmo a casa. Isso era explicitado principalmente por

³⁵ Ex-mutirante, já moradora em uma *conquista* na Fazenda da Juta, mas que continuava coordenadora desse grupo de origem, assim como era uma das coordenadoras da Leste I.

famílias novas, o que ficou claro em uma reunião de um outro grupo de origem da Leste I a que assisti no distrito da Cidade Tiradentes. Esse grupo foi instituído próximo ao mutirão Unidos Venceremos para atender vizinhos ao conjunto habitacional, assim como evitar riscos de invasão do conjunto ainda em construção. Suas reuniões aconteciam em um salão de uma igreja católica ali perto. Essa reunião contava principalmente com a participação de *famílias* que haviam se cadastrado apenas dois meses antes na sede da Leste I, na Fazenda da Juta. Como de costume, fui convidado a me apresentar no início da reunião. Ao final da reunião, uma senhora já idosa veio conversar comigo e logo percebi que ela me identificara como alguém que, por pesquisar o movimento, conhecia bem os processos de obtenção da casa própria. Ela me perguntou se a casa sairia logo. Disse acreditar que até o final do ano sairia a casa e que estava “esperançosa”, ao mesmo tempo em que se mostrava a mim ansiosa em conseguir logo.

Em geral, boa parte das reuniões era dedicada a discussões sobre *atividades* da Leste I e da União que valem pontos. Elas eram explicadas pelos coordenadores, falava-se de como foram decididas, da importância delas. Algumas das *famílias* mostravam uma preocupação apenas com a pontuação, de como deveriam encontrar os coordenadores nos atos e passeatas para assinarem a lista de presença, enquanto outras *famílias* mostravam especial interesse pelo teor das *atividades*, chegando a participar mesmo que não valessem pontos.

Além disso, a situação dos mutirões em andamento também era discutida e qualquer demora ou entrave “político” ou “burocrático” era debatido, assim como as ações a serem tomadas para agilizar o processo. Embora as *famílias* presentes nas reuniões do grupo do Belém ainda não compusessem uma *demand*a, os coordenadores eram enfáticos ao afirmar que a participação de todos era fundamental, em solidariedade às *famílias* que já estavam em algum mutirão, solidariedade esta que se reverteria também em favor delas quando fossem posteriormente contempladas.

Mas as *atividades* das quais essas *famílias* deveriam participar para a obtenção de pontos nem sempre eram relativas apenas a reivindicações de atendimentos habitacionais.

Quando houve o processo participativo em torno do Plano Diretor Estratégico para a cidade de São Paulo, por exemplo, no primeiro ano da gestão municipal de Fernando Haddad (PT), iniciada em 2013, ocorreram muitas reuniões com temas gerais para toda a cidade (moradia, educação, transporte coletivo, zoneamento urbano

etc.) que envolviam segmentos da sociedade civil interessados, além de reuniões em todas as subprefeituras de São Paulo para tratar questões territoriais específicas. A Leste I, em consonância com a União, esforçou-se em participar nas duas frentes. Em relação principalmente às questões mais amplas, participou das reuniões em conjunto com outros movimentos. E nas subprefeituras da zona leste, participou para sugerir pautas importantes em torno de questões urbanas e habitacionais nos seus bairros de atuação. Para que essa participação fosse expressiva, havia um intercâmbio de decisões e discursos entre as reuniões da União, da Leste I e dos grupos de origem para que as *famílias* participassem.

Em uma das reuniões do grupo Belém, após uma das reuniões mais amplas sobre o Plano Diretor, ocorrida em uma universidade particular na área central de São Paulo, a coordenação foi feita por Tânia, coordenadora da Leste I que naquele dia substituiu Nicete. Logo no início da reunião, Tânia perguntou quem havia ido ao evento do Plano Diretor e se gostaria de dizer algo. Uma jovem mulher disse que havia gostado e que tinha sido “uma experiência boa”. A coordenadora em seguida afirmou que a União estava conseguindo contribuir para fechar o documento do Plano e que não se tratava apenas de “fazer a nossa luta” (conquista da casa própria), mas também de colocar “pautas para nossos governantes” como a definição de ZEIS (zonas especiais de interesse social) para construção de áreas habitacionais e comerciais populares e de construção de CEUs (Centros Educacionais Unificados) em bairros periféricos. No entanto, os grupos de origem teriam deixado “a desejar” já que poucas famílias da Leste I estiveram presentes naquele evento. Mesmo assim, a União e os outros movimentos foram capazes de levar uma expressiva quantidade de pessoas, o que garantiu a aprovação por votação e incorporação de questões relativas à moradia que, caso contrário, não passariam. Segundo a coordenadora, “dividimos nossas famílias” (dos movimentos da União e de outros movimentos aliados) em algumas salas, o que garantiu que em cada votação ocorrida em cada sala houvesse um número suficiente de pessoas para que as propostas anteriormente levantadas pelos movimentos fossem as mais votadas.

A partir desse exemplo, a coordenadora ampliou a discussão ao ressaltar que “os governantes não estão atendendo” a questões relativas à “moradia” reivindicadas pelo “movimento” (aqui no sentido amplo para se referir ao conjunto de movimentos de moradia articulados em torno das mesmas propostas e não à Leste I especificamente), a despeito deste já ter conseguido avanços importantes, como

conquistar, “lá atrás”, o Crédito Solidário³⁶. Citou como exemplo o governo estadual de São Paulo que não estava “atendendo” ninguém, sem políticas habitacionais suficientes, o que levou a um processo de discussão entre os coordenadores da União e à decisão de um ato para pressionar esse nível de governo na implementação de políticas habitacionais. Todos deveriam ir, já que “a característica de nosso ato é povo na rua”. Esse ato envolveria não só a “União e suas entidades”, mas também outros movimentos. Esperava-se chegar a um total de 12 a 15 mil pessoas na rua e, nesse contexto, a Leste I não poderia “fazer feio”: “vários outros companheiros de luta e tudo e a gente só com meia dúzia?”.

Logo depois, Tânia perguntou sobre um amplo ato, ocorrido em julho de 2013, articulado por muitos movimentos sociais como consequência das manifestações ocorridas em junho do mesmo ano. Tratava-se de uma mobilização geral com os seguintes objetivos (cf. Carta aberta elaborada pela União e veiculada por email):

11 de julho: Dia nacional de luta!

O povo nas ruas muda o mundo!

Nós, movimentos sociais e populares, centrais sindicais, organizações políticas e partidárias, no próximo dia 11 de julho pararemos o país. São 11 pontos que nos reúnem e em torno aos quais queremos ver mudanças reais e profundas no Brasil e em nossas cidades.

Iremos às ruas por:

1. Transporte público de qualidade
2. Reforma política e realização de plebiscito popular;
3. Reforma urbana
4. Redução da jornada de trabalho para 40 horas;
5. Democratização dos meios de comunicação.
6. Educação pública e de qualidade;
7. Saúde pública e universal;
8. Contra a PEC 4330 (terceirização);
9. Contra os leilões do petróleo;
10. Reforma Agrária;
11. Pelo fim do fator previdenciário.

Nesse mesmo dia denunciaremos:

A repressão e a criminalização das lutas e dos movimentos sociais;

O genocídio da juventude negra e dos povos indígenas;

A impunidade dos torturadores da ditadura;

E afirmaremos nossa posição contra a aprovação das propostas do estatuto do nascituro; contra a redução da maioria penal e contra o projeto de “Cura Gay”.

³⁶ Programa habitacional federal que viria a ser desativado e, com algumas alterações, viria a ser a base para o atual Minha Casa Minha Vida Entidades.

Tânia perguntou se alguém que tivesse ido queria fazer uma “avaliação do ato”. Uma senhora havia ido com outras pessoas do grupo e se queixou de a despeito de ter circulado bastante, não ter encontrado ninguém da coordenação. Tânia, em contrapartida, afirmou que a coordenação da Leste I estava lá, pediu para que ligassem para a coordenação na noite anterior para combinar um ponto de encontro, já que as diferentes “regiões”, como a Leste I, costumam se encontrar “e lá a gente unifica”, produzindo um grande aglomerado de pessoas, tornando assim difícil a localização dos coordenadores da Leste I para o controle da presença das *famílias*. Outra mulher também reclamou sobre todos os sacrifícios que teve de fazer, envolvendo toda a sua família para que conseguisse ir e obtivesse pontuação: “Eu fui, meu filho estava doente, meu marido não foi trabalhar para eu poder ir e não adiantou nada?”.

Tânia, em seguida, as tranquiliza, ao mesmo tempo em que explica o sistema de pontuação: “Claro que ganha ponto! Vocês não foram?”. Como o ato durou o dia inteiro, quem tivesse ido e ficado entre 9 e 14h teria direito a 5 pontos; quem pudesse ficar mais tempo, ganharia 10 pontos e concluiu:

Como está no nosso regulamento, no nosso estatuto. Como a gente faz com nossas famílias? Sempre de acordo com nosso regulamento. Temos que fazer valer nosso regulamento, nosso estatuto, não podemos dar ponto aleatório. É importante participar, saber da política também. A gente respeita a autonomia de vocês, o que vocês decidem com seu coordenador. Questão de ponto a gente resolve no grupo.

Assim, ao mesmo tempo em que atribuía importância à pontuação, Tânia sublinhou que esse sistema era algo já regulado e decidido anteriormente, embora dotando as *famílias* de autonomia no interior do seu grupo, de condições para discutir os critérios de pontuação com o coordenador. Em outro momento, Segundo Tânia, o regulamento é muito claro sobre o papel dos coordenadores. Eles sugerem, discutem, propõem, executam, mas “quem decide são as famílias, elas são soberanas”.

Por outro lado, Tânia não restringiu a finalidade da pontuação à prioridade na obtenção da casa, mas a ampliou ao alertar as *famílias* da importância da participação, de conhecer a “política”, algo muito comum nos discursos e práticas de coletivização feitos pela coordenação e direcionados às *famílias*. As questões mais amplas, *políticas*, que envolvem não só decisões e ações de governantes, como também uma série de *lutas* por direitos (como as elencadas acima na carta sobre o ato), fortaleciam

o objetivo de conquistar a casa própria ao mesmo tempo em que lhe eram complementares.

Ainda sobre o funcionamento da pontuação e a relação entre coordenadores e famílias, uma reunião de outro grupo de origem também foi elucidativa. Haveria um debate na Câmara Municipal de São Paulo, organizado pelo gabinete do vereador Nabil Bonduki (PT), sobre mutirão com autogestão. A proposta era a troca de experiências sobre essa forma de mutirão e o início de discussão sobre uma retomada de programa com esse enfoque no município de São Paulo. Para o evento, foram convidados representantes de movimentos de moradia e de assessorias técnicas com experiência em projetos com esse formato. Depois de explicar do que se tratava o evento, as coordenadoras do grupo disseram que a presença no evento valeria 5 pontos. Um homem jovem perguntou em tom um tanto grave e inquisidor se elas estariam lá. O que me pareceu apenas uma pergunta para saber se elas estariam lá para anotar a presença das *famílias*, ocasionou uma resposta de afirmação de uma reputação de seriedade não só das coordenadoras como também de todo o movimento. Uma das coordenadoras lhe respondeu afirmativamente: “Sim. Um porque eu gosto, outro porque é importante participar”. Em resposta a uma percepção de uma desconfiança, não explicitada verbalmente, mas que parecia ser disseminada por alguns, ou que talvez já tivesse sido aventada anteriormente, essa coordenadora disse: “Eu não posso assinar, porque assino pela Paulo Freire [mutirão recentemente concluído], então já sou família contemplada. Mas quem é coordenador não tem privilégio, ele é família que nem vocês, não leva vantagem”. Referiu-se ainda a Jairo, *família* que havia virado coordenador daquele grupo: “Jairo ficou um tempão aqui, desistiu, mas não teve vantagem. Coordenador só ganha ponto se suas *famílias* forem e ganharem”.

Por outro lado, a assinatura na lista de presença nas *atividades* também é uma segurança para as *famílias* de que seus pontos estão devidamente registrados e lhe serão atribuídos. Ainda sobre essa mesma reunião do grupo de origem em que houve o anúncio do evento na Câmara Municipal, conversei com Everton, jovem solteiro recém ingresso na Leste I que se deslocava de Itaquera até Cidade Tiradentes para participar das reuniões. Estava disposto a ir ao evento e me perguntou como chegar à Câmara. Depois da minha explicação, afirmou enfaticamente “tem que participar de tudo” e contabilizou outros eventos a que já tinha ido nos apenas dois meses em que tinha se cadastrado. Em seguida à nossa conversa, perguntou às coordenadoras se de

fato estariam lá para que ele garantisse sua presença, afirmando depois: “Se não é só minha palavra”.

Assim como a pontuação é uma medida dos atributos necessários à *luta*, ela também leva a potenciais conflitos e desconfianças sobre a coordenação, responsável pelo controle dos pontos. Da mesma forma que as *famílias* desenvolvem reputações de mais aguerridos e lutadores, os coordenadores também devem desenvolver e afirmar perante as famílias a todo o tempo uma reputação de seriedade e honestidade. Nesse sentido, se há uma certa hierarquia entre coordenadores (representantes) e famílias (representados) em que os primeiros organizam e mobilizam as segundas, no caso dos grupos de origem a igualdade entre os dois também deve ser reafirmada, aproximando-os e demovendo quaisquer desconfianças.

Se as *famílias* entram no movimento e começam a participar das reuniões dos grupos de origem com o objetivo primordial de conquistar sua casa própria, o sistema de pontuação, a partir do qual se define quando a família será atendida, adquire enorme centralidade nas reuniões, como vimos. Assim, as reuniões giram muito em torno da atribuição de pontos, da importância da participação e de reiterados esforços para a compreensão mais ampla dos processos responsáveis e pela obtenção da casa, subsumidos sob o termo *política*. Mas não só. As reuniões também são espaços de discussões em torno de contextos econômicos, urbanísticos e “políticos” amplos sobre a cidade de São Paulo, mas que atingem especialmente moradores pobres de bairros periféricos, como muitas das *famílias* frequentadoras dos grupos de origem.

Em certa reunião de um grupo de origem ocorrida em junho de 2013, por exemplo, Leandra, uma de suas coordenadoras, se referiu à série de manifestações que estavam ocorrendo naquele mês: “Estamos no meio de um processo atribulado de manifestações. Tem vandalismo, mas não é quem está lutando. Não é só por 20 centavos, é a qualidade do transporte. Parece que piorou”³⁷. Todas as *famílias* parecem concordar e a reunião se torna, durante esse breve início, um momento de acalorada discussão sobre a qualidade dos ônibus utilizados cotidianamente, do longo tempo gasto para se ir ao trabalho e voltar para casa, a péssima qualidade dos

³⁷ No mês de junho o Movimento Passe Livre iniciou algumas manifestações contrárias ao aumento de 20 centavos do valor das passagens de transporte público na cidade de São Paulo. Em uma delas, com quantidade cada vez maior de pessoas, a truculência policial contra um jornalista teria sido responsável por processos de mobilização de um grande número de pessoas que tomaram as ruas em uma série de manifestações. A partir daí, houve uma acentuada heterogeneidade social, política, ideológica e de propostas, com combates e alvos dos mais diversos, a partir da ideia de que as manifestações não eram “só por 20 centavos”.

transportes públicos em geral e ainda pior quando atende a periferia, os inúmeros de ônibus quebrados quando mais se precisa deles etc. Leandra, concluindo a discussão, afirma: “Os governantes tratam a gente como fantoche. Vivemos numa democracia. Temos o direito a lutar por nossos direitos”.

Embora nesse momento específico, o termo *política* não tenha sido enunciado, toda essa série de avaliações sobre serviços públicos, críticas aos governantes e ideias e valores em torno de democracia e de luta por direitos são comumente compreendidos pela coordenação como parte da *política*. O que Leandra promoveu na reunião entre suas *famílias* teria sido uma “discussão política”, como fica claro pela narrativa de Betina, antiga coordenadora da Leste I, sobre seu início em um grupo de origem: “E participei vários tempos, não tinha nenhuma conquista de projeto, de moradia, a gente só estava participando da discussão política do dia a dia”.

Nesse sentido é que a cartilha da Leste I também se refere às reuniões dos grupos de origem como momentos em que “a coordenação deve promover e incentivar a reflexão política da luta pela terra em nosso país que é loteada entre os latifundiários rurais e urbanos”³⁸.

Ao mesmo tempo em que *política* define essas questões mais amplas, que impõem necessidades prementes de *luta* constante, de uma participação mais ativa – a que poderíamos chamar, portanto, de *participação política* – Betina utiliza a expressão “discussão política” e a cartilha da Leste I fala em “reflexão política” como algo complementar às *conquistas* de projetos habitacionais e de moradia, objetivo comum às *famílias* e que, de certa forma, pressupõe uma escala mais restrita e concreta do que o campo de abrangência da *política* supõe.

Outra coordenadora da Leste I, Denise, também sugere um sentido de *política* que, de certa forma, é distinto do objetivo específico de obtenção de *conquistas*, mas que carrega um outro conteúdo, de algo próprio às ações do movimento:

Mas o [grupo de origem] “14 de Janeiro”... eu agradeço muito que eu parti de lá, mas ele tinha umas atitudes que eram muito voltadas à política do movimento, sabe? Assim muito... sei lá, era uma loucura lá, e era um grupo muito grande porque... É igual aqui,

³⁸ Assim a cartilha define os grupos de origem: “O conjunto de famílias que se reúne nos diversos bairros da região leste I é conhecido como Grupo de Origem [...] O grupo deverá ter uma lista de presença para controle de entrada e saída das famílias nas reuniões, participações em atividades do movimento e pagamento das contribuições. Esta lista de presença servirá para posterior pontuação de cada uma das famílias do grupo [...] O grupo filiado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I deve respeitar toda decisão vinda da Assembleia dos Coordenadores”.

aqui se a gente montar um grupo vai ter muita gente, por conta do mutirão que chama as pessoas. Elas estão vendo o que acontece, então é uma coisa séria. E lá era dentro do mutirão, ele usava o espaço de canteiro do mutirão para fazer a reunião do grupo. Era um grupo assim que tinha duas reuniões, de manhã e de tarde.

Nesse caso, um grupo de origem cujas atitudes são mais “voltadas à política do movimento” pressupõe práticas de mobilização e organização de suas *famílias* visando objetivos mais amplos que recortam o *movimento*, ou seja, a articulação de vários movimentos, de várias regiões, em lutas mais amplas, como de reivindicações por políticas habitacionais, disputas eleitorais e outros momentos que não se restringem a uma organização das *famílias* para que sejam contempladas com a casa, mas, ao contrário, principalmente para uma coletivização dessas *famílias* como base para essas *lutas* mais amplas.

Talvez não seja por acaso que, durante o trabalho de campo, *famílias* que nunca fizeram parte da coordenação raramente tenham utilizado o termo *política* em sentido análogo ao dos coordenadores. Durante os meus contatos com elas, nas mais diversas situações na pesquisa de campo, a participação nos grupos de origem não era pensada e enunciada como um momento de “formação política”; a participação nas atividades, ainda que importante, não aparecia como uma necessidade “política”. O conjunto dos relatos sobre o tempo das reuniões, como vimos no capítulo anterior, referem-se principalmente a momentos de sofrimento, ao respeito à pontuação, aos atributos necessários para a luta e as reputações e (re)arranjos familiares da participação na luta. Em relação ao uso do termo *política*, este ficava mais restrito à descrição de momentos eleitorais ou para se referir ao mundo dos representantes políticos eleitos, muitas vezes alvos de críticas severas por sua negligência com o problema de moradia, o que obrigava as *famílias* a procurarem o movimento, ao mesmo tempo que os políticos continuavam responsáveis pela demora de todo o processo de conquista da casa própria após o ingresso.

A incitação à participação das *famílias* que fosse além da mera preocupação com a pontuação também tomava boa parte do tempo das reuniões da coordenação da Leste I. Essas reuniões aconteciam também no Centro Pastoral Belém e contavam com a presença da coordenação executiva da Leste I, eleita em assembleia com todos os integrantes do movimento, coordenadores do grupos de origem, coordenadores dos mutirões, assim como Juliana e Marcos, seu marido, que não assumiam cargos formais de representação, mas eram “lideranças” da Leste I, com ativa atuação nas

ações, processos de formação e conquistas de atendimento habitacional da Leste I, bem como junto à União. Marcos, advogado, ainda era assessor parlamentar do vereador Nabil Bonduki (PT) e teve atuação fundamental na articulação da participação da União e de outros movimentos de moradia na elaboração do Plano Diretor Estratégico encabeçada pelo vereador.

As reuniões de coordenação da Leste I eram momentos que concentravam discussões e decisões a respeito das principais ações desse movimento. Como os coordenadores de todos os grupos de origem frequentavam as reuniões, discutia-se possíveis problemas a respeito de sua organização, esforços de abertura de novos grupos e se passava “agendas” das atividades da União, para que os coordenadores dos grupos se programassem e mobilizassem suas *famílias* a participarem.

A primeira parte das reuniões era dedicada aos chamados “informes” que, como o nome sugere, eram informações a respeito de *atividades*, processos eleitorais, terrenos e mutirões, discussões na União etc. Em relação aos processos eleitorais, poderia ser tanto sobre eleições municipais, estaduais e federais como eleições territoriais de conselhos populares, como o tutelar. Todos esses processos tinham candidatos apoiados pela Leste I; em casos de alguns conselhos populares, havia candidatos entre os próprios coordenadores desse movimento. Discutia-se muito também levantamento de terrenos disponíveis para construção de algum empreendimento, negociações com seu proprietário, como acionar determinada política habitacional para a produção de habitação nesses terrenos, contratação de assessoria técnica para elaboração do projeto e acompanhamento da obra, bem como o andamento dos mutirões em processo de construção e as negociações e conflitos em torno de sua conquista, obra e finalização. Para muitas dessas questões, buscava-se também levar a discussão para as reuniões da União, buscando ajudas e soluções para questões específicas, assim como articulações em relação a questões mais amplas que afetassem igualmente outras regiões e movimentos da União.

Em relação ao início de algum mutirão, depois da seleção e confirmação de um terreno, da política e da elaboração de um pré-projeto por uma assessoria técnica, havia a definição de quantas unidades habitacionais seriam construídas e, conseqüentemente, de quantas *famílias* ali morariam. Nas reuniões, era decidida a *demanda*, ou seja, o conjunto das *famílias* que iria participar do mutirão e morar no empreendimento habitacional a ser concluído. A orientação é que houvesse uma distribuição equilibrada de *famílias* entre todos os grupos de origem da Leste I. Havia

pontuação atribuída aos grupos como um todo também, a partir da frequência nas reuniões de coordenação e participação em *atividades* que envolvessem apenas os coordenadores. Assim, a participação dos coordenadores era responsável pelos pontos de todo o seu grupo.

Dessa forma, os grupos de origem com mais pontos tinham preferência para indicar *famílias* para comporem uma demanda. E em cada grupo de origem, seus coordenadores indicavam as famílias com maior pontuação. Se houvesse empate de pontuação entre grupos, havia sorteio para definir quem teria direito a indicar *famílias*, como aconteceu no grupo de origem coordenado por Tânia. Uma senhora, *família* do Unidos Venceremos, havia falecido, então sua “vaga voltou para a Leste”, como muitos diziam. Então, houve um sorteio que escolheu o grupo de Tânia. Como ela era uma coordenadora muito ativa e participava de todas as ações da Leste I e da União, tanto como coordenadora quanto como *família*, ela tinha a maior pontuação, mas preferiu não morar na Cidade Tiradentes e esperar uma vaga mais perto de suas filhas, com quem morava. Assim, abriu mão de sua vaga em preferência à segunda *família* mais bem pontuada de seu grupo. No caso dos mutirões Florestan Fernandes e José Maria Amaral, 33 *famílias* desistiram, motivo pelo qual essas vagas voltaram para a Leste I e foram distribuídas pelo grupo; também em relação ao Unidos Venceremos, vimos como a drástica redução de sua *demand*a original, fez com que o preenchimento das vagas ocorresse com participação de *famílias* dos grupos de origem da Leste I.

Assim, as reuniões da Leste I realizam, por meio dos coordenadores presente, uma unificação de todos os grupos em uma única coletividade. Essa coletivização ocorre tanto em relação às ações próprias à Leste I, como na composição da Leste I com outros movimentos em *atividades* da União. Assim, no caso de amplas *atividades* da União, como ocupações, atos, passeatas e caravanas, era preciso um número considerável de pessoas na rua, para fazer “pressão política”, como dizem os coordenadores. Nesses casos, era possível apreender a lógica interdependente das reuniões em três níveis segmentares: União, Leste I e grupos de origem. Grandes atividades eram decididas na União, cada movimento ficava responsável por levar a decisão para discutir internamente com seus coordenadores. Decidida a participação, os coordenadores dos grupos de origem passavam às suas *famílias* a decisão e contabilizavam quantas estavam dispostas a participar. Esse levantamento era passado para a Leste I, que por sua vez passava à União, na figura de seus coordenadores.

Assim, a União calculava quantas pessoas participariam de suas *atividades* ou de quantos eleitores poderiam contar em processos eleitorais, como para o Conselho Municipal de Habitação, como veremos mais à frente.

Se as *famílias* eram, nesse caso, a unidade mínima de mobilização e de suporte às atividades da União, nem por isso as pessoas assim intituladas não tinham que discutir se iam participar ou não no interior de suas unidades domésticas. Há muitos casos de *famílias* que devem fazer sacrifícios ou contar com solidariedades intrafamiliares para terem condições de participar de *atividades*, que muitas vezes coincidem com horários de trabalho. Assim é possível afirmar que há um arranjo segmentar de composições de coletividades cada vez mais englobantes que produz *famílias*, grupos de origem, movimentos (Leste I) e a União, nessas atividades organizadas pela última.

Nesses casos, a Leste I funcionaria como uma instância intermediária entre as famílias dos grupos de origem e a União, motivo pelo qual esforços eram feitos para que o número máximo de *famílias* participasse politicamente dessas atividades. Esforços esses que ocorriam frequentemente nas reuniões da coordenação da Leste I. Uma vez que era onde se reuniam também os coordenadores dos grupos de origem, nos momentos acima descritos em que havia reduzida participação das *famílias*, havia um esforço de gestão das *famílias* para que elas assumissem compromissos efetivos com a participação. Coordenadores gerais da Leste I orientavam os coordenadores dos grupos de origem com frases como: “vamos mobilizar nossas famílias”, “as famílias têm que entender, não basta ir em reunião, tem que participar, assim todos ganham” e “melhorem a participação das famílias, coordenadores”.

Em 15 de agosto de 2013, por exemplo, em uma reunião da coordenação da Leste I, um dos temas discutidos era um ato que iria ocorrer no próximo dia 28, organizado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), composto por uma série de organizações e movimentos sociais, incluindo a União³⁹. O panfleto do ato assim definia seus objetivos gerais seguidos depois de exigências pontuais e concretas:

MARCHAMOS PELA REFORMA URBANA

³⁹ “O Fórum Nacional de Reforma Urbana é uma articulação de organizações brasileiras, que reúne movimentos populares, associações de classe, organizações não governamentais e instituições de pesquisa defensoras e promotoras do direito à cidade.” (cf. Panfleto do ato). Ver www.forumreformaurbana.org.br

28 de agosto de 2013

Convidamos todos e todas para se juntarem na luta pela efetivação da função social da propriedade visando cidades justas, democráticas e sustentáveis.

Venha se manifestar e cobrar a realização de mudanças! Nossas cidades não podem continuar atendendo somente ao interesse de poucos. Temos direito a cidades com moradia digna, transporte público de qualidade, trabalho decente, educação, saúde e cultura.

Marchamos por cidades sem especulação imobiliária, sem despejos, com participação e controle social no processo de desenvolvimento urbano!

Reforma Urbana já

“Há momentos de recuar, há momentos de refletir, há momentos de avançar. A janela está se abrindo... É momento de unidade popular” [Aspas do próprio texto]

O ato já estava decidido e havia sido divulgado na reunião anterior, quando foi pedido que os coordenadores avisassem e levassem suas *famílias*. Nessa segunda reunião, após lembrar a ocorrência do ato para dali a poucos dias, Tânia, que estava coordenando a reunião, perguntou “Como está a mobilização das famílias?” e enumerou grupo por grupo para que seus coordenadores respondessem na ordem chamada. As respostas mostravam um esforço pessoal nas reuniões para que as famílias fossem: “Muitos faltaram hoje, só vieram 10, mas vou ligar para todos”; “As famílias estão dizendo que vão”; “As famílias estão bem animadas”; “15 famílias assinaram, mas vamos reforçar na próxima reunião para ir mais gente”; “Já falamos, mas amanhã vamos pegar os nomes”; “Umas 40 famílias. Elas vão! Ah, vão!”.

Em seguida, Tânia disse a todos os coordenadores dos grupos: “Vocês têm que informar bem para as famílias. Não deixem as famílias irem sozinhas. Encontrem suas famílias antes para as famílias não se perderem. Cada coordenador deve encontrar suas famílias antes”. Os coordenadores queriam saber quantos pontos valeria a participação no ato. Segundo ela, o regulamento deveria ser seguido e como era um “ato de dia inteiro”, valeria 10 pontos. Complementou: “Vocês têm que colocar para suas famílias, é de fundamental importância. São pautas concretas e só vamos sair de lá com respostas. Então, precisamos mobilizar nossas famílias”. Marcos ainda destacou que nas reuniões da União, todos estavam contabilizando quantas pessoas iriam de cada região e que, portanto, era um “compromisso” importante de cada região participar com o maior número de pessoas possível, incluindo a Leste I.

No entanto, na reunião seguinte ao ato, apesar de uma avaliação positiva do ato em si, por ter mostrado a “capacidade do movimento organizado”, houve uma avaliação muito negativa da representatividade da Leste I em um grande ato. Uma

coordenadora de um grupo de origem assim sintetizou uma avaliação moral negativa sobre suas *famílias*, para qual era necessária uma atitude quase maternal na cobrança por uma maior participação:

Mas as famílias deixaram a desejar. Tenho reunião domingo e vou puxar orelha. Tem compromisso? Todo mundo tem. Eu levei meus três filhos, um passou mal depois, mas foi. Tinha que levar meu pai para o hospital, deixei para outro dia. Se não pode ir, manda um parente, um vizinho. Nós fomos engolidos pela ULC e pela Frente. Os companheiros que eram daqui e foram para a ULC me chamaram para ir e eu falei que não. Três irmãos meus conquistaram casa por causa da Leste I, eu também quero conquistar a minha

Outro coordenador considerou que o interesse deveria ser “das famílias, que querem sua moradia, o pessoal está muito acomodado, quer a moradia logo”. Outros coordenadores ainda mostravam uma preocupação com o número de pontos que seriam atribuídos, ao que Tânia concluiu:

Não é só o ponto. O que vai conseguir a casa é a política. Tem que ter reflexão com as famílias, elas têm que entender esse papel de participar. O ponto é o controle de nosso regulamento, de quando a pessoa entrou para lá na frente ela ter opção de casa. Antes as famílias iam sempre, com chuva, faltando ao trabalho, agora não. Elas têm que lutar.

Em geral, a diminuta presença de famílias no ato do dia 28 foi comparada à maior presença e comprometimento das famílias na luta no início do movimento. A apreensão de que atualmente há um maior acomodamento e que a participação é menor qualitativa e quantitativamente é recorrente.

A partir do discutido até aqui, é possível afirmar que o sistema de pontuação, longe de ser algo meramente objetivo, define uma série de avaliações morais, ocasionando ao mesmo tempo conflitos e solidariedades, atuando na contínua produção de reputações das *famílias*, dos coordenadores, da Leste I e das diversas coletividades com quem ela interage. Nesse sentido, o termo *política* também recoloca a pontuação como responsável por articular o nível de relações nos grupos de origem com outros muito mais amplos. A *política* define uma série de saberes, relações, discursos e práticas que circula nos grupos de origem, mas que é condicionada pelo que ocorre relacionalmente em toda a Leste I, na União e nas relações mais amplas com setores do poder público, com outros movimentos sociais, com assessorias técnicas e muitas outras entidades. Toda essa relacionalidade é condicionada pela maior ou menor participação das *famílias* nas *atividades*, já que,

como vimos, se a Leste I tem poucas *famílias* participando, isso compromete também sua reputação no interior da União, assim como em relação aos demais movimentos que se alinham em momentos “políticos” e “de luta” mais amplos, como veremos a seguir.

Redes de relações e sentidos de *política*: o processo eleitoral do Conselho Municipal de Habitação

Acompanhar os sentidos que meus interlocutores atribuem à *política* contribui para o entendimento das variadas relações que envolvem a Leste I, que não se restringem apenas às suas *famílias* e às suas relações com os coordenadores do movimento. Mais amplamente, envolvem diversificadas coletividades e agentes sociais, mas que também são fundamentais nos contínuos processos de produção e gestão das *famílias*, assim de como seus posicionamentos e perspectivas como sujeitos no interior da Leste I.

Vimos como a União acaba por ser uma coletividade maior que leva a uma unificação de vários movimentos, como a Leste I, que por sua vez agrega grupos de origem e suas *famílias*. Assim, faz-se necessário partir para uma análise mais ampla sobre a União.

De início, uma situação em que uma de suas coordenadoras faz uma apresentação institucional dessa coletividade se revela de especial interesse à compreensão dessa rede de relações e dos sentidos de *política*. Entre os dias 24 e 27 de novembro de 2011, aconteceu, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, o XII Encontro Nacional da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), com o tema “Moradia, Autogestão e Socialismo na Luta pelo Direito à Cidade”. A UNMP é uma associação que congrega Uniões estaduais de movimentos de moradia em 22 estados da federação. Cada União Estadual, a exemplo da União de São Paulo, costuma ter atuação nas capitais e outras cidades de seu estado. A UNMP organiza esses encontros a cada dois anos, cujo objetivo é ser um momento “onde se definem as grandes linhas de atuação política e organizacional além de reafirmar as bandeiras de luta do movimento”, conforme material produzido para o evento.

Na programação do evento, no segundo dia, 25 de novembro, houve um momento intitulado “O trabalho da UNMP nos Estados”. Representantes de cada

estado projetaram imagens, em um telão, dos empreendimentos habitacionais obtidos por meio de programas habitacionais públicos. A partir dessas imagens, explicava-se como havia sido todo o processo de negociações e, na maioria das vezes, de conflitos, entre os movimentos e as instituições responsáveis pelo atendimento. As relações com o poder público, muitas vezes, eram pautadas por enormes dificuldades e, a depender da maior ou menor oposição das gestões executivas do poder público e de suas instituições habitacionais, havia uma maior rapidez ou demora no atendimento. Todo o longo processo até a efetivação da obtenção dos empreendimentos habitacionais era nomeado de “luta”. Os termos utilizados para nomear esses empreendimentos habitacionais, originados de diferentes políticas públicas (municipais, estaduais e federais), eram “conquistas” ou “vitórias”. As “conquistas” ainda eram quantificadas, mensuradas, em números de unidades habitacionais.

A delegação do estado de São Paulo, da União de Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), teve como representante, nesse momento, Cíntia, uma de suas coordenadoras. A sua apresentação foi especialmente elucidativa das práticas e discursos dos movimentos de moradia. Primeiramente afirmou que não poderia deixar de parabenizar os outros estados e sua apresentação se iniciou com uma frase projetada no telão: “Só há vitória com a luta!!!”. Nesse sentido, apresentou as “lutas” dos movimentos de São Paulo, pedindo desculpas à delegação de seu estado por não ter tido condições de incluir todos, já que a União articula movimentos de moradia em muitos municípios do estado de São Paulo. Além de mostrar suas “lutas” e “conquistas”, Cíntia apresentou três eixos norteadores da atuação da União. O primeiro, “organização”, corresponderia à capacidade de formar, reunir, dirigir, fortalecer as organizações populares em torno de suas propostas; o segundo eixo, “mobilização”, referia-se a mobilizar o povo sem-teto e a sociedade na luta pelo direito humano à moradia; já o terceiro, “articulação política”, dizia respeito à necessidade de lutar junto ao poder público e à sociedade para uma ampla participação popular, por uma maior democratização do acesso à habitação.

Por outro lado, os sentidos de *política* podem ficar mais claros a partir de uma situação específica que revela uma complexa teia de relações a partir do uso do termo e de práticas denominadas como de “articulação política”. A União não atua unicamente no sentido de obtenção de conquistas habitacionais pontuais para as suas *famílias*. Participar de espaços institucionais também é considerado importante para um maior acesso da população de baixa renda a habitação. É importante uma breve

análise do último processo eleitoral para o Conselho Municipal de Habitação, no qual a importância atribuída à participação dos movimentos de moradia na elaboração, controle e execução das políticas públicas habitacionais municipais adquire uma multiplicidade de perspectivas. Ainda que as *famílias* dos movimentos tendam a ficar em segundo plano, praticamente eclipsadas por esses feixes relacionais, nem por isso elas deixam de ser importantes nos processos de mobilização e organização dos movimentos frente ao processo eleitoral.

O Conselho Municipal de Habitação (CMH) conta com representantes dos movimentos de moradia. As lideranças da União consideram sua instituição como uma grande “conquista” dos movimentos e a participação nesse espaço é tida como fundamental. Em 2011 teve início o processo eleitoral para o segmento dos movimentos populares desse Conselho para o qual a União montou uma chapa junto com outros movimentos.

A diferença dessa eleição em relação às anteriores é que o “governo”, aqui utilizado como referência à gestão municipal de Gilberto Kassab, mudou as regras para votação. Ao contrário dos anos anteriores, em que qualquer eleitor da cidade de São Paulo podia votar diretamente nos candidatos para o CMH, no ano de 2011, o edital da eleição estabeleceu a obrigatoriedade de pré-cadastramento de todos os que fossem votar e a restrição dos pontos de votação. Além disso, a eleição não mais obedeceria a um princípio de proporcionalidade, onde as diferentes chapas elegeriam um número de conselheiros proporcional ao seu percentual de votos. Agora, os candidatos deveriam compor chapas de 16 integrantes e a chapa mais votada seria eleita.

Nesse novo contexto eleitoral, foram constituídas duas chapas, uma intitulada pela União e seus aliados como a “chapa do governo” contraposta à chapa em torno da União. Assim, essas mudanças de regras foram entendidas como extremamente prejudiciais para esses movimentos de moradia e favoráveis ao “governo”, que teriam utilizado de muitos mecanismos para eleger movimentos aliados e alijar a União e seus aliados políticos, e opositores ao governo, do CMH.

A chapa em torno da União deu início a uma atuação em duas frentes para reverter um cenário tido como tão desfavorável. Por um lado, buscou questionar a legitimidade das novas regras e, por outro lado, caso as mudanças fossem mantidas, realizar alianças e adotar ações para assegurar a eleição de sua chapa. Para isso, era necessário reverter a acentuada assimetria de poder em relação à chapa do governo. A

análise dos mecanismos adotados pelos movimentos para a manutenção da “conquista” da participação nessa instituição fundamental na definição das políticas públicas municipais de São Paulo se revela de especial interesse para nossa discussão a respeito dos sentidos de *política*.

Na gestão de Marta Suplicy, muitos recursos para os programas habitacionais, principalmente no centro de São Paulo, provinham do Fundo Municipal de Habitação (FMH). Em relação à discussão da aplicação dessa fonte de recursos, a gestão da Marta Suplicy instituiu um até então inexistente canal de interlocução institucional com os movimentos de moradia, que foi a criação do Conselho Municipal de Habitação através da Lei nº 13.425/02. Esse conselho passou a ser composto por 48 integrantes, “englobando o conselho do FMH e tendo composição paritária entre representantes do governo, dos movimentos de habitação e da sociedade civil” (MARQUES; SARAIVA, 2005, p. 287). Houve, assim, uma configuração durante a gestão de Marta Suplicy de um contexto de abertura de diálogo com os movimentos, a partir de sua integração, no espaço do CMH, na discussão da política municipal de habitação e da aplicação do FMH⁴⁰.

Apesar de uma maior proximidade entre a gestão municipal de Marta Suplicy e os movimentos de moradia, não se pode afirmar que não houve momentos de conflitos e dissensos⁴¹. Se “governo”, apesar de termo polissêmico, tende a se referir a gestões dos poderes executivos – federal, estadual e municipal, ele costuma ser acionado a partir de uma dimensão conflitiva. Quando perguntei a uma coordenadora da União se “governo”, termo então utilizado para se referir à gestão Kassab em relação ao CMH, como veremos mais claramente adiante, também era utilizado para nomear a gestão de Marta Suplicy, ela respondeu que “claro que sim”. Ela argumentou que muitos movimentos de moradia, inclusive da União, realizaram ocupações, práticas mais combativas, quase sempre interpretadas como conflituosas, mas necessárias frente à ineficiência ou falta de vontade política do “governo” municipal em oferecer atendimento habitacional⁴².

⁴⁰ Sobre o CMH, ver também: Blikstad (2012), Cavalcanti (2006), FCV (2006), Hirata (2010), Tatagiba e Teixeira (2007) e Tatagiba e Blikstad (2011).

⁴¹ Em Cavalcanti (2006), encontram-se narrativas de lideranças da União que apontam aspectos positivos, mas também críticas à gestão de Marta Suplicy quanto às suas políticas habitacionais, inclusive em relação aos limites do CMH e assimetrias de poder em seu interior.

⁴² “Governo” também foi utilizado para nomear a atual gestão federal do PT, em oposição à qual os movimentos de moradia também se posicionam, em torno de certas reivindicações. Além de uma caravana organizada para Brasília, reivindicando políticas habitacionais e ajustes legislativos, a União

A despeito da complexidade das relações com o “governo da Marta”, em relação à gestão de Gilberto Kassab, havia uma oposição mais clara, com críticas mais contundentes. Ela era muitas vezes acusada de ser antidemocrática e contrária ao diálogo com os movimentos populares. E tal perspectiva adquire maior materialidade em relação às análises que lideranças da União realizam sobre o CMH. Pode-se dizer que ainda que se atribua importância fundamental ao CMH, as avaliações feitas à sua atuação são sempre contextualizadas a partir das gestões municipais, de suas relações com os movimentos de moradia e às composições e articulações entre os diferentes atores que compõem o conselho.

Essa perspectiva foi melhor explicitada por outra coordenadora da União, Paula, também conselheira municipal de habitação à época. Segundo Paula, o CMH não seria mais, como deveria, “deliberativo”, uma vez que dos 16 representantes dos movimentos populares por moradia, 10 são do “governo” e apenas 6 são de oposição, composta por lideranças da União e da Frente de Luta por Moradia (FLM). Como o Conselho é composto por 48 representantes, tal liderança se referia a uma acentuada assimetria no interior do CMH, responsável por esses movimentos serem quase sempre “voto vencido”. Haveria, dessa forma, um forte alinhamento do “governo” e o segmento da sociedade civil com a maioria dos outros movimentos de moradia, que se opõem à União e à FLM, que compõem o conselho.

É claro que em um sentido oficial, o CMH continuava deliberativo já que sua composição era heterogênea e havia discussões e votações a respeito dos diferentes pontos sobre as políticas habitacionais municipais. No entanto, os dois sentidos antagônicos do termo “deliberativo” elucidam uma perspectiva dessa liderança de que os dissensos eram incapazes de reverter as propostas e os direcionamentos propostos pelo “governo”, que tendiam sempre a ser acatados por maioria de votos. Os outros movimentos, não articulados em torno da União e FLM, portanto, eram considerados como parte de um mesmo conjunto, intitulado “governo”.

Ao final de uma reunião do CMH, Gabriel (União) falou-me sobre a importância de também atuar no “campo (ou espaço) institucional”. Outros movimentos poderiam chamá-los de “pelegos”, dizer que atuar nesse campo é ser pelego, mas isso não significaria que eles não se impusessem, discordassem,

também realizou uma série de ocupações de terrenos e prédios do INSS, instituição federal, em maio de 2011.

batessem. Segundo ele, “é fácil haver cooptação, acontece com muitos movimentos, mas não com a gente. A gente está lá dentro, no campo institucional, mas mantemos nossa autonomia.” As duas coisas seriam importantes: mobilização política e enfrentamento (no espaço das ruas), mas também negociar no campo institucional. “A luta social deve ser assim, nesses dois lados. Se há essa alternativa, porque não aproveitar?”.

Ainda conforme Gabriel, outros movimentos de moradia criticariam a União dizendo que não se deve dialogar com o governo. Isso seria uma “orientação ideológica influenciada por setores da academia, da Universidade”, que dizem que “a luta deve ser contra o Estado e fora dele”. Esses movimentos críticos a uma atuação institucionalizada defenderiam ocupações, mas a União também as faz e citou, como exemplo, a ocupação na Maria Domitila, no bairro do Brás, realizada pela ULC (Unificação das Lutas dos Cortiços). A definição de Gabriel sobre a importância da participação no CMH corresponde a uma frente de atuação “política”, já que se trata de enfrentamento com o governo.

Como no pleito de 2009, a eleição se deu por proporcionalidade entre as chapas concorrentes, a União iniciou em julho de 2011, o processo de articulação em torno da eleição para o CMH, ainda orientada por essa regra. Foram agendadas reuniões por coordenadores da União, na sua sede, com a Frente de Luta por Moradia (FLM) e com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) para uma discussão entre representantes dos três movimentos sobre a possibilidade de constituição de uma chapa em conjunto para concorrer ao CMH, eleição prevista para o mês de outubro, mas que ainda passaria por vários reagendamentos.

Em uma reunião ampliada da coordenação da União, ainda no início desse processo de discussão, foi escrito no quadro negro um dos pontos a serem discutidos, procedimento corriqueiro nessas reuniões: “C.M.H.: articulação com as entidades – composição do campo nosso”. Articulação necessária para enfrentar uma correlação de forças assimétrica, tanto no processo eleitoral como no Conselho a ser eleito, a partir da constituição de um “campo” próprio, em oposição ao “campo do governo”.

Para que houvesse a articulação entre as três entidades, era necessário esclarecer exatamente como se daria a composição da chapa, com decisões a respeito de quantos representantes de cada movimento entrariam, de que forma isso se daria, quais os nomes dos potenciais candidatos de cada uma das associações, quem seria o “cabeça de chapa” etc. Segundo um dos coordenadores, nessa reunião específica, era

preciso “deixar bem claro para não ter briga depois”, intenção partilhada por representantes das três entidades.

É importante destacar o processo de segmentaridade, no plano político, posto em ação nas relações entre as três associações de movimentos de moradia, que têm sido centrais para a composição da chapa: a União, a FLM e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Os dois últimos foram constituídos por integrantes da União, que por divergências políticas, se separaram e formaram as suas associações. Isso não impediu que eles se articulassem para formar a chapa. Esse movimento de fissão e articulação corresponde, também, ao que se entende por “política”. A oposição entre essas associações é pensada não apenas nas suas separações umas das outras, como também na adoção de práticas distintas e em momentos eleitorais. Alberto (União) e Júlio (FLM), por exemplo, eram assessores de dois deputados estaduais do PT. Na última eleição eles se enfrentaram politicamente, cada um buscando votos a um candidato diferente na mesma região de São Paulo. Mas naquele momento, os dois integravam a chapa para concorrer ao CMH, com uma quase total convergência de opiniões e práticas⁴³.

No entanto, a articulação das três entidades não ocorreu sem discussões internas na União. Uma das reuniões internas da União, por exemplo, tornou-se um acalorado debate em que se considerava a correlação de forças entre os movimentos e governo, a necessidade de articulação e se avaliava os alinhamentos políticos de cada uma das entidades e seu peso na composição da chapa.

Inicialmente, afirmou-se que a União havia crescido comparativamente ao período da eleição anterior. O critério de medição desse crescimento era o maior número de famílias que havia ingressado nos movimentos da União, principalmente na Leste e Oeste e de moradores diretamente atingidos pelas obras do Rodoanel. Esta obra viária, assim como outros chamados “mega-projetos”, como a Nova Luz, revitalização do bairro da Luz na região central de São Paulo, e a construção da avenida Águas Espraiadas, ao mesmo tempo em que atraíam muitos dos seus impactados para os movimentos, também eram responsáveis por um desgaste da “chapa do governo”, devido ao elevado número de despejos que tais obras já haviam realizado ou ainda iriam ocasionar.

⁴³ No entanto, embora essas associações tenham uma origem comum, é claro que esses processos contínuos de fissão e fusão obedecem a estratégias políticas em resposta a conjunturas específicas e não a um fundamento filiativo que orientaria os tipos possíveis de alianças e oposições.

O contexto de enfrentamento ao governo parecia, assim, favorável para a União, mas ainda era preciso pensar a articulação para que houvesse uma maior força “política” dessa chapa, que diminuísse a acentuada assimetria de poder no processo eleitoral. Além das três entidades já articuladas, foram sugeridas negociações com mais quatro: FACESP (Federação de Associações Comunitárias do Estado de São Paulo), Unificadora (Associação Unificadora de Loteamentos, Favelas e Assentamentos de São Paulo), CASP (Central de Associações e Sociedades Populares) e Fórum de Mutirões. Quanto à primeira, uma liderança da União imediatamente já se posicionou contra, pois suas lideranças são filiadas ao PCdoB, da base aliada à gestão do prefeito Kassab, inclusive com ligações com secretarias municipais, logo “estão no governo”.

Alguém afirma, cansado, que o debate de fato iria demorar, pois também havia gente ali contra a FLM e o MNLM. Um coordenador ressaltou a importância do debate porque, segundo ele, até pouco tempo atrás, a FLM era governo também e agora só a FACESP⁴⁴. Outro coordenador rebateu, afirmando “ou a gente faz articulação ou sai rachado novamente”, em referência à eleição anterior, risco apontado por representantes do PT⁴⁵. Nesse sentido, esse partido foi trazido para a discussão como um importante aliado para a disputa para o Conselho, ampliando a articulação necessária. O fato de muitos dos ali presentes trabalharem como assessores de parlamentares do PT poderia servir para buscar apoio do partido, principalmente para a aquisição de recursos financeiros em favor da campanha.

Assim, a política de alianças se complexifica, já que não somente alinhamento ou oposição ao governo orientava as alianças possíveis, mas também a filiação partidária, PT ou PCdoB. O PT, em especial, foi acionado para apoios tanto financeiros como eleitorais, como veremos adiante, servindo também como um aliado de outra natureza que muitas vezes justificava e intensificava a articulação entre as três entidades, uma vez que seus coordenadores eram filiados⁴⁶. Apesar dos ânimos exaltados na reunião, o debate teve que ser encerrado para a discussão de outros

⁴⁴ A afirmação de que a FLM é governo não se refere à atuação dessa associação no CMH. Como vimos, houve um alinhamento entre a União e a FLM no interior dessa instituição. O coordenador se refere a contratos de uma ONG, gerida por lideranças da FLM, com a prefeitura municipal para a administração de albergues municipais para o atendimento à população de rua. Essa proximidade com a prefeitura muitas vezes ocasionava críticas à autonomia da FLM frente ao poder executivo municipal.

⁴⁵ Com efeito, na eleição anterior o PT não declarou apoio a nenhuma das chapas.

⁴⁶ As filiações partidárias influenciaram a composição da chapa, assim como os alinhamentos no interior do CMH. Os chamados “movimentos do governo” são filiados ao PSDB, PPS e PDS, partidos da coligação da gestão Kassab.

pontos, mas a necessidade de articulação, a política de alianças já realizada e os esforços para ampliá-la acabaram orientando os arranjos para a composição da chapa durante todo o processo eleitoral e adquiriram importância cada vez maior frente às novas regras eleitorais estabelecidas pela Comissão Eleitoral do CMH.

A primeira nova regra foi o pré-cadastramento dos eleitores. A justificativa para o pré-cadastramento foi a de dimensionar melhor a quantidade de eleitores para que a infraestrutura para a eleição fosse adequada, ao contrário da eleição anterior. O objetivo do pré-cadastramento, portanto, era estabelecer quantidades adequadas de urnas eletrônicas, funcionários e locais de votação para atender o número efetivo de votantes, muito inferior ao universo de eleitores da cidade de São Paulo. Houve preocupações de integrantes tanto da sociedade civil como de Paula, da União, sobre a mobilização dos interessados e dificuldades de acesso à internet para a realização do pré-cadastro, assim como um debate sobre se o pré-cadastro seria uma restrição à participação ou não. Segundo uma liderança da União, participante da Comissão Eleitoral do CMH, essa nova proposta foi justificada por “argumentos técnicos” e não “políticos”. Como veremos adiante, o discurso técnico foi interpretado, pela chapa dos movimentos, como uma adequação de um posicionamento político.

Logo de início, ficou clara a não aceitação dessa nova regra. Em primeiro lugar, ela foi lida como o cerceamento do voto direto, contrário à lei do CMH, que estipulava a eleição dos conselheiros por voto direto. Houve uma associação lógica entre o pré-cadastramento com a formação de um colégio eleitoral, ou seja, a imposição de uma eleição indireta com uma definição prévia dos aptos a votar. Afirmou-se que eles não deveriam aceitar essa imposição do “governo”, essa restrição do voto a uma minoria, a anulação do direito do voto do cidadão, práticas também associadas à “direita”. Nesse sentido, uma liderança, ao mesmo tempo em que sugeriu ações necessárias, definiu aquela coletividade ali presente não só tendo como contraponto o “governo”, mas a partir da oposição entre dois alinhamentos de posições políticas, o de “direita” e “nós, movimentos do campo da esquerda”.

Segundo essa liderança, esses movimentos enfrentariam desafios para realizar o pré-cadastramento, com esforço de mobilizar alto número de pessoas e disponibilizar acesso à internet. Ações legais deveriam ser feitas, como entrar com uma ação no Ministério Público ou pedir auxílio à Defensoria Pública, já que tal mudança de regras iria de encontro a um princípio constitucional.

Assim, muitos viram essas regras como anticonstitucionais, ilegais, antidemocráticas, que feriam o direito ao voto direto e universal e que corresponderiam a um esforço deliberado do governo de prejudicar esses movimentos. O governo usaria “a máquina deles para trabalhar a favor deles”, com uso de diferentes estratégias, inalcançáveis pelos movimentos, de mobilizar eleitores ao passo que, para os movimentos, deveria haver uma mobilização ainda maior para garantir que os eleitores dos movimentos efetivamente se cadastrassem e depois votassem. Ou seja, o trabalho de mobilização seria em dobro. Assim, eles deveriam tentar evitar o pré-cadastramento ao mesmo tempo em que, se não fosse possível impedir a aplicação da nova regra, ampliar a potencial quantidade de eleitores cadastrados

Para evitar esse “golpe baixo”, como disse um coordenador da União, não só ações em instâncias jurídicas deveriam ser realizadas, como era necessário ampliar as articulações políticas, com PT e CUT, que também contavam com bases eleitorais. Os movimentos definiram o pré-cadastramento não só como antidemocrático, mas também ilegal, o que leva à necessidade de entrar com ações em instâncias jurídicas abrindo outra frente de conflito com o “governo”. Aqui é possível inserir na equação da disputa eleitoral uma terceira variável, que conjugada às dimensões políticas e técnicas, contribui para o jogo de forças em torno desse enfrentamento com o “governo”: a dimensão “jurídica”, de questionamento legal de práticas governamentais e busca de apoios e enfrentamentos em instâncias dos poderes judiciários.

Assim, decidido o pré-cadastramento por maioria de votos dos integrantes da Comissão Eleitoral, a chapa dos movimentos deu início a uma série de mecanismos para contestar e tentar evitar a aplicação dessa regra, bem como continuou os esforços de ampliar sua articulação política.

Mas uma nova mudança de regra, a eleição de uma chapa única, foi muito contestada em conjunto com o pré-cadastramento. No dia 14 de setembro de 2011, Paula veio à reunião da chapa com a notícia de que na última reunião da Comissão Eleitoral havia sido decidido que o prazo para credenciamento de candidatos fora prorrogado para 5 de outubro e o pré-cadastramento dos eleitores transcorreria entre 19 de setembro e 21 de outubro, o que lhes dava muito pouco tempo para a mobilização de seus eleitores, uma vez que a eleição fora agendada para 4 de dezembro. Queixou-se mais uma vez que havia sido voto minoritário, o que levou à

aprovação não só desses prazos exíguos como da não aprovação da proporcionalidade pelo voto em chapas, ou seja, a chapa que tivesse mais de cinquenta por cento dos votos conquistaria todos os 16 assentos do segmento dos movimentos populares no CMH. Visivelmente contrariada, Paula afirmou: “Democracia é feita para isso. Cada um usa a tática que quer”.

Segundo Paula, essa mudança foi justificada pelo poder público municipal porque os movimentos articulados em torno da União realizavam práticas mais combativas, como ocupações, ao mesmo tempo em que participavam na deliberação junto ao governo de políticas públicas. Essas duas frentes de ação seriam contraditórias para o poder público, uma vez que as ocupações seriam uma contestação direta às suas ações, ao mesmo tempo em que eles tinham que dialogar com esses movimentos no interior do CMH.

Além dessa mudança, houve no interior da Comissão Eleitoral a discussão sobre os locais de votação para o Conselho, que seriam em subprefeituras do município de São Paulo. Representantes da prefeitura propuseram que, do total de 31 subprefeituras, apenas 14 fossem locais de votação. Segundo Paula, ela e mais dois conselheiros tentaram aumentar esse número; depois de muita “briga”, foi decidido que os representantes dos movimentos poderiam se reunir para entrarem em acordo acerca de outro número. Então, eles entraram em acordo sobre 22 subprefeituras, número depois aprovado por unanimidade. O argumento, também considerado “técnico”, para descartar as nove subprefeituras foi o de que esses locais teriam tido uma baixa presença de eleitores na última eleição. Das nove subprefeituras que ficaram de fora, a União e a FLM ganharam, na última eleição, em sete. A ausência dessas subprefeituras foi tida como a confirmação do esforço do “governo” de ganhar a eleição a qualquer custo⁴⁷.

Assim, a mudança de regras e os prazos curtos foram considerados fatores não só que mostravam um esforço do governo de constituir uma chapa única no CMH, mas também se refletia em uma necessidade urgente de maior mobilização dos movimentos e de suas bases, além de uma ampla articulação política.

Em relação à dimensão “política”, em uma das reuniões de articulação da chapa, um coordenador afirmou que ou eles participariam do processo ou partiriam

⁴⁷ Das 31 subprefeituras da cidade de São Paulo, saíram Butantã, Ermelino Matarazzo, Jabaquara, Lapa, Perus, Pinheiros, Santo Amaro, Vila Maria e Vila Mariana. Na eleição anterior, a União e a FLM só perderam em Santo Amaro e Ermelino Matarazzo.

para o enfrentamento (uma ação civil contra o “governo” já estava em curso e deveria ocorrer independente das duas opções). Segundo ele, seria “esquisito” ocupar a prefeitura, por exemplo, e participar do processo ao mesmo tempo. Outra coordenadora teceu uma boa definição das concepções dos movimentos do que é “política”. De acordo com ela, ainda que eles estivessem perdendo para a prefeitura no processo eleitoral, “na política” eles estariam ganhando uma vez que eles estavam fortemente articulados, inclusive com entidades que eles nem esperavam. Concluindo, afirmou: “eles vêm quente, a gente tem que ir fervendo”.

Percebe-se como ao longo dessa descrição acima, as famílias que compõem as bases desses movimentos não apareceram quase nada. O foco desta descrição etnográfica até aqui tem sido as relações entre os conselheiros do CMH, entre os movimentos que compõem a chapa articuladas em torno da União, entre esses movimentos e o governo, entre os movimentos e aliados e opositores etc. Há que se considerar, com efeito, que “movimento”, neste contexto, não corresponde a um conjunto empírico constituído de todos os seus integrantes em outros níveis de relações, como suas famílias; movimento, aqui, tem suas fronteiras definidoras como coincidentes às suas lideranças que participam do processo eleitoral do CMH. No entanto, ainda que as famílias não tenham aparecido ativamente, isso não quer dizer que elas não tenham exercido influência nessas relações etnografadas. Apesar de estarem em segundo plano, praticamente eclipsadas a partir da observação dessas relações (ver STRATHERN, 2006), elas não deixam de ser importantes, pois elas é que são alvo dos mecanismos de mobilização e organização dos movimentos frente ao processo eleitoral, tendo peso político fundamental no enfrentamento eleitoral.

Com efeito, uma assembleia com as famílias de um movimento específico em um bairro periférico de São Paulo foi muito elucidativa a respeito desse jogo de luz e sombra a respeito da importância das famílias para o processo eleitoral. Uma das coordenadoras desse movimento específico, também coordenadora da União, disse às famílias presentes que a prefeitura continuava “dificultando a vida da gente” evitando a participação no CMH. Essa participação seria fundamental para a viabilização de projetos de habitação, pois o CMH era um espaço para se pressionar a prefeitura para políticas públicas habitacionais. Assim, destacava-se a importância da participação ativa das famílias ali presentes para que se cadastrassem e votassem, a fim de que suas chances de atendimento habitacional fossem aumentadas. O sistema de pontuação do movimento também foi usado para a mobilização dessas famílias: não só cada pessoa

que votasse ganharia pontos para a sua família como também ganharia quem levasse outras pessoas para a votação. O número de pré-cadastrados deveria ser feito com conhecimento do movimento a fim de dimensionar melhor sua base eleitoral. A coordenadora ainda afirmou que “se a gente perder, adeus Minha Casa Minha Vida e outros projetos” porque “eles”, a “chapa do governo”, votariam sempre “contra a gente”. Em uma assembleia de outro movimento da União, uma de suas coordenadoras disse às famílias, em referência à eleição para o CMH, que a discussão sobre a política habitacional também era fundamental para que conseguissem sua casa.

Portanto, a oposição ao governo no processo eleitoral era pensada cada vez mais a partir de uma dimensão fortemente conflituosa. Mesmo dificuldades técnicas para o cadastramento dos eleitores foram interpretadas como uma ação deliberada do governo de prejudicar esses movimentos. Um coordenador afirmou que os movimentos deveriam usar todas as suas armas, “assim como eles vão usar as deles”. Todos da chapa estariam ali para somar, cada um deveria fazer um bom trabalho com suas bases e cada um, tanto coordenador como família, teria que fazer sua parte.

A disputa eleitoral para o CMH também se complexificava à medida em que era relacionada à disputa eleitoral municipal e à importância do PT na correlação de forças entre os movimentos e o governo. Assim, um dos coordenadores disse que as comissões responsáveis por conversar com o PT deveriam ressaltar ao partido que se tratava de uma “briga política” e que se os movimentos perdessem, o partido também perderia. Outro coordenador afirmou que ganhar o CMH já era parte da disputa municipal para o ano seguinte, 2012, pois se o PT retornasse à prefeitura, como todos ali gostariam, seria importante o CMH ter uma maioria de seus conselheiros aliada à gestão desse partido.

Para além da composição da chapa, portanto, era necessário buscar apoio com segmentos externos aos movimentos. Com o PT, em especial, o apoio era tido como natural, uma vez que se tratava de uma chapa de esquerda, de oposição a Kassab. A oposição do PT a Kassab em outros níveis era, assim, acionada para promover uma composição de apoio à chapa.

Por outro lado, vê-se como o apoio do PT é reivindicado a partir de uma contraposição entre a “chapa do governo”, da direita, e a “chapa dos movimentos do campo da esquerda”. Essa contraposição entre direita e esquerda se dá muito mais em relação aos alinhamentos “políticos” do que a conteúdos programáticos e ideológicos

muito bem definidos. Nesse sentido, é interessante notar que movimentos filiados ao PCdoB, partido historicamente classificado como de esquerda, mas que nesse momento era da base de apoio à Kassab, também passaram a ser classificados como “de governo” ou do “campo da direita”.

Além disso, outro argumento utilizado por candidatos da chapa para pedir apoio e questionar a legitimidade da eleição é o de que o CMH tem que ser democrático, não pode ter um alinhamento total de posições no seu interior, ou seja, somente oposição ou situação na sua composição, uma vez que isso iria contra os princípios de deliberação do Conselho. Essa defesa de uma multiplicidade de posições políticas no interior do CMH foi defendida pela União e FLM já na eleição anterior, uma vez que eles avaliaram como negativa a constituição do segmento dos movimentos populares como pertencentes a só um alinhamento político, o que ocorrera nas três primeiras gestões do CMH.

As duas chapas foram constituídas e, de acordo com os movimentos, seus nomes sintetizaram boa parte das discussões aqui elencadas. “Unidade Popular”, nome que sugere justamente a articulação, unificação, dos movimentos efetivamente vinculados aos setores populares. Já a chapa dita “do governo”, chama-se “Habitação no Rumo Certo” que deixa claro ser atrelada aos interesses de Kassab, uma vez que seu lema na última campanha foi “São Paulo no Rumo Certo”⁴⁸.

Esse quadro eleitoral se manteve praticamente inalterado até 22 de novembro de 2011, quando em resposta à ação da bancada municipal do PT junto ao Ministério Público, o juiz responsável pelo processo, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, entendeu que tal pedido liminar deveria ser parcialmente deferido, pois de um lado o pré-cadastramento foi entendido como tendo por objetivo não o “cerceamento do direito de sufrágio e sim à logística necessária para melhor se organizar as eleições (...) evitando-se desperdício de dinheiro público”. Por outro lado, pelos argumentos do Juiz, a lei que instituiu o CMH prevê 16 representantes ligados à área de habitação que devem ser eleitos de forma direta, não se permitindo a formação de chapas, o que deveria ser respeitado.

Essa decisão judicial foi recebida pelos coordenadores com um misto de alívio e apreensão, pois ainda estava incerto se de fato ocorreria a eleição a pouco mais de uma semana dessa decisão. A prefeitura entrou com um agravo, que não foi acatado

⁴⁸ Na eleição anterior do CMH, em 2009, a “chapa do governo”, que obteve 10 assentos, também se chamava “Habitação no Rumo Certo” (cf. TATAGIBA e BLIKSTAD, 2011).

pelo Tribunal e a eleição foi adiada para 2012. Logo após o adiamento da eleição, os movimentos da chapa fizeram circular um manifesto, comemorando a vitória sobre o governo de Kassab, com o título “A democracia venceu a arrogância: eleição do CMH-SP foi suspensa pela justiça – movimentos de moradia impõem dura derrota a Kassab”.

Em uma última reunião da chapa, em dezembro de 2011, houve uma avaliação, por parte dos presentes, de que a “vitória política” foi muito importante, já que se a eleição tivesse ocorrido na data agendada, esses movimentos iriam perder facilmente a disputa eleitoral. Portanto, o adiamento teria sido muito vantajoso, pois lhes deu mais tempo para repensar suas estratégias eleitorais, uma vez que eles não se organizaram e mobilizaram suficientemente bem para vencer as eleições dentro das regras impostas pela prefeitura.

Até julho de 2012, a União e seus aliados políticos ainda pressionaram para que a eleição ocorresse ainda naquele ano. Porém, com a proximidade da eleição municipal, a eleição para o CMH foi reiteradamente adiada e só aconteceu no ano de 2014. Enquanto isso, a gestão do CMH terminou e o secretário municipal de habitação foi o único responsável junto com seu corpo técnico em definir e controlar as políticas públicas municipais, o que foi continuamente lamentado por esses movimentos de moradia.

Com a eleição de Fernando Haddad à prefeitura de São Paulo, que tomou posse em 2013, houve um processo de reestruturação administrativa e muita atenção, tanto de sua gestão como dos movimentos de moradia, se concentrou na elaboração, discussão e aprovação do Plano Diretor Estratégico. Com isso, a eleição para o CMH ocorreu só no segundo ano de seu mandato. As regras retornaram ao que era antes, sem pré-cadastramento, com muitos pontos de votação e o voto foi proporcional. Houve a constituição de duas chapas que mantiveram os alinhamentos vistos durante o processo descrito acima. A chapa encabeçada pela União, com integrantes da FLM e MNLN e outros movimentos autônomos, e outra que manteve entre seus integrantes representantes da antiga “chapa do governo”. Grande parte desses últimos integrantes constituíram uma nova associação, em 2013, a MUHAB (Movimentos Unidos pela Habitação) nos moldes da União e da FLM, mas que congregaria, segundo uma de suas coordenadoras, movimentos filiados a vários partidos. Ela congrega uma série de movimentos, incluindo a FACESP e outros dissidentes da FLM (como é o caso Movimento Sem Teto do Ipiranga) e da União (como o Fórum de Cortiços). Em geral,

a MUHAB e seus movimentos encontram-se em campo político oposto ao da União e da FLM na cidade de São Paulo, ainda que no nível nacional, muitos movimentos da MUHAB sejam da CONAM (Confederação Nacional de Associações de Moradores) que se articula à UNMP e ao MNLM no Fórum Nacional de Reforma Urbana. A chapa da União conseguiu eleger mais representantes, o que foi motivo de celebração.

A descrição etnográfica do processo eleitoral do CMH permitiu uma problematização dos mecanismos adotados pelos movimentos de moradia em busca de uma conquista da participação nessa instância tida como fundamental para as suas ações.

É importante deixar claro a complexificação que essa disputa eleitoral e a própria participação no CMH permite realizar em torno do par dicotômico autonomia-institucionalização tão debatido por parte da bibliografia que tematiza os movimentos sociais. No início da atuação desses movimentos, nos anos 1980, eles eram consagrados como uma grande novidade política, com uma atuação que se afastava da militância política clássica, sindical e partidária. A palavra chave para se pensar os “novos movimentos sociais” de então era “autonomia”. Autonomia principalmente em relação ao Estado, a partir da adoção de estratégias mais combativas, de constituição de uma nova sociabilidade política, fundamental para o processo de redemocratização brasileira.

Gradativamente, os movimentos sociais teriam passado por um processo de “institucionalização”. Dentre vários desses processos, destaca-se a reconfiguração da atuação dos movimentos sociais com a ascensão do PT a governos municipais, que criaram instituições participativas, como os conselhos deliberativos, a exemplo do CMH. Dessa forma, muitos desses movimentos se tornaram interlocutores do Estado. Se muitos viram isso como uma “inovação democrática” (AVRITZER; NAVARRO, 2003) outros viram um risco enorme à autonomia desses movimentos, sujeitos a constrangimentos institucionais do Estado. Nesse sentido, “democracia” sempre foi um conceito chave na interpretação de muitos desses autores, e o papel dos movimentos sociais mais transformador e autônomo ou mais sujeito aos constrangimentos institucionais do Estado ocasionaram análises mais otimistas ou mais pessimistas a respeito da importância dos movimentos para a construção

democrática brasileira. Como pode-se perceber, esse debate também é partilhado pelos movimentos sociais⁴⁹.

Bom, vimos como nem sempre os movimentos vêm contradição entre ações mais combativas e a participação no CMH. As duas formas de atuação são consideradas momentos e espaços tanto de negociações como de conflitos. O combate ao Estado, ou aos governos, pode se dar externamente aos meios institucionais ou no seu interior. E Gabriel realiza até mesmo uma crítica à influência que os meios acadêmicos exercem em uma avaliação negativa das ações institucionais.

E é justamente o termo “política” que dissolve não só esse par dicotômico, como vários outros. A “política” pode ser entendida em termos de alianças ou “articulações”, enfrentamentos, oposições, apoios, composições, caracterizando-se como um termo dinâmico e polissêmico, qualificando diversos saberes, discursos e práticas. Vimos como ela pode se opor a uma dimensão “técnica”, marcada por uma certa racionalização, burocratização e obediência a princípios normatizadores. Só que práticas e discursos técnicos muitas vezes podem acobertar mecanismos políticos.

O mesmo parece acontecer com a dimensão jurídica, que em muitos momentos foi pensada como uma dimensão paralela à política na tentativa de questionar as novas regras, de mostrar como a técnica estava camuflando a política. Por outro lado, vimos como o campo jurídico também não é isento das relações estabelecidas entre seus operadores e coletividades e agentes que lhes são externos, como os movimentos e o próprio governo. Assim, os alinhamentos políticos dos promotores, juízes e advogados podem influenciar nas suas decisões, que deixam de ser isentas de interesses e passam a ser parciais.

Portanto, “política” pode ser usada para classificar dimensões que por vezes são entendidas como jurídicas e técnicas, o que mostra como a articulação ou separação entre essas três dimensões são sempre contingenciais, condicionadas por diferentes perspectivas e interesses em jogo.

Política pode ser entendida também como um termo que define uma multiplicidade de relações segmentares, de composição e oposição contínua entre os mais diversos segmentos e os mais diversos níveis relacionais. Mas, mais do que isso, essas relações segmentares são relações de poder (Foucault, 1995; 2004; 2005; 2008a), pois trata-se de um jogo contínuo de correlação de forças e assimetrias nos

⁴⁹ Para críticas recentes à institucionalização dos movimentos de moradia e uma defesa de práticas mais autonomistas e combativas, ver Cavalcanti (2006) e Hirata (2010).

mais diversos níveis, com múltiplos pontos de apoio. Assim, a relação de oposição entre os movimentos em torno da União e o governo também se traduz numa oposição entre os movimentos de moradia dos dois lados, que por sua vez se reflete nos partidos que se aliam a cada um desses pólos. Para diminuir uma assimetria ocasionada pelo uso da máquina administrativa, alianças também são feitas com coletividades de outra ordem, além dos partidos políticos, como ONGs e pastorais católicas. Essas composições e oposições também reverberam e são reforçadas pelas relações entre lideranças e suas bases, ou mais especificamente entre coordenadores e famílias.

Por outro lado, para se pensar esse jogo político, são de importância fundamental as disputas semânticas em torno de certos termos com conotações opostas, a exemplo de democracia, e a constituição de pares dicotômicos, que reforçam alinhamentos e enfrentamentos, como movimento e governo, direita e esquerda, democracia e autoritarismo.

Em relação à dicotomia movimentos e governo, é importante destacar que ainda que a chapa do “governo” tenha sido assim identificada por ter o uso da máquina administrativa a seu favor e atender apenas a interesses do governo municipal, ela também é constituída de movimentos de moradia. É claro que eles acabam subsumidos como “governo” a partir da perspectiva da chapa em torno da União, mas eles também atuam de maneira similar e os alinhamentos entre eles e partidos também parecem ocorrer de forma muito semelhante, havendo também uma agência fundamental desses movimentos na composição de sua chapa e na atuação no CMH.

Além disso, acompanhar os diferentes sentidos atribuídos à “democracia” é especialmente esclarecedor a respeito da dificuldade de conceitualizar esse termo muito claramente⁵⁰. Se, de um lado, a chapa “Unidade Popular” caracterizou o CMH e sua Comissão Eleitoral como antidemocráticos, os outros segmentos, adversários, consideraram as mesmas ações e as mesmas decisões como democráticas, principalmente por serem decididas por maioria. Talvez a frase que melhor defina a democracia como processo múltiplo, ao mesmo tempo que divisor de posições, seja a de Paula: “Democracia é feita para isso. Cada um usa a tática que quer”. Portanto, não

⁵⁰ Para uma teoria etnográfica, inspiradora de algumas das minhas análises, sobre o funcionamento da democracia, problematizando os seus usos inequívocos e essencializadores, em favor de uma apreensão dos seus usos “nativos” em ato, ver Goldman (2006).

é só a oposição entre governo e movimento de que se trata, mas também oposições entre os diferentes movimentos de moradia, entre sentidos atribuídos à “democracia”, entre esquerda e direita e entre alianças partidárias.

Não se pretendeu aqui definir esses termos de maneira essencializada, mas perceber como eles na verdade legitimam posições e discursos políticos. Muito mais do que conteúdos muito bem definidos, através deles e da disputa dos seus significados se distinguem campos opostos. Assim, foi importante perceber os contextos de enunciação desses diferentes termos, não partindo de definições apriorísticas, mas explorar os seus diferentes usos e sentidos em ato e, acima de tudo, seus efeitos políticos para os movimentos de moradia.

Política ou construir casas: antagonismo ou complementaridade?

O processo eleitoral para o CMH se deu fundamentalmente a partir das relações entre lideranças dos movimentos de moradia e entre elas e outras coletividades e agentes. Nesse caso, a União singularizada, com dissolução situacional das diferenças entre os diferentes movimentos que a compõem. Divergências entre a União e a FLM também foram deixadas de lado em prol de uma união, mesmo que momentânea. Nesse plano relacional, as *famílias* foram subsumidas em termos como “povo”, “base” e tiveram um papel menor e mais passivo. Mas o que parece um afastamento, acima, com a discussão sobre *famílias* no movimento, na verdade revela um certo distanciamento do plano mais concreto não só das ambições das famílias, como de sua gestão mais próxima nos grupos de origem. O próprio termo *famílias* muitas vezes é substituído nas reuniões da União como *povo* - “temos que levar nosso povo para a rua”, “temos que mobilizar nosso povo” – em continuidade semântica com a influência da Igreja Católica, como visto no segundo capítulo.

A discussão sobre o processo eleitoral do CMH se torna importante para a análise deste capítulo, pois ajuda a pensar uma tensão permanente e constante entre os movimentos: entre fazer e discutir *política* e a construção de casas. É claro que o objetivo primordial dos movimentos é a construção de casas e foi esse objetivo que legitimou a participação deles no CMH na formulação e acompanhamento de políticas habitacionais nesse conselho. A União, espaço de “linguajar político”, como disse

Adriana, é onde ocorrem discussões, decisões, práticas, definições de *atividades*, análises de conjuntura, cursos de formação “políticos”.

Mas se houver uma predominância da *política* sobre a construção de casas, pode haver certas tensões. Em certa reunião da União, por exemplo, discutia-se a quantidade de delegados que iriam para o Encontro Nacional da UNMP e sua distribuição por todos os movimentos filiados. Ainda não havia acordo sobre o número exato e uma coordenadora sugeriu que se discutisse e se definisse o número, o que refletiria tanto uma maior força no encontro, como uma representatividade bem distribuída entre todos os movimentos. Um coordenador afirmou em tom um tanto autoritário que isso já havia sido decidido e queria passar a outro tema, pois o tempo estava se esgotando, ao que uma outra coordenadora, exaltada, retrucou que ele não poderia querer proibir esse debate. Ele, por fim, afirmou: “Estamos parecendo outras entidades. Discute muita política e interesses e não construir casas”. Os ânimos se exaltaram, mas a maioria concordou que a decisão tinha que ser bem debatida em outro momento, pois era algo sim fundamental para a continuidade das ações da União, uma vez que o Encontro Nacional refletiria alinhamentos nacionais em torno de políticas habitacionais e a quantidade e a qualidade da participação era importante. Em outras reuniões sobre *atividades* em conjunto, se a discussão ficasse muito “política”, ou seja, em torno de quais lideranças de movimentos participariam, invariavelmente alguém lembrava que eles tinham que pensar mais “no nosso povo”, “nas nossas famílias”.

A preocupação com as *famílias* e com o *povo* se refletia muitas vezes em esforços para que a base contribuísse primordialmente para os rumos “políticos” a serem tomados. Em dezembro de 2012, debatia-se o planejamento da União para o ano de 2013. Houve quem sugerisse que a União fizesse primeiramente seu planejamento que serviria de base para o planejamento dos demais movimentos filiados. Paula, coordenadora geral da União, foi categórica em negar essa possibilidade. Segundo ela, a União deveria concentrar o máximo de questões de suas entidades. Túlio, à época coordenador geral da Leste I concordou com esse último posicionamento e disse que a União tinha que “ouvir as bases, as regiões”, assim como a Igreja fazia nos anos 1980, quando as ações eram discutidas primeiro pelas CEBs para depois serem incorporadas pelas dioceses e conseqüentemente pela arquidiocese: “Tem que ser assim, não pode ser de cima para baixo”. Ficou decidido que apenas depois dos planejamentos regionais e de cada movimento que a União

faria o seu “planejamento de lutas estratégico” incorporando e fortalecendo as diversas “lutas” de seus filiados.

Havia, portanto, uma concepção generalizada que a *política* era fundamental para a obtenção e construção de casas, mas desde que atendesse os interesses da *base*, ou seja, das *famílias*. *Política*, portanto, apesar de termo polissêmico, define realidades centrais para os movimentos de moradia, em geral, e para a Leste I, em particular. Qualifica contextos mais amplos, determinados pelo poder público, ao mesmo tempo em que qualifica articulações com diversas coletividades e agentes, assim como enfrentamentos, oposições. Tanto as composições como as oposições podem ocorrer em potencial com os mesmos agentes e com as mesmas coletividades.

A *política* é necessária para a obtenção da casa própria, as duas dimensões devem estar articuladas. Nesse sentido, não pode haver uma prevalência de uma dimensão sobre a outra, deve haver um equilíbrio entre as duas. Se a *política* for mais importante, a construção de casas fica em segundo plano o que é moralmente repreensível, já que *política* é entendida como mecanismo de interesses apenas, enquanto o povo/as famílias são esquecidas e não representadas. Por outro lado, se houver só construção de casas, a participação é esvaziada e a construção de uma sociedade mais justa e as lutas mais amplas ficam comprometidas, como elucidam os esforços da Leste I em torno de uma maior politização de suas *famílias* nos grupos de origem e de seus coordenadores, como veremos a seguir.

Desafios políticos da Leste I

É claro que a *política*, por mais que defina composições e oposições mais amplas, também é vivenciada e estimulada no âmbito da Leste I, que como sempre reiteram seus coordenadores, apesar de filiada à União, tem autonomia de decisão e ação. Além, é claro, de uma atuação de abrangência territorial na zona leste, o que leva a posicionamentos, discursos e ações políticos próprios, nem sempre definidos e orientados pela União.

No capítulo 2, vimos como as influências da Igreja Católica, do sindicalismo, do marxismo e do PT foram fundamentais para a constituição da Leste I em seus regimes discursivos, organizacionais, mas fundamentalmente ideológicos e políticos. Em balanço comparativo da Leste I entre o seu passado e a sua atualidade, Juliana

mostra um posicionamento crítico a processos de despolitização por um afastamento do movimento dessas alianças e de sua interlocução ideológica, o que levou a uma certa despolitização e concentração acentuada em torno da construção de casas.

Sobre o PT, por exemplo, Juliana define uma relação muito mais próxima no passado:

E a relação com o PT também, a relação com o PT era dentro de casa, então assim não tinha... o mais próximo sempre foi o Henrique Pacheco [...]. Porque aí é assim, é diferente de você falar assim “não, nós vamos apoiar um parlamentar, vamos apoiar um candidato”, ele era um advogado do movimento que se elegeu vereador. E o Valfredo, que era irmão do coordenador da zona Leste 2, também se elegeu vereador, irmão do Neto, do Valcido Neto, que é o Valfredo, que está vivo até hoje, que se elegeu vereador. Ou seja, o PT naquela época tinha a possibilidade de que uma liderança popular sem grana nenhuma para a campanha ganhasse uma eleição. Na gestão da Luiza Erundina aumentou a nossa bancada, nem era como a bancada que a gente tem, e tinha vários parlamentares com esse perfil popular e popular das lutas. E assim, era uma forma tão diferente de organização, que o gabinete do Henrique e do Valfredo era um do lado do outro e abriu uma porta e as pessoas circulavam do gabinete de um vereador para o outro. A gente fazia reunião na câmara. E assim, não tinha “essa fulana apoiou o Valfredo, beltrana apoiou o Henrique“, não, a reunião era ali. E a participação do PT era dentro de casa, não era assim “ah, vamos discutir isso com o PT”, não. O PT estava discutindo isso com a gente na plenária. Tanto que você não tinha, como hoje, “ah, hoje nós vamos convidar o vereador tal para a nossa reunião”, não. O vereador já fazia parte da reunião, ele chegava e sentava para discutir o assunto, ele dava a opinião, as pessoas discordavam e concordavam e era muito diferente. Tanto com a igreja quanto com o partido, a relação era de uma convivência cotidiana. Hoje você fala “hoje nós vamos convidar o deputado tal para vir falar de tal assunto na nossa reunião”, legal. É muito bom, eu acho que tem que fazer isso. Mas naquele momento não era isso, era uma relação muito mais orgânica mesmo. Isso durante o governo Luiza Erundina. E nem por isso a relação com o governo Luiza Erundina era tranquila, era um pau danado!

Juliana se refere a uma relação com o PT “dentro de casa”. Se pensarmos que as definições de família pressupõem muitas vezes união, coabitação, em que a casa adquire centralidade na convivência (cf. Capítulo 1), podemos dizer que no início da Leste I ocorria uma familiarização (COMERFORD, 2003) do movimento e do PT, constituindo apenas uma família, algo considerado como muito positivo. Ainda que, é claro, essa união e convivência também estivesse sujeita a conflitos.

Atualmente, não só mudou a relação com o PT, como também a diminuição da atuação política da Leste I em seu território inicial de abrangência. Devido a falta de terra disponível e a necessidade e disponibilidade de construção de casas cada vez mais longe, eles acabam se afastando de suas articulações políticas cuja referência era

a região Leste I. Em relação ao PT, embora os apoios eleitorais ao partido por vezes levasse a que diferentes coordenadores apoiassem diferentes candidatos, nem por isso essa grande família de desfamiliarizava, ao contrário de agora:

Com isso, nós também com o fato de ir construindo mais para dentro, para o fundão da região, fez também com que a gente fosse perdendo o vínculo territorial na nossa região. Não só isso, é claro, mas isso também. Os grupos mais centrais foram esvaziando, eu lembro que teve agora recentemente, até no “Florestan”, teve gente que falou assim “não, eu estou no grupo de moradia mas eu não quero morar na Cidade Tiradentes, eu não vou para esse projeto”. Então já estava a pontuação dela para ir no projeto e ela resolveu que não ia. E alguns abandonaram o movimento e alguns deixaram, por causa dessa questão territorial. Nós perdemos o peso político na região também, porque imagina você estava fazendo o mutirão na Juta, a gente chegava lá, fazia toda a articulação com o PT da Sapopemba, com os movimentos, os movimentos de criança e adolescente, a gente organizou passeata quando teve ameaça de construção do incinerador de lixo em São Mateus, a Leste I era o principal movimento que mobilizou contra a construção do incinerador. Tinha a luta contra a violência no Sapopemba, tudo, a Leste I era que botava a força de mobilização junto com a igreja e tal. E houve um afastamento porque isso, nós estamos aqui na Leste I mas estamos construindo lá. E você percebeu agora, quando começou a obra, como é um deslocamento natural, as coisas orbitam em volta da obra porque a obra é o dia-a-dia, por mais que mantenha a sede lá no Sapopemba na Juta, também com os outros problemas recentes aí de iluminação e tudo, esvazia a sede que é no Sapopemba e está muito mais animada a vida lá no canteiro. Isso acontece porque é natural, é onde estão acontecendo as ações concretas, as pessoas se identificam mais com as ações concretas do que uma forma de articulação. Outra coisa: a Leste I passou por vários momentos de divisão e de divergência de coordenação, a gente tem algumas levadas, algumas vezes, de grupos. A Leste I, diferente da Oeste, por exemplo, nós nunca tivemos uma unicidade... não partidária, partidária sim, mas em torno de projetos políticos, de grupos políticos dentro do PT. Então sempre tinham pessoas que apoiavam cinco ou seis candidatos diferentes, então assim, todos do PT mas assim ó: um pessoal de um grupo apoiava o Roberto Gouveia, o outro o Paulo Henrique, o outro o João Antônio, e o outro apoiava o Adriano Diogo. E não é que não tinha conflito, claro que tinha, mas havia uma forma que esse conflito passasse a eleição e não afetasse tanto a relação interna ao movimento. A própria organização interna do movimento e a organização interna do PT foi fazendo que isso fosse ficando cada vez mais difícil, então assim, eu lembro por exemplo uma campanha do Henrique e do Roberto, os dois para deputado estadual, eu que era do grupo do Henrique e a turma que era do Roberto a gente de manhã, no dia da eleição de madrugada, na cozinha do mutirão, e nós fazíamos comida para os boqueiros de urna do Henrique e do Roberto na mesma panela, entendeu? Fazer uma panela de arroz e era para os dois grupos “ah, eu trouxe arroz”, “eu trouxe feijão”, “eu trouxe abobrinha” a gente juntava e fazia. A gente separava as bolsinhas de material, kit de material, dos dois candidatos, “esses aqui são os meus”, “esses aqui são os seus”. Não é que tínhamos uma visão romântica que não tinha conflitos, mas os conflitos não interferiam tanto na vida da entidade. Quando o PT começa a ter uma relação mais burocrática, mais baseada no financiamento de campanha com recursos, com dinheiro,

mesmo. A gente nunca pagou boca-de-urna, todo mundo fazia pela militância, por estar próximo, fazia parte do dia-a-dia, fazia parte do cotidiano. Fazia as festas de campanha, cada um pagava a sua cerveja, pagava o seu churrasco, era o momento político de estar junto. Quando começa a ter contratação para a pessoa fazer a campanha, contratação para boca de urna... [...] Isso reflete de maneira muito forte no movimento. Então você vai ter, por exemplo, conflitos assim “por que fulano saiu da LESTE I?”, você tem vários tipos de conflito, tem conflitos interpessoais, de projeto político e conflitos por causa de disputas internas do partido. Realmente uma coisa amontoa na outra também, mas assim... e aí o Túlio foi uma pessoa muito central nessa história porque o Túlio fala “a gente pode discutir, pode ter outros grupos aqui, mas tem que se manter o princípio do movimento. Se alguém que tiver no movimento com diferenças de proposta, com outro objetivo, não tem que ficar no movimento”. Eu era mais assim “vamos tentar mediar, vamos tentar ver se fica, se a gente consegue conciliar tudo”. Mas como também a discussão deixou de ser ideológica para uma discussão dos encaixes aí, quem apoia quem, quem está onde e não sei o que, isso foi ficando mais... porque aí você não tinha mais discussão, perde um pouco mais de discussão.

Nesse passado, as relações segmentadas da Leste I, de apoios a diferentes candidatos, não leva a uma quebra de unicidade, percebida pela partilha de alimento em comum, mas um dos elementos que produzem familiarização. E com uma certa formalização das campanhas do PT e o conseqüente afastamento das antigas militâncias passam a haver rachas na Leste I. Isso é avaliado negativamente por Juliana nos termos de uma perda de discussão, de uma discussão que deixa de ser ideológica e que passa a ser sobre apoios, alianças etc. O afastamento da Igreja Católica também tem um efeito de esvaziamento ideológico e de diminuição das discussões, ou seja, de certa despolitização:

Houve um afastamento também da igreja, nem tanto por causa do movimento mas por causa que a igreja também adotou posturas mais conservadoras. Então desde os padres que já não apoiavam tanto o movimento... não é que não apoiavam, mas não tinham aquele compromisso com o movimento. Há coisas bem menos ideológicas como por exemplo “fazer reuniões de sem-terra na igreja é ruim porque as crianças chegam lá e sujaram o banheiro depois da reunião”, então tinha desde a coisa mais ideológica “a igreja não tem essa função, não tem esse papel”, até coisas muito de conflitos pessoais, o cara da igreja e tal, e também como o perfil dos militantes foi mudando, no início.. não é que não tinham pessoas de outras religiões, tinham, mas a maioria das pessoas envolvidas em motivar o grupo, animar e organizar eram ligadas a igreja. Quando você começa a ter lideranças que não têm essa trajetória aí começa “ah, mas esse pessoal não frequenta as reuniões do conselho da paróquia”, a gente discutia com o e esse pessoal não se envolve, então acabam afastando muito tanto na base e isso conseqüentemente na organização central na igreja, embora ainda temos um apoio de um elemento grande da região Episcopal Belém, principal centro pastoral deles, não é... antigamente assim o pessoal da igreja frequentava a reunião de quinta-feira, sentava, participava e tal, então

eu acho que isso também acabou... a presença da igreja acabava dando um significado melhor das discussões, não ficava uma discussão tão... outro dia tem se discutido isso com o movimento que está participando lá, que as nossas discussões são muito rasas, que perderam um pouco o significado. Que como elas relacionam isso com o mundo e com um projeto de sociedade? Que também ao afastamento da igreja também ajudou que isso acontecesse, não é responsabilidade disso, mas também isso deu uma... uma... assim, esvaziou de conteúdo mesmo...

A desfamiliarização do PT e da Igreja Católica são responsáveis por um esvaziamento ideológico, por uma diminuição das discussões, por uma despolitização, mas também a concentração das ações da Leste I devem se equilibrar práticas *políticas* mais amplas, de busca de um outro projeto de sociedade, do socialismo. A construção de casas é um desafio à politização do movimento, não só por um deslocamento territorial e de suas bases políticas, como por mobilizar muitos esforços em torno de questões práticas das obras dos mutirões:

E assim uma dificuldade de renovar os grupos das lideranças mesmo, que foi um trabalho que a gente sempre tentou fazer e que tem tido dificuldade de conseguir. Então a gente tem que estar renovando lideranças por mais que tivessem lideranças que permaneciam, a Miranda de quem eu estou falando ficou mais de vinte anos no movimento, que saiu não faz muito tempo do movimento. Então não quer dizer descartar lideranças antigas, mas ter espaço para outras lideranças. Então esse é um desafio que a gente está tentando começar a fazer esse ano e ver se o ano que vem se isso se estabelece como uma política mesmo da LESTE I. Mas que também acaba sendo o tempo todo uma angústia. Você está o tempo todo correndo atrás de uma coisa que você já está atrasado. Então, quando nós fazemos o projeto do mutirão é bem claro isso: “Nós temos que começar a terraplanagem, nós precisamos procurar os documentos tais”. O que prejudica você dedicar mais tempo aos processos políticos internos de formação. Então você acaba sendo apertado, espremido, pela agenda concreta mesmo. Então aqui são dois assuntos: construir o socialismo e contratar o mestre-de-obras. Fica difícil, agora esse é o grande o desafio, ou seja esse é o desafio: de construir o movimento do modo que a gente acredita. A gente acredita que a gente vai construir o socialismo também construindo.. fazendo a terraplanagem do empreendimento. Essa é a forma que a gente acreditou de construção do movimento [...] Então assim, o movimento tem como proposta política formatada que tem esse conteúdo, esse conteúdo de superação desse modelo de sociedade, desse modelo econômico e tudo isso. Agora, como é que você sobrevive, e sobrevive enquanto organização e tudo, precisando dar uma resposta para essas pessoas no marco dessa sociedade? Então uma coisa que a gente sempre fala é o seguinte: você tem que demonstrar que essa proposta que nós temos é uma proposta boa, que é bom, que é bom viver assim, é bom viver em comunidade, é bom viver de um modo coletivo, é bom se opor ao modelo individualismo que as pessoas... dessa coisa da meritocracia, que eu vou conquistar isso individualmente, que eu vou ter um bom emprego, um bom carro, uma boa casa. Que isso é uma questão coletiva que a gente... então se esse processo,

essa experiência de trabalho coletivo, não for uma boa experiência, não é só o mutirão que está comprometido, é o projeto de sociedade. Ele vai dizer “puta que pariu, é uma bosta esse negócio lá...”, aí essa coisa assim, tem gente autoritária que reproduz os modelos autoritários de relação. Então é muito mais essas coisas que são perceptíveis de você chegar às pessoas do que grandes discursos ideológicos. Se ela chega para ouvir e você pode fazer um discurso e falar das maneiras mais maravilhosas, religiosas, políticas e sociológicas, só que a hora o cara vai querer te pedir uma informação, você grita com o cara, não dá informação, ou na hora de marcar presença, o coordenador vai lá e bota um ponto a mais para o primo dele que não foi na reunião, assina a lista da reunião, fraudando a lista de presença. Meu amigo, qualquer discurso ideológico seu foi para o saco. É esse o modelo que a gente acredita que tem que ser desenvolvido e que a gente tenta fazer. Agora, claro que a gente vem percebendo, justamente a avaliação dos atos que teve na quinta-feira. Você foi na quinta-feira passada? O que aconteceu foi o seguinte: tinha o Grito dos Excluídos, tinha o negócio do Plano Diretor e tinha o da Marcha Mundial das Mulheres. “Bom, distribui um pouco para cada lugar”, aí como nem todo mundo tinha ido para todos os lugares, pedimos para cada um fazer a avaliação. Aí a gente percebe que falta uma discussão de conteúdo anterior, aí uma das meninas que vou avaliar a Marcha das Mulheres falou “olha, eu não entendi nada por que que mandaram a gente para esse lugar, Não tinha nada a ver com a gente lá, um monte de sapatona veio me...”, aí o Marcos falou assim “puta que pariu”, aí eu que nem sou tão metida nessa discussão de gênero e tal e falei “vai ter que ser eu mesmo? Então, tem um espaço lá, porque há diversidade, temos que entender que todas as pessoas têm direitos, lá está lutando contra a violência, pela saúde, que tudo tem a ver com tudo...”. Mas é verdade, a gente deveria ter tido essa discussão antes de mandar as pessoas para a passeata. A gente foi percebendo isso, que as pessoas estão todo o tempo bombardeadas pelas informações da mídia e do senso comum: “O que que tem a ver? Se eu estou querendo moradia, por que você me mandou para marcha de sapatão? O que é que tem a ver?”. Eu acho que esse é o grande desafio. O próprio Grito dos Excluídos, não é uma passeata de moradia mas é uma passeata de moradia também, porque também... então como as pessoas conseguem isso para a nossa visão fragmentada, já que a nossa organização é fragmentada, a gente fala de “moradia, moradia, moradia” e de vez em quando dá um informe que vai ter eleição no Conselho de Saúde ou no Conselho Tutelar e manda o povo votar. Então como é que faz para tirar a fragmentação das coisas, como é que consegue ter uma visão política... visão política habitacional e da demanda, que são discussões diferentes. Então, se eu resolver o meu problema do empreendimento, muda-se o resto? Que é uma visão corporativista que no movimento há sempre um grande risco de se adotar esse discurso.

Todos esses desafios *políticos* são claramente perceptíveis também em uma avaliação negativa dos atuais coordenadores que têm uma visão fragmentada, muito focalizada apenas em moradia, sem atenção a um campo *político* muito maior, de articulação de lutas por direitos, de busca de um regime socialista, de uma sociedade mais justa e igualitária, em que valores e ações coletivas devem se sobrepôr a um individualismo explicitado em ambições por conquistas individuais, como a casa e bens materiais. Com isso, há também uma dificuldade de renovação de lideranças,

pois a busca da casa própria pelas *famílias* e por seus coordenadores diretos, dos grupos de origem, acaba por limitar ambições e discussões *políticas* mais amplas.

Essa dificuldade se acentuou com o desligamento de Túlio, um dos principais coordenadores da Leste I desde a década de 1980 e tido como alguém fundamental nas discussões e práticas *políticas* do movimento. A busca de uma maior politização dos coordenadores se mostrou cada vez mais necessária.

Em julho de 2013, logo após o desligamento de Túlio, Marcos, principalmente, e Juliana apresentaram todo o processo de elaboração do PDE para uma plateia no Belém composta de coordenadores e famílias da Leste I. A apresentação foi em PowerPoint e foi muito rica e detalhada. Chamou minha atenção a performance dos dois, com muitos gestos e brincadeiras, proporcionando uma empatia com o público, bem como partilha de códigos comuns em torno do sonho da casa própria e dos desafios habitacionais e urbanos de quem busca a casa. Quando terminou a apresentação, cumprimentei a Juliana que me disse: “Foi legal, não foi?”.

Houve depois uma breve e informal reunião da coordenação, com todos em pé em um canto. Adriana falou sobre o desligamento de Túlio. Ele escreveu uma carta pedindo desligamento. Outra ata foi redigida e registrada com a nova coordenação, a partir da qual Adriana passou a ser a nova coordenadora geral e Tânia a coordenadora financeira, em caráter provisório até que uma nova eleição para uma nova coordenação ocorresse no final daquele mesmo ano.

Alguns coordenadores falam sobre a importância de ter gente constantemente na sede. Denise, que antes ficava na sede com certa regularidade, mas que agora estava coordenando os mutirões Florestan Fernandes e José Maria Amaral, fala que agora com o começo da obra é impossível para ela. Muitas pessoas procuram diariamente o movimento, ou ligam ou vão até lá pessoalmente. Segundo Juliana, isso mostra o bom trabalho que eles têm feito. Assim, é preciso que sempre tenha alguém lá. Fala-se muito em “ajuda” de todos e que se possa contar com todos nesse momento difícil. Combina-se de fechar depois um cronograma para que todos os dias esteja algum coordenador na sede.

Segundo Juliana, também é preciso trazer famílias que tenham interesse para a coordenação. O movimento tem que continuar, “eu vi muita esperança no rosto das pessoas aqui”. Adriana fala que a Leste I já tem 26 anos, não pode acabar. A eleição da nova coordenação será em novembro e até lá é preciso muito trabalho, muita ajuda. Marcos diz que a eleição será importante para uma “renovação” da Leste I. Como

exemplo que sustenta essa necessidade, foi levantado o fato de que dos 17 coordenadores da executiva da Leste I poucos estão presentes e isso não poderia acontecer. Todos os coordenadores ali pareciam cientes da importância do que se discutiu e dispostos a ajudar.

Em uma reunião da coordenação depois desse dia, Marcos contextualizou uma decisão de elaboração de um Seminário de Formação de Lideranças, dividido em três módulos e a eleição da nova coordenação:

1) Uma comunidade construída em mutirão; 2) Desafios do desenvolvimento urbano da zona leste: A luta pela terra; 3) Desafios para o desenvolvimento urbano da zona leste: A articulação com os demais movimentos; e 4) Encontro da Leste I para discutir a política da entidade para 2014 e eleger a nova coordenação

Segundo ele, a Leste I estava passando por um período de renovação com a saída de Túlio. Assim, seria necessária uma nova eleição da coordenação executiva da Leste I, perfazendo um total de 17 membros, dentre os quais necessariamente deveria haver representantes de mutirões e de grupos de origem. A ideia era a de que ninguém manda, não existe chefe e que ninguém é obrigado a estar ali como coordenador. Mas ao longo do tempo, mostrou-se difícil manter a participação contínua de coordenadores. Então, era preciso uma renovação, era preciso animar novas *famílias* a se tornarem coordenadores. A Leste I, que é uma entidade séria, não poderia morrer, deveria continuar existindo para ajudar quem quer moradia. A partir disso, surgiu a ideia de realização de cursos de formação até novembro. Os locais de realização ainda não estavam definidos, mas a sugestão era que os cursos ocorressem na Igreja de São Mateus (importante no início da Leste I) ou ali mesmo, no Centro Pastoral Belém. Isso de fato pela ideia de que era fundamental realizar os encontros em espaços da Igreja Católica, já que a Leste I havia vindo dela. O objetivo desses encontros também não era o de ficar restrito à participação da atual coordenação, mas que 10 pessoas de cada grupo de origem também fossem.

Após a reunião, Marcos, em prosseguimento à decisão sobre os cursos, me disse que a Leste I sempre havia sido a mais “politizada” dentre as regiões e movimentos da União, mas agora infelizmente havia se afastado da Igreja Católica. Sua proposta de que se realizassem os cursos na Igreja de São Mateus se deu pelo fato dela ainda contar com um “padre progressista”, assim como seria uma forma de voltar às origens e se efetivar uma reaproximação com a Igreja, o que tinha uma “importância simbólica” enorme.

Os cursos de formação acabaram ocorrendo no Centro Pastoral Belém e houve, de fato, uma renovação de algumas lideranças, bem como um esforço de “formação política” das *famílias* e coordenadores que se manteve no planejamento da Leste I e também ocasionou um 2º. Ciclo de Formação do Movimento Sem Terra Leste I. Segundo o informe (que circulou por email), no “ano passado, nosso curso ajudou a organização do movimento e animou a militância na luta”. Os novos temas eram: Economia e Autogestão; História das lutas populares no Brasil; Técnicas de formação de lideranças; A importância dos grupos de origem na Leste I; Desafios da organização da Leste I; Autogestão, política e sociedade.

Percebe-se a partir da descrição dos objetivos de “renovação” da Leste I e de sua renovação, não só uma tensão entre a *política* e a conquista individualizada da casa, mas também um acionamento recorrente de um passado do movimento, referência a ser reatualizada. Nesse tempo anterior, as *famílias* eram mais *de luta*, mais aguerridas, mais participativas; havia mais lideranças e mais preparadas; as relações com o PT e com a Igreja Católica eram mais próximas e mesmo familiarizadas; havia uma maior unicidade do movimento, mesmo em momentos de disputa eleitoral; a Leste I era mais politizada, mais ideologicamente consistente. Acima de tudo, nesse tempo anterior havia maior solidariedade entre todos, maior união, maior participação, as ações eram mais coletivizadas. No tempo atual, a Leste I seria pior, mais despolitizada, com *famílias* e coordenadores mais individualistas e com uma visão mais fragmentada das *lutas* sociais. Assim, esse tempo passado precisa ser retomado e reaprendido por todos. Há, portanto, uma nostalgia estrutural (HERZFELD, 1997) de um tempo passado de uma Leste I mais solidária, mais unida e mais igualitária que precisa urgentemente ser atualizado no tempo atual.

A necessidade de uma maior “formação política” também reverberou nos grupos de origem a partir dessas ações de “renovação” em torno não só da já descrita necessidade de maior participação das *famílias*, como também a que algumas *famílias* se dispusessem a se tornar coordenadores. O estímulo à ascensão das *famílias* não ocorria apenas em resposta à essa *crise política* da Leste I e à necessária *renovação*, ele era recorrente e perene historicamente, mas nesse momento houve um esforço coletivo de todos os coordenadores para que novos se formassem a partir das *famílias* no contexto de participação no Seminário de Formação de Lideranças.

Nicete, por exemplo, em uma reunião do grupo de origem do Belém, ainda antes da decisão do seminário de formação, reafirmou algo que já vinha discutindo em

suas reuniões há algum tempo, de que precisava de alguém dentre as *famílias* para “tocar” as reuniões, para também ser coordenador. Ela não ficaria ali para sempre, então seria preciso alguém “que não tem vergonha de falar”, para ajudar com a pontuação, para ir nas reuniões da coordenação, ir nos atos, controlar a lista de presença das *famílias* etc. Não bastaria apenas ir às reuniões, mas também se “informar”, “participar”. Ali ninguém era melhor que ninguém, “todo mundo era igual”. Na reunião seguinte, já com a decisão dos cursos de formação, afirmou que era importante tirar 10 pessoas para “serem coordenadores”. Seria importante as *famílias* dispostas a participar dos cursos aprenderem, “na primeira vez, não aprende nada, é o tempo que ensina”.

Nicete alude a uma série de atributos necessários a que alguém se torne coordenador. É preciso não ter vergonha de falar, perseverança e disposição para a aquisição dos saberes necessários a essa nova atribuição, querer se informar, participar⁵¹.

A ascensão à coordenação costuma ser definida pelo termo “se destacar”, comum a todos os movimentos de moradia com que tive contato. Em uma conversa com Paula, da União e da Sudeste, por exemplo, ela usou bastante a expressão “se destacar” para explicar sua trajetória. Ela teria inicialmente se tornado coordenadora do seu grupo, mas era muito tímida: “virei coordenadora, mas demorei para me destacar”, ou seja, falava bem no seu grupo, mas tardou a participar das reuniões da União. Quando começou a ir, ficava quieta e assim continuou por um bom tempo até começar a “se destacar”, quando passou a participar ativamente das discussões da coordenação mais ampla.

Jairo (já citado anteriormente) também me explicou sua rápida ascensão à coordenação. Ele começou a participar de um grupo de origem na Cidade Tiradentes da Leste¹. Em apenas dois meses, ele já era coordenador do seu grupo e estava participando do Encontro Nacional da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), evento a que muitos coordenadores de grupos de origem não foram. Segundo ele, sua vontade de participar e de saber como os “trâmites” funcionam levaram à sua eleição como coordenador; seu interesse em participar foi justificado por ele não querer ser

⁵¹ Segundo a cartilha da Leste I: “Para ser coordenador de grupo, a pessoa deve ter garra, responsabilidade, disponibilidade, boa comunicação, ser alfabetizado e participar do Movimento”. Outras atribuições do coordenador são: “ser honesto e dar exemplo de luta e boa conduta; animar as famílias para fazer o grupo crescer; ser firme, confiante, comunicativo e respeitar os membros do grupo; ser ponderador, não agressivo”.

“apenas família”, o que quase todos continuam sendo até o atendimento. Jairo acabou por desistir da *luta* por pressão de seu companheiro, que não aceitou muito bem períodos de prolongada ausência em função do movimento. Adriana considerou um pena, já que ele, em função de seus atributos – saber falar, curiosidade, interesse – já estava sendo preparado para participar das reuniões da União.

Mas se as *famílias* precisam reunir uma série de atributos *de luta*, inclusive levando a riscos de conflitos intrafamiliares, com os coordenadores isso ocorre com especial gravidade, como revela o caso de Jairo acima. Tudo se passa como se os atributos *de luta* das *famílias* (cf. Capítulo 2) precisassem ser ainda mais fortes e intensos nos coordenadores já que o envolvimento com o tempo disponibilizado para a *luta* será ainda maior do que quando era apenas uma *família*.

Os ciúmes e a não compreensão de tanto tempo dedicado ao movimento e ao mutirão parecem ser ainda mais graves quando se trata de mulheres coordenadoras. No caso de Adriana, ela sempre me fala como ela precisa explicar constantemente ao seu companheiro sua ausência nos fins de semana, sua falta de tempo para estar junto com ele. Ela já chegou a dizer que quando ela finalmente se desligar do movimento, será seu companheiro quem irá dar as diretrizes para os dois.

Marina, representante de uma família atendida, mas também coordenadora, diz que só foi possível sua participação sem separação conjugal porque seu marido, aposentado, ajudava nos afazeres domésticos e tinha por ela muito respeito e companheirismo e, muito importante, nenhum traço de ciúmes. “Muito bom. Às vezes, nossa, por isso que eu consegui ser coordenadora. Porque o coordenador, ele tem que viajar, tem que estar junto com as famílias onde for necessário. Às vezes a gente ficava em pé na frente dos prédios do governo dois, três dias. E pra isso, a família tem que apoiar e entender. Se não, o coordenador não consegue”.

Os coordenadores, como Adriana no início deste capítulo, sempre narram sua ascensão como um processo teleológico, de aquisição contínua de saberes, de estabelecimento de uma rede de relações gradativamente maior e de competências que os qualificam a coordenar as *famílias* em todos esses níveis de relações e de representação (grupos de origem, Leste I, União, junto ao poder público e em interlocução direta com uma miríade de agentes e coletividades políticas). Acima de tudo, é o domínio da *política* que se reveste de fundamental importância na atuação dos coordenadores. Domínio que converge para a realização da grande finalidade das *famílias* que ingressam e participam na Leste I, ao mesmo tempo em que também é

uma das principais marcas definidoras da atuação desse movimento: a *luta* e a *conquista* da casa própria por meio de mutirões com autogestão, tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

Mutirões

Vimos, até o momento, como a Leste I tem uma atuação que não se limita à produção habitacional. Ela exerce práticas e discursos *políticos* em prol não só de atendimentos habitacionais específicos, como também atua em articulações e conflitos em relação a políticas habitacionais municipais, estaduais e federais, integra conselhos participativos, além de se unir a *lutas* mais abrangentes por uma sociedade mais justa e igualitária.

Mas muitas dessas ações *políticas* se concentram na defesa de políticas habitacionais que têm como foco a autogestão habitacional. Com efeito, as *famílias* que se engajam na Leste I o fazem visando conquistar sua casa própria. Em geral, o mecanismo de produção das moradias conquistadas é o mutirão com autogestão. É em defesa desse mecanismo de produção de moradia que o movimento mobiliza e organiza suas *famílias*. Assim, os mutirões com autogestão correspondem a uma centralidade nas reivindicações da Leste I por moradia para as suas *famílias*.

Moradia para a população de baixa renda é uma questão histórica para a qual já foram adotados diferentes ações e programas estatais. Geralmente é o Estado que se responsabiliza não só pelo financiamento como também por todas as etapas da obra, por sua gestão⁵². No entanto, ainda há, e as lideranças dos movimentos sempre reafirmam isso, um acentuado déficit habitacional no Brasil, em geral, e na cidade de São Paulo, em particular. Esse déficit atinge principalmente a população com rendimentos mensais de até três salários mínimos, parcela historicamente insuficientemente contemplada por muitas das políticas habitacionais implementadas e correspondente à maioria das *famílias* integrantes dos movimentos de moradia.

Ainda é preciso afirmar que os movimentos de moradia, bem como boa parte da bibliografia que se debruça sobre o tema da autogestão habitacional⁵³, considera que as políticas habitacionais são muito permeáveis por interesses do mercado. Isso seria apreensível, por exemplo, na execução e gestão da obra terceirizada por construtoras que visam lucro, barateando ao máximo custos. Para isso, fazem suas obras de moradia popular em terrenos mais baratos, geralmente em bairros periféricos, e com baixa qualidade final dos empreendimentos.

⁵² Para uma análise história das políticas habitacionais, ver Bonduki (2004, 2014a).

⁵³ Ver Lago (2012) e Rodrigues (2013).

Do ponto de vista das lideranças dos movimentos e dessa bibliografia, as condições precárias de habitação para as classes populares são causadas, em grande parte, pela especulação imobiliária, que valoriza determinadas áreas, com mais infraestrutura urbana e acesso a serviços e bens, em detrimento de outros bairros. Haveria assim uma hierarquização de territórios na cidade, que pode ser percebida por custos diferenciados para se viver. As classes populares viveriam nesses territórios mais carentes por causa dessa especulação imobiliária. Com efeito, as políticas habitacionais, por serem implementadas em terras mais baratas e precárias urbanisticamente e também estarem vinculadas aos interesses de mercado, acabariam reforçando a especulação imobiliária e acentuando segregações territoriais nas grandes cidades, como São Paulo.

A partir dessas avaliações, a Leste I defende o atendimento via mutirão com autogestão para famílias de baixa renda, de forma a promover um maior envolvimento das *famílias* em todo o processo, com controle social de todas as etapas e com custos mais reduzidos de construção. O mutirão com autogestão é um modelo alternativo de produção habitacional, que conta com financiamento público, mas com gestão dos próprios beneficiários. A Leste I e a União defendem o mutirão com autogestão a partir de ideias como democracia, direitos, cidadania, participação, de “poder popular”, também presentes em parte da bibliografia dedicada a propostas autogestionárias de habitação⁵⁴. Concomitantemente, essa mesma bibliografia também aponta os limites historicamente impostos pelos setores estatais, imobiliários e construtivos à implementação e expansão desse modelo.

Veremos como os mutirões com autogestão comportam dimensões ao mesmo tempo complementares a essas como dissonantes quando se faz uma análise das ações e perspectivas das *famílias* e da sua gestão pelo movimento no cotidiano dos mutirões. Mas antes disso, é importante uma discussão sobre a genealogia dessa forma de produção habitacional e sua defesa pela Leste I, como ela surge e é incorporada historicamente. Por esse motivo, é importante, mais uma vez, seguir a narrativa de Juliana sobre todo esse processo. Ainda que as *famílias* como sujeitos estejam

⁵⁴ Ver Lago (2012), Bonduki (1992), Rodrigues (2013) e, em especial, sobre as propostas da UNMP para políticas federais de autogestão, ver Mineiro e Rodrigues (2013). Para uma abordagem crítica aos mutirões autogeridos, desconstruindo o seu “mito emancipatório” e suas práticas democráticas, ver Rizék e Barros (2006). Por outro lado, essa bibliografia também aponta uma falta de consenso em torno da definição de autogestão a partir das divisões de atribuições na gestão e no trabalho das produções habitacionais entre os movimentos, associações e movimentos e suas famílias, por um lado, e construtoras e empreiteiras contratadas, por outro.

invisibilizadas, a análise histórica que ela faz sobre os mutirões com autogestão como questão *política* é fundamental para se perceber o quadro de práticas e discursos em torno das *famílias*, quando são atendidas.

Os mutirões com autogestão na trajetória da Leste I

No segundo capítulo, foi mostrada a genealogia da Leste I, principalmente da perspectiva de Juliana, participante fundamental e ativa em toda a trajetória desse movimento e uma de suas principais lideranças até hoje. Agora retomo mais alguns aspectos de sua narrativa sobre o histórico desse movimento, indissociável das *conquistas* habitacionais obtidas e produzidas via mutirão com autogestão. Assim ela constrói historicamente a emergência da defesa e centralidade desse mecanismo para a Leste I:

Aí a Luiza Erundina visita o acampamento e se compromete que o primeiro empreendimento que ela ia fazer de moradia era para atender aquela demanda que estava nos barracos de lona ainda, lá no acampamento da Eletropaulo.

[...]

E que começa nesse primeiro momento já a se desenhar a proposta que depois veio a se chamar “Mutirão com autogestão”, mas naquela época a gente não sabia usar essa palavra. O que nós queríamos? Primeiro a gente queria fazer o mutirão, a gente não queria que nenhuma construtora fizesse as casas, nós queríamos fazer, não queríamos construtoras, falavam que as construtoras desviavam dinheiro, tinham sobrelucro e com aquele dinheiro a gente faria muito melhor. E já com a influência do Uruguai que chega através dos arquitetos. O pessoal da Faculdade de Belas Artes, o Nabil Bonduki envolvido com os outros arquitetos em volta dele, o Leonardo Pessina que era um uruguaio que morava em Santo André, e esse pessoal já tinha feito experiências, tanto em São Bernardo, que é uma vila comunitária, como o Recanto da Alegria. Nós já estávamos formando um pouco essa ideia de que queríamos um modelo parecido com esse, que o governo repassasse o recurso para as famílias construírem. E aí quando a Luiza Erundina efetivamente ganha a prefeitura, várias pessoas que estão nessa discussão vão para o governo, ou então passam a ser interlocutores do governo, mesmo quem não vai trabalhar no governo, mas esses movimentos passam a ter uma interlocução com o governo e negociam com a Luiza Erundina, com o governo, que a prefeitura iria financiar essas iniciativas, faz-se um acordo um pouco parecido com o que a gente estava falando sobre o governo do estado, que era isso. Eram quinhentas unidades em cada região. Que depois isso acabou virando muito mais e tudo. De fazer empreendimentos de mutirão, criar um programa de mutirão na cidade. E aí efetivamente a Luiza Erundina pega e esse acampamento vira o primeiro mutirão do programa que é o “São Francisco - Setor 5”. Hoje a gente leva um ano para discutir o

programa, depois mais não sei quanto para fazer o projeto, discutir a aprovação e não sei o que lá. A Luiza Erundina tomou posse dia primeiro de janeiro de 1989, dia 15 de março de 1989 começou a obra. Não tinha projeto, não tinha aprovação, não tinha nem o programa, mas assim simbolicamente se demarcou, se destinou um terreno municipal para esse grande primeiro empreendimento, se fez um primeiro contrato de repasse de dinheiro, aí a assessoria técnica começou a fazer o projeto, mas na verdade não fez todo o projeto primeiro para depois começar a obra, fez a concepção do projeto [...] E enquanto isso, nos outros lugares da cidade começam também a fazer esse mesmo processo de fazer os projetos e tal, e aí tinham terrenos que eram da prefeitura mesmo ou da COHAB, algumas entidades tinham terrenos, então colocaram os próprios terrenos no convênio, para começar a fazer. E quando isso foi acontecendo, foi o primeiro mutirão da Leste I, era para as famílias que estavam no acampamento, e começou a discutir já outros projetos, primeiro foi o “São Francisco” – Setor 1.

Embora, como vimos no capítulo 2, a Leste I tenha se formalizado a partir de uma série de ocupações realizadas na zona leste, quando organizou e mobilizou as *famílias* ocupantes e reivindicou ao governo estadual atendimento habitacional, somente após a posse da prefeita Luíza Erundina (PT, 1989-1994) o movimento obtém sua primeira *conquista*. A gestão Erundina criou o Programa de Mutirões Autogestionários, com recursos do FUNAPS⁵⁵ Comunitário, no âmbito do qual as primeiras *conquistas* da Leste I (e de outros movimentos da União) se efetivaram seguindo um modelo de mutirão com autogestão.

Desde a década de 1980, já havia debates em torno desse modelo, bem como algumas experiências isoladas (IFFLY, 2010), mas ele apenas se torna uma política pública de fato nessa gestão municipal. A experiência do Uruguai, de projetos de *Ayuda Mutua*, conquistados e desenvolvidos pela FUCVAM (Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua), foi uma grande fonte de inspiração, sempre lembrada, até hoje. Inclusive faz parte do “linguajar político” próprio às reuniões da União a ser dominado pelas lideranças, em geral, e de Adriana, em particular (cf. Capítulo 3). Naquele país, nos anos 1960, teve início um programa habitacional em que cooperativas habitacionais geriam todos os recursos das obras e os futuros moradores atuavam como mão de obra⁵⁶.

⁵⁵ Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal.

⁵⁶ Sobre a experiência do cooperativismo habitacional uruguaio, ver Baravelli (2007). No entanto, lá há uma diferença fundamental em relação às experiências brasileiras: no Uruguai, a propriedade dos conjuntos habitacionais e dos terrenos é coletiva, fica em nome da cooperativa. Essa é uma reivindicação histórica da União, mas que nunca conseguiu ser incorporada em nenhuma política habitacional no Brasil, onde a propriedade da unidade habitacional é individualizada.

Essa experiência foi trazida por arquitetos e um, em especial, adquire muita importância nesse processo: Nabil Bonduki. Ele e outros arquitetos amadurecem essa discussão e quando Erundina toma posse, Bonduki assume a Superintendência de Habitação Popular, ficando à frente das experiências municipais de mutirão com autogestão.⁵⁷

Como Juliana relata, a apropriação da proposta do mutirão com autogestão leva em conta o interesse de que as próprias *famílias*, organizadas pelos movimentos, administrem os recursos e o desenvolvimento da obra, bem como também participem como mão de obra aos feriados e fins de semana, paralelamente à contratação de empreiteiras para realizar determinados serviços⁵⁸. O objetivo é o de evitar, assim, sobrelucros de construtoras, o que tende a garantir uma melhor qualidade da obra e elaboração de projetos mais adequados aos desejos das *famílias*. Nesse sentido, talvez uma frase de Juliana que sintetize bem a definição de mutirão com autogestão para a Leste I e para a União é: “que o governo repassasse o recurso para as famílias construírem”. Ou seja, mutirões autogestionários com financiamento público. No entanto, a proposta de autogestão não foi consensual no interior da Leste I, o que levou a uma divisão de suas lideranças no início da gestão de Erundina:

[...] e nesse primeiro momento teve um grande racha na Leste I, um grande racha, que era justamente uma parte das lideranças que dizia assim: “Não, nós queremos que a prefeitura desaproprie o terreno, repasse o terreno para a associação, nós fazemos o parcelamento e cada um constrói. Esse negócio de fazer o projeto, conseguir que o governo financie o projeto, financie a construção, repasse os recursos públicos, isso não vai acontecer nunca e não vai viabilizar as moradias. Se der a terra, a terra e o mínimo de infraestrutura, o povo dá seu jeito, constrói e tal”. E ficou uma tensão entre quem queria fazer o mutirão com financiamento público ou simplesmente conquistar a terra, tanto que o movimento já é um movimento sem terra, porque o foco da discussão era a questão da terra. A construção era uma discussão muito secundária na história, a primeira questão sempre foi a questão da terra [...] Aí teve essa discussão grande, não se chegou a um acordo e o movimento rachou, rachou em dois. Isso em 1989. Que foi a Associação do Carrãozinho, ai fez uma ocupação grande no Carrãozinho, que é lá perto do Jardim São Francisco, ao lado do Sapopemba. E nós que ficamos com a proposta do mutirão com recursos públicos, com recursos municipais (na época só tinha o recurso

⁵⁷ Arquiteto, gestor público, acadêmico, eleito vereador na última eleição municipal (2012), redator do mais recente Plano Diretor Estratégico do município e em 2015 empossado Secretário Municipal da Cultura, Nabil Bonduki se mantém até hoje como referência em análises e propostas relacionadas à habitação social. Dentre suas obras, referências para as ações dos movimentos de moradia, bem como para a bibliografia em torno de políticas habitacionais para a população de baixa renda, ver, por exemplo, Bonduki (1992, 2004, 2014a e 2014b).

⁵⁸ Ainda que na primeira experiência de mutirão, as *famílias* tenham sido praticamente a única mão de obra.

municipal), para começar o São Francisco. Então nesse momento, mais até do que no nascedouro do movimento, é que se afirma a opção por “nós queremos financiamento público. Nós não queremos terra para a gente fazer uma nova favela...”, que era um pouco a discussão essa, dando a terra a gente faz, constrói, o povo sempre construiu. Mas queremos o nosso direito à produção e queremos que o recurso seja controlado pelo movimento e não por uma construtora, nós não aceitamos nenhuma construtora que o governo impõe.

A reafirmação da necessária conquista da terra, mas atrelada ao repasse de recursos públicos para a construção e gestão pelas próprias *famílias* e não de construtoras, passa a ser a tônica da Leste I, o que leva algumas lideranças a saírem e formarem uma outra associação por defenderem apenas a aquisição da terra. Juliana define a proposta de apenas aquisição de terra para construção como próxima ao processo histórico de construção de favelas, em que há ocupação de um terreno e a construção espontânea de casas. Não há aqui, portanto, uma confusão com o processo historicamente recorrente de “autoconstrução”, a partir do qual boa parte das favelas e bairros periféricos foram construídos, dentro de uma lógica mais provisória, individual e dentro das condições financeiras disponíveis para tal. Muitas das casas de favelas foram construídas, inclusive, em regime de mutirão, com solidariedades entre vizinhos, mas em regime distinto dos mutirões com autogestão dos movimentos de moradia⁵⁹.

A Leste I passa, ao contrário, a defender que haja mutirão com autogestão a partir do acesso a recursos públicos que deveriam ser geridos pelo movimento. Para isso, há a elaboração de projetos arquitetônicos que padronizam as casas a serem construídas elaborados por assessorias técnicas contratadas, ao mesmo tempo que alinhadas politicamente aos movimentos de moradia:

Nós queremos ter a nossa assessoria técnica que tem vínculo político com o projeto, nós não aceitamos os técnicos da prefeitura porque o da prefeitura vai querer vir fazer o projeto da prefeitura e não o nosso projeto. Então isso foi se desenhando, essas coisas que foram os princípios que foram organizando o que até hoje é a proposta da nossa gestão. Claro, não foi só a Leste I sozinha, o que já era o Fórum da União [UMM] que foi constituindo isso. Nós tínhamos uma liderança importante, para alguns uma liderança importante, o Paulo Conforto que foi trabalhar na COHAB, o Miguel Reis [Afonso] que era um advogado da ABN, com quem a gente tinha uma relação política muito forte, foi ser presidente da COHAB, embora os mutirões não estivessem na

⁵⁹ Para análises sobre o processo histórico de constituição das periferias paulistanas, em contraposição às áreas centrais, por expansões sucessivas ocasionadas pela autoconstrução, ver Caldeira (2000), Kowarick (1979, 2000), Rolnik (1997) e Villaça (1998).

COHAB [estavam na Superintendência de Habitação Popular, coordenada por Nabil Bonduki], mas era uma relação forte e você tinha lideranças de base que permaneceram no movimento, como a Rita de Ângelus e a Verônica Kroll, que foram desenhando isso. Com a conquista do segundo mutirão, que o primeiro foi o “São Francisco – Setor 5”, do segundo que foi o “São Francisco – Setor 8”, a Leste I teve um desafio de fazer um empreendimento de oitocentos sobrados, eram cinco empreendimentos mas em um lugar só fazer oitocentas casas. E foi um momento de supercrescimento, porque você tinha que ter gente para tocar o movimento, para tocar os grupos, para tocar os mutirões. E foi, apesar de muito tumultuado, um período muito difícil e super importante [...] Aí já estamos falando do ano de 1990, que teve uma nova ocupação na Fazenda da Juta onde o governador se compromete e efetiva a desapropriação da Fazenda da Juta. Eles tinham quatrocentos e oitenta lotes para construção de casas e a gente transformou em quinhentos e sessenta na Fazenda da Juta mas não tinha nenhum financiamento estadual. E na época então a gente garantiu com a Luíza Erundina, com a prefeitura, o financiamento da construção dessas casas nos lotes que a gente tinha conquistado com o governo do estado. Foi uma situação super atípica, o estado põe a terra e a prefeitura põe a construção, geralmente é o contrário. É o “Vinte e Seis de Julho” que só existe ele, só ele que é desse jeito.

A gestão de Luíza Erundina foi um momento, portanto, de grande esforço de produção habitacional por meio dos mutirões autogestionários que possibilitaram a conquista de moradia a *famílias* de vários movimentos, principalmente os filiados à União em boa parte de bairros periféricos da cidade de São Paulo. Como Juliana ressalta, no caso específico da Leste I, os “desafios” vão se acumulando, levando a esforços coletivos em várias frentes: no trabalho de base, na interlocução com instituições habitacionais, na garantia de terra e de recursos públicos. Todo esse acúmulo de experiências é responsável por um crescimento da Leste I (aspecto também discutido no capítulo 2), ao mesmo tempo em que há um acúmulo de aprendizados e saberes tanto *técnicos* (saberes arquitetônicos para a construção de casas) como *políticos* (negociações com o poder público, presença de lideranças no interior do governo Erundina).

Em relação às práticas *políticas*, de relações com o poder público, vimos como o fato de muitas lideranças serem filiadas ao PT e a posse de uma prefeita do mesmo partido ocasionou uma continuidade entre as reivindicações dos movimentos e o desenvolvimento de políticas públicas municipais. Por outro lado, essa maior aproximação *política* não impediu que houvesse conflitos em torno das propostas e implementação dos mutirões com autogestão, em semelhança ao que se disse em relação à gestão da Marta Suplicy, também do PT, no capítulo 3:

E nem por isso a relação com o governo Luiza Erundina era tranquila, era um pau danado! Uma vez a Luiza foi visitar o São Francisco e estava uma polêmica na forma da liberação de recursos, na forma de como é que ia ser medida a obra, e tinha uma polêmica entre os técnicos, o movimento e a prefeitura, os técnicos da prefeitura, um pau danado, e começou a faltar dinheiro também porque a prefeitura bancou a construção dos mutirões com recursos municipais, não tinha um centavo do governo federal nem do governo estadual. Então começou, claro, a faltar. Não tinha grana. Aí eu sei que a Luiza foi fazer uma visita no maior mutirão da cidade e tal, colocaram uma faixa de entrada assim “Chega de Blábláblá”. A Ermínia Maricato [Secretária Municipal de Habitação] queria nos matar. Então, era uma relação tensa porque a gente estava construindo o projeto junto, então tinha gente na prefeitura que achava por exemplo que essa questão da assessoria técnica, que tinha que ter técnicos bons e não importava da onde. A gente falava “não, a gente quer ter técnicos nossos, que a gente tem confiança que depois não trará risco”.

As tensões com a gestão de Luíza Erundina são intensificadas também porque está se construindo um “projeto junto”, por uma maior proximidade política. Proximidade essa também existente entre movimentos e assessorias técnicas. Mas esse maior alinhamento político não é pensado só em termos de afinidades programáticas e ideológicas, mas também a partir de termos que definem relações interpessoais, como “confiança”.

Ao mesmo tempo que havia uma série de negociações e conflitos com a gestão Erundina sobre o uso dos recursos públicos e dos técnicos a serem contratados, o próprio caráter do mutirão com autogestão levou não só aos já citados “rachas” internos, como também proporcionou uma série de debates internos à Leste I, mas também à União:

No mutirão, então: “Não, o mutirão é a superexploração do trabalhador, porque o trabalhador já trabalha a semana inteira, tem que trabalhar na obra, uma superexploração.”. A gente falava “Não. Aqui é um trabalho não capitalista”. Então a discussão era no nível ideológico mesmo. O trabalho não capitalista, ele está aportando recursos que é a mão-de-obra dele não para o acúmulo de capital de um terceiro, mas ele está aportando na sua própria vida. Então não existe a exploração do trabalho. “É, mas a função de reprodução da força de trabalho é de responsabilidade do capital, do Estado”, então era esse nível de discussão, o que era muito legal. De qualquer maneira havia divergência, havia briga, causava aquela ... a gente ocupou a secretaria umas três ou quatro vezes, uma vez inclusive a gente queria que a Luiz Erundina trocasse a secretária. Mas era por esse nível de debate.

O teor do debate acima lembrado por Juliana remete a posicionamentos teóricos e ideológicos das lideranças em consonância com estudos que se dedicaram aos temas de habitação, periferia, trabalho e classes populares. Por um lado, considerar que o mutirão é a superexploração do trabalho remete a duas obras clássicas. A primeira, de Francisco de Oliveira (1972), explora o fato de que as classes trabalhadoras, além de terem seu trabalho severamente explorado pelo capital, ainda tinham que construir suas casas nos fins de semana e outros dias que deveriam ser de folga, ocasionando um trabalho não pago ou um “supertrabalho”, contribuindo para uma acentuada exploração da força de trabalho das classes trabalhadoras. Já Lúcio Kowarick (1979) cunhou o termo “espoliação urbana” para se referir a como as contradições entre capital e trabalho em São Paulo levavam a processos de exclusão e superexploração da classe trabalhadora, nos seus diferentes níveis existenciais, incluindo aí a moradia⁶⁰. Os autores e movimentos que aderiram a essa tese viam continuidades entre a “autoconstrução” e o mutirão com autogestão na exploração dessa classe.

Por outro lado, a defesa do mutirão autogestionário parte de uma diferenciação entre “autoconstrução” e “autogestão”, ao considerar que não se trata de uma exploração do trabalho, já que o Estado é responsabilizado ao mesmo tempo em que as próprias famílias gerem o trabalho, proporcionando melhores condições de habitação. Haveria um caráter emancipatório e democrático dessa ação, o que remete à defesa atual da União e da Leste I e é desenvolvida e encampada por alguns autores, especialmente arquitetos fomentadores da implementação da autogestão, como Nabil Bonduki (1992).

Vê-se, mais uma vez, a permeabilidade entre as discussões acadêmicas e as ações dos movimentos sociais nos anos 1980. Com efeito, foi a segunda proposta, por assim dizer, que venceu e se consagrou nas ações da Leste I, principalmente na gestão municipal de Erundina.

Retomando a narrativa de Juliana, se a posse de Erundina propicia um amplo atendimento habitacional por meio dos mutirões com autogestão, até então poucos recursos do governo estadual haviam sido obtidos dentro dessa proposta. Isso muda

⁶⁰ Nas palavras do autor, espoliação urbana seria a “somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta” (KOWARICK, 2000, p. 22).

de figura com as contínuas pressões dos movimentos nesse nível de governo, levando a que o novo governador Fleury, já em 1991, venha a desenvolver um programa habitacional específico:

Bom, nesse meio tempo então como eu falei a gente faz essa luta com o governo do estado e quando o Fleury vira governador, em 1991, o movimento estava no pique, estava construindo dez mil casas na cidade, estava no auge da fama, estava fazendo o Fundo Nacional de Moradia, coletando um milhão de assinaturas, então nós pegamos o povo para cima. O pessoal fala até hoje que foi a maior passeata de movimento popular que teve no governo do estado, e fomos para cima do Fleury, com dois meses de mandato. Uma puta passeata e conseguimos abrir negociação com o governo do estado. Aí a Leste I pega esses terrenos na Juta, que era só um pedacinho da Juta, a pauta da Leste I era a Juta e o Colorado, que tinha sido a segunda ocupação, cada região tinha suas áreas e tudo, para que o próprio governo do estado financiasse um programa semelhante ao do município. E aí tem uma negociação, leva alguns meses de negociação, e o Fleury faz um programa que chamava “Mutirão UMM”, que era um programa só para atender as reivindicações nossas. Então, quando você ouve as coisas aqui [na sede da União], o pessoal se acha dono sim do programa. O programa é público, fator de identidade, para qualquer movimento, não só os movimentos do nosso campo, porque na época se construiu uma coisa, o programa Mutirão UMM. Por que? Porque os outros movimentos... aí começa a ter algumas divergências já na constituição dos movimentos. Outros movimentos de São Paulo não defendiam autogestão, não defendiam mutirão e não defendiam autogestão, defendiam que o poder público tinha a obrigação de construir a moradia destinada às famílias e não a produção estar com o movimento. Por exemplo, tinha um pessoal que falava assim “não, esse negócio de mutirão aí é pessoal da União que é maluco, nós queremos casa pronta”, e aí então desprezava essa produção. Até hoje. Então, esse programa ele dura a gestão do Fleury inteira, tem uns resultados pequenos, muito burocratizado, diferente do da prefeitura onde a gente tinha toda a liberdade de criação do programa. No estado não, eles tentavam encaixar a proposta de autogestão dentro dos programas da CDHU. E aí que a gente começou a se deparar com a burocracia [...] porque a CDHU tinha uma estruturação que ela promovia a construção, promovia os projetos de habitação. Então, eles não conseguiam compreender como é que você passava para uma entidade que ela era a entidade promotora, então ela que discutiria o projeto, ela que discutiria a forma de construção com as famílias. Nós ficamos um tempão brigando lá, mas os resultados desses primeiros projetos com o governo do estado são muito bons [...] Então os empreendimentos construídos nessa fase inclusive deram um salto em relação ao próprio município, porque o CDHU tinha mais grana, embora fosse em quantidade menor e muito mais burocratizado. E foi quando a gente começou a verticalizar também, porque na prefeitura a gente fez pouquíssimos projetos verticais, a maioria era casa ou sobrado.

O início do atendimento pela CDHU se dá a partir da elaboração de um programa próprio à União, que leva inclusive o seu nome. Isso também se explica por

divergências, mais uma vez, sobre o mutirão com autogestão como instrumento de produção habitacional. Se, como vimos logo acima, os debates em torno da recusa ou aceitação desse modelo se colocavam num eixo entre a superexploração dos trabalhadores ou oferecer boas condições de construção e moradia para as *famílias*, a sua defesa também pode ser associada a construir as próprias casas como comportamento propriamente de “maluco”. Debate que continua até hoje, levando a diferenças de proposições políticas em torno da produção habitacional por parte dos movimentos de moradia⁶¹.

Algo também central para a Leste I é que o novo modelo autogestionário da gestão Fleury levou à construção de prédios e não mais de casas e sobrados. Embora as *famílias* entrem na Leste I buscando “casas” e se refiram às reuniões dos grupos de origem como “de casinhas”, de lá para cá todos os mutirões da Leste I – com recursos municipais, estaduais e federais – se dedicaram apenas à construção de prédios de apartamentos.

Dando prosseguimento à perspectiva histórica de Juliana sobre os mutirões com autogestão, as relações com os *governos* estaduais e com a posterior gestão de Paulo Maluf (PPB, 1993-1997) na prefeitura de São Paulo, que sucede Luíza Erundina, vieram a se caracterizar por uma complexidade não só em virtude de negociações e conflitos, como também de desafios para a produção habitacional via mutirões com autogestão:

Bom, e quando o [governador] Mário Covas vem... e a Leste I conquista o “São Francisco” e depois conquista a “Fazenda da Juta”, essas cento e sessenta e depois quinhentas e doze unidades. Ou seja, a Leste I conseguiu manter um ritmo de fazer mutirões nesse período. Então quando entra o Maluf, o movimento cai lá para baixo porque ele fecha todas as possibilidades de financiamento, a gente estava com pilha do estado, porque a gente estava fazendo projeto com o estado. Então a gente conseguiu meio que... com muita dificuldade, foi muito duro, então casa pela metade, o “Vinte e Seis de Julho” era um horror porque não tinha grana para terminar. E não tinha nem como mudar e morar do jeito que estava e também não dava para voltar atrás e dar um jeito no negócio. Aí vai conseguindo meio que sobreviver a essa história toda. Quando o Mário Covas entra, ele faz o programa paulista de mutirões, que é pegando essa experiência do “Mutirão UMM” e ampliando, ampliando em volume de dinheiro, em

⁶¹ Muitos movimentos, alguns até aliados à União, rechaçam veementemente o mutirão por considerarem uma exploração das *famílias*, ainda que possam defender a autogestão, mas com contratação de mão de obra externa. Lideranças da União, por outro lado, consideram o mutirão fundamental para o maior envolvimento das famílias, para a valorização da casa adquirida e o desenvolvimento de práticas coletivas, o que também leva a que se diminua riscos de venda após o término.

volume de contratação e também ampliando no perfil das entidades que se relacionavam com o governo do estado. Então você estava com entidades de outras matrizes políticas, ligadas ao PSDB e tudo, que iam disputar o mesmo recurso e fazer projetos com recursos do governo do estado no programa paulista de mutirão. Aí começam as primeiras vezes que você vai ter construtoras envolvidas nos projetos. Então, a primeira vez começa, aí há uma denúncia de uma corrupção grande, porque eles arrumaram uma empresa que fazia, que era a “Via Engenharia”, que fazia a estrutura do prédio, que era uma estrutura pré-moldada e meio que obrigavam as associações a contratar aquela empresa, que tinha um acordo. Como a estrutura era pré-moldada, o povo apelidou carinhosamente de paliteiros, todo mundo fala “os paliteiros”. E que consumia uma parte enorme dos recursos de modo que o contrato não conseguia terminar os apartamentos, e que começa um monte de denúncia contra o programa. Ainda quando o Mário Covas estava vivo, ainda ele queria... assim, o Mário Covas, ele era um social democrata de verdade, a gente não conhece muito bem esse bicho no Brasil, ou seja, ele tinha uma concepção social democrata até se opondo à gestão do Fernando Henrique, eles tinham discussões e tal, mas também muito próxima à visão do Montoro, que também se você for pensar na década de 80, a redemocratização, tudo isso em São Paulo, o Montoro promove uma forma de ampliação da participação popular controlada, mas amplia, não pode dizer que não, o Conselho de Saúde, essas coisas todas, os Conselhos Comunitários. E o Mário Covas pegou essa matriz e deu uma piorada nela. E no caso da habitação cruzando com essa questão da corrupção. Então você vai ter uma situação muito difícil, que é muito convênio no estado, você não pode dizer que não, o volume de contratações foi um volume grande, mas com nenhum vínculo com a proposta autogestionária. Na verdade, era uma forma de terceirizar a produção das moradias, de contratar sem licitação. Pô, mas eram os que roubavam o dinheiro na cara dura mesmo, enfiava o dinheiro no bolso e saía andando, estou falando das formas mais elaboradas de corrupção e das formas mais precárias de corrupção. O que faz com que também começa... já tinha tido, quando o Maluf entrou já tinha tido e depois começa a vir no estado um monte de denúncias dizendo que esse programa só serve para meios de corrupção, aprovar dinheiro e etc. Na época do Maluf, a gente viveu isso e até hoje a gente brinca porque tinha uma denúncia que um coordenador da União tinha um carro importado, e até hoje a gente não achou onde é que a gente estacionou o nosso carro importado. E assim, era pau a pau mesmo, foi muito duro. Só que novamente, na gestão do Maluf, quando teve as denúncias, a gente estava fortalecido porque estávamos com muito mutirão no estado, inverteu a situação. Então a gente fazia acampamento de quatro, cinco dias na prefeitura, ia para o pau com a prefeitura.

Carlos: E o Maluf tinha suspenso vários contratos?

Juliana: Ele suspenso todos os contratos, tudo suspenso, zerado, tudo foi para o Tribunal de Contas, por mais de cinco anos, contrato por contrato auditado, com uma questão que era o seguinte: na primeira modelagem do programa, mais no programa do que na Leste, na modelagem do programa havia toda uma discussão sobre qual era a forma de aferição da aplicação dos recursos.

Outro ponto fundamental para se entender a proposta de mutirão com autogestão são as relações com as gestões do poder executivo e com as instituições habitacionais. Até aqui temos visto como o Estado é uma espécie de centro de ressonância dos movimentos ao ser o grande responsável pela liberação de recursos. Mas esse Estado está longe de ser unitário e de ter apenas uma relação polarizada com os movimentos. O caso de Luíza Erundina é exemplar. Ao mesmo tempo em que foi uma gestão mais próxima aos movimentos, por alinhamentos *políticos*, também foi contestada em certas situações. Por outro lado, Juliana e os integrantes dos movimentos em geral tendem a se referir às gestões executivas e seus conjuntos de instituições como *governo*. Se é do *governo* a grande responsabilidade de dar recursos para que os próprios movimentos façam sua gestão e que suas famílias construam moradia, nem por isso esses dois polos, *governo* e *movimento*, não se interpenetram a todo tempo, muitas vezes sendo difícil de definir claramente as fronteiras de um e de outro, uma vez que Juliana afirma que muitas lideranças também participaram do *governo* de Luíza Erundina.

Um primeiro elemento para se pensar a relação com o *governo* é a filiação partidária. Assim, o fato de Erundina ser do PT favoreceu a constituição de uma política pública autogestionária. Mas embora o Fleury e Covas estivessem em campo político oposto ao do PT, nem por isso eles deixaram de implementar programas. Mário Covas, inclusive, mesmo sendo do PSDB, foi classificado como mais “social democrata”, ainda que a continuidade que deu aos programas de Fleury tenha tido uma série de problemas e abandonado, em muitos casos, a proposta autogestionária em favor de produção habitacional por meio de construtoras.

Outro elemento é o uso do termo “corrupção” para definir práticas avaliadas do ponto de vista moral como negativas na gestão de recursos e na produção habitacional tanto em relação à gestão de Mário Covas quanto como motivo de acusação sofrida pelos movimentos de Paulo Maluf, o que levou à suspensão de vários dos mutirões da gestão de Erundina e que só viriam a ser retomados com a Marta Suplicy (PT, 2001-2005), anos depois, quando houve a comprovação de que não havia problemas nas contas dos diversos mutirões paralisados. As gestões de Paulo Maluf e de seu sucessor, Celso Pitta (PPB, 1997-2001), também são caracterizadas a partir de um esforço deliberado de prejuízo aos movimentos, não só pela suspensão dos mutirões, como também pelo cancelamento de outras iniciativas da gestão Erundina. Como afirma Juliana:

E começou uma séria pressão em cima da prefeitura dizendo “não, vocês estão colocando milhões na mão de entidades que vocês não sabem nem se são gente boa ou não são, vocês têm que exigir prestação de conta de aonde é que foi cada centavo desse dinheiro”. Então no meio do caminho começa-se a decidir como é que vai ser a prestação de contas [...] Quando o Maluf entra, ele pede para o Tribunal de Contas auditar nota por nota, obra por obra. A Miranda, essa é companheira... é uma das fundadoras da Leste I. A Miranda saiu da Leste I faz pouco tempo atrás. A Miranda guardou no forro da casa dela no “São Francisco” todas as notas da obra, ela dizia assim: “Meu Deus, eu não quero ir para a cadeia, um dia se vão me pedir isso, está tudo aqui”. No forro da casa! Mas ela falou “eu não joga nada fora, enquanto eu não morrer eu não joga nada fora porque eu não quero ir presa”. Foi uma loucura. Isso paralisou e teve a auditoria no Tribunal de Contas. O governo já começou com isso já determinado, exigir essa prestação de contas nota por nota [...] A Leste I ficou com as obras paralisadas do governo municipal, então foca no estado e só quando entra a Marta que a gente consegue efetivamente terminar as obras da Erundina ainda. Aí é uma época que tinha do governo do estado também, mas quando o estado já está diminuindo e que começa também a fazer o mesmo movimento de se ter muita denúncia contra associações e tal.

[...]

E aí chegou um momento que era o seguinte, isso já no final da década de noventa, que tinha se esgotado a terra do governo do estado, que era a Juta e o Colorado. O Jardim São Francisco, a gente não conseguia nenhuma conquista, através da gestão da Marta conseguimos uma área que nunca virou, que virou Rodoanel, a gente tinha um terreninho lá... Porque o Rodoanel não existia naquele tempo, Rodoanel não, a Estrada Jacu-Pêssego. Então o São Francisco todo tinha uma proposta para ser todo ele de habitação popular, tinham vários setores, tinha um plano diretor do São Francisco que foi discutido inclusive em HABI [Superintendência de Habitação Popular] com os movimentos da região. Quando entrou o Maluf, ele deixou aquela área ser ocupada irregularmente, aquela e muitas outras áreas do banco de terras que a Erundina deixou. E foi isso, a nossa reflexão “sei lá, o Maluf é autoritário para cacete, se tiver invasão ele vai mandar a polícia, descer o cacete e tal”, e foi ao contrário. As ocupações começaram a acontecer pulverizadas, porque os movimentos ficaram dois anos só na luta e não conseguiam nada. As pessoas foram ocupar individualmente para garantir um terreno para construir seu barracinho e ele não reprimiu. Porque foi um jeito de esvaziar os movimentos de moradia, o movimento não estava conquistando nada então deixa esses terrenos aí, o povo vai lá por sua conta, ocupa, faz a sua casa, e a tensão política baixa. Tanto que quando terminou a gestão Maluf e Pitta, todo o banco de terras que a Erundina tinha deixado estava ocupado.

[...]

A gestão da Erundina desapropriou ou comprou 5 milhões de m² para HIS [Habitação de Interesse Social]. E parte foi construída na gestão dela e parte era para continuar a política de habitação do município, que foi o banco de terras. Era terra pra cacete! [...] E que era para a política de habitação do município continuar. O Maluf fritou esse restante de terra, acabou. Claro, no final da década de 90 tinha o “São Francisco” ainda como uma possibilidade, mas com muita dificuldade de viabilizar, as terras do estado que tinham sido desapropriadas já construídas, já esgotadas, e não tinha mais terra... e o preço da terra, no que é a Leste I, que é até São Mateus, subindo pra caramba. Quando

nós fomos negociar com a gestão do Mário Covas uma segunda leva de mutirões depois da Juta, o governo oferece para a gente um empreendimento no Itaim Paulista, que é o União de Itajuíbe. Foi semanas, meses de discussão se a Leste I deveria ir para uma outra região e se deveria ir mais para a periferia, porque tinha um vínculo daquelas pessoas com a nossa região, todo mundo era dali, tinha um vínculo político, nós atuávamos politicamente no PT, na igreja, no movimento de saúde, no movimento da criança e do adolescente, ali nós tínhamos uma ação política. Lá no Itaim a gente não tinha nada. Aí foi semanas de discussão se a gente aceitava ou não aceitava o terreno. Ao final, não tinha jeito, não tinha alternativa, tinha uma grande demanda nos grupos e nós aceitamos. Aí eu lembro que a gente fez um jornal que chamava o seguinte “Para onde vai a Leste I?”, que foi a primeira reflexão nossa sobre a questão urbana, dessa forma, não tinha mais lugar na nossa região, coisa que a Sudeste já estava passando antes que nós, que era isso: a região que nós atuamos, já pela especulação imobiliária, não tinha mais terrenos acessíveis para a habitação popular. E essa discussão vai, vai, vai e foi quando a gente começou a ir primeiro lá para o Itaim, depois foi o “Paulo Freire” e o “Unidos”, que foi no final da década de noventa. Lá que é Itaquera divisa com a Cidade Tiradentes. E depois mais um projeto do Itaim que é o “Chico Mendes” e o “Margarida Maria Alves” e depois o “Florestan Fernandes” agora. E é isso, por que que a gente foi para lá? Porque é fora da nossa região, a gente acabou esticando o movimento para atuar na Cidade Tiradentes, atuar mais para onde era a Leste II, pela falta de terra.

Assim, as relações com agentes e instituições estatais passam não só por enfrentamento para a conquista de terra e moradia como também em defesas de acusações injustas e todas devidamente rebatidas. A autogestão inclusive ocasiona diminuição dos gastos. Mas se os *governos* são responsáveis pela liberação de recursos, eles também o são pela destinação de terras. Ao mesmo tempo em que Luíza Erundina faz um banco de terras desapropriadas para habitação, favorecendo as demandas dos movimentos de moradia, Maluf não só cancela as políticas anteriores, como desarticula a disponibilidade das terras, ao não reprimir as ocupações individualizadas, ação interpretada pelos movimentos de moradia como uma forma deliberada de prejudicá-los. E é a disponibilidade de terras que permite a construção de casas por mutirão com autogestão. Com a crescente falta de terra, pelas ações negativas do Paulo Maluf, especulação imobiliária e a invasão de terras disponibilizadas por Erundina para construção de moradia popular, a Leste I acaba por aceitar um terreno fora do seu território originário de atuação, expandindo sua atuação para abarcar a antiga região leste II, onde se encontram os mais recentes mutirões, a partir do final da década de 1990.

Como se vê, nessa narrativa de uma liderança específica, mas exemplar das perspectivas gerais da União, assim como da bibliografia sobre mutirões

autogestionários, há o acionamento de fatores diversos como terra, governo, movimento, recursos públicos, mutirão com autogestão, políticas habitacionais, famílias. Todos esses elementos constituem um emaranhado de questões *políticas* que reverberam até hoje nas práticas da Leste I em torno da luta por moradia para as suas *famílias*.

Deve-se destacar, por último, que a trajetória dos mutirões da Leste I analisada até aqui alude a atendimentos habitacionais apenas por recursos e terrenos municipais e estaduais. Só recentemente, houve o atendimento por uma política pública federal à Leste I, o Minha Casa Minha Vida Entidades, que possibilitou a construção (ainda em andamento) do Florestan Fernandes e José Maria Amaral, mutirões analisados a seguir.

Negociação do terreno e do atendimento habitacional

Também para uma contextualização dos mutirões a serem analisados, bem como para uma compreensão dos aspectos *políticos* e *técnicos* em torno da obtenção de terrenos para a produção habitacional, é importante ainda seguir a série de conflitos e negociações ocorridos entre as lideranças do movimento e agentes e instituições estatais, tal como narrada por Juliana.

Os mutirões Florestan Fernandes e José Maria Amaral, nos quais realizei trabalho de campo, perfazem dois empreendimentos com 198 unidades habitacionais cada, chegando a um total de 396 apartamentos ou *famílias* em apenas um terreno. Juliana inicia sua narrativa sobre todo o processo de negociação do terreno, afirmando que é uma “história muito boa”.

Segundo ela, imediatamente depois da criação do Crédito Solidário⁶², a Leste I começou a procurar um terreno para construção de um empreendimento. Em 2005, eles conseguiram um terreno no distrito de Cidade Tiradentes e trouxeram a Grão, assessoria técnica de outro mutirão, o Unidos Venceremos, para elaborar a proposta arquitetônica para a construção de um empreendimento naquele terreno e a opção de compra foi conseguida junto ao proprietário. Essa busca por terrenos para construção

⁶² Primeiro programa de habitação de interesse social do governo Lula (PT, 2003-2011) centrado em autogestão (cf. FERREIRA, 2014; MOREIRA, 2009; SILVEIRA, 2011; MINEIRO e RODRIGUES, 2012).

foi algo novo na trajetória da Leste I porque até então eles só haviam sido atendidos por programas municipais e estaduais, nos quais “o governo dava o terreno e você que ia fazer o projeto”. Com efeito, a busca de terrenos pela Leste I, hoje prática comum assim como para outros movimentos da União, se inicia em 2005 por causa desse programa federal:

Nesse caso não, você que tinha que arrumar um terreno. E ninguém sabia fazer isso e foi um Deus nos acuda. Aí conseguimos esse terreno, a Grão começou a fazer o projeto e começamos a negociar para fazer um empreendimento lá. O que que aconteceu? Quando fomos levar a documentação jurídica para a CAIXA, descobre-se que o terreno, que valia um milhão, tinha um milhão e meio de reais em dívidas com a prefeitura de São Paulo. IPTU, multa, tinha lixo no terreno, um monte de problema no terreno e todo o trabalho que a associação tinha tido, todo o trabalho que a assessoria tinha tido, toda a grana que tinha sido gasta foi absolutamente para a lata do lixo. E aí foi um desespero [...] foi um desespero! Por que imagina, a gente ficou sem rumo, sem ter o que fazer.

Além das negociações do terreno não terem dado certo, a *demanda* de 200 famílias já estava montada, já que era um projeto de 200 unidades habitacionais. O “desespero” aludido por Juliana refere-se, portanto, ao desperdício de tanto “trabalho”: localização do terreno, negociação, contratação da assessoria técnica, constituição da *demanda* (conjunto de *famílias* que atingiram pontuação e que já estavam mobilizadas para esse atendimento), dinheiro gasto, tudo em vão.

A partir desse “desespero”, a Leste I inicia um processo de tentar solucionar o problema dessa *demanda*, buscando outro terreno, visitando terrenos com diversas imobiliárias, das quais muitas se aproveitavam “da inexperiência do movimento” e tentavam vender terrenos ruins. Ao mesmo tempo, a Leste I se inspira em experiências do movimento da Zona Oeste (“o pessoal da Oeste”) que já tinha viabilizado uma contrapartida financeira com suas *famílias* em casos de atendimento pelo Crédito Solidário. Ou seja, as *famílias* contribuiriam com um valor fixo dividido por alguns meses para os gastos necessários à opção de compra do terreno, contratação da assessoria técnica e os outros gastos necessários à constituição da *demanda*, antes que o projeto e o aporte de recursos da Caixa Econômica Federal fossem aprovados:

Aí começamos a dizer “vamos juntar um dinheiro para fazer uma proposta e chegar a de repente a uma opção de compra onerosa”, a gente estava começando essa discussão.

Achamos um terreno perto da USP Leste. Ficamos feliz da vida e aí já chamamos a Ambiente [outra assessoria técnica], eles toparam fazer esse processo com a gente, ajudou a olhar os terrenos, a gente visitou e tal. Fizemos, vimos o terreno, já vimos as restrições, estávamos fazendo uma proposta, quando colocamos isso para o movimento “Imagina, isso está super bem localizado, perto de uma estação de trem”. Nossa, virou uma alegria e terminamos o ano 2008 para 2009 com um lindo terreno para a gente dar a entrada na CAIXA [...] Quando é no fim do ano o terreno dá xabu, porque tinha um monte de herdeiros, tinha um problema de inventário, tinha uma ação judicial, não rolava nada. A gente acabou o ano arrancando os cabelos.

Posteriormente, eles localizam o terreno onde viriam a ocorrer os mutirões Florestan Fernandes e José Maria Amaral, mas a negociação tem um retorno negativo da imobiliária. A partir daí, as lideranças da Leste I iniciam um processo de negociar o terreno ao mesmo tempo em que iniciam um processo de discussão e de negociação junto à Caixa Econômica Federal e ao Ministério das Cidades em torno da elaboração de uma modalidade de Compra Antecipada de terrenos para garantir a compra antes que o projeto fosse aprovado, necessidade frente à dificuldade de se segurar um terreno durante um processo de aprovação que pode durar anos:

“Não é possível que a gente não consiga nada, um ano de trabalho e não conseguimos nada”. E o Marcos falou assim: “Gente, será que esse proprietário... deixa eu melhorar a proposta para ele e ver se ele não aceita a proposta nesse terreno? Vamos tentar de novo?”. E nisso começa a discussão. Era Crédito Solidário ainda em 2008. Começa a discussão do “Minha Casa, Minha Vida”, a gente começa a participar de reuniões em Brasília para fechar o que viria a ser o “Minha Casa, Minha Vida” e de ter um pacote para entidades. Aí nós desenhamos, aqui em São Paulo, nós desenhamos o que seria a Compra Antecipada, o que que precisaria, como é que você faria uma aquisição de terreno sem o projeto aprovado, que isso não existia, nenhum programa do governo federal fazia isso de comprar o terreno antes de ter o projeto aprovado. É uma análise e tal, analisaria a viabilidade de um terreno, compraria o terreno e tal. E aí a CAIXA: “de jeito nenhum! Não é possível! Não dá, não dá”. Quando foi em janeiro no Fórum Social Mundial, nós fomos conversar com o Lula. Falamos “não... não sei o que...”, falamos, falamos, falamos e ele disse “gente, eu quero então uma reunião com vocês para vocês falarem o que vocês querem no pacote de habitação”. Não se chamava ainda “Minha Casa, Minha Vida” mas sim “Pacote de Habitação”. Nós levamos para uma reunião com o Lula um monte de fotos deste tamanho dos mutirões, e levamos uma lista de problemas do Crédito Solidário que não resolvia, “e que não sei-o-quê, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo e tal...”. E ele ouviu e falou “não, realmente vocês têm coisa concreta aí para mexer. Então antes de soltar o programa, eu quero que se faça uma reunião com vocês para ver essas coisas operacionais do programa. Vai ter um programa para entidades, um novo Crédito Solidário, mas eu quero que essas coisas vocês discutam na elaboração do projeto”, e marcou uma reunião com a Dilma [então ministra].

Carlos: “Vocês” era o Fórum [Nacional de Reforma Urbana]?

Juliana: O Fórum, isso, dirigentes dos quatro movimentos⁶³. “E vocês vão marcar uma reunião com a Dilma, que está coordenando o pacote de habitação”. Aí marcamos, e tinha um monte de ponto de pauta e esse era um. E esse ficou para mim. Aí chegamos lá para a Dilma e começamos a falar “não, temos que comprar o terreno e tal” e ela “do que vocês estão falando?”, aí eu falei “vamos lá... é que para comprar o terreno tem que aprovar o projeto. Se elaborar o projeto, nós não temos dinheiro para elaborar o projeto... se aprovar na prefeitura a prefeitura leva um ano e tal...” se eu pegar uma opção de compra, em dois anos ninguém vai me dar opção de compra... e já era época do boom imobiliário do mercado, não tinha ainda o “Minha Casa, Minha Vida” nisso. Ela pegou e virou para o Hereda [Jorge Hereda, atual presidente da CEF], que era o vice-presidente da época, e disse “Hereda, é verdade o que eles estão falando, que vocês levam dois ou três anos para comprar um terreno?” e ele “é ministra, porque tem que aprovar o projeto, e se não aprovar o projeto a gente não pode comprar o terreno”. “Mas isso é impossível! Ninguém vai segurar um terreno por três anos”, aí eu falei “é isso o que a gente está falando”, “então está certo, faz esse negócio aí, Hereda”, aí nós “como é que é?”, “não, eu entendi, eu já entendi, vocês estão certos...”. Aí ficou pré-aprovado o que seria essa Compra Antecipada. Aí nós voltamos para o terreno do Florestan Fernandes.

A Leste I conseguiu localizar diretamente o proprietário e agendar uma reunião para renegociar o terreno:

Aí chegamos lá e fizemos uma apresentação da Leste I, todo mundo cheirosinho e bonitinho, fui eu, o Túlio, a Miranda, o Alberto, foi o Marcos, que era o nosso advogado, foi vestido de advogado. Aí apresentamos e tal e não sei-o-quê, isso foi em fevereiro de 2009, “olha, nós queríamos ver, porque tem um programa do governo que vai financiar para a gente e tal...”, “eu não quero saber de nada disso, eu quero saber se vocês querem comprar o meu terreno, eu vendo. Se vocês vão arrumar o dinheiro na CAIXA, não interessa. O preço é tanto, fora uma opção de compra de pelo menos um ano para viabilizar, daí eu aceito, só que eu quero um adiantamento do valor”. E aí foi o tal dos 10% de adiantamento do terreno.

Carlos: Pela contrapartida das famílias já?

Juliana: Opção de compra onerosa. Aí a gente já tinha pré-aprovado isso com as famílias. Aí “a gente quer dois meses para analisar a documentação do terreno para saber se dá o valor dos 10%”. Aí combinou, assinou a opção de compra com essa cláusula, que em dois meses ia pagar os 10% e que em um ano ia comprar o terreno, senão desfazia a opção de compra e nós perdíamos 10%”. Aí nos dois meses lá aí o Eric e a Cecília [arquitetos da Ambiente, assessoria técnica] estudaram o terreno, nós estudamos a legislação, nós fomos lá tirar a certidão de todo mundo, toda a parte

⁶³ Referência aos quatro “movimentos nacionais” que compõem o FNUR: a UNMP, o MNLM, a CMP e a CONAM.

jurídica e tal e nós do movimento “ó moçada, achamos um terreno e precisamos arrumar o dinheiro”. Aí fizemos a história da contrapartida, do parcelamento com contrapartida, só que a gente levaria muito mais do que os dois meses para arrecadar o dinheiro. Aí o Túlio, louco, foi lá e pediu para a igreja católica emprestar 50 mil reais para nós, aí a Igreja, mais louca ainda, emprestou. Eu fui no Habitat para a Humanidade [ONG que atua em várias frentes de produção habitacional] e pedi mais 50 mil emprestado, outro maluco emprestou. Aí nós tínhamos um pouquinho do dinheiro das famílias, juntamos 112 mil reais e depois de dois meses pagamos a opção de compra e começamos. Só que é o seguinte: ele [o proprietário] não sabia que ia ter o “Minha Casa, Minha Vida”, nós sabíamos. Foi a primeira vez que a gente teve informação privilegiada e usamos essa informação contra o mercado. Então nós assinamos a opção de compra vinte ou vinte e cinco dias antes do “Minha Casa, Minha Vida”. Assinamos, pegamos a opção de compra, começamos a trabalhar e daí lançou o “Minha Casa, Minha Vida”. Só que ainda não estava formatado o Compra Antecipada [...] E começa a ter resistência interna no governo para fazer a compra antecipada, e nós não conseguiríamos dar conta em um ano de aprovar os projetos. Ou seja não faz isso com compra antecipada a gente perdia o dinheiro, perdia o dinheiro, perdia o trabalho, perdia tudo. E foi um ano de loucura tanto do trabalho da Leste para montar a proposta, quanto do trabalho do governo federal para aprovar o programa de compra antecipada, a modalidade de compra antecipada.

Depois de negociações e conflitos internos ao *governo* federal, envolvendo técnicos e políticos no Ministério da Cidade e na Caixa, assim como pressões dos movimentos e conversas, a Compra Antecipada finalmente foi aprovada para alívio da Leste I não só frente a tanto “trabalho”, como também pela reputação construída junto às *famílias*, que poderia ficar seriamente comprometida:

E aí a Compra Antecipada foi toda modelada no “Florestan” e no “José Maria”. Que documentos que precisavam, que análises tinham que ser feitas. Tanto que o “José Maria” e o “Florestan” tinham muito mais do que era necessário... quando foi contratado efetivamente, tinha-se avançado muito mais do que era necessário para uma compra antecipada, mas como a gente não sabia ainda o que era, a gente foi fazendo, foi trabalhando. E aí a gente conseguiu comprar com treze meses. Quando chegou no décimo segundo mês estava resolvido e tudo mas não tinha saído o normativo, não tinha saído o negocinho lá, tinham problemas burocráticos internos para resolver ainda. Aí eu falei para a CAIXA “vocês vão chamar o proprietário aqui e vocês vão garantir para ele que vai contratar o negócio, porque não tem condições...”, imagina? Foram doze meses sem dormir, doze meses sem dormir! Eu acordava no meio da noite e ficava pensando onde é que eu iria arrumar o dinheiro para devolver para as famílias, porque se a gente perdesse e a gente ia perder tudo. E não eram só os 112 mil reais, era um ano de trabalho, a credibilidade das famílias...

A *credibilidade* das famílias em relação à Leste I, como também vimos no capítulo 2, corresponde a um dos muitos atributos necessários para a luta,

credibilidade essa produzida e reforçada pelas ações da coordenação, que precisa fazer jus ao que se espera dela. Essa credibilidade depende logicamente de resultados concretos, como a conquista do terreno, assim como de *seriedade* do movimento em cada atitude até que se efetive a construção do mutirão, como Juliana deixa claro em relação à cobrança da contrapartida das *famílias*, algo previsto e regulamentado pelos programas federais:

Todas as famílias têm um contrato individual da contrapartida. Todo mundo que entrou assinou um contrato e se eventualmente alguém desistiu ou saiu por algum motivo ela recebe de volta o que ela pagou, uma rescisão de contrato, é tudo formalizado. A gente montou um negócio muito sério. Aí eles aceitaram prorrogar por um mês e a gente comprou praticamente no último dia, no décimo terceiro mês, foi assim um negócio muito intenso, muito intenso.

Finalmente, a definição da compra do terreno é algo a ser celebrado por todos os integrantes da Leste I:

Aí a gente deu uma festa na Leste I lá na Juta, veio o pessoal de Brasília, da CAIXA, veio e tudo, porque nós fomos a primeira [compra antecipada no Brasil]. E porque aquilo a gente pegou na unha, em nenhum minuto a gente deixou de fazer uma marcação super cerrada para o governo não recuar.

A Leste I conseguiu o atendimento pelo programa federal Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMVE), dentro do qual está a modalidade de Compra Antecipada. Durante minha pesquisa de campo, esse programa se configurou como o principal a ser acionado para o atendimento habitacional não só da Leste I como de outros movimentos articulados na União.

O PMCMVE foi desenvolvido como parte do programa mais amplo Minha Casa Minha Vida, constituído pelo governo federal em 2009. Embora o programa mais abrangente tenha sido formulado sem participação dos movimentos de moradia, eles consideram que sua atuação foi fundamental para a elaboração de um programa específico de produção habitacional autogestionário, o PMCMVE. No entanto, esse programa é responsável por apenas 3% do total de habitações produzidas pelo Minha Casa Minha Vida. Foi considerado pelas lideranças uma *conquista*, ainda que muito limitada frente às suas reivindicações históricas, já que seu alcance é muito restrito e o

principal programa habitacional ainda está muito atrelado aos interesses de construtoras e de grandes agentes e incorporadores imobiliários⁶⁴.

Embora os movimentos considerem uma grande *conquista* a implementação desse programa, muitas críticas continuamente eram feitas, em função de limites “burocráticos” que atrasavam a aprovação dos projetos habitacionais e dos recursos necessários para as obras. Com efeito, o programa passou por uma série de redefinições e ajustes, muito em função de pressões dos movimentos de moradia nacionais.

Mas um problema que mobilizou muito a União e a Leste I foi a obrigatoriedade da renda familiar máxima de 1600 reais. Os movimentos de moradia organizam prioritariamente *famílias* de renda até 3 salários mínimos. O PMCMVE se propôs de início a atender essa faixa, mas em 2011, quando os três salários mínimos perfaziam um total de 1600 reais, esse valor foi congelado nas normativas do programa.

As lideranças tendiam a achar esse valor muito baixo para o atendimento de famílias em São Paulo, onde os salários tendem a ser mais altos, mas, em compensação, o custo de vida também. E como o governo federal adotou uma política de reajuste salarial anualmente, com o passar dos anos, esse valor seria inferiorizado e muitas *famílias* não se enquadrariam nessa faixa, apesar de também poderem ser consideradas de baixa renda, tendo em vista o alto custo de vida na cidade de São Paulo. Além disso, o Minha Casa Minha Vida atendia a parcela de até 1600 reais não só pelo Entidades, como também por outra modalidade via construtora. Suas outras modalidades passavam a atender a população com rendimentos familiares a partir de três salários mínimos. Isso deixava uma parcela da população, com rendimentos familiares entre 1600 reais e 3 salários mínimos sem possibilidade de atendimento.

O Estado também produz famílias

Mas o PMCMVE, apesar desses problemas, guarda uma continuidade enorme com a proposta histórica da Leste I de mutirão com autogestão. Sua apresentação

⁶⁴ Para todo esse panorama sobre o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades e suas relações com as ações e discursos dos movimentos de moradia, ver Lago (2012), Mineiro e Rodrigues (2012) e Rodrigues (2013).

diz⁶⁵:

Podem ser beneficiárias do programa pessoas físicas com renda familiar bruta mensal máxima de R\$ 1.600,00, organizadas de forma associativa por uma Entidade Organizadora (cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos).

E a definição de Entidade Organizadora (EO) corresponde a praticamente uma definição estatal da coletividade produzida historicamente pela Leste I: “A EO é responsável por reunir, organizar e apoiar as famílias no desenvolvimento de cada etapa da proposta de intervenção habitacional”⁶⁶. Com efeito, a Leste I se cadastrou no programa por atender todas as exigências necessárias e conquistou não só o Florestan e o José Maria Amaral, como no ano de 2014 outro terreno para a construção de um novo mutirão.

O programa deixa sob responsabilidade da EO definir a forma de construção do empreendimento e a Leste I definiu mutirão com autogestão. Mas antes de falarmos sobre o mutirão propriamente dito, é preciso adentrar na lógica estatal de produção de *famílias*. Como se vê, há uma partilha do sentido de *família* aqui entre o programa habitacional e a Leste I: unidade de atendimento habitacional. Em outro momento do Manual do Beneficiário do Programa, há a seguinte informação: “São as famílias indicadas pela EO que irão compor o grupo de futuros moradores, devidamente enquadradas nas condições estabelecidas pelo programa, após a assinatura dos contratos de financiamento”.

Mas, afinal, o que é *família* para o Estado e, mais especificamente para o PMCMVE? Em 2011, foi promulgada uma lei⁶⁷ que, dentre outras coisas, regula o Minha Casa Minha Vida, que assim define família, ou mais propriamente, grupo familiar:

unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos que contribuem para o seu rendimento ou têm suas despesas por ela atendidas e abrange todas as espécies

⁶⁵ Manual do Beneficiário do PMCMVE, disponível em www.caixa.gov.br e www.unmp.org.br

⁶⁶ Há uma variedade de organizações que podem ser classificadas como Entidades Organizadoras do PMCMVE, como movimentos de moradia, associações comunitárias e cooperativas habitacionais, dentre outras.

⁶⁷ LEI Nº 12.424, DE 16 DE JUNHO DE 2011, cujo artigo primeiro afirma: “O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais)”

reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, incluindo-se nestas a família unipessoal

Essa definição de família é bem ampla e corresponde em grande medida à variedade de famílias (unidades domésticas) que seriam constituídas ao fim do mutirão, que abarcam uma multiplicidade considerável de arranjos domésticos, inclusive “família unipessoal”, ou seja, solteiros e solteiras, como veremos mais adiante. Mas, por ora, ainda coerente com os mecanismos de produção estatal de *família*, o PMCMVE utiliza como recurso de cadastro dos seus beneficiários, o Cadastro Único (CADÚNICO), que leva em conta, entre outros fatores, a renda familiar, definidora de qual programa a família teria direito.

O CADÚNICO é amplamente utilizado para o cadastro de famílias de baixa renda beneficiárias de programas sociais, como o Bolsa Família, assim como para as famílias do PMCMVE e ele promove um sentido de *família* partilhado entre a Leste I e o programa habitacional, como podemos observar no uso dado por Juliana:

Carlos: [...] os movimentos trabalham muito com a família como unidade, de mobilização, demanda... quando se vai para o Estado, para os programas habitacionais, para as políticas, se fala em família também? O público-alvo é definido como família?

Juliana: Também. Então se agora a unidade... a forma de seleção, triagem e tudo é o CADÚNICO, e o CADÚNICO é por núcleo familiar.

No entanto, a declaração de renda familiar de *famílias* ainda não contempladas, participantes dos grupos de origem, esbarrava em um problema: o arranjo doméstico atual muitas vezes contava com outras pessoas com quem não se ia morar na futura unidade habitacional e a soma da renda de todos poderia ser superior a 1600 reais. A essa situação, os coordenadores da Leste I se referiam como “morar de favor” e era preciso orientar as *famílias* no preenchimento correto dos dados. Em uma reunião da coordenação da Leste I, por exemplo, Tânia afirmou para os coordenadores dos grupos de origem: “Vocês devem orientar as famílias a preencher corretamente o CADÚNICO. Se mora de favor não deve declarar os dados de todos que moram juntos, só de quem está procurando casa”.

Ou Marcos, em outra reunião, que destacou que no PMCVE a renda máxima era de 1600 reais e não poderia passar um real sequer desse valor. Segundo ele, “você tem que sofrer com essa renda se vocês forem atendidos agora”, referindo-se ao fato

de que a renda familiar tinha que se fixar nesse teto enquanto o atendimento não se concretizasse. O preenchimento deveria ser feito no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, existente em cada subprefeitura da cidade e as *famílias* deveriam procurar a região onde moravam. Eles pediriam o máximo de documentação, mas a autodeclaração é que valeria para o preenchimento. Os documentos seriam para complementar as informações. Casos de pessoas que trabalhassem como autônomos ou que morassem de favor deveriam fazer uma autodeclaração para o preenchimento do CADÚNICO.

No entanto, muitos dos presentes reclamaram de que funcionários do CRAS afirmavam o contrário e seria preciso declarar os rendimentos de todos que compunham a unidade doméstica atual. Por outro lado, no caso de um endereço em que já havia um beneficiário de programas sociais, quando uma pessoa coabitante queria se cadastrar, os funcionários também acusavam duplicidade de endereço.

Marcos defendeu que a regra existia e que, portanto, todos ali deveriam lutar por ela, uma vez que apesar de sua existência, chega-se lá no “funcionário de baixo” e muda tudo, o que corresponde a uma percepção de que as interações com o Estado são múltiplas e, nesse caso específico, a própria ideia de família está em disputa, não havendo consenso estatal em torno de sua definição⁶⁸.

Segundo Marcos: “É que muitas vezes a pessoa não sabe quem é a família e diz: ‘minha família sou eu, minha mãe e meu tio’. Não! São três famílias, cada um é uma família, eles são parentes”. As situações de se morar “de favor” incluem muitos arranjos domésticos distintos (cf. Capítulo 1), assim como arranjos de filhos e filhas que moram com seus pais e que querem buscar sua casa própria por meio do movimento. Nesses últimos casos, os filhos referem-se ao conjunto dos que com ele coabitam como “família”. Mas, como Marcos destaca, para o CADÚNICO eles seriam só parentes e precisariam se definir para assim serem definidos pelo Estado como famílias distintas. Assim, para a definição estatal de *família*, como também para

⁶⁸ O “funcionário de baixo” pode ser compreendido a partir do que Lipsky (1980) define como “burocratas de nível de rua”, que são funcionários de serviços públicos que interagem diretamente com cidadãos nas suas atividades. Segundo o autor, esses burocratas teriam discricionariedade – liberdade de ação, com autonomia de escolha entre alternativas e entre diferentes práticas disponíveis – significativa na execução de seu trabalho. Esses funcionários do serviço público realizariam um papel crucial, pois suas ações constituem, de fato, os serviços entregues pelo governo. Além disso, quando consideradas em seu conjunto, as decisões individuais desses funcionários tornam-se ou equivalem à própria instituição estatal da qual fazem parte. As ações discricionárias dos funcionários públicos são os benefícios e sanções de programas governamentais ou a determinação do acesso a direitos e benefícios do governo. É através desses funcionários que a maioria dos cidadãos interage com o governo.

o movimento, parte-se da unidade habitacional a ser adquirida e não a atual, explicitada pela diferença entre “parentes” e “família”. É preciso dissociar a ideia de família de um arranjo habitacional, de uma casa, anterior, para voltar a associá-la a uma casa, a uma unidade habitacional posteriormente. Ou como sugeriu certa vez Bourdieu (1996, p. 135), a partir de uma análise sobre variados meios de construção social da família como unidade, o papel do Estado, e especialmente da política habitacional, também é central para a produção de famílias:

O Estado, especialmente através de todas as operações do *estado civil*, inscritas no registro da família, realiza milhares de atos de constituição que constituem a identidade familiar como um dos princípios de percepção mais poderosos do mundo social e uma das unidades sociais mais reais. De fato, bem mais radical do que a crítica etnometodológica, uma história social do processo de institucionalização estatal da família mostraria que a oposição tradicional entre o público e o privado mascara a que ponto o público está presente no privado, no próprio sentido de *privacy*. Sendo produto de um longo trabalho de construção jurídico-política, do qual a família moderna é o resultado, o privado é um negócio público. A visão pública (o *nomos*, dessa vez com o sentido de *lei*) está profundamente envolvida em nossa visão das coisas domésticas e as nossas condutas mais privadas dependem, elas mesmas, de ações públicas, como a política de habitação, ou, mais diretamente, a política da famílias [...] Assim, por exemplo, as grandes comissões que decidiram a “política da família” (alocações familiares etc.) ou, em outras épocas, a forma que devia tomar a ajuda do Estado em material de habitação, contribuíram muito para definir a família e a representação da vida familiar que as pesquisas demográficas e sociológicas registram como uma espécie de dado natural.

Essa quase indissociabilidade entre as esferas domésticas e públicas na relação entre família e Estado pode também ser exemplificada em relação à incorporação nas políticas habitacionais das mulheres como titulares da nova unidade habitacional, assim como na incorporação de solteiros e solteiras numa definição ampliada de família.

Em relação às mulheres, segundo as lideranças dos movimentos, partiu-se tanto de uma constatação de que havia muitas mulheres solteiras chefes de família como sua presença mais ativa nas ações dos movimentos, mesmo se casadas (cf. Capítulo 2), e o paralelo do menor comprometimento dos seus maridos junto aos filhos e à busca da casa própria.

Já em relação aos solteiros, a CDHU e a COHAB durante bastante tempo não aceitavam solteiros, pois privilegiavam famílias com mais integrantes, principalmente com filhos. No entanto, não só há muitos casos de solteiros e solteiras, como

integrantes LGBT dos movimentos lutaram para que o direito de serem atendidos como família fosse conquistado, uma vez que mesmo co-residentes com companheiros não poderiam reivindicar sua união. Bruno, por exemplo, liderança de um movimento atuante no centro e homossexual, não tinha companheiro e conseguiu uma carta de crédito da CDHU, mas para conseguir usar a carta, disse que moraria com sua irmã; segundo ele, “Para constituir família. Mesmo sangue, mesma família”. Posteriormente, a CDHU acabou por aceitar solteiros também em uma definição mais ampla de família. O Minha Casa Minha Vida já nasceu com esse conceito ampliado, incorporando solteiros e as mulheres são sempre as titulares.

Desse modo, é possível perceber também a importância do Estado na produção, a todo tempo e de múltiplas maneiras, de sentidos do termo família. A produção de famílias se dá por definições legais, mas que são historicamente revistas e ressignificadas. Concomitantemente, ainda que haja definições legais, o que se entende por família está a todo tempo em disputa no interior do próprio Estado, a partir de suas diferentes agências, de seus diferentes funcionários, das políticas públicas habitacionais, mas com uma forte influência dos movimentos de moradia. Estes, desde a relação interna com suas *famílias* até mobilizações nacionais não só reivindicam a ampliação do atendimento habitacional e ajustes políticos e técnicos das políticas a partir dessas *famílias*, como também buscam uma adequação contínua a arranjos concretos familiares que devem ser incorporados e normatizados pelo Estado, para ampliar seu atendimento.

Os mutirões Florestan Fernandes e José Maria Amaral

Embora a discussão acima tenha sido fundamental para uma apreensão da emergência dos mutirões com autogestão como uma questão *política* fundamental da Leste I, a narrativa de Juliana e a bibliografia apontada partem de conceitos e questões que, muitas vezes, reaparecem e são complexificados de distintas maneiras nos discursos e práticas em torno das *famílias* no cotidiano dos mutirões, que será descrito a partir de agora.

Como vimos, o terreno dos mutirões Florestan Fernandes e José Maria Amaral foi conquistado via Compra Antecipada, que só se efetivou em abril de 2010. A partir daí, o processo de aprovação do projeto e liberação de recursos para o início da obra

levaria cerca de três anos. Durante esse processo, a assessoria técnica, Ambiente Arquitetura, com histórico de atuação em mutirões de movimentos de moradia, já havia sido contratada e elaborou o projeto arquitetônico a partir do qual se reivindicou e se esperou o atendimento.

O dinheiro da contrapartida financeira das *famílias* foi utilizado para os custos iniciais relativos à opção de compra do terreno por um ano com o proprietário mediante um sinal de quase 120 mil reais, o desenvolvimento do projeto pela assessoria técnica e a constituição de uma “estrutura mínima para montar a demanda”, como os coordenadores enfatizavam em vários momentos de reuniões e assembleias com as famílias.

Essa “estrutura mínima” consistia basicamente na preparação do terreno e montagem de instalações para o início dos trabalhos junto às *famílias*. Ainda antes da liberação dos recursos, o terreno contava com duas casas de madeira, uma em cada extremidade do terreno. Inicialmente, nas duas casas moravam *famílias* que atuavam como caseiras do terreno, para evitar invasões e roubos de material. Posteriormente, uma dessas casas passou a servir de apoio para a administração, com computadores e cadeiras para o trabalho dos coordenadores e espaço de reuniões menores. Também foi construído um galpão para as assembleias, banheiro e cozinha para uso das *famílias*.

Ainda antes da obra ser iniciada, em 2011, foi desenvolvido o projeto de Trabalho Social a ser realizado junto às *famílias* mutirantes. O Trabalho Social, nesse caso, faz parte de uma normativa do PMCMVE, mas que também foi realizado em todos os outros mutirões da Leste I, financiados por outros programas. O projeto elaborado pela assessoria técnica assim definiu o Trabalho Social:

Este Projeto de Trabalho Social foi elaborado pela Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura, com a participação da EO e demanda, e visa apresentar as ações do trabalho técnico social a partir das orientações contidas no Caderno de Orientação Técnico Social – COTS, Resolução No 182, de agosto de 2011 (Referente ao Minha Casa Minha Vida 2 Entidades), Instrução Normativa no 34, de Setembro de 2011 - Regulamenta a resolução 182,18/08/11

O projeto social apresenta orientações e ações, dirigidas para o fortalecimento da participação, do cooperativismo, organização e cidadania, sempre através do desenvolvimento de atividades sociais, da informação acerca de seus direitos e deveres e do compartilhamento de ideias e debates que se identifiquem com questões relacionadas às intervenções urbanísticas.

É a partir do Trabalho Social que se organizam as *famílias*, há a formação de comissões sobre vários temas concernentes ao mutirão dentro das quais todas as *famílias* devem se distribuir. Mas como veremos mais adiante, o Trabalho Social só começou a ser efetivamente realizado a partir do início da obra.

Apesar da definição dos projetos arquitetônico e do Trabalho Social, a obra tardou a ser iniciada. Mas desde 2009 havia assembleias mensais com a *demanda*. No início, elas ocorriam na sede da Leste I. Com a compra antecipada do terreno, alguns mutirões foram realizados para a limpeza do terreno, houve a construção dessas instalações provisórias e as assembleias mensais passaram a ser realizadas no galpão.

A fim de adentrarmos nas relações estabelecidas pelas *famílias* no mutirão, é importante, inicialmente, ser realizada uma descrição da lógica de funcionamento dessas assembleias ocorridas no terreno.

Em fevereiro de 2013, fui à primeira de uma série de assembleias mensais a que assisti. Tratava-se de uma assembleia de definição do trabalho dali para a frente, uma vez que finalmente depois de tantos anos já estavam previstos a aprovação do projeto e a liberação de recursos. Fui de ônibus com uma mulher e um homem da *demanda*, que conversavam sobre o terreno e as reuniões. Eles afirmaram criticamente que na “reunião” (assembleia) deveriam falar “as mesmas coisas de sempre”, crítica que ouvi de algumas pessoas durante a assembleia, antes da “boa notícia” do início da obra.

Além da antiga casa da família caseira, onde viria a ser a nova administração, havia uma cozinha, uma área quadrangular coberta, um depósito e um banheiro. Muitas cadeiras de plástico estavam na área coberta voltadas a uma mesa onde os coordenadores falavam ao microfone. Todas as cadeiras foram ocupadas nesse dia e muita gente ficou em pé nas laterais cobertas e na área externa.

Fiquei próximo a duas mulheres, que estavam com um pequeno papel impresso com os “informes” da assembleia. Elas falavam sobre a pontuação e de como é importante ir a todos os eventos para obtê-la. Perguntei-lhes se a pontuação ainda importava. Uma delas respondeu que com pontuação alta era possível escolher o apartamento onde morar. A outra mulher me perguntou se eu iria na atividade que ocorreria no Dia Internacional da Mulher, no próximo dia 8 de março, quando haveria uma mobilização em instituições habitacionais. Respondi que não sabia, ao que ela disse que se eu não pudesse ir, eu deveria enviar alguém no meu lugar, o que me fez

ter que explicar minha condição de pesquisador (algo corriqueiro nos meus primeiros contatos com algumas das *famílias*, como visto no terceiro capítulo).

Sobre a assembleia propriamente dita, no momento em que eu tive essa conversa com as mulheres, uma das coordenadoras da Leste I estava justamente falando sobre o Dia da Mulher, o que foi o ensejo para a conversa. Falou da importância da participação e disse que mulher não era só para passar, lavar e cozinhar, mas que também teria que lutar por seus direitos, em referência à maioria de mulheres ali presentes.

Outra coordenadora falou do CADÚNICO, instrumento fundamental para o atendimento. Muitos precisariam refazê-lo, pois a prefeitura não havia achado números de algumas das *famílias* mutirantes. Segundo ela, enquanto essas *famílias* não tivessem com o CADÚNICO regularizado, não seria possível a inserção delas na relação de atendidos..

A mesma coordenadora ainda afirmou que alguns mutirantes haviam sido excluídos da *demanda* e que outros estavam correndo riscos de o serem. A principal causa teria sido o número de faltas e muitos dos mutirantes estariam com um número elevado. Túlio, o coordenador geral da Leste I que estava presidindo a assembleia, afirmou enfaticamente nesse momento: “a gente não está aqui para brincadeira”. Ele explicou que para que uma família fosse excluída, seria preciso que ela tivesse 5 faltas seguidas ou 10 alternadas.

Sobre a obra, Eric, arquiteto e urbanista da Ambiente Arquitetura, assessoria técnica responsável pelo projeto, disse que são 96.000 reais o custo por unidade. O custo não considerava só as unidades habitacionais, os apartamentos, mas levava em conta também a área de lazer e os equipamentos sociais (antes dele dizer isso, já havia mulheres gritando ‘creche’). Segundo ele, o projeto já estava aprovado, com alvará e outros documentos necessários. Legalmente a obra já poderia começar, mas os recursos ainda não estavam disponíveis. Falou ainda que o contrato seria assinado no próximo dia 30 de março, mas só seria registrado um mês depois, no dia 30 de abril. Destacou que o início da obra já seria contado a partir da assinatura do contrato do PMCMVE. A Caixa poderia tratar aquele mês, entre a assinatura e o registro do contrato, como atraso, ao que ele conclamou a todos para que iniciassem o processo antes disso: “você reclamam da demora da Caixa, mas eles é que vão falar que vocês estão demorando”.

Túlio retomou o microfone para falar que os mutirões nunca começavam pelo “governo”, mas pelos movimentos. Perguntou “o que somos?”, ao que ele mesmo respondeu “somos uma força, um grupo, mas não adianta ter força, se não formos organizados”. Reiterou esses dois pontos importantes: força e organização. E o início do processo de obra seria no dia 4 de março com uma pequena administração (computador, telefone) e a presença constante da assessoria técnica.

Falou bastante sobre o Trabalho Social, que seria feito junto com o movimento e o trabalho da assessoria técnica. Naquele momento, a equipe ainda estava sendo montada. Segundo ele, esse trabalho iria “mexer com nossa vida” e ainda fez questão de ressaltar sobre como as *famílias* não iriam gastar mais nenhum dinheiro além da contrapartida, porque esses novos gastos enumerados por ele já estavam previstos nos recursos do projeto, diferente de qualquer outro mutirão anterior, o que tornaria essas *famílias* mutirantes “privilegiadas”. Embora durante toda a semana, a coordenação e a assessoria técnica estivessem no terreno, as *famílias* deveriam passar a ir regularmente nos fins de semana para o Trabalho Social e o início das obras. Não poderiam ir os suplentes, só os titulares, como estabelecia o regimento. Intimou todos a se organizarem para comparecerem e equiparou a importância do emprego à da moradia: “Não dá pra faltar por causa do emprego e perder a moradia”.

Em outro momento, disse que o movimento não tinha dinheiro, já que o que ele fazia era “política”. A contrapartida de cada família era de 1350 reais e uma parte já havia sido paga, que serviu inclusive para a compra antecipada do terreno. Ele chamou uma votação para já usar parte desse dinheiro, para iniciar a obra antes da assinatura, ao que a maioria concordou.

Apresentou Indira, que iria trabalhar na administração da obra. Antes era voluntária, mas agora seria efetivamente contratada. Túlio disse que ela receberia um salário não alto, mas bom e que já que o movimento a todo tempo denunciava a exploração dos trabalhadores, eles não poderiam explorá-la. Ele apresentou também Denise, coordenadora da Leste I, que ficaria à frente do processo da obra. “Vocês estão de acordo que Indira faça o trabalho administrativo? Levanta a mão”, ao que a maioria aprovou por aclamação.

Sobre o Trabalho Social, falou que a equipe teria que pôr o pé no barro e não ficar no escritório. Apresentou as duas técnicas sociais, ambas eram assistentes sociais. Falou como recebeu vários currículos, tanto de gente da base do movimento,

como a partir de um anúncio na internet, mas que o movimento deu preferência para gente que entendia “a luta”.

Assim, foi definida uma técnica para cada projeto, Florestan Fernandes e José Maria Amaral, mas o trabalho das duas seria conjuntamente, pois os projetos não eram isolados um do outro. Cada técnica social contaria com três estagiários. No momento da Assembleia, já havia três estagiárias para o Trabalho Social: Selma e Leila, também coordenadoras da Leste I e estudantes de Serviço Social, além de outra que não estava presente. Túlio pediu que quem estivesse na faculdade enviasse currículos para as outras vagas.

Essa breve descrição da assembleia revela como se dá a transmissão de informações, os papéis da coordenação principal, da assessoria técnica e da equipe do Trabalho Social e os primeiros passos e decisões para a definição do início da obra, com participação ativa das *famílias*. Quase que imediatamente depois, todos os estagiários foram contratados e teve início o Trabalho Social em abril do mesmo ano.

No caso desse mutirão, o projeto do Trabalho Social foi desenvolvido por uma equipe da assessoria técnica Ambiente, a partir de atividades realizadas junto às *famílias* ainda entre 2010 e 2011. Após a elaboração do projeto, a Leste I optou por contratar uma equipe autonomamente, que iniciou o Trabalho Social em abril de 2013. Como era um total de 396 famílias (198 em cada empreendimento), para que houvesse uma melhor organização do mutirão e do Trabalho Social, as *famílias* foram divididas em três grupos identificados por cores: azul, amarelo e rosa. Essa divisão foi feita anteriormente e quando houve mutirões de limpeza do terreno, por exemplo, a cada dia de mutirão, apenas uma “cor” ia. Isso era justificado não apenas para uma maior organização como também para que cada *família* não precisasse estar presente no terreno todos os fins de semana, ao contrário de mutirões anteriores.

A equipe do Trabalho Social firmou um contrato com duração total de 21 meses: 3 meses de pré-obra, 15 meses de obra e 3 meses de pós-obra. Inicialmente, houve uma apresentação do Trabalho Social, seu cronograma e teor de suas atividades e um esforço de constituição das comissões temáticas da obra. No primeiro mês, aos sábados, a equipe oferecia plantões de dúvidas às *famílias* para que elas conhecessem as comissões e, a partir de uma diálogo com as técnicas, vissem a partir de seu “perfil” em qual comissão melhor se adequariam. Todas as *famílias* passaram a estar em alguma comissão.

Foram constituídas 19 comissões: CAO (Comissão de Acompanhamento de Obra) e CRE (Comissão de Representantes do Empreendimento), cozinha, limpeza, socioeducativa, formação, ética, comunicação, conselho fiscal, pontuação, prestação de contas, saúde, prevenção de acidentes, idosos, compras, almoxarifado, obra, segurança e ambiente..

Segundo as técnicas sociais, como o mutirão demorou muito a ter início e o Trabalho Social anterior foi feito anos antes, muito do que havia sido trabalhado com as *famílias* havia se perdido. Isso se explica pelo fato de muitas *famílias* terem desistido do mutirão e novas terem entrado, que não haviam participado desse primeiro Trabalho Social. Era necessário, então, realizar um “resgate” e lembrar o papel das *famílias* no mutirão, as normas do regulamento, as comissões etc. Para isso, enquanto as obras não começavam, a cada mês, nos três primeiros domingos era realizado o Trabalho Social com uma única cor por domingo. O quarto domingo era dedicado à assembleia geral.

Nos domingos de Trabalho Social, as duas técnicas sociais se dividiam e uma realizava o trabalho com as *famílias* de seu empreendimento e de uma cor específica no terreno, enquanto a outra fazia o mesmo com as *famílias* da mesma cor, mas do outro empreendimento, em uma igreja próxima ao terreno. As duas técnicas trabalhavam e decidiam suas atividades em conjunto, pois partiam de uma continuidade dos trabalhos sociais com as *famílias* dos dois empreendimentos. Isso se dava pelo fato da coordenação sempre ressaltar que se tratava de uma única “demanda”, com a mesma “luta” e que iria residir conjuntamente. O futuro do mutirão dependeria do bom aprendizado das lições do Trabalho Social que deveria, portanto, ser padronizado para os dois empreendimentos.

Durante a primeira fase do Trabalho Social, muitas “dinâmicas” foram feitas com as *famílias*. Uma, por exemplo, consistia na participação de um grupo de pessoas. A cada pessoa era distribuída uma bexiga cheia com um papel com problemas que poderiam acontecer na obra. Cada pessoa deveria ficar em pé e manter sua bexiga no ar. Depois, as pessoas iam indicando outras que deveriam se sentar. Quem indicasse alguém para se sentar, logo ficaria responsável pela bexiga da pessoa que havia sentado. Isso acontecia sucessivamente, até que se reduzisse o número de pessoas tendo que administrar todas as bexigas no ar, o que se tornava impossível.

Outra “dinâmica” consistia em distribuir a cada pessoa um palito longo e lhe pedir para quebrá-lo, o que prontamente cada pessoa era capaz de fazer. Depois se

juntavam muitos palitos em um feixe para mostrar a impossibilidade de quebrá-los quando juntos. O objetivo dessa prática era mostrar como com a união todo o processo de mutirão fica mais fácil.

Segundo as técnicas sociais (e isso correspondia a uma orientação do movimento e também do programa) essas “dinâmicas” eram para ensinar que durante a obra, muitos problemas ocorreriam, mas que “só no coletivo é possível resolver”, para alguém sozinho seria impossível solucionar qualquer problema. Assim, buscava-se expor ludicamente como seria a relação entre os mutirantes ao longo de todo o processo de mutirão..

No caso da “dinâmica” da bexiga, após o seu fim, fazia-se uma rodada para que as pessoas expusessem seus “sentimentos”. Alguns dos que haviam se sentado, mostravam-se frustrados pois queriam levantar para ajudar, mas não podiam, o que era explorado para mostrar como é preciso ajudar o outro, não deixá-lo sozinho. Portanto, era preciso demonstrar a necessidade de sempre se “pensar no coletivo” e que “quando o problema fica centralizado só em algumas pessoas, não é autogestão”. Nesse sentido, seria preciso “chamar a responsabilidade de cada família para as suas atribuições” e todas essas atribuições eram igualmente importantes para o “coletivo”. Era preciso pensar e trabalhar coletivamente.

O Trabalho Social era, assim, responsável por reforçar práticas, trabalhadas desde os grupos de origem, de coletivização (FILADELFO, 2009), de formação de um grupo coeso. Mas as atribuições específicas de cada *família* eram igualmente importantes e eram definidas pelas comissões das quais iriam fazer parte. Ao longo das atividades do Trabalho Social, as *famílias* escolheram em que comissão participar e cada grupo/cor passou a ter necessariamente integrantes de todas as comissões. Primeiramente, as *famílias* de cada um desses grupos se distribuíram entre as 17 comissões (com exceção da CAO e CRE). Depois cada comissão de cada grupo preencheu um plano de trabalho. O plano de trabalho foi feito para dar um “norte” para cada comissão. O preenchimento do plano de trabalho deveria ser feito fora do momento do Trabalho Social pelos integrantes de cada comissão de cada grupo. O objetivo era que eles se conhecessem melhor, passassem a interagir para uma maior integração.

Depois, as comissões se reuniram com as técnicas sociais. Cada comissão de cada grupo apresentou o plano de trabalho preenchido e elegeu um coordenador e um suplente. Nessas reuniões, as técnicas sociais quiseram “quebrar o gelo”, inicialmente

pedindo para todos se observarem e se cumprimentarem, já que iam ser “vizinhos”. Depois houve a apresentação dos planos de trabalho e uma discussão entre eles e divisão de experiências.

Posteriormente, todos os coordenadores e suplentes das comissões elegeram um único coordenador geral e um suplente geral para cada comissão temática de cada empreendimento. Segundo as técnicas sociais, a eleição de coordenadores não queria dizer que eles ficariam sobrecarregados e que precisariam decidir tudo sozinhos. Os suplentes dividiriam grande parte da responsabilidade e todas as *famílias* de cada grupo trabalhariam em forma de “pirâmide” (da base ao topo).

Nas minhas conversas com as *famílias* e participação nas reuniões das comissões, foi possível perceber que, em parte dos casos, havia uma continuidade entre formações profissionais e domínio de saberes específicos com as comissões escolhidas.

Assim, para a comissão de cozinha entraram mulheres (e apenas um homem), com experiência profissional como cozinheiras ou que apenas se orgulhavam de cozinhar bem. A comissão socioeducativa era responsável por desenvolver atividades com os filhos dos mutirantes, uma vez que seus pais precisavam trabalhar no mutirão e a permanência de crianças no terreno, durante a obra, não era permitida. As atividades ocorriam no CCA (Centro da Criança e do Adolescente) do bairro. Para essa comissão, além de interessados, entraram principalmente pessoas formadas em serviço social e pedagogia. A comissão de saúde contava com enfermeiras, a de segurança com pessoas que trabalhavam profissionalmente nesse ofício, na de meio ambiente existia um homem formado em gestão ambiental, a de obras contava com pedreiros e assim sucessivamente.

Mas é claro que acima de tudo o que mais valia para a escolha de uma comissão era o interesse da *família*, já que em muitas comissões não era necessária uma formação específica. Em geral, os coordenadores das comissões eram eleitos por já mostrarem um maior “interesse” na participação, por se manterem informados e por exibirem certos atributos, de que se orgulhavam, como escrever bem para a redação de atas e relatórios e propostas de sua comissão, bem como não ter “vergonha” de falar nas assembleias para todas as *famílias* sobre ações a serem adotadas por todos. Ou no caso de Sandro, que se tornou coordenador da CRE (Comissão de Representantes do Empreendimento) do José Maria Amaral, na prática um dos coordenadores gerais da própria *demand*a, que depois foi eleito como integrante da

coordenação da Leste I. Os coordenadores do CRE tinham a responsabilidade de participar das reuniões “para fora”, junto à prefeitura, à Caixa e na própria Leste I. Sandro foi levado ao movimento por um amigo, também *família* do mutirão mas que, diferente dele, sempre se mostrara “desinteressado”. Já ele, conforme me disse certa vez, foi indicado por Túlio para se tornar coordenador porque teria “jeito para lidar com o pessoal”. Outra expressão correlata que ouvi é “saber falar com o povo”. A outra coordenadora do CRE do Florestan Fernandes era filha de uma mutirante da Juta, o que a legitimaria como competente para assumir a função, o que ocorreu também com outros filhos de mutirantes. *Famílias* com longa participação no movimento também assumiram coordenações de comissões.

Também para a formação das comissões, a Leste I organizou “Oficinas de capacitação” para cada comissão no terreno. O objetivo foi o de trazer experiências de outros mutirões ou de lideranças detentoras de saberes específicos para contribuir para as comissões. Duas dessas oficinas, em especial, revelaram uma série de elementos constitutivos dos mutirões, além de terem sido oferecidas por duas lideranças da Leste I: as de formação e de ética.

Adriana, responsável pela oficina de formação, logo de início afirmou que o microfone, sendo usado por ela, não “mordia”. Isso foi algo que ela foi aprendendo, referindo-se em tom jocoso ao fato de que gradativamente foi perdendo a vergonha de falar para todos, algo fundamental na sua “formação” como liderança. Todos ali deveriam, como ela aprendeu, evitar entrar e sair das reuniões mudos e guardar as informações para si. As informações deveriam ser compartilhadas sempre. Disse ter feito muitos cursos de formação na União e em outras ONGs de apoio aos movimentos, como o Instituto Pólis⁶⁹. A grande lição aprendida (e não podemos esquecer da sua busca por uma “formação política”, descrita no capítulo 3) foi a de que a luta não é só por casa, mas por cidadania e de articulações e enfrentamentos em torno da “sociedade civil” e do “governo”.

Durante sua fala, Adriana utilizou bastante sua experiência frente ao mutirão Unidos Venceremos. Segundo ela, das 100 *famílias* de lá, nem todas teriam entendido todo o processo e perguntariam recorrentemente: “O que eu fiz nesse tempo todo?”.

⁶⁹ “O Instituto Pólis é uma ONG (Organização Não Governamental) de atuação nacional e internacional. Fundado em 1987, o Pólis atua na construção de cidades justas, sustentáveis e democráticas, por meio de pesquisas, assessoria e formação que resultem em mais políticas públicas e no avanço do desenvolvimento local” (polis.org.br).

Isso não seria um grave problema, pois se trataria de um “trabalho de formiguinha” mesmo e a compreensão do processo ainda poderia ser ampliada.

Também destacou a importância de uma comunicação constante com os filhos sobre a participação no mutirão, assim como para seus cônjuges. Isso seria importante não só para uma compreensão da ausência de casa nos fins de semana, como também para que os filhos tivessem a educação passada por seus pais mutirantes. Ela teria visto que faltava muita “informação” dentro de casa e a formação dos mutirantes ficava para si mesmos.

Referiu-se a maridos e esposas de mutirantes que, com ciúmes, perguntariam frequentemente onde estavam. Assim, falou da necessidade de se envolver toda a “família” no processo do mutirão. No caso das mulheres, maioria entre mutirantes, ela sentia pena porque muitas eram diaristas e tinham que trabalhar aos fins de semana, sem qualquer ajuda do marido. Assim, era preciso mostrar que a casa era para os filhos e para o marido também. Todo esse esforço realizado teria sido em função do que aprendera nos cursos de formação.

Adriana relatou em detalhes como era “desconfiada” e “tímida” no início e se preocupava mais com seu trabalho de diarista, mas frente à possibilidade de perder o empreendimento em que já estava cadastrada, mas como suplente (ver próximo capítulo), ofereceu-se para ser coordenadora. Segundo ela, cada movimento teria a sua organização, trabalharia de uma forma, assim como a Leste I, que estabeleceu um sistema de pontuação. Então, seria importante pedir ajuda dos suplentes sempre que não se pudesse comparecer, para “garantir a participação”. Conclamou a todos para que não dependessem apenas da Leste I, já que os ali presentes, por integrarem a comissão de formação, haviam se tornado o “grupo de formadores”. Pediu que eles sempre anotassem tudo, assim como ela, que tinha “uma agenda até hoje, desde que eu era uma simples família da Unidos. Queria escrever um livro, mas não tenho tempo”. E mais uma vez trouxe a importância da família para a discussão: “Eu amo o movimento de moradia, amo meus filhos também, mas amo o movimento”.

Ainda responsabilizou o movimento pelo seu retorno aos estudos ao mesmo tempo em que naquele momento se sentia capacitada a questionar seus professores sobre questões políticas e concluiu: “Convido vocês a participarem de outras instâncias do movimento, da Leste I e da Plenária da União, que é uma grande escola”. Depois se iniciou um debate em que as *famílias* e coordenadores queriam saber mais sobre a importância da “formação”. Adriana foi enfática em considerá-la

como uma “formação política” e que era importante por proporcionar troca de formações, informações e experiências e realizou uma definição de *política* coerente com os sentidos discutidos até aqui nesta tese, que não se restringem à política partidária e representativa ou mesmo apenas a relações entre movimentos e Estado: “Não é política do PT, PSDB; é política de discussão, informação. É importante politizar a família, o coordenador.”.

Já a oficina de ética foi oferecida por Marcos. Ele primeiro parabenizou a todos pelo fato de já estarem realizando essa discussão, uma vez que a obra ainda não havia começado. Isso se refletia em que para tudo há dois lados: um bom, como esse momento de formação, e um ruim, a demora em começar a obra.

Sobre o tema específico de ética, disse que não buscava dar aula e apenas resumiu o conceito como o “conjunto de princípios que orientam o comportamento” e “aquilo que não agride os outros, os vizinhos” e deu uma série de exemplos. Chegar atrasado no mutirão, pois a falta sem justificativa prejudica os outros. A necessidade de um princípio de solidariedade, afinal de contas, isso que seria um mutirão: “um ajuda o outro”. Outro exemplo de comportamento não ético foi o de solteiros que poderiam ganhar mensalmente o total de uma família mais numerosa e que nem por isso deveriam contratar mão de obra para trabalhar no seu lugar, pois não seria justo com famílias mais pobres e numerosas que não dispunham dessa opção.

Sobre o papel da Comissão de Ética, classificou-a não como detentora de um “chicotinho” para agredir quem não cumprisse o regulamento, mas como responsável por ter “jogo de cintura” para prevenir, educar, orientar o que pode e o que não pode. Ela teria a prerrogativa de punir, o que a tornaria geralmente uma comissão muito temida, uma vez que para que houvesse exclusão de uma *família*, ela deveria passar primeiramente por essa comissão.

Em tom animado e cômico, imitou um bêbado, caso clássico de estado de uma pessoa não permitido pelo regulamento, levando o público aos risos. Segundo ele, “o bêbado dá trabalho, mas é muito amado. Se você deixa fazer errado por muito tempo vira regra”. Nesse momento, Adriana brincou sobre como sempre tem aquele mutirante que faz uma cara de “gatinho dengoso” quando faz algo errado para evitar sua exclusão. Se, nesses casos, o mutirante não fosse excluído, ele voltaria a fazer de novo.

Conforme Marcos, qualquer pessoa poderia levar um caso de potencial exclusão à Comissão de Ética, mas esta é que geralmente deveria ter a iniciativa,

assim como autonomia para averiguar o caso e dar oportunidade de defesa, um direito da pessoa acusada. A comissão seria importante por “cuidar dessa situação grave que é a exclusão”. Voltando aos casos de bêbados, disse que muitas vezes a pessoa poderia estar “alta”, mas não admitir. Nesse tipo de situação, há vários controles de outras comissões que podem ser feitos, como a de segurança de trabalho e pontuação. Nesse sentido, o regulamento ainda precisaria ser melhorado, pois ainda estava muito genérico. Ele deveria dar conta do que realmente acontecia, não poderia ser muito flexibilizado e deveria ter regras e punições claras, combinadas com todo mundo, que deveriam ser cumpridas. Ao contrário, deu o exemplo de um mutirão da Leste I que precisou ser finalizado por construtora e que por isso não deu certo, por não ter tido autogestão das famílias.

Ao final, uma das técnicas sociais destacou a importância da “união”, do “coletivo” e que ali todos seriam iguais. Considerou-se muito satisfeita com o resultado das oficinas e concluiu que agora era com as próprias *famílias*, mas que as técnicas estariam ali para dar um suporte.

Até que a obra de fato se iniciasse, as comissões foram formadas, os coordenadores definidos e havia uma regularidade de reuniões de todas as comissões e das comissões CAO e CRE, com a presença de lideranças da Leste I, coordenadores do mutirão, assessoria técnica e técnicas sociais para discutir detalhes da obra, assim como as sempre necessárias interlocuções com a Caixa e a Prefeitura relativas ao repasse de recursos e aprovações de projetos. As assembleias continuaram a ocorrer mensalmente para que o conjunto de informações sobre a obra e as comissões pudessem ser debatidas e decididas com o conjunto das *famílias*.

Devido à demora do início das obras, não pude acompanhar o início do mutirão propriamente dito, mas havia uma diferença fundamental em relação aos mutirões anteriores, também sempre lembrada por coordenadores e *famílias* com participação na Leste I mais antiga. As diretrizes do PMCMVE eram consideradas rigorosas em relação ao controle da qualidade da obra, bem como à sua execução. Como se tratam de edifícios, eram precisos equipamentos e mão de obra especializada. Com isso, boa parte da obra deveria ser realizada por empreiteiras a serem contratadas e as *famílias* entrariam com uma mão de obra mais “leve”, como diziam coordenadores e mutirantes de mutirões anteriores. Nesse sentido, o regime de construção do PMCMVE era o de Administração direta com autogestão e Marcos na oficina de Ética diferenciou o presente regime dos anteriores já que autogestão ali se

referia muito mais a uma gestão administrativa da obra. Com efeito, o regulamento assim definia o regime de construção e gestão dos empreendimentos:

Entende-se o sistema de administração por AUTOGESTÃO com MUTIRÃO parcial como sendo aquele em que a administração e execução das obras é efetivada mediante a contribuição em horas trabalhadas pelos próprios interessados, havendo contratação de mão de obra para determinadas tarefas, sendo a administração realizada pela associação e assessorada pela equipe técnica. Portanto, para que haja AUTOGESTÃO e MUTIRÃO é necessária a presença de todas as famílias nas comissões e na obra, organizadas de acordo com este regulamento

Por outro lado, o acompanhamento de todo o processo até que a obra de fato se iniciasse ainda revelou outras importantes dimensões concernentes às *famílias* do mutirão, principalmente em relação às moralidades e reputações em torno de sua gestão, bem como a um aprofundamento dos sentidos de *política*, próprios a esse contexto de mutirão, como veremos a partir de agora..

Gestão das famílias no mutirão: os debates sobre exclusões

Como vimos até aqui, a união e a coletivização são dimensões fundamentais na concepção da coordenação, da assessoria técnica e da equipe do Trabalho Social sobre a gestão das famílias. Há que se conhecer e saber conviver com seus companheiros de obra e futuros vizinhos. Também ficou claro como o respeito ao regulamento é central para essa coletivização que se reveste em respeito entre as *famílias*, para que não haja uma injusta divisão de tarefas e que se pense e se aja *no coletivo*, com contribuições disseminadas por todos, igualmente importantes. Há um discurso recorrente de que ali “são todos iguais”, numa lógica de igualdade que se rompida leva a um desequilíbrio das relações. Esse rompimento é objetivado no desrespeito ao regulamento, que sempre torna a pessoa não cumpridora das regras sujeita a avaliações morais e pode levá-la à exclusão.

Em uma assembleia do mutirão, pude ver não só uma série de avaliações morais em relação ao não pagamento da contrapartida e ao desrespeito ao regulamento, como debates sobre a possibilidade de exclusão de algumas *famílias*.

Nesse dia específico, fiquei próximo a duas mulheres e um homem muito falante, reprovador de atitudes contrárias às dele (pagamentos em dia, boa frequência, demonstração de interesse etc), que me disse que iria desenvolver um jornal com informes sobre o mutirão. Essas três pessoas a todo tempo comentavam comigo o que ocorria na assembleia, com avaliações morais de outras *famílias* que teriam atitudes reprováveis.

Túlio, presidindo a Assembleia, falou mais uma vez sobre o não pagamento da contrapartida de alguns. Fez questão de explicar quais as finalidades da contrapartida: opção de compra, desenvolvimento do projeto pela assessoria técnica e estrutura mínima para montar a demanda.

Em relação a esse último ponto e ao histórico da demanda, inicialmente Miranda (ex-coordenadora) coordenou a demanda, quando ainda era outro terreno e o programa visado era o Crédito Solidário. Depois Selma e Denise assumiram a coordenação do mutirão como representantes do movimento e não da *demand*a. Foi enfático ao afirmar que a contrapartida não era, portanto para “Túlio botar gasolina, comprar carro, nada disso”, ressaltando sua reputação e do movimento de seriedade e honestidade.

A contrapartida era importante, muitas famílias já tinham acertado, mas havia gente com carnê desde 2009 que ainda não tinha pago. Ele não iria dizer nomes por “questão ética”, mas falou sobre uma mulher que chegou na sede “com arrogância” dizendo que havia perdido o carnê. Agora sua dívida estava acumulada em cerca de 4000 reais ao que alguns assobiaram surpresos. Nesse momento, ele perguntou a todos “Vocês perdem o carnê das Casas Bahia?”, ao que um coro respondeu negativamente. Ele concluiu “Não, né? Mas do movimento perde...”, com um tom de reprovação. Muitos riram nesse momento.

De um total de 396 famílias, cerca de 50 famílias ainda não tinham pago, levando Túlio a perguntar: “Se não consegue pagar 50 reais, como vai pagar a prestação?”. Indignado, ao mesmo tempo que incentivando todos, disse que a prestação do apartamento seria equivalente a apenas 5% da renda, diferentemente da Fazenda da Juta, onde quanto mais se paga, menor o subsídio, com pessoas agora pagando até 500 reais. Nesse momento, alguns confirmaram, outros se surpreenderam.

Como essa mulher “arrogante” e outros estavam com uma elevada dívida, ele propôs à assembleia que essas pessoas tivessem um prazo de 18 meses para pagar

esses altos valores devido aos juros (entre 3 e 4 mil reais). A maioria assentiu. Em paralelo, quem devia pouco deveria pagar tudo imediatamente.

Denise leu nomes das pessoas que estavam com faltas e que tinham recebido cartas com alertas da necessidade de comparecerem às atividades do mutirão. Os que receberam as cartas e não se justificaram nem apareceram perderam esse direito, mas os que tiveram a carta retornada poderiam se justificar.

Duas pessoas presentes tiveram o direito de se justificar perante a assembleia e se expor ao escrutínio pelo direito de continuar ou não. Deu-se início a uma situação extremamente tensa, com uma pessoa ali na frente pronta a se justificar e ter que responder a muitas perguntas dos mutirantes que deveriam avaliar seu futuro.

Primeiro foi Lívia, jovem de vinte e poucos anos. Em tom choroso, disse que era sozinha, com problemas que a impediram de participar regularmente até então, morava longe (na zona norte), mas que a partir daquele momento estava disposta a “batalhar”. Ficaria feliz se aprovassem sua permanência, caso contrário, estaria “tudo bem”, pois ela respeitaria as regras.

O outro jovem a se defender disse que seu pai é quem ia às reuniões, já que ele trabalhava aos fins de semana. Mas ele havia conseguido um trabalho de segunda a sexta, o que possibilitava a sua vinda.

Após as justificativas, era momento dos presentes sabatinarem os faltantes. Só mulheres perguntaram a Lívia com um forte tom acusatório: “Onde mora?”; “Mas você já não é casada e mora com seu marido? Porque ficar aqui?”. Uma mulher a acusou de ter falado que seu pai é quem iria morar ali, outra a acusou de ter falado “fui sem vergonha”, já que a casa era para seu pai. “A gente não é palhaço”, afirmou a inquisidora e perguntou “porque o pai não vem, então?”. Alguém falou que por essas condições Lívia era uma forte candidata a vender o imóvel depois de adquirido, algo severamente reprovável.

Túlio nesse momento, tentando acalmar um pouco os ânimos, disse que ninguém ali queria dar pedrada nem ser vidraça.

Após as acusações e questionamentos, Lívia começou a se defender. Segundo ela, de fato morava com seu marido, mas em caso de uma separação, ela não teria onde morar. Além disso, pelo fato de ser mulher ela não herdaria nada: “De família você não herda nada. E se eu me separo? Vou ficar que nem minha mãe, diarista que nunca conseguiu nada?”. Disse também que não iria morar com o pai, cada um deveria ter o seu espaço, mas que precisava ajudá-lo. Sua ideia era conseguir o

apartamento e deixar seu pai morando ali por enquanto. Ainda reconheceu ter dito e feito muito do que a acusaram, mas se desculpou por isso, mostrando arrependimento.

Depois de Livia ter se defendido, Túlio afirmou que mesmo a família que estivesse devendo, que tivesse faltado, tinha direito a ir à assembleia e se defender: “A gente ouve as duas partes e encaminha”. Segundo ele, todos deveriam votar de três maneiras: 1) a favor da exclusão; 2) contra a exclusão; e 3) abstenção.

As pessoas próximas a mim se manifestaram. O homem do jornal afirmou em tom agressivo: “Falta? Falta de vergonha na cara isso sim”. Outra mulher me disse que era a terceira vez que Livia se justificava e falou do enorme “bafafá” de outra mutirante que teve que se justificar porque sua mãe havia morrido em Santos. De acordo com essa mulher, a situação de Livia era “grave”, pois ela tinha ultrapassado o número de faltas permitidas: 5 faltas alternadas ou 10 consecutivas. Ela foi alvo de acusações morais o tempo todo por muitos dos presentes ali.

As famílias votaram levantando as mãos para cada uma das opções. A votação foi contabilizada pela técnica social e comunicada por Denise. De um total de 219 “famílias”, termo logo mudado para “pessoas”, 117 votaram pela permanência de Livia, 74 para ela ser excluída e 28 abstenções.

O outro jovem teve uma votação a seu favor muito maior do que a de Livia e ele foi sujeito também a avaliações e questionamentos, embora em tom menos agressivo: “Como assim? Justo agora ele consegue um trabalho durante a semana?”.

Uma das mulheres e o homem que estavam próximos a mim votaram contra, mas a segunda mulher votou a favor. Surpreso, perguntei a ela o porquê. Ela disse ser contra excluir qualquer um, cada situação seria difícil, então todos mereciam uma segunda chance.

As duas mulheres me contaram sobre outras situações de exclusão. Em um dia de mutirão para limpeza do terreno e retirada dos entulhos das ruínas na parte de baixo do terreno, houve intervalo de almoço de uma hora. Um homem foi beber em um bar próximo ao terreno. Alguém o viu e o chamou para retornar, ele disse que iria só mais tarde. Quando voltou, foi sumariamente excluído. Elas se referiram a ele como “o bêbado”.

Essa situação aconteceu ainda antes da formalização da Comissão de Ética. Quando esta foi constituída, Nara, sua coordenadora, pediu uma reunião com a coordenação do mutirão para discutir alguns “casos”. Esse termo, juntamente com “confusões” e “bagunças” criadas por certas pessoas, sempre nomeadas, era

continuamente utilizado para se referir a situações em que deveria se discutir a exclusão. Mas uma pessoa apenas seria excluída depois de receber advertências, que poderiam variar conforme a gravidade do caso.

Selma, uma das coordenadoras do mutirão, alertou primeiro a comissão de que era importante na discussão de cada caso que não só uma pessoa falasse, para não ficar “marcada” e com isso se instaurasse um conflito pessoal.

Um dos casos era o de Dona Elis, já idosa. Segundo os relatos da comissão, ela brigava muito com os outros mutirantes, gritava, reclamava do café amargo, maltratava o cachorro do caseiro do terreno e ainda se fazia de vítima, dizendo que os outros é que brigavam com ela. Uma pessoa teria chegado a desabafar: “Um dia eu esqueço que ela é idosa e bato nela”. Nara, nesse momento, fez um comentário mais geral sobre os desafios de integrar a Comissão de Ética: “Cada um tem uma opinião, um jeito de falar. É difícil lidar com gente assim”.

Sobre Dona Elis, Nara ressaltou que era preciso que se conversasse com ela urgentemente. Uma das coordenadoras afirmou: “porque daqui para a frente, os encontros vão ser mais longos e se ela não melhorar, a tendência é piorar”. Ela ainda complementou que se a pessoa já estava dando problema, trabalho, naquele momento, ela também iria dar no condomínio. A comissão não poderia agir com o coração, mas com a razão e falou-se bastante sobre a necessária “boa convivência” após o término da obra.

Na semana seguinte, em dia de assembleia, a Comissão de Ética fez uma reunião com a presença de Dona Elis na antiga casa do caseiro. Participaram da reunião Nara e mais duas mulheres da Comissão de Ética, Danilo (inicialmente da Ética, mas que passara a integrar a CAO), Denise, Indira, Adriana, Sandro e Luísa (técnica social).

A senhora Elis, ainda antes do início da reunião, falou com Adriana como sempre havia participado de tudo, sempre perguntando “fui lá no Anhembi, né Adriana?”, mostrando-se muito afável com ela.

Nara foi a primeira a falar. Disse que a comissão resolveu chamar Dona Elis para uma “conversa” porque muitas pessoas estavam reclamando da forma como eram tratadas por ela. Nara falou isso com muito cuidado.

Logo em seguida, Indira afirmou:

Dona Elis, eu sei que a senhora não tem a intenção, mas muitas pessoas ficam assustadas, se sentem agredidas, desrespeitadas. A senhora acha que por ser idosa tem mais direitos que os outros, só que aqui também temos outros idosos que também têm que ser respeitados. A senhora tem um jeito de falar agressivo.

Os presentes exemplificaram a agressividade de Dona Elis com o fato dela reclamar do café amargo. Ela respondeu, nervosamente, “mas eu não gosto de beber café amargo”. Depois do cachorro, ao que ela se defendeu: “Mas agora eu sou obrigada a gostar de cachorro? Só me faltava essa”.

Eles pediram calma a ela e disseram que não havia sido só uma pessoa que reclamara, mas várias, que disseram que se sentiram ofendidas e que só não fizeram nada mais grave porque ela era idosa.

Ela retrucou, em tom ofendido, com lágrimas nos olhos, mas de um jeito que parecia não estar entendendo muito bem o que estava ocorrendo: “Mas eu não maltrato ninguém, nunca maltratei ninguém. Eu é que sou maltratada. Quando sento, ficam batendo na minha cadeira”. Também disse, muito exaltada, que já havia sido empurrada e machucada e mostrou sua canela com uma cicatriz.

Quase todos na reunião mostraram-se preocupados com as reações de Dona Elis e lhe perguntaram se estava entendendo o que estava acontecendo. Falaram que era uma situação grave, que muitos estavam reclamando dela e que eles estavam lhe dando uma advertência e que se ela continuasse agindo daquela forma, ela teria que ser excluída.

Enquanto ela estava muito exaltada, Indira perguntou estrategicamente: “A senhora está vendo como a senhora está falando agora? Nós chamamos a senhora para uma conversa e a senhora já está toda exaltada, falando de um jeito agressivo”.

Ela respondeu, de novo, que nunca maltratou ninguém, que se fosse assim, iria pegar as coisas e ir embora. Ainda disse que gostava muito de Denise, que foi a primeira a pagar toda a contrapartida, que participava de todas as reuniões, de todos os atos.

Os outros disseram gostar dela, que não queriam que ela saísse, mas que ela precisava melhorar o jeito de falar com as pessoas. Ali ela teria que respeitar os outros para que ela também fosse respeitada: “As obras ainda nem começaram, já pensou quando começar, com enxada, pá e tudo?”. Adriana se exasperou e soltou um apreensivo “Ai, meu Deus!”.

Danilo disse que depois todos iriam morar juntos e que, portanto, era preciso respeito, saber como falar as coisas “para conviver bem com as pessoas”. Muitos complementaram e lembraram que o trabalho ali era “no coletivo”, todos trabalhavam juntos e iriam morar coletivamente, então deveria haver respeito. Adriana, em seguida, falou que Dona Elis precisava ter mais paciência, mais tolerância, como o pai de Adriana havia lhe ensinado: “Meu pai dizia que tem que contar até 10, aqui no mutirão tem que contar até 1000!”. Depois pegou no meu braço e me usou como exemplo: “Faz de conta que eu não gosto do Carlos. Não é por isso que eu vou destratar ele, faltar com o respeito. Eu não preciso gostar dele pra conseguir conviver com ele.” Assim, se ela continuasse daquele jeito, ninguém iria querer ser vizinho dela depois.

Dona Elis se defendeu e reiterou que ela é que não era respeitada. Nara (e depois todos confirmaram) reafirmaram que a Comissão de Ética estava ali reunida para tentar resolver esse problema porque muitas pessoas reclamaram, mas que se outras pessoas estivessem faltando com o respeito, ela poderia apresentar o caso para a comissão também, que a comissão iria chamar essas pessoas para uma “conversa”.

Sandro, muito sagazmente, pegou na mão de Dona Elis e lhe pediu com muito jeito para que ela trouxesse seu filho um dia para conhecer o mutirão, saber o que estava sendo feito, para que conversasse com eles. Ela retrucou, meio estupidamente, que seu filho não poderia, porque ele trabalhava no fim de semana. Ele era cabeleireiro, estava com um salão novo, e não tinha tempo. Sandro, com toda a calma do mundo, disse para ela fazer o convite, que seu filho se programaria para vir. Ao que ela respondeu, mais uma vez, que não daria mesmo, que seu filho, inclusive, nem acreditava que ela iria morar naquele lugar tão longe.

Sandro insistiu mais uma vez. Ela ficou quieta, como também ficou depois de todos explicarem muito bem quais eram as queixas e como ela deveria se comportar. Ficando quieta, não ficou claro se ela realmente estava entendendo, se ela realmente iria fazer o que estavam lhe pedindo.

Ao final, ela não pediu desculpas, mas disse que não queria sair. Todos também afirmaram não querer que ela sáisse. Ela terminou sua participação na reunião dando um beijo em Denise e Adriana e disse que gostava muito delas.

Após a saída de Dona Elis, confidenciei a Denise e Indira que fiquei com pena dela. Elas me disseram que não era para eu sentir isso, que ela se fazia de “vítima” justamente com esse objetivo.

Depois, perguntei para Sandro se ela era tão “difícil” assim mesmo. Ele confirmou enfaticamente e me deu dois exemplos, pedindo para eu levantar a mão. No primeiro exemplo, ele foi pegar um café (minha mão estendida) e ela bateu na mão dele com violência, dizendo que não era a vez dele. No segundo exemplo, eles estavam num ato na Prefeitura, ela ofereceu um pedaço grande de bolo para ele. Ele seria incapaz de não dividir nada com ninguém, de ver alguém precisando, querendo ou com fome e não lhe dar nada. Então, dividiu um pedaço para dar para outra mulher. Dona Elis, mais uma vez, bateu na mão dele (ele reproduziu isso batendo na minha mão também estendida a seu pedido) e disse que o bolo era para ele, não para dividir.

Sandro ainda me falou sobre o convite que fez para o filho de Dona Elis vir para o mutirão. Isso foi feito “pra gente ter uma conversa com ele, explicar a situação da mãe dele”. Perguntei sobre a possibilidade dele ser igual à mãe, ao que Sandro me respondeu: “Aí a gente desce a porrada, ele é homem!”.

Depois alguém disse que Dona Elis não poderia ser usada como exemplo para nada. Túlio, uma vez, teria a usado como exemplo hipotético para mostrar algo que não deveria ser feito (essa maneira de exemplificação era muito comum) e ela gritou, dizendo que não era com ela, que ela não fazia aquilo.

O caso de Dona Elis ilustra mecanismos de gestão moral e normalização (DONZELOT, 1986) das *famílias* por parte da coordenação no sentido em que elas precisam obedecer a uma certa moralidade (ainda que muito flexível) e serem classificadas e definidas por normas (tanto pela política pública como pelo movimento). Dona Elis segue o sistema de pontuação, mas não observa outros pontos do regulamento. Como se diz no mutirão frequentemente, o “trabalho é no coletivo” e ela estaria indo de encontro a esse estado de coisas. Pode-se dizer que está havendo uma individualização (VELHO, 1981) de uma outrora *família*. Ou seja, Dona Elis é classificada, esquadrinhada, disciplinada, alvo de um processo de individualização, sujeita a um mecanismo disciplinar (FOUCAULT, 1987). Individualizada em duplo sentido – tanto por ser um caso particular, individualizado, como por ser destoante do conjunto das *famílias*, da coletividade.

Vê-se, em geral, como os esforços de coletivização (discursivos, pontuação, respeito ao regulamento) pretendem, de certa forma, que todas as famílias sejam normalizadas e moralizadas. Isso pressupõe que os desviantes a essa norma e a essa moralidade sejam reputados a partir de termos estigmatizantes e pejorativos:

“bagunceiros”, “bêbados”, “gosta de encrenca”, “difícil de conversar”, “críticos sem participar” etc.

Essa reputação é eminentemente individualizada, ou seja, a pessoa é recortada da coletividade. Isso não quer dizer que sua reputação não seja compartilhada pelo conjunto da família da qual ela é representante. No entanto, tem impactos sobre a continuidade da família no movimento e no mutirão.

Assim, ainda que se fale em *família*, é a pessoa que é reputada como um problema. Apesar dos esforços de coletivização contínuos, que se iniciam nos grupos de origem e perduram às vezes mesmo depois do atendimento, essas pessoas não só não seguem a moralidade exigida como criam a todo tempo problemas. Isso é moralmente repreensível e pode levar à exclusão. Mas a frase “ele não foi excluído, ele que se excluiu” (muito recorrente nas conversas sobre exclusões) mostra a responsabilidade da própria pessoa no desvio, no não cumprimento do que era devido.

Os sentidos de *política* e o mutirão

Se *política* corresponde a processos de luta mais diversos, não restritos à busca e conquista da casa própria, no mutirão o termo adquire outra conotação complementar: uma necessária relação do empreendimento com o entorno, que ele não fique ensimesmado. Como afirma Denise sobre autogestão e todo o trabalho *político* feito com as famílias:

As pessoas acham que a autogestão é só para administrar o edifício, não é. Na verdade é dizer o quanto é importante essa construção, você sabendo o que você está fazendo, porque senão seria mais fácil para qualquer movimento pegar uma construtora e ser moradia por moradia, o que não é o caso. Eu acho que aí o cidadão político deve entender o processo político que ele está participando, o porquê que ele está aqui, eu acho que isso faz toda a diferença. Quando a gente fala assim administrar o dinheiro, isso daí de administrar acho que qualquer pessoa pode administrar, seja um administrador. Mas entender o porquê que ele está aqui, qual é o papel político dele dentro aqui desse processo, eu acho que isso é o papel nosso aqui, da autogestão. Não é a pessoa entrar, que entrou lá no grupo de origem, e terminar lá quando ela estiver morando na casa dela ela não ter entendido o que que ela está fazendo aqui. Porque além deles estarem vindo para um lugar, Cidade Tiradentes, extremo leste, já tem as coisas típicas aqui do bairro... típicas não, a carência da Cidade Tiradentes. Então se eles passarem por isso e não entenderem esse processo, eles vão morar aqui e vão ter que sair para fazer tudo. Entender que o papel deles aqui é atuar mesmo, atuar dentro

da Cidade Tiradentes, atuar dentro da cidade de São Paulo, atuar cobrando. Cobrando o seu direito. Porque a gente tem direito mas sabe que só é atendido quando a gente cobra. Se não fosse assim a gente não estava aqui. Por que que a gente conseguiu todas essas moradias até hoje? Porque a gente cobrou. Se a gente ficasse lá falando “é um direito meu”, não ia sair do papel. Então eu acho que não é, a Juliana que fala muito isso, se fosse só construção de casa a gente chamava uma construtora. Entender o seu papel político aqui, o seu papel de cidadão, o seu papel aqui dentro. Eu acho que autogestão é isso.

Como Cidade Tiradentes é um bairro sem muita infraestrutura e serviços, é preciso que se continue lutando por direitos, por melhorias no entorno ou, como ela me disse certa vez, algumas famílias também estão presentes no mutirão por “questões políticas” e não apenas visando a obtenção da casa própria. O Trabalho Social teria a grande função de despertar entre a maioria das famílias interesses políticos mais amplos, que faria as famílias entenderem o “processo político”: o mutirão não se limita à casa, mas também visa melhorar o entorno dos empreendimentos.

Nesse sentido, em outra ocasião, quando Marcos ofereceu a oficina de capacitação da Comissão de Ética, ele comentou sobre o fato do distrito de Cidade Tiradentes apresentar uma situação inversa à do centro paulistano: muitas habitações, mas pouco emprego. Seria um bairro com características próprias e uma série de ausências e problemas, motivo pelo qual as *famílias* precisariam se relacionar com o bairro, ninguém ali poderia ficar dele apartado. Seria necessário saber quais são as “lutas do bairro”⁷⁰.

Com efeito, em consonância com essas lutas por melhorias do bairro, o projeto prevê a construção de um salão comunitário, onde funcionariam um CEI (Centro de Educação Infantil), um CCA (Centro da Criança e do Adolescente) e um CJ (Centro da Juventude). O objetivo é que esse salão seja aberto externamente, para atendimento de crianças, adolescentes e jovens do bairro. A ideia é que esses centros sejam conveniados pela prefeitura.

No entanto, essa proposta teve uma resistência explicitada por uma coordenadora de uma comissão que fez uma reprovação durante uma reunião da coordenação de obra. Ela se mostrou contrária à proposta de um salão comunitário, já que “comunitário” vem de “comunidade”, logo “favela” e, assim, seria perigosa a

⁷⁰ Sobre essas diferenças territoriais e sociais entre o Centro e a Cidade Tiradentes, ver Almeida, D’Andrea e De Lucca (2008).

convivência com moradores de favelas. Ela e outras duas mulheres ali presentes se mostraram receosas da potencial violência que essa convivência poderia trazer, com frases como “aqui tem que ter regra se não vira bagunça, pode virar ponto de droga” ou “vai ter homicídio aqui!”, “como é que faz um empreendimento sem conhecer o entorno?”.

No entanto, a maioria dos presentes mostrou-se indignada com tal posicionamento. Uma das coordenadoras disse que a mulher havia sido “infeliz na fala dela” e que o salão comunitário é voltado para a “comunidade” sim, “Aqui vai ser virado para a rua”.

Adriana bem lembrou que o entorno imediato não era composto por favela, mas por conjuntos habitacionais, mas mesmo se fosse “favela” essa posição não se justificaria. Ela ainda diria “Eu sou da favela!”, referindo-se ao fato não só de ter morado em uma, como de ter participado inicialmente do MDF (Movimento de Defesa dos Favelados), em Itaquera. Ela foi fortemente crítica ao “preconceito” de Vanessa, primeira a mostrar o receio e disse: “eu e a Leste I só estamos aqui por causa do MDF, que teve uma importância a partir dos anos 80 na inspiração de outros movimentos”.

Denise complementou que ali era extremo leste e não era para ninguém achar que era um empreendimento de classe média. Os vizinhos são “trabalhadores que nem a gente, eles aceitaram a gente”. E Indira complementou: “as crianças vão se encontrar na escola, aqui é extrema zona leste, periferia, a maioria é como nós, trabalhadores. Gente de má índole? Tem, mas tem em qualquer lugar”.

Adriana se referiu ao Unidos, localizado ao lado de uma favela, no qual eles ajudaram muita gente e, inclusive, eles montaram um grupo de origem ali para atender quem não teve chances como os mutirantes e a ajuda também se justificava para evitar problemas.

Vanessa insistiu em que não se poderia “deixar qualquer um entrar”, “eu sou coordenadora para poder falar o que eu penso; para mim, tem que ter controle sim”. Adriana lhe respondeu “mas tem que saber ouvir também, pensar antes de falar, se você for lá e chamar favela, você morre. É comunidade!”.

Essa séria discussão fomentou conversas durante semanas. Invariavelmente, Adriana comentava sobre o preconceito de Vanessa com favela, ao passo que outras pessoas brincavam que Vanessa iria blindar a janela e encontrar formas criativas de não andar na rua. Mas houve um esforço de tratar essa alteridade, dos moradores

externos, a partir de uma relação de respeito, com os quais era necessário “saber conversar” para evitar quaisquer tipos de problema ou, em casos extremos, de violência.

Aos já citados esforços de gestão moral e de coletivização para o fortalecimento da futura boa convivência entre os mutirantes enquanto vizinhos, também acresce-se um incentivo ao estabelecimento de boas relações com os vizinhos do entorno do mutirão, orientados por discursos e práticas tidas como *políticas*. É possível dizer que a questão da vizinhança no mutirão é utilizada tanto para produzir simbolicamente aproximações e diferenças sociais entre os mutirantes, como entre mutirantes e vizinhos do entorno, assim como entre o presente e o futuro do bairro onde está sendo realizado o mutirão, ao abrir um salão comunitário para crianças, adolescentes e bairros externos à ele, intensificando relações com os moradores da região⁷¹.

Os sentidos de *política*, assim, se ampliam e passam a incluir também a relação com o entorno territorial, numa espécie de luta incessante, de busca de melhorias que não se restringem à moradia, mas também a questões urbanas. Denise considera que o necessário entendimento das *famílias* de seu “papel político” a partir de concepções em torno de cidadania e luta por direitos. A incorporação desses atributos *políticos* seriam ocasionados pela autogestão. Como vimos no início do capítulo, as perspectivas das lideranças da Leste I, como Denise, são condizentes com parte da bibliografia que também enaltece as virtudes da autogestão.

A autogestão de acordo com essas perspectivas seria uma prática emancipatória, pautada pela cidadania e luta e acesso a direitos. Além disso, o mutirão com autogestão seria responsável por práticas democráticas entre todos os seus envolvidos, incluindo coordenação, assessoria técnica e famílias.

No entanto, analisar o mutirão na chave da democracia costuma levar a avaliações otimistas do potencial dos mutirões ou pessimistas e críticas por eles não realizarem de fato práticas democráticas e emancipatórias, uma vez que há explorações, conflitos e hierarquizações (RIZEK; BARROS, 2006). Nesse embate, a democracia, a cidadania e os direitos que a autogestão proporcionaria parecem muito mais ideais a serem alcançados ou impossíveis de o serem do que conceitos capazes de explicar muitas das dimensões das práticas dos mutirões com autogestão.

⁷¹ Sobre a vizinhança como recurso simbólico de produção de distância social, ver a excelente etnografia de Edwards (2000).

Abandonando essas controvérsias, este capítulo demonstrou como o mutirão apresenta dinâmicas muito mais complexas do que aqueles conceitos supõem. Vimos esforços contínuos de coletivização contrapostos a individualizações; práticas e ideias em torno de igualdade, mas também de hierarquizações e de relações de poder; reputações que a todo tempo são produzidas, reafirmadas, mas também problematizadas e mesmo destruídas. Também foi possível constatar como certos atributos definem a participação de maneiras mais diversas do que se reconhecer como cidadão e sujeito de direitos supõe. No lugar de uma plena união e de uma tomada de consciência coletiva e política, trata-se de um jogo contínuo de moralidades conflitivas, de atributos e reputações fundamentais nas relações entre as *famílias* e entre elas e a coordenação, os técnicos sociais e a assessoria técnica.

Portanto, a *política* e as ideias e práticas em torno de autogestão são traduzidas, ao mesmo tempo em que têm os seus sentidos complexificados, em termos de boa (ou má) convivência, de respeito, de saber conversar, de união ou desunião, e de moralidades, reputações e atributos que orientam não só as *famílias*, como os coordenadores e também as relações de vizinhança. Veremos mais claramente essas outras concepções e práticas no próximo capítulo, a partir das perspectivas de *famílias* que já passaram pelo tempo do mutirão.

Capítulo 5

O tempo do mutirão

A exemplo do tempo das reuniões, também há uma marcação temporal por parte dos mutirantes do período de duração do mutirão, desde o alcance da pontuação necessária e a decisão em de fato integrar uma *demanda* específica, passando por todo o processo de obra e chegando à mudança para a nova casa (ou, mais precisamente, apartamentos nos casos aqui analisados). A esse período poderíamos chamar de ‘tempo do mutirão’, que será discutido neste capítulo⁷².

Muitos dos elementos discutidos, especialmente no segundo capítulo, em relação ao tempo das reuniões também reaparecem na definição desse tempo do mutirão. Vimos, inclusive, como as narrativas das *famílias* mutirantes tendem a sobrepôr os dois tempos a partir de características comuns: a demora do atendimento (quase sempre como resultado das ações do *governo*), o sofrimento, conflitos e solidariedades intrafamiliares e a série de atributos e reputações, pessoais e coletivas, necessária para a luta e a permanência no mutirão.

No entanto, o tempo do mutirão nas narrativas e conversas com os mutirantes se revela como um período em que as relações entre as famílias e entre elas e os coordenadores são cotidianas e mais intensas. Por isso, a análise desse tempo constitui uma possibilidade de aprofundamento desses elementos em torno da *luta* e da *conquista* da casa própria, ao mesmo tempo em que descortina outras relações próprias ao mutirão, como veremos mais detidamente ao longo deste capítulo a partir, principalmente, das perspectivas dos mutirantes do Unidos Venceremos ao término do processo do mutirão.

Relações políticas e técnicas na duração do tempo do mutirão

O Unidos Venceremos, conjunto habitacional da Leste I, foi construído via mutirão com recursos da COHAB e também se localiza na Cidade Tiradentes. Quando iniciei o trabalho de campo, os blocos de apartamentos já haviam sido

⁷² A inspiração para a elaboração dessa expressão, assim como fiz com o ‘tempo das reuniões’ no capítulo 2, vem da expressão nativa “tempo de acampamento” utilizada entre o MST e analisada por Loera (2009).

levantados e, embora ainda não houvesse sido concluída a liberação de verbas para a COHAB e a obra não estivesse plenamente concluída, 67 famílias já habitavam o conjunto construído para 100 famílias filiadas à Leste I.

Já me referi a variados elementos do Unidos Venceremos, mas cabe aqui resgatar um pouco de sua história a partir das narrativas dos mutirantes.

Inicialmente, a demanda era composta por suplentes de outro mutirão da CDHU, também de 100 famílias. Como essas últimas famílias já estavam praticamente asseguradas nesse mutirão, as 100 famílias suplentes não seriam ali atendidas. É nesse momento que Adriana se torna coordenadora dessa nova *demand*a e aprende saberes, linguagens, estabelece novas relações e adota novas práticas subsumidas no termo *política*, conforme visto no capítulo 3.

Entre 1998 e 1999, houve pressões, como uma ocupação da prefeitura realizada por alguns movimentos da União, o que levou à abertura de negociação para o atendimento da *demand*a de 100 famílias. Inicialmente, a prefeitura ofereceu o atendimento por meio da política habitacional das gestões municipais de Paulo Maluf e Celso Pitta, o Cingapura, que estipulava um modelo de prédios em geral muito criticados pelos movimentos de moradia por metragem reduzida e qualidade ruim de materiais utilizados, além de não serem produzidos por autogestão. Como afirmou Marina, junto com Adriana também uma das principais coordenadoras do Unidos Venceremos:

Aí eu procurei um grupo de moradia e quando eu cheguei lá o povo já tinha construído o mutirão e ficou eu e a Adriana, assim com um monte de papel na mão precisando da moradia e... nós tínhamos que ser coordenadoras para poder ter a nossa casa. A partir daí a gente começou a procurar pessoas, a mandar equipe para procurar governo, o governo procurou a gente também. Para debater o que a gente queria e eles lançaram várias propostas, mas a gente é meio enjoado, pobre é meio enjoado. Cingapura não, a gente passou anos e anos construindo o nosso ideal, e que foi sofrido, quinze anos para ter uma casa. Então a gente conseguiu, hoje a gente conseguiu, mas foi assim mutirão debaixo de chuva, oito anos trabalhando, oito anos sábado e domingo aqui, mas a gente foi atrás do que a gente queria. Porque o governo tem a proposta bonitinha dele lá, de projeto e tudo, mas a gente quer uma coisa melhor. Porque a gente pensa assim: a família de baixa renda tem muito filho, como é que eu vou jogar uma mãe e um monte de filhos em 40m²? A gente pensa em tudo.

A *demand*a, portanto, não aceitou a proposta da prefeitura e conseguiu estabelecer a negociação de uma gleba de terra na Cidade Tiradentes. Essa gleba foi

destinada a dois mutirões da Leste I: o Unidos Venceremos e o Paulo Freire. Os dois projetos comportam 100 famílias cada, mas são distintos e foram elaborados por duas assessorias técnicas diferentes.

O convênio foi firmado em 1999, mas as obras só foram iniciadas em 2003 e, pelo menos até 2014, ainda não haviam sido plenamente concluídas. Entre 2011 e 2012, as primeiras famílias iniciaram a ocupação definitiva do conjunto e se responsabilizaram pela adequação física de seus apartamentos.

Como já dito, as obras têm início em 2003 e deram origem a um conjunto de seis blocos de apartamentos: quatro blocos de sete andares, com três apartamentos por andar, com a exceção dos andares mais baixos, que só têm dois apartamentos, o que totaliza 80 apartamentos; e dois blocos de cinco andares, com dois apartamentos por andar, totalizando 20 unidades habitacionais. Os apartamentos contam com dois dormitórios, sala, banheiro, cozinha e área de lavanderia.

As narrativas tendem a conceber todo esse período como de muito “sofrimento”, de muitas “dificuldades” e de muita “luta”. Em linhas gerais, o principal responsável pela concepção do tempo do mutirão como longo e demorado é o *governo*, aqui entendido como a prefeitura e a COHAB. Entraves na liberação de verbas e todo o processo de negociação com a COHAB e prefeitura teriam levado a um atraso de anos da obra, tempo esse percebido como demasiadamente longo para os mutirantes. Nesse sentido, Afonso, ao explicar o seu ingresso no movimento, se refere às diversas dificuldades enfrentadas para a finalização do mutirão, centradas principalmente no papel da prefeitura e da COHAB, mas também em função de conflitos pelo fato de se tratar de um mutirão com autogestão:

Carlos: E porque você entrou no movimento, o que te levou a participar?

Afonso: No começo, por que assim, é aquele grande ditado “quem casa quer casa”. A princípio foi isso aí, que a gente morava todo mundo junto. Que o começo pra grande maioria... Nem sempre, mas a grande maioria começa assim. Tentando, assim, ter o seu próprio cantinho. Ou com parentes ou vivendo de aluguel, é ter o seu cantinho e com a gente não foi diferente. E como surgiu essa oportunidade aí, que o irmão dela já tinha participado. Tem uma prima dela, também, agora que eu lembrei, foi a precursora mesmo; ela mora lá no Estrela do Carmo até hoje. Ela que aventou a possibilidade de mutirão e tal, porque pra ela estava dando certo, já estava construindo e tal (...) abraçamos a causa, foi que foi. Aos trancos e barrancos, com todas as dificuldades... E olha que nós tivemos muita dificuldade, nesse mutirão aqui são muitas dificuldades.

Carlos: Tipo o que assim?

Afonso: Como nós somos um movimento que trabalha com autogestão, então assim, a gente... Eu fui conselheiro fiscal desse grupo durante um bom tempo, no começo principalmente, depois abri mão, aí formou, os que entraram formou uma outra coordenação hoje em dia, mas ficou a principal que são quatro pessoas que são a Marina, a Adriana, o Seu Maurício e o Otávio. São os pilares, que ficaram, só trocaram de cargo na verdade. Foram eles que assinaram toda a papelada aqui do mutirão

[...]

E assim, eu entrei mais por isso, pra ter a possibilidade de ter um cantinho, acreditei na ideia, fiz parte, vim junto com eles aí, abraçamos a ideia e vivemos toda essa história aí. E a dificuldade é que por ser autogestão, depende de muitos fatores. Porque aqui tudo tem o seu dedo. O dedo do mutirante. Então, aqui você contrata, você verifica, você participa do trabalho e presta contas disso. E aí é que tá o grande detalhe da questão. Tem que prestar contas e você é avaliado se você teve a competência necessária, se foi competente pra fazer aquilo naquele período. Não sei se você entende bem isso, mas é assim, é como se fosse um bolo fatiado. A obra em si é um bolo fatiado. Então, é assim, você tem metas a cumprir, tem um cronograma de obras e dentro do cronograma de obras você tem tempo e o dinheiro que é aplicado pra aquilo. Chegou aquele período, você realmente tem que prestar contas se você foi eficiente ou não. E aí acontecem várias situações, às vezes... depende do clima, tenso, muitos problemas, atrasa um pouco a obra. Mas o maior atraso de tudo é liberação de verba da COHAB, no caso. Aí cai pra parte mais política da questão. Envolve partidos políticos, troca de governo e tudo o mais e aí... Muda as pessoas, você tá habituado a conversar com as pessoas a respeito de uma maneira lá e aí muda a gestão, muda tudo e nem sempre as pessoas que estão lá são atenciosas, querem prestar atenção naquilo. Então, tivemos muitos problemas nessa parte aí.

Afonso se refere a muitas “dificuldades”, “problemas”, mas trata como a grande dificuldade a liberação de verbas da COHAB. Percebe-se que não dá para tratar desse problema do *governo* como parte fundante e essencial de sua atuação, mas também influenciado e permeado por trocas de gestão, mudanças de equipe e relações pessoais de negociação, conjunto tratado como *política*. Os constantes atrasos na liberação de recursos também levam a uma discussão interna entre as famílias e à decisão de mudança, mesmo que a obra não estivesse plenamente concluída:

Você se mudou pra cá quando?

Tem uns 8 meses. Dentro de todas as possibilidades que tinha, como aqui era um empreendimento grande, moravam poucas pessoas aqui, tinha um responsável caseiro. Só que aqui tinha um problema sério, a obra parada e as pessoas passam aqui e vêm, falam: “Isso aqui tá abandonado”. Então, causa a impressão de que aqui está abandonado e realmente o fator principal, primordial foi a liberação do dinheiro da COHAB. Ficou um tempo muito grande sem recebermos dinheiro. A obra parada fica

muito mais cara, você tem que refazer um monte de coisa que você já tinha feito, que não precisava, então aumenta o preço bastante e as dificuldades também. Então, teve esse problema. E nós decidimos entre nós aqui virmos morar. Como o outro grupo aqui, que é nosso co-irmão, o Paulo Freire, da mesma época, o mesmo projeto. Que aqui é uma gleba só que foi dividida. Tinha um terceiro, que era o Che Guevara que é lá no Parque do Carmo, perto da Santa Marcelina, que também é o mesmo projeto. E nesse período aí, aquelas discussões de problemas com assessoria técnica e tal e o grupo acabou se desmembrando. Então, nós dois que ficamos lutando aqui. O Paulo Freire e o nosso grupo aqui, o Unidos.

Por outro lado, para os esforços de aceleração do tempo de obra, ou do tempo do mutirão, não se tratava de uma relação direta entre a associação do mutirão com a COHAB, mas havia a intermediação fundamental da assessoria técnica nas negociações acerca do projeto do empreendimento e que também ocasionou dificuldades, levando à necessidade de troca da assessoria técnica:

Mudamos. Nós começamos com a... Não me lembro qual foi. Nós trocamos porque divergências quanto à execução de projeto, execução da obra em si. Eles nos abandonaram e deixaram muito a desejar. Aqui ficou só uma pessoa da assessoria inteira lutando pra tentar manter, continuar... Foi um período de política que a gente tinha só o canteiro de obra, não tinha nada aqui, nem o gabarito tinha feito ainda, na verdade não tinha feito nada. Então, eles queriam receber dinheiro e não entrava dinheiro da COHAB e não tinha como a gente pagar. A gente pagava aqui a mensalidade, a nossa taxa aqui de contribuição que era muito baixa, não dava pra suprir, então tinha que ver o financiamento da COHAB mesmo pra poder pagar tudo isso daí, pagar todos os encargos. E por divergências internas também, então acabamos optando por procurar outro. Porque o projeto não avançava, ia na COHAB não funcionava, faltava alguma coisa, faltava presença humana, faltava tudo, então optamos por trocar.

Carlos: E esse modelo de autogestão, você acha que é melhor do que os outros modelos aí, por construtora, empreiteira, você acha que é um modelo legal?

Afonso: Olha, a autogestão, ela é muito importante no seguinte aspecto. O nosso apartamento, você já viu todos, observou os detalhes e tudo? Ele não é considerado pela COHAB, por muito tempo não foi considerado como moradia popular, pelo padrão de requinte do apartamento. O espaço físico dele, os pequenos detalhes dele... É diferente. A gente tem até acesso para elevador aqui fora, que tá fechado porque a gente não teve subsídio pra isso, nem nada. Mas tem um espaço reservado pro elevador ali futuramente. Acessibilidade. Até no apartamento de cinco andares... Porque aqui é assim: são quatro torres de sete andares, três apartamentos por andar, e duas torres de cinco andares, dois apartamentos por andar. Então pra COHAB não se classificava na faixa como moradia popular. Então, tivemos vários problemas. Inclusive esse também era mais um dos problemas (...)

Porque autogestão? Em virtude disso, nós discutimos o projeto, nós que montamos o apartamento desse jeito. Os detalhes com a assessoria, foi a primeira assessoria.

Carlos: Eles que fizeram o projeto?

Afonso: Foi. Teve participação deles pra ficar discutindo, firmando, todas essas coisas que precisava, sabe? Aí tivemos que trocar e a outra pegou o processo em andamento, foi até corajosa pra caramba porque não estava fácil, estava difícil pra caramba... Foi muita dor de cabeça essa troca de assessoria que nós tivemos, foi muito difícil. Então nós discutimos: uma cozinha maior, uma lavanderia separada da cozinha pra não ficar emendada com a cozinha, o que é o normal, o habitual. Então, você vê, é tudo separado, tudo dividido aqui. Tem um quarto grande, o outro um pouco menor, o banheiro é grande também, a lavanderia é grande, se você observar... Você chegou a ir na lavanderia? Então, é um espaço até razoável e separado, a gente queria tudo separado, não queria nada emendado. Então, nós que discutimos o projeto. Por isso, a autogestão, no meu caso, eu acho interessante por isso, nesse aspecto. O difícil da autogestão é que se torna muito oneroso, em virtude disso aí. Porque se fosse uma coisa mais prática, você executar o projeto igual... no começo era assim. A obra aqui, o projeto paralisou 8 meses, um ano e meio, gastou muitos anos, muitos anos! Acho que o primeiro morador que veio pra cá, não por estar pronto, por decisão própria, decisão interna dos mutirantes, enquanto associação nós decidimos isso (...) porque aqui a gente não tem assinado contrato com a COHAB ainda, nós não temos nada disso ainda. Isso aqui estava abandonado, em virtude de estar abandonado, nós decidimos entrar, reformar os nossos apartamentos e passar a morar aqui. Decisão nossa. Então, você pode perceber que ainda falta muitos moradores aqui, muitos mutirantes, porque não tiveram tempo nem dinheiro pra reformar porque é caro. E também é culpa do governo nesse aspecto. Hoje você vê projetos aí como o Minha Casa Minha Vida, você vê a Dilma falando que ela vai construir, garantir, a maior parte: cozinha, lavanderia, banheiro, colocar o piso, a parte de louça, tal. Nós não tivemos nada disso, aqui foi tudo na cara e na coragem assim, na raça mesmo.

[...]

O desgastante, voltando à autogestão, o desgastante também, além do tempo, que você trabalha muito tempo, é o lance da... que você tem que fazer muita manifestação e cobrar muito das autoridades e isso desgasta muito a obra, desgasta muito os mutirantes. Tem que ir lá e é um processo contínuo porque não para por aqui. A semente você semeia lá, vai dar a árvore, vai crescer e tal, mas não para nunca. Ela vai dar frutos daquilo, tem continuação, tem continuidade.

[...]

Porque por conta da parte que cabia à COHAB, que competia à COHAB, que era liberar o dinheiro e tal, a gente ia lá cobrar, mudava a gestão e eles não atendiam, chegamos a invadir a prefeitura de São Paulo. Chegamos lá com o movimento, com muita gente, muita gente da Leste I, com vários grupos, entramos pela entrada principal, pela entrada secundária, pelo outro caminho, invadimos por todos os lados, quando eles foram perceber tiveram que receber a gente à força [risos] Na prefeitura mesmo, onde hoje é a sede mesmo, ali no Viaduto do Chá, no charutinho lá. Mas antes nós chegamos ir na COHAB mesmo, ali no Martinelli, muitas vezes. Teve uma vez que nós invadimos aquilo lá de uma forma que em tudo quanto era buraco a gente ia entrando, a gente entrou com tanta gente que eles abriram uma sala gigantesca, quase

um auditório, pra colocar todo mundo lá dentro pra gente cobrar: “porque que não tá funcionando?”. Disso aí eu me lembro bem, foi bem no começo, foi onde nós trocamos a Assessoria, porque o nosso projeto estava parado por quê? Por falta de atuação da Assessoria. A gente estava completamente perdido, não tinha feito nada, a gente estava cobrando, cobrando, e a nossa parte a gente não tinha feito nada. Nós ficamos sabendo disso lá

[...]

Eu sei que essa reunião aí foi complicada, descobrir que a parte que nos cabia não... que a gente não sabia nada, estava completamente perdido, não sabia como funcionava, não sabia os nossos direitos, não sabia os nossos deveres, então precisou dessa manifestação lá dentro pra gente poder se situar, pegar o rumo e aí sim ir pra cima. Essa época aí eu acho que era gestão da Marta, quando ela ganhou pra você ter ideia. Nós começamos... a primeira manifestação que eu participei nós invadimos a prefeitura. Invadimos não, chegamos na porta de entrada, aí nos receberam, fizemos uma comitiva. Era o Pitta na época e nos fizeram ouvir, aí assinamos o contrato [...] Aí entrou a Marta foi onde deu o boom, que acelerou mesmo, eles participaram, queriam terminar o mutirão e tal, mas aí no final da gestão, a gente sabe o que ela andou fazendo no final da campanha dela. Ela desviou recursos de determinadas pastas pra outras pra fazer outros projetos que não tinham nada a ver com a história lá do comprometimento e acabou paralisando a obra aqui também, aí trocou, entrou outros governos, aí piorou. Entrou o Kassab e aí ficou pior ainda, ficou mais difícil. Até hoje, a gente ainda tem uma parcela pra receber de dinheiro ainda pra poder firmar pra depois poder entrar em contato com a COHAB realmente pra chamar cada morador pra assinar o contrato. Estamos nesse patamar ainda.

Não só essa narrativa, como muitas outras dos mutirantes e coordenadores tratam o *governo* como o principal responsável pela implementação da obra e, conseqüentemente pelos reiterados atrasos. A assessoria técnica também adquire uma centralidade fundamental. Se, como vimos no capítulo anterior, as assessorias se aliam também politicamente aos movimentos nos mutirões com autogestão, a sua atuação também importa na boa execução da obra e nas negociações com o *governo*. Nesse caso do Unidos Venceremos, a troca de assessoria técnica se fez necessária uma vez que a primeira também estava contribuindo para o atraso da obra.

É comum a formulação de uma certa distinção entre os domínios da *política* e da *técnica* em todo o processo de mutirão, mas a todo tempo elas se confundem. De certa forma, na narrativa acima, *política* se refere principalmente às relações com o *governo*, mas que também foram influenciadas pela falta de atuação da assessoria técnica, o que dificultou o pleno conhecimento dos “deveres” e “direitos” dos mutirantes. Com a mudança para outra assessoria, as partes *técnicas* e *políticas* foram reintegradas e se estabeleceu uma maior afinidade entre o mutirão e a assessoria técnica.

No entanto, nas narrativas sobre todo o processo de mutirão, não são só as dimensões *políticas* e *técnicas* que estão em jogo e que definem a forma como o tempo do mutirão é concebido. Veremos a seguir mais algumas formas de marcação desse tempo.

“Aqui era só mato”: trabalho e sofrimento no mutirão

O Unidos Venceremos e o Paulo Freire foram construídos em uma gleba no distrito de Cidade Tiradentes, mais precisamente no bairro de Prestes Maia. O ônibus que me levava para lá da Estação Corinthians-Itaquera parava numa parte mais elevada do bairro, onde há uma praça com uma pista de skate, um CEU (Centro Educacional Unificado, criado na gestão de Marta Suplicy), uma creche, pequenas casas e sobrados e pequenos estabelecimentos comerciais. Os dois empreendimentos ficam em uma parte mais baixa, onde há algumas casas construídas pela gestão Celso Pitta e outras casas autoconstruídas, além de uma favela (às vezes também chamada de “comunidade” ou “invasão” pelos mutirantes) que ocupa uma área a partir do muro do Unidos Venceremos.

Os mutirantes costumam identificar o bairro como um local tranquilo para se morar, ainda que os que não possuem carro próprio costumem se queixar do número insuficiente de ônibus para deslocamentos aos seus locais de trabalho, que andam quase sempre muito lotados desde cedo. Há também insatisfações quanto aos preços de produtos que podem ser adquiridos nos pequenos estabelecimentos comerciais, como um mercado e uma padaria. Segundo muitos dos meus interlocutores, os comerciantes se aproveitariam da baixa oferta para elevar os preços cobrados. Muitas famílias de mutirantes acabam realizando suas compras em supermercados maiores na região do entorno, trazendo em seus próprios carros ou pagando por serviços de entrega.

Mas as *famílias*, quando se referem ao período de definição do terreno e início da obra, definem o bairro a partir de expressões como “aqui só era mato”, “aqui não tinha nada” ou ainda “aqui era só terra”, o que de certa forma se aproxima das narrativas frequentes de moradores de bairros periféricos acerca do início do seu processo de ocupação e formação, presentes em parte da bibliografia que discute o

padrão de segregação centro-periferia na cidade de São Paulo⁷³. Em grande medida, essas expressões também se referem a condições urbanísticas precárias, mas há aqui uma especificidade: elas são utilizadas como forma de mostrar o enorme esforço tanto pessoal como coletivo de trabalho no mutirão, assim como de se mudar para uma região onde não haveria nada ou menos do que seus locais anteriores de moradia ofereciam. Segundo Maristela, uma mutirante do Unidos Venceremos:

Aí quando nós chegamos aqui, nossa, isso aqui era o fim do mundo, não tinha o CEU, não tinha nada, só tinha a metade do projeto do Cingapura, o comecinho. Então, metade ficava assim abandonada. Aí depois que entrou a gestão da Marta, que terminou lá, fez o CEU, a gente mudou para cá. Não tinha nada, aqui era mato, tudo; até aquele prédio do outro lado da avenida ali, nem o prédio da menina do outro lado de lá também não tinha, era tudo mato mesmo.

É nessa fase inicial do tempo do mutirão, em que só há mato, que, mais uma vez muitas *famílias* desistiram, ao passo que outras persistiram. Como temos visto até aqui, a desistência ou persistência são movimentos que se fazem continuamente em todas as etapas até a conquista da casa própria. Com o início da obra, muitos se animam, mas a constante demora faz outros desistirem a qualquer momento. Como afirma Afonso:

Para você ter ideia, de quando nós começamos pra cá, se tiver 20 famílias daquelas primeiras que iniciaram tudo é muito. O resto foi agregando com o tempo, nós fomos nos filiar a Leste I, aí nós tivemos um apoio, um direcionamento, aí sim, a coisa começou mais a andar, a fluir, aí fomos atrás de assessoria técnica porque até então a gente só tinha o terreno, aqui era um barranco enorme, só tinha mato, não tinha nada aqui na região, tinha a Vila aqui em cima, normal, que era a Prestes Maia, as casinhas ali da quadra, da padaria, pra cá não tinha mais nada, não existia nada, isso era aqui era um grande vale. Essas casas que você vê aqui ao redor, essa invasão que tem aqui embaixo, tinha uma ou duas só, na época. Isso eu estou falando de 98, 99, não tinha nada, nada aqui. Você olhava aqui pra COHAB você não via, só via a Estrela do Carmo, a Estrela do Carmo lá pra cima e o resto você não via nada. A Escola Saturnino aqui embaixo e na beira do rio aqui assim a favela, a favela aqui beirando o rio, não tinha nada.

⁷³ Como, por exemplo, Caldeira (1984) que intitula o capítulo do clássico livro da antropologia urbana produzida sobre São Paulo – *A política dos outros* – sobre a formação do bairro de Jardim das Camélias de “A ordem é ‘morar no mato’”, como exemplo de um processo histórico de periferização da cidade, com áreas ociosas e sem serviços e infraestrutura sendo ocupados por parcelas pobres da população.

Como muitas *famílias*, principalmente mulheres com filhos, haviam me revelado um receio inicial de se mudar para o que chamavam “fim do mundo”, lugar associado a ausências, ao mesmo tempo para começar a trabalhar em uma obra que demoraria para ser concluída, perguntei a Afonso se o fato de se mudar para lá o havia assustado, ao que ele respondeu:

É... Não é que assustou, é porque é um lugar distante na verdade. Eu estava investindo naquilo, acreditando, mas eu olhava assim “Vixe, será que vai demorar muito”, sabe? A gente vinha ajudar... Primeira obra que aconteceu aqui não foi nem do nosso grupo, foi do Paulo Freire. Lá onde hoje eles fazem a reunião deles e tal, ali foi onde eles colocaram, fizeram a casa do caseiro e foi o canteiro de obras assim. Montaram o canteirinho lá e fizeram a casa do caseiro, assim, junto, no mesmo espaço. Não tinha CEU, lá em cima não tinha nada, não tinha creche, aquela creche da escada, não tem a escadinha que você desce? Não tinha creche. Estava montando, na verdade, aí o material estava tudo ali. Aí o material descia ali porque aqui era rua de barro, não descia nada, aí nós fizemos uma corrente humana de lá de cima até chegar no Paulo Freire ali pra descer areia, pedra, latinha em latinha.

E assim se iniciou a atuação das *famílias* no mutirão, atuação essa definida por um termo frequentemente utilizado: “trabalho”. Trabalhar no mutirão é costumeiramente tratado como tarefa árdua, difícil, cansativa, de muito sofrimento, em que se verte muito suor e muitas lágrimas, pela incerteza dos seus resultados. Muitos falavam como era difícil trabalhar todo sábado, domingo e feriado, embaixo de sol e de chuva. “Sofrimento” é a palavra chave para se acompanhar uma série de percepções acerca desse tempo do mutirão. Em geral, os que persistem tendem a considerar que “valeu a pena” tanto “trabalho”, tanto “sofrimento” e tanta “luta” ou como me disseram três mutirantes: “Vale a pena você entrar em algo que é seu, que você conquistou com seu suor”, “Depois de pronto, ai que lindo, esquece todo o sofrimento” e

Todo mundo trabalhando. Foi uma luta, foi uma luta, mas... E felizmente hoje eu estou morando e me sinto com muita honra, estou muito feliz de estar morando aqui. Então para mim foi uma grande... Eu não pensava. Pelo sofrimento que nós tivemos, eu não pensava de hoje tá morando, mas Deus é bom, hoje eu estou morando, estou na minha casa, não é verdade?

Mas há os que dizem que se pudessem voltar no tempo, não fariam tudo novamente. A narrativa de Tatiana revela uma interessante alternância de avaliação se realmente teria valido a pena participar do mutirão, mesmo tendo conseguido sua tão

sonhada casa. Ela me foi indicada para ser entrevistada por Odete, outra mutirante e também uma das coordenadoras do Unidos, que me apresentou-a dizendo que eu queria saber dos muitos “perrengues” do mutirão e, com efeito, Tatiana já inicia sua narrativa falando do sofrimento que foi ter trabalhado por tantos anos e utilizando expressões também de conflitos:

Foi um sofrimento, porque não é fácil, você trabalha sábado, domingo, nos feriados, das 8 às 5, a gente tinha nosso almoço. Foi uma batalha muito grande. Muitas vezes eu tive vontade de desistir, eu não aguentava ver aquilo. Não levantava, quando começou: “Ai meu deus será que vai acabar logo isso aqui?”. Tive muitas brigas com meu esposo: “Ah, você vai ter que ir hoje? Falta pra gente poder sair”. Tinha festas e eu não podia ir porque eu tinha meu compromisso aqui, eu não poderia faltar: “Eu tenho que lutar, eu sei que um dia eu vou conseguir, não é possível”. Foi um sofrimento muito... Sabe? Quem não me deixou assim parar aqui foram os meus filhos e meu marido também, meu marido também me ajudou bastante aqui, ele trabalhava nos sábados, eu trabalhava nos domingos, a gente invertia, eu vinha trabalhar nos sábados, ele nos domingos; tinha os feriados também, a gente vinha trabalhar. Quanto carrinho de concreto que a gente pegava? Você entendeu? Saíamos lá da rua ali pra poder entrar com o caminhão, carrinho, sabe? E os blocos pesados... [Odete, também presente, complementa: “e a chuva na cabeça”]. Tinha que subir isso daqui, você entendeu? Tinha que subir X pro pedreiro trabalhar no dia seguinte. Então, a gente já tinha que estar com o material lá em cima pra eles poderem trabalhar, você entendeu?

Então, assim, é bom porque hoje eu tenho as minhas três cunhadas que moram em mutirão, que é na Fazenda da Juta: uma mora nas casinhas, outra mora em apartamento e tem mais uma também que mora em apartamento. Então, assim, foi uma batalha muito sofrida. As irmãs do meu esposo e as únicas pessoas que faltava ter uma casa era nós, porque todos tem.

Sabe? Então, foi uma coisa que eu falava assim: “Meu Deus, que dia que eu vou vim morar?”. Sempre a gente brigava na assembleia. “Não, a gente vai entrar, a gente vai entrar”

Aí teve uma hora que eu falei assim: “Não, chega. Não é possível. Eu vou entrar”. Eu pagava aluguel, eu pagava 650 de aluguel, tinha que pagar a garagem. Eu morava na Vila Alpina, eu nasci ali, meus pais hoje moram em São Caetano e tem meu filho que paga aluguel que mora do lado do Hospital da Vila Alpina.

Então, foi uma coisa que... sabe? Com toda a sinceridade do mundo, quem tiver entrando agora, vai à luta, não desiste, mas eu vou ser sincera com você, se fosse pra mim entrar, [fala baixo] hoje em dia eu não entraria não.

Carlos: Mesmo tendo conseguido o apartamento?

Ai, eu não sei, assim, sei lá. Foi uma coisa muito sofrida, sabe? A gente chorava tanto aqui, não é Odete? E colocando as famílias pra cuidar do terreno? Eu fui a primeira a ser caseira aqui do mutirão. Não tinha nada, eu morava no barracão. Não tinha nada, nada! Sabe? Só estava mesmo limpo o terreno pra começar a construir.

Então, às vezes eu falo assim: “Valeu a pena e tudo, mas foi um sofrimento”. Se fosse pra eu entrar hoje, eu não entraria não.

E a gente não vê a hora também que termina. Falta coisas pra terminar aqui, falta os corrimão, nós não temos negócio de incêndio que ainda falta e a gente poder arrumar essa parte aqui de baixo. Então, o meu sonho, eu não vejo a hora de assinar esse contrato. Porque sempre que a gente tá assim em uma assembleia, uma coisa que me magoa muito, porque isso não é meu? Isso é da COHAB, não é nosso.

Então, pra ser sincera com você, eu conto os dias e as horas pra assinar logo esse contrato e falar: “Esse apartamento é meu”.

Para isso, falta dinheiro pra poder terminar, tem esse negócio do aditivo que não sai pra poder terminar logo isso.

[...]

Quem tiver começando agora... Eu acho que agora está mais fácil porque agora é Minha Casa Minha Vida, não é isso? Eu não sei, eles vão trabalhar? Porque até uns anos, eu achava que eles iam pagar para não ter que trabalhar, para não ter esse sofrimento que nós tivemos. E muitas vezes a pessoa vai até falar assim: “Ai, não vou vir mais não, eu não aguento mais isso”. Mas acaba sendo, assim, legal. Você se diverte, você brinca, você entendeu? Então, é uma coisa que passa.

A gente sempre falava assim “Que dia que isso vai ficar pronto?”. Às vezes a gente subia aqui nos apartamentos, falava “Nossa...”, ficava sonhando: “Quando eu vier morar aqui”, “Que dia eu vou morar”, “Aqui vai ser minha cama”, sabe?

Então, é sofrimento, é muito sofrimento mesmo aqui porque, olha...

[...]

Que essas pessoas que tão começando agora... vai ter aquele negócio “Ai, eu não aguento mais”. Vale a pena!

Além de todo o sofrimento vivenciado corporalmente nas tarefas do mutirão, há outra dimensão fundamental para o trabalho no mutirão recorrente entre os mutirantes e exemplificada na narrativa acima: as relações intrafamiliares. Também já vimos nos outros capítulos como a ideia de família é elaborada necessariamente como uma certa unidade produzida tanto por conflitos como por união e mais do que isso, como a participação no movimento e nas reuniões acentuam esses conflitos ou solidariedades. O mesmo ocorre no tempo do mutirão, mas com ainda maior intensidade, já que a ou o mutirante deve trabalhar todos os fins de semana, tempo geralmente reservado à família. Tatiana fala do apoio fundamental de seu marido e de seus filhos, mas também de brigas por suas ausências. Os apoios ocorrem não só em formas de incentivos à participação, mas também participando junto, em um revezamento entre marido e esposa nos horários de trabalho no mutirão. Esse revezamento envolve também outros familiares, como pais e mães, irmãos e irmãs e filhos e filhas. Portanto, ainda que ao longo desta tese o termo *família* tenha sido utilizado para se referir principalmente a uma única pessoa, representante do grupo

doméstico a ser constituído na nova casa, no mutirão o termo pode passar, com mais frequência do que antes, a aglutinar efetivamente outras pessoas que também morarão com a ou o mutirante. Voltarei a esse ponto mais à frente.

Por outro lado, tanto trabalho intenso obviamente não se restringe às relações intrafamiliares, mas coloca todos em relações tanto de solidariedades como de conflitos, levando a divisões ou aproximações internas ao conjunto do mutirão. Os trabalhos feitos nem sempre são os mesmos, assim como podem ser pensados em modulações distintas de sofrimento infligido.

Marcela, por exemplo, já idosa e com problemas de saúde, afirmou que trabalhou “desde o começo até tirar terra, limpar, carpir. Trabalhei. Não foi muito sofrido porque quando eu fiquei doente, logo parei. Ajudava na cozinha, na limpeza”. Assim, há divisões do trabalho a ser feito e as *famílias* mais idosas ou com limitações físicas acabam sendo compreensivelmente poupadas dos trabalhos mais severos. Mas há também uma série de avaliações morais dos que trabalham menos, que não se envolvem tanto no processo do mutirão, esses são tratados a partir de termos pejorativos e que os estigmatiza como não afeitos ao trabalho, como “preguiçosos”, “folgados”, “vagabundos”, entre outros, como deixa claro Ricardo, a partir da importância do trabalho para a obtenção de pontuação:

[...] sempre participei, porque o ponto vale muito. Ponto não, a presença, o mutirão mais é a presença, porque se não tiver presença você acaba sendo excluído. Tem gente que fala assim: “Ah, eu fui excluído”. Mas não apareceu, como é que você vai... Se não aparece, você vai ser excluído mesmo. Tem gente que não faz nada, só suga os outros, mas consegue porque ele sempre está ali, só enrola, os preguiçosos só enrolam, mas sempre está ali, a presença dele vale, vale tudo. Às vezes a pessoa trabalha, a pessoa é trabalhador, mas ele não vem, ele não obedece a regra, ele acaba sendo excluído, e aí... até que merece, mas devido a ele não cumprir com a... com a obrigação, ele acaba sendo excluído. Então, eu acho assim, mutirão tem... a presença tem muita... tem muita importância. Sempre estar ali, sempre estar... mesmo que não trabalhe muito, mas esteja ali.

As avaliações morais são ainda mais intensas a partir de recortes de gênero. Como já vimos, as mulheres são grande maioria no movimento e, conseqüentemente, no mutirão. Elas costumam ser tratadas como mais trabalhadoras do que os homens (voltarei a esse ponto mais à frente), como sintetiza Otávio:

A diferença [entre homens e mulheres] é que assim, tem homem que só por Deus, perde no trabalho para mulher bonito, mulher, tem mulher guerreira aí que coloca a mão na massa mesmo, já tinha homem que entrava 8 horas da manhã na maior lama,

chovendo e tudo mais, não sujava nem as calças, nem a mão ele sujava, tinha um que o apelido dele é Limpinho, até hoje é Limpinho, porque não se sujava, tinha outro aqui também, um camarada aqui também, que também era mole demais, aí vai indo.

Há também uma distinção entre coordenadores do mutirão e apenas *famílias* na divisão do trabalho. Quando alguma *família* responde se também já foi coordenadora as formulações tendem a ser a seguinte: “Não fui coordenadora, trabalhei com tudo”. Ou como Ricardo, que explicou o tipo de trabalho que fez ao longo do mutirão, nem tanto a partir do seu desinteresse em ser coordenador, mas principalmente por ter uma ausência de atributos necessários para que se tornasse um coordenador:

Não fui coordenador não. Tipo assim, eu sempre ajudei assim, sempre fui... trabalhei no mutirão mesmo assim, trabalhando já no mutirão mesmo; mas, coordenador, eu nunca tive esse perfil não, sempre sou mais quieto, tal; se for para trabalhar no pesado mesmo, eu faço, isso aqui tudo eu faço.

É claro que os coordenadores também trabalharam no mutirão, ainda que alguns deles possam não ter realizado trabalhos tão braçais ou pesados como a maioria das *famílias*. Otávio, um dos principais coordenadores do mutirão, responsável pelo almoxarifado durante a obra, foi um dos primeiros a se mudar para lá para impedir riscos de invasões e atualmente é o responsável pela administração do ainda informal condomínio do Unidos Venceremos. Segundo ele, os mutirantes o requisitavam muito sempre que precisavam de alguma coisa, como resolver algum problema da obra, só chamavam ele. Assim ele avalia sua participação no trabalho do mutirão:

Eu mesmo não, eu mesmo falando assim, não peguei muito no pesado, digamos assim, que era mais no dia que tinha obra, porque o pessoal não deixava, não é que não deixava, eu não ficava 5 minutos num lugar: “Otávio, cadê você, Otávio?”, aí eu digo: “Olha, como é que eu vou trabalhar desse jeito?”. Não tinha como, sabe foi complicado o negócio aí.

O termo *trabalho* costuma, portanto, ser usado também para diferenciações, às vezes até em hierarquizações, sobre o verdadeiro sofrimento no tempo do mutirão. Talvez não por acaso, algumas *famílias* me disseram que para entender todo o sofrimento e todas as dificuldades do mutirão, eu não poderia entrevistar só os coordenadores, mas também as “famílias”. No entanto, se por um lado, o trabalho da

coordenação, ainda que também muito intenso, possa ser considerado mais leve e menos sofrido, ele também pode ser concebido como muito oneroso, já que corresponde a um acúmulo de funções para o qual é necessário dedicar ainda mais tempo do que apenas uma *família*. Paloma, por exemplo, que teve a ajuda de seu marido no trabalho do mutirão, diz que foi impossível conciliar seu trabalho remunerado com as atividades de coordenadora:

Eu era coordenadora no Unidos, participei muito de reunião, de muitos atos e hoje eu não sou mais coordenadora, mas no que eu puder ajudar, eu sempre estou aqui.

Carlos: Você saiu porque? Cansou?

Não, eu saí mais porque assim como eu falei para você que eu trabalhava em área hospitalar, então era sábado e domingo, eu não estava muito participando de atos, de reunião. Então, eu chegava na Adriana e falava “Ah, Dri. eu acho que vou sair porque eu não estou participando muito”. Tanto que ela falava “Não sai, Palominha”, eu falei “Não, eu vou sair”. Porque a gente que sabe. E como eu trabalhava sábado, domingo, feriado, direto, aí por isso que eu saí, mas não era nada com ninguém não.

Ou como Maria do Carmo afirmou:

De uns anos pra cá que eu faço parte da coordenação, da parte financeira, mas naquela época não. Naquela época eu trabalhava até em dois empregos, então eu não tinha condições de vir em reunião de financeiro, de nada não. Só no dia de trabalho mesmo que eu vinha. Eu tinha dois empregos, como costureira e também como balconista em uma lanchonete. Eu chegava a ficar até 2:30 da manhã como balconista na lanchonete. Pesado. Na época, eu já tinha me separado do meu marido e eu que pagava aluguel no Carrão e sustentava meu filho, então só salário de costureira não dá.

Se, por vezes, pode haver uma separação e uma diferenciação entre o trabalho de coordenadores e *famílias*, há na maioria das vezes não só uma coletivização de todos os mutirantes em torno do objetivo comum – afinal de contas muitos coordenadores também trabalham na obra ou realizam funções importantes para o mutirão como um todo – como também há solidariedade e esforços de que o trabalho não seja tão sofrido para ninguém. Adriana se inspirou no trabalho tão sofrido que teve que fazer no mutirão anterior, de onde ela veio, que se esforçou junto com outros coordenadores e na interlocução com a assessoria técnica de decisões de obra que diminuíssem a dificuldade do trabalho:

Tinham 200 famílias que estavam na suplência torcendo pra alguém desse empreendimento lá da CDHU fosse excluído. Eu trabalhei tanto nesse mutirão! Meu Deus, você não faz ideia como eu trabalhei. Porque o que aconteceu? A coordenadora

chamou a gente até pra conhecer como que era o mutirão e pra ver se realmente era aquilo que a gente queria. Então, no final de semana eu ia, de domingo, que eu trabalhava no sábado, de segunda a sábado, então eu ia de domingo nesse mutirão, pegava minha mochilinha e ia. E nessa época, foi prédio de 5 andares, 200 unidades, sabe como que era enchida a laje? Com carrinho. A betoneira enchia os carrinhos, a gente ia subindo a rampa, entrando dentro dos prédios... Foi assim que foi enchida a laje lá. Pra mim foi ótima essa experiência, porque eu falei que quando fosse pra fazer o nosso mutirão não ia ser daquele jeito não. Eu chegava em casa com o corpo todo arrebitado

[...]

No domingo, tinha que trabalhar no mutirão, mas também não tinha que matar as pessoas.

[...]

E aí fomos buscar experiências dos mutirões, fomos ver o que que deu certo, de que forma que a gente tinha que trabalhar aqui no nosso mutirão. E uma coisa que eu via... Que quando a gente sentou pra conversar, desenvolver o projeto com a assessoria, primeira coisa que eu coloquei pra eles, que a gente não queria... Que a gente queria contratar concreto usinado, que não era justo a gente subir com toneladas de... montes de concreto no carrinho. E encher a laje, sendo que era muito sacrificoso.

Os coordenadores têm assim um papel fundamental, mas muitas vezes são alvos de muitas críticas, principalmente por serem responsabilizados pela demora do andamento da obra, o que é recorrente em diferentes mutirões. No mutirão Paulo Freire, por exemplo, Denise, uma de suas coordenadoras, apontou essa responsabilização sofrida pela coordenação entre as dificuldades encontradas no tempo do mutirão:

Carlos: E muita dificuldade no dia-a-dia da obra? Que tipo?

Denise: Sim. Você imagina uma obra assim... a gente fala assim que demorou tanto que coisas que eram para ter passado despercebidas, no sentido de relacionamento, lá ficou gritante. Porque todo mundo precisando, uma coisa que demora muito, as famílias acham que tudo é culpa da coordenação, é complicado. A assembleia que era para ser assembleia tranquila era a mais difícil que tinha, porque questionam tudo. Questionam por que que pararam, por que faz isso, por que que comprou isso, aí tudo é motivo para ser um carnaval, para ser uma coisa maior. E uma coisa que talvez se tivesse sido ... as liberações constantes, a gente não teria esse desgaste. Porque é um desgaste. É um desgaste para todo mundo, para a coordenação, para assessoria, para as famílias, para todo mundo. E outra, a gente teve uma época que a maioria das pessoas estavam desempregadas, naquela época não era igual a agora. Agora todo mundo tem um emprego formal? Tem. Mas naquela época não. Aí tem o problema do dinheiro de condução para vir para a obra, marcar isso, marcar aquilo, era bem difícil mesmo.

[...]

Carlos, tu não sentiu nada. Porque assim quando a gente consegue fazer as coisas em um grupo, é totalmente diferente do que você sozinho. E como que você descobre que

you é forte. Então é isso. Eu acho que é você construir o seu papel de cidadão é dentro da gestão que você vai conseguir. A gente brinca que na “Paulo Freire”, eu acho que todo o mutirão é assim e aqui [Florestan Fernandes e José Maria Amaral] eu acho que não vai ser muito diferente, eu torço para que seja um pouco mais a porcentagem, teve gente que passou e não entendeu. Teve gente que passou por esse processo todo dentro do mutirão que foi sofrido, foi árido, foi. Não vou dizer que não foi porque foi, foram anos, mas ele entendeu quem foi, aonde foi que pegou isso, o que que foi que deixou esse processo longo dessa forma. Mas tem gente que não, que ainda culpa... “ah eu acho que o movimento devia ter sido feito diferente”, “ah eu acho que é culpa da assessoria”, ainda tem que ter um culpado que não é o governo. Assim, ele não entendeu o que que ele participou. E tem gente que não, que fala “olha, foi através da nossa luta que nós conseguimos isso, se não fosse isso não teria a minha casa”, entendeu todo o processo.

Insatisfeitas com a demora, muitas *famílias* acabam por não só culpabilizar a coordenação por isso como, às vezes, até acusá-la de roubo ou desvio de recursos, o que requer esforços contínuos de trabalhar com as *famílias* na explicação de todo o processo de obra e na importância da continuidade no mutirão, como diz Marina, coordenadora do Unidos:

Carlos: E quais são os desafios do trabalho com as famílias?

Marina: [...] é um trabalho que você não espera retorno. Porque ... as pessoas são assim mesmo. Você faz, aí vem o outro e fala “ah porque você roubou, porque você é isso, porque você aquilo”, mas assim, é das pessoas. Esse grupo aqui é um grupo até bom, tem grupos aí que pelo amor de Deus, eu vejo uns grupos que “eu não ia trabalhar com esse grupo aí não”, ia ser tudo na base da lei, do processo, do não-sei-o-quê. Mas as famílias são até legais. Uma coisa que eu estou me sentindo bem comigo mesma. Eu pensei assim: “Eu estou trabalhando, a gente está se matando aqui para dar moradia para essas famílias, durante uns quinze anos estamos fazendo tudo para mudar”. Então, eu pensava que todo mundo ia vender, sabe? Nossa, está todo mundo mudando. Então foi que valeu a pena a gente lutar, porque eles estão mudando para cá. Valeu a pena, porque eram pessoas que precisavam da moradia.

Certa vez, em conversa com Adriana, ela me relatou em detalhes como ocorria a prestação de contas da obra, tarefa pela qual ela era a responsável. Ela organizava uma pasta com notas fiscais, quitação de contas, extratos bancários e a encaminhava para o contador da associação do mutirão, que realizava uma série de procedimentos, a prestação era apresentada às famílias em assembleia e a aprovação registrada em ata e depois a prestação passava pela assessoria técnica, por uma empresa de contabilidade contratada pela COHAB até chegar no setor financeiro da COHAB. Os recursos vinham com valores definidos para usos específicos. Se houvesse uso indevido, a associação tinha que devolver para “o fundo”, nesse caso “a associação é

glosada”, mas a devolução se dava sem pagamento de juros. Nesse caso, era instaurada uma auditoria.

Segundo ela, “na obra você sabe quem é quem” – Adriana se referia tanto às famílias como a todas as empresas e contratados para as obras. Falou de empresas que querem ganhar mais dinheiro do que o previsto, com a compra de materiais mais baratos, notas frias e superfaturamento. Uma primeira empresa contratada, “empresa safada”, fez um monte dessas pequenas corrupções, como enganar em relação ao volume de areia trazida, mas disposta a compensar na outra nota. Muito brava, Adriana disse que eles contrataram outra empresa e justificaram para a COHAB a mudança: melhor qualidade dos materiais, ainda que um pouco mais caros. Ela falou ainda de todos os cuidados com os gastos de cada item da obra. Para cada gasto, eram feitas 3 cotações de tomada de preço, orçamentos. Também conseguiu doação de panelas, brindes, presentes para as crianças pelos fornecedores de material.

Adriana contou todos esses detalhes não só para explicar os procedimentos como para falar de seu comportamento como responsável pela prestação de contas. Para isso fez uma série de avaliações morais. Ainda disse que o que sempre a guiou foi a “honestidade”: “Eu vou roubar dinheiro que é meu?”, desabafou em referência ao dinheiro do mutirão.

Queixou-se mais uma vez que as famílias não acreditam totalmente na coordenação e que, por isso, a todo tempo ela tinha que demonstrar sua honestidade. Nesse sentido, ela me falou ter colocado em prática o conselho de Juliana de que o coordenador sempre deve ser o último a fazer reforma do seu apartamento ao mudar para o mutirão, para evitar “fofocas” e “mentiras”.

Como fica claro a partir dessa conversa com Adriana, o coordenador para ser respeitado precisa ter uma reputação de honesto. Outros coordenadores de mutirão sempre me falavam como eles devem se esforçar para mostrarem que são sérios, transparentes, sabem falar, se fazem respeitar, dentre outros atributos dentro de uma política de reputações necessária para o bom andamento do mutirão. Eles sempre são alvo de críticas e, nesse sentido, eles devem reforçar continuamente uma reputação frente às críticas que recebem. No caso de Adriana, é uma reputação que ela se esforça por construir e que tem pelo menos em seu filho um apoio, que se mostrava irritado com as críticas e sempre a defendia de quaisquer acusações.

O *trabalho* no mutirão enseja uma série de relações que causam conflitos e solidariedades divisões internas. Portanto, não é só de uma tensão com o governo do

que se trata aqui, mas também de muita luta e sofrimento não só pessoal, mas que passa pela família e envolve a todos os participantes, ainda que com intensidades distintas. As distinções de gênero e algumas relações familiares permitem descortinar ainda mais detidamente essas tensões em torno do *trabalho* no mutirão, conforme veremos a seguir.

Gênero e família no mutirão

Como já vimos ao longo da tese, e especialmente no segundo capítulo, há uma maioria de mulheres no movimento, assim como no mutirão. Essa maior quantidade é não só cotidianamente perceptível como aparecia espontaneamente em quase todas as entrevistas que realizei. Essa maior presença, como também já vimos, é justificada por uma concepção generalizada de que as mulheres seriam portadoras privilegiadas dos atributos *da luta*, em detrimento dos homens. Essa distinção de gênero não parte simplesmente de atribuição de qualidades distintas a homens e mulheres, mas de intersecções entre gênero e parentesco que ocasionam uma sobreposição da caracterização da mulher como mãe e com maiores preocupações e cuidados com a família, a casa e os filhos.

Com efeito, é sempre dito que no tempo do mutirão havia uma maioria de mulheres trabalhando. Durante o processo de mutirão foi marcante a maior presença de mulheres como titulares de suas famílias. Segundo Adriana, coordenadora geral do mutirão, da Leste I e uma das coordenadoras da UMM, cerca de 80% dos titulares do mutirão eram mulheres. Das 100 famílias, a maioria, cerca de metade, é de mulheres separadas, geralmente com filhos, aproximadamente 10 famílias são homens solteiros e o restante formado por casais, majoritariamente com filhos.

Nesse sentido, a maior presença de mulheres leva a uma percepção de que se o mutirão é um tempo de muito sofrimento, para elas o sofrimento é ainda maior, considerando o fato de que o trabalho é muito pesado e braçal, para o qual os homens seriam mais aptos a realizar, o que também leva a desafios para o andamento da obra, como afirma Ricardo, um mutirante homem, mas solteiro:

Tem, tem muito mais mulher. Eu acho assim, não é que tem mais mulher, é porque eu acho que os homens, eles se escoram mais nas mulheres. Por exemplo, o homem trabalha, trabalha a semana toda, aí no final de semana, o cara diz: Ô mulher, vai lá.

[...]

Sei lá, eu pelo menos acho que sim. Eu penso que é, porque, não sei, os caras ficam em casa, as mulheres têm marido, não tem? [...] e só vêm as mulheres, os homens devem estar em casa, ou estão no bar tomando pinga, porque homem é escasso, em mutirão, assim, é por isso que mutirão é complicado, porque é serviço pesado, sobra para poucos. Se você vai bater uma laje, você vai... sobra poucos, poucos; aqui mesmo era poucos que pegavam no pesado mesmo, porque a maioria era mulher, não vinha homem. Era poucos que apareciam, poucos mesmo, não estava... não dava nem para suprir a necessidade, porque as mulheres, elas fazem o serviço, mas elas fazem um serviço mais maneiro, não vai pegar cimento, não vai carregar pedra, aí os homens mandam as mulheres trabalharem e aí fica complicado.

Carlos: Mas você acha que a mulher é mais preocupada com conseguir moradia do que o homem?

Ricardo: Lógico, a mulher é mais preocupada. É! Que eu acho até que quando... a prioridade são as mulheres, lá no nome. Não sei se você sabe, eu acho que a prioridade que a COHAB dá é pôr o nome das mulheres, porque os homens sempre é mais torto. Não está nem aí; então, a prioridade mais é das mulheres, aí as mulheres se esforçam mais para ter o lugar.

Na narrativa de Ricardo, aparece uma série de avaliações morais negativas a que os homens costumam estar sujeitos. Como se vê, é um homem que desqualifica moralmente os homens, o que mostra uma caracterização generalizada do homem como menos lutador do que as mulheres. Qualificativos como “bebedor”, “irresponsável”, como alguém que não tem “coragem” como as mulheres, “preguiçosos”, “folgados”, dentre outros, são frequentemente utilizados em referência aos homens. Mas há uma fonte de conflitos entre maridos e as esposas que participam do mutirão em torno de ciúmes, muito recorrente nas narrativas dos mutirantes, que pode chegar a situações extremas, como o caso de Maristela, que me relatou os motivos de separação do seu marido, extremamente violento:

Carlos: E ele aceitava bem a participação no mutirão da senhora?

Maristela: Aceitava sim, ele tinha muito ciúmes, estas coisas, mas, assim, ele não vinha e não queria que eu vinha, mas eu falei que vinha e eu vim, aí eu vinha escondido, depois ele ficava sabendo, aí eu apanhava, depois eu vinha de novo e assim foi, até...

Carlos: Até que a senhora saiu.

Maristela: Saí.

Entrevistador: E ciúmes de que? Porque muitos moradores, coordenadores falam que tem muito caso de homem que sente ciúmes da mulher, porque está participando do movimento...

Maristela: Ciúme de outros homens. É, é mais isso. Porque a maioria do mutirão tem mais mulher, geralmente é assim: tem o marido, ele quer, mas ele não quer trabalhar, entendeu? Ele não quer trabalhar, então aonde chega que a mulher, a mulher trabalha, só que ele quando que chega em casa tem aquela burocracia toda: “Com quem você falou?”, “Conversou com quem?”, “Trabalhou com quem?”. Aqui não é um grupo só de mulher, aqui não tem esta separação, “Ah, porque é mulher não vai carregar areia”, “Ah, porque é mulher não vai fazer isso”. Não, é tudo mesma coisa.

Assim, em relação às mulheres casadas, a participação no mutirão e no movimento implica riscos de conflitos conjugais, podendo levar à desistência da mulher ou mesmo à separação conjugal. Esses riscos são sempre atribuídos à resistência dos homens à participação de suas esposas e sua prolongada ausência da casa. Segundo relatos, há muitos casos de homens que sentem ciúmes por acreditar que suas esposas estão encontrando outros homens no mutirão ou que se ressentem de sua ausência em casa ou ainda que não acreditam que o mutirão será bem sucedido e que a participação da mulher não levará à nada.

O incômodo e os ciúmes de muitos homens pelo fato de suas esposas devotarem tanto tempo ao mutirão e às ações do movimento parecem ser justificados por um entendimento que as mulheres estariam quebrando uma hierarquia de gênero no interior da família, definidora de uma divisão sexual do trabalho em que as mulheres deveriam se ater ao domínio doméstico e os homens ao domínio público, conforme sugerido pelas narrativas acima, mas também recorrente em muitas outras avaliações de mutirantes sobre esses maridos ciumentos. Tudo se passa como se houvesse uma desestabilização da lógica masculina atribuída à família. As mulheres no mutirão e nas ações públicas do movimento quebram uma suposta fixidez das relações conjugais quando vão ao domínio público.

Mas claro que havia maridos que participavam ativamente do trabalho do mutirão, ainda que em minoria quantitativa. Já vimos como alguns mutirantes desqualificam o trabalho dos homens, que perderiam para as mulheres em capacidade de trabalho. Por outro lado, esses homens eram muitas vezes elogiados por não permitirem que suas esposas sofressem tanto para a conquista de algo que, afinal, era de toda a família, incluindo esposa, marido e filhos. Tatiana, por exemplo, revezou com seu marido o trabalho no mutirão:

Porque normalmente trabalha mais mulher do que homem porque homem não vem, é raramente, é mais a mulher mesmo, você entendeu? Só se o marido for aquela pessoa, assim: “Não, não vou deixar a minha mulher vir trabalhar”. Mas a maioria das vezes... Meu esposo mesmo, ele vinha, a gente sempre dividia. Só que meu esposo sempre

trabalhou viajando pra fora, então praticamente quem ficou mais no mutirão fui eu. Então, nunca pus meu filho pra trabalhar, meu filho hoje ele tem 22 anos, vai fazer 23 anos agora, ele é casado e tudo e ele nem tinha idade na época, então nem podia.

Do ponto de vista dos poucos homens que participaram efetivamente do mutirão, há uma preocupação com o sofrimento da mulher, ao passo que se mostra que se tem os atributos necessários para o trabalho, para a luta, como “acreditar”, como afirma Afonso:

Afonso: É mais raro o homem participar. Aqui o mutirão é constituído de 90% de mulheres. Trabalhando. Trabalhando na obra, no pesado, no duro. Carregando, fazendo tudo, todo tipo de serviço.

Carlos: E porque você acha que as mulheres se envolvem mais assim?

Afonso: Ah, sei lá, é uma coisa que é difícil de responder. Não sei se a mulher é um pouco mais responsável do que o homem, ou se ela acredita mais naquilo que ela tá fazendo, que é dela, assim, de fato. Uma resposta precisa eu não sei te dar, mas pelo que eu sinto as mulheres dão mais valor realmente à casa, à obra, à ideia, ao projeto, enfim à tudo.

Carlos: Mas você mesmo sendo homem deu bastante valor também...

Afonso: Sim. Acreditei que era possível porque cheguei a participar e vi como funcionava no outro [mutirão, onde ele era suplente]. E ficava mais fácil. Assim, ela [a esposa] vinha participar da obra também, vinha participar bem menos do que eu, eu estava sempre aqui... Mas ela também veio algumas vezes. Por que [tinha de cuidar da] criança, cuidar de casa, então ela ficava mais em casa e eu vinha mais participar. E às vezes por causa do trabalho, normalmente nos empregos dela, ela sempre trabalhou aos sábados e o mutirão aqui era todo sábado, domingo e feriado. Foi bem puxado.

Ou Pedro:

E graças ao bom Deus, foi liberada a verba, começamos a obra, não foi fácil a obra também, porque era carrinho de terra e era mais mulher que homem. As mulheres sempre nos mutirões, eu não sei hoje, mas nos mutirões é sempre mais mulher que homem. Inclusive, a minha mãe, ela conquistou a casinha dela lá na Juta.

[...]

[Minha ex-esposa] era filha de mutirante também, a mãe e o pai dela moram também na casinha do mutirão, batalharam também. Inclusive foi a mãe, que nem eu te falei, no mutirão quem trabalha mais é a mulher, você vê mais mulher trabalhando, tem homens, mas são poucos, mas os poucos que tem também sofrem. Inclusive aqui, a minha presença aqui, quando eu não podia vir, eu estava trabalhando, fazendo hora extra, a mãe da minha filha vinha. A verdade tem que falar, tem que ser dita, ela vinha, mas ela,

eu evitava dela vir muito, eu vinha mais porque é serviço braçal também. Então, mas eu vinha mais, às vezes eu chegava a vir sábado, domingo, chegava domingo em casa, eu era casado, chegava só o pó mesmo, minha filhinha era pequenininha, eu abraçava ela, brincava e acabava até dormindo brincando, era cansativo, foi cansativo, mas em si valeu a pena.

Embora fossem os titulares que mais participassem, geralmente as mulheres, havia uma distinção entre primeiro e segundo titular. No caso de casais, essa distinção geralmente se referia a esposa e marido, mas o segundo titular também poderia se referir a irmãos, irmãs, filhos, filhas, pais, mães e outros parentes, que não necessariamente iriam morar no empreendimento. Esse apoio de parentes podia ser visto como muito positivo, principalmente se fosse o marido, mas também podia levar a avaliações morais negativas.

Segundo Adriana, por exemplo, em muitos casos os pais dos mutirantes querem participar pelos filhos das atividades e garantir pontuação para eles. Segundo ela, os filhos têm que lutar por eles mesmos, aprender o valor da luta, já que eles é que vão ser os donos da moradia. Deu um exemplo do que aconteceu no mutirão. Uma “mutirante folgada” (ela usou o termo muitas vezes) raramente ia ao mutirão e às reuniões, mas seu avô ia no lugar, o que era moralmente negativo. Segundo ela, a associação é como uma empresa, as regras seriam para todos.

É encarado como fundamental que os mutirantes, principalmente as mulheres, recebam “ajuda” e apoio no trabalho do mutirão de parentes, seja pelo desgaste físico seja por impossibilidades concretas de comparecer, como por causa de seus empregos. Mas essa ajuda não pode substituir plenamente a participação de quem vai efetivamente morar.

Para que não apenas as pessoas que sempre participaram, ou mais propriamente as mulheres, trabalhassem sozinhas e para que toda a família (unidade doméstica) que fosse residir no Unidos compreendesse e se envolvesse no processo do mutirão, algumas ações foram implementadas pela coordenação.

No plano do mutirão, sua coordenação utilizou uma estratégia para evitar a desistência de mulheres ou mesmo conflitos com seus maridos. Segundo Adriana, algumas mulheres lhe diziam: “Ah, Adriana, eu vou desistir porque meu marido, eu vou pra casa é um quebra pau. Meu marido acha que eu não estou indo pro mutirão, meu marido acha que eu estou indo atrás de outro homem”. Ao que Adriana e coordenação respondiam: “Não, não vai sair não, vamos fazer umas atividades aí,

“você vai chamar o seu esposo, vamos mostrar pra ele o que realmente você está fazendo na obra”.

Essas atividades eram basicamente festas realizadas no terreno do mutirão em que se convidava todos os integrantes das famílias que viriam morar no empreendimento. O objetivo era fazer um trabalho com a família, com o “núcleo familiar”, o que se revestia de importância, uma vez que nos outros mutirões só se trabalhava com o titular, geralmente a mulher. Assim, houve um esforço de se trazer os filhos, maridos e esposas dos mutirantes para essas festas, para que eles conhecessem o trabalho do mutirão e para que todos os futuros vizinhos se conhecessem de antemão a fim de investir na futura boa convivência.

Em relação a maridos descrentes do trabalho das mulheres, a coordenação dedicava especial atenção. Pedia para as mulheres trazerem os maridos, para mostrar realmente o trabalho que suas esposas estavam fazendo e mostrar as fotos das diferentes etapas do mutirão, o que os surpreendia por descobrirem que suas mulheres trabalhavam com tarefas difíceis como ferragem e concretagem. Conversava com eles para lhes mostrar que o que estava sendo feito não era fácil e convidá-los para participar da obra. Graças a esse esforço, muitos maridos trabalharam na obra, muitas vezes substituindo suas esposas. Todo esse esforço foi tido como gratificante e gerou uma situação de trabalho diferente de outros mutirões, onde a maioria da mão de obra era constituída apenas de mulheres.

Segundo Adriana, essas festas eram momentos também de prestar contas para os filhos, para que eles pudessem acompanhar o trabalho que suas mães estavam fazendo, para quando eles fossem morar ali, valorizassem o empreendimento e os pais que estavam saindo nos finais de semana pra vir para o mutirão.

Mas não são só as lógicas de parentesco no interior de uma família que influenciam a participação do mutirão. A coordenação do movimento e do mutirão também influenciam os arranjos familiares. Atento a esses riscos, a coordenação reivindicou e conseguiu junto à COHAB que a escritura da nova casa própria fique prioritariamente com a mulher, mesmo nos casos em que o homem ganhe mais. Isso para evitar muitos casos relatados de homens que, uma vez obtida a casa própria, vendia o imóvel. Uma assumida maior vinculação da mulher enquanto mãe com a casa, a família e com o cuidado com os filhos é também tida como fundamental na orientação de políticas públicas habitacionais.

A orientação para que o novo apartamento ficasse em nome da mulher também ocasionou conflitos conjugais e a necessidade de intervenção do movimento. Pedro se separou da mulher durante o mutirão, mas queria morar lá e ela queria passar o apartamento para seu tio, algo ilegal e moralmente repreensível. Assim, o movimento interveio em favor de Pedro, que teve que negociar o dinheiro que o tio de sua esposa já havia pago para a compra do apartamento e hoje já mora no empreendimento.

Percebe-se como o tempo do mutirão tem impacto nas relações intrafamiliares e é por elas impactado. Conflitos conjugais, tensões com filhos podem levar a rearranjos familiares e, por outro lado, a permanência no mutirão depende dos conflitos ou solidariedades no interior do “núcleo familiar”, para usar a expressão de Adriana. Mas esses rearranjos familiares podem ser percebidos quando diferentes *famílias* são postas em relação e se combinam umas às outras no tempo do mutirão, como veremos a seguir.

Rearranjos familiares no mutirão

A polissemia do termo *família*, que na participação no movimento tende a ser identificado a uma única pessoa, representante de uma família, e que no tempo do mutirão começa a se referir também a uma unidade doméstica que irá residir ou já reside em um dos apartamentos conquistados, é ainda mais ampliada quando pensamos os recorrentes casos de separações conjugais, mas também de casamentos ocorridos entre mutirantes.

Nas entrevistas realizadas e nas visitas ao Unidos e conversas com suas famílias, muitas histórias sobre separações conjugais se repetiam reiteradamente. Essas separações podem ser lembradas e descritas apenas como mais um marcador da longa duração e do sofrimento do tempo do mutirão, tendo ocorrido por desgastes da relação, ciúmes, conflitos, traições e outros problemas variados. Quando essas separações ocorrem envolvendo arranjos intrafamiliares, conflitos entre marido e esposa externamente ao mutirão, diz-se que “a separação foi fora do mutirão”. Essa expressão revela que muitas separações se dão no mutirão ou por causa dele. Afonso narra a inevitabilidade de separações no mutirão:

Carlos: E teve muito caso de famílias que se separaram, casaram e se separaram, que se juntaram?

Afonso: Ah... Bom [risos], isso é meio que normal, meio que natural. Porque muito envolvimento de pessoas gera sentimentos, a favor e contra [risos] E aqui não foi diferente não, aqui tivemos casamentos desfeitos, casamentos refeitos e novos casamentos. Tivemos casamentos formados aqui dentro também.

Carlos: E os desfeitos eram um pouco por ciúme?

Afonso: É. Não tem como. É muita gente aqui. Porque se não tinha 100 famílias, beirava 80, 90, por aí. E trabalhando sábado, domingo e feriado sempre, digamos assim, é... O marido nunca vinha, vinha só a esposa, então a esposa trabalhava sábado, domingo e feriado, todo sábado, domingo e feriado, todo sábado, domingo e feriado. A outra família, o inverso ou a mesma coisa, estava aqui, então ele vinha e sempre estava com as pessoas aqui, então o cabra... [risos]

E aí aconteceram várias histórias aqui dentro, várias histórias. Teve muito caso de traição aqui dentro. Alguns que eu me lembre perdoaram, o casamento permaneceu, eu conheço aí um casal que está até hoje; outros se separaram definitivamente, foram cada um pro seu lugar...

[...]

Teve um outro também que separou, mas acho que não teve envolvimento aqui com o mutirão, foi separação fora do mutirão mesmo, mas esse também está morando aqui ainda, continua morando aqui. Teve um outro da minha família também que teve um rompimento de casamento, mas foi fora do mutirão, não teve nada a ver com o mutirão em si e a mulher desse, a minha concunhada, ela vai morar aqui também no mesmo prédio que o meu, inclusive. O meu cunhado que tá morando lá onde eu morava, na mesma casa, na casa que ele construiu no terreno. Tem outro casamento também, ele refez a vida dele lá também, mas histórias tem diversas, tem muita história aqui. Aqui dá pra escrever um livro tranquilamente.

A intensidade do convívio no mutirões levou a traições, a separações e também casamentos, a “muitas histórias”. Uma delas, em particular, era lembrada por muitos mutirantes como um caso de separação marcante no mutirão. Sílvia se separou durante o mutirão, em 2005. Ela que havia feito a inscrição no movimento e quando sua família foi selecionada para compor a *demanda*, ela colocou o marido como segundo titular, mas ele ia mais, trabalhava no mutirão mais do que ela para que pudesse tomar conta dos filhos, que ainda eram pequenos. Com o tempo, ela se separou porque o marido “arrumou uma outra pessoa daqui do mutirão mesmo”. Nas suas palavras:

Porque logo quando foi pra começar, pra construir, veio os materiais aí... porque aqui em volta você já viu como que é. Tem a invasão aí [referência à favela vizinha]. Aí não

podia deixar nada aqui porque eles começaram a roubar, começaram a invadir. Então, teve a votação, cada dia era um grupo que vinha dormir aqui pra poder estar vigiando os materiais aqui. Aí nisso foi na época que ele conheceu a pessoa. Que também era participante aqui do mutirão. Era não, é! E se envolveu com ela. Mas como a gente é a última a saber [risos]. Todo mundo sabia menos eu. Aí não deu certo mesmo. Porque foi a segunda vez que ele fez isso. Na primeira vez, ele teve chance de voltar, aí depois de 10 anos, 12 anos depois, ele tornou a fazer de novo, aí não, deixa quieto. Vai ser minha vizinha.

A vizinha, que se envolveu com seu marido, também era casada à época e seu marido também chegou a trabalhar no mutirão. Foram, portanto, dois casais de mutirantes que se separaram formando um novo casal que também morará no Unidos Venceremos e vizinho de Sílvia. Atualmente, o novo casal já tem um filho e o marido acabou se distanciando de seus filhos mais velhos, do primeiro casamento, causando inclusive problemas com uma das filhas, mais próxima ao pai, que teria ficado muito “revoltada” e era motivo de muita preocupação por parte de Sílvia. Apesar dela ter sofrido muito pelo “baque”, depois da separação, ela me disse: “Eu comecei a vir e tocar a vida, eu e meus filhos, agora já adultos”.

A separação leva a um rearranjo da família anterior do marido e de sua nova, ainda que Sílvia considere que de certa forma seu marido é membro das duas famílias, uma vez que os seus filhos estão com ela: “antes ele era presente, carinhoso, mas quando saiu de casa se dedicou mais à outra família”. Esse rearranjo não é só de pessoas que compõem cada família, mas também de afetos, principalmente em relação à sua filha revoltada:

Ela estava na adolescência, ela estava com 13 anos, então eu acho que é um momento em que o filho ou a filha precisa mais do pai e da mãe junto. E eles eram muito unidos, muito apegados ao pai. Então, foi que nem ela falou pra mim, pra ela foi uma decepção muito grande. Ela não aceita.

Com a separação, Sílvia começou a participar ativamente no mutirão, substituída às vezes por sua filha mais velha. Ela tirou o nome de seu ex-marido da documentação da COHAB e a renda familiar não mais contará com os rendimentos de seu marido. A separação, segundo ela e muitos dos mutirantes, foi causada “pelo mutirão” e levou a uma redefinição da composição de duas *famílias*. Podemos afirmar que houve um processo portanto de duas refamiliarizações (COMERFORD, 2002) a partir de uma separação e um casamento.

Portanto, se o mutirão proporcionou separações, ele também proporcionou algumas alianças conjugais entre mutirantes. Outro caso de casamento também permite pensar esses processos de refamiliarizações. Maristela (caso já relatado que se separou de seu marido violento), com três filhos, conheceu Hugo, também mutirante, durante as obras, e resolveram morar juntos. Como os dois correspondiam a duas famílias diferentes conseguiram, cada um, um apartamento. A decisão conjunta dos dois foi residir em apenas um dos apartamentos e deixar o outro para os filhos dela. Duas *famílias* do mutirão que se combinaram, originando em um plano apenas uma família, dividida em duas casas e, em outro plano, duas famílias, que partilham de laços de parentesco, mas que estão em casas diferentes, constituindo dois distintos grupos domésticos, diferente do que estava previsto no início do mutirão.

Assim, a participação no mutirão acaba gerando conflitos e aproximações entre membros das famílias, regulando laços conjugais, ora os dissolvendo ou os colocando em risco, ora os produzindo, levando a redefinições dos limites de uma *família* atendida. Podemos, portanto, falar em refamiliarizações, já que não se trata apenas de unidades discretas, que são feitas ou desfeitas, mas arranjos que são continuamente modificados, cujas fronteiras nem sempre são claramente discerníveis.

Há vários tipos distintos de arranjos familiares no mutirão e acompanhar alguns dos sentidos de *família* contribui para um maior entendimento de arranjos concretos, mas altamente variáveis de pessoas classificadas como pertencentes a famílias específicas.

Das chamadas 100 *famílias* do mutirão Unidos Venceremos, há uma acentuada multiplicidade de arranjos familiares, tornando impossível chegar a um único modelo de família. No entanto, essa constatação não deve ser utilizada analiticamente em favor de um abandono de um esforço de verificar os diferentes modelos e seus impactos no mutirão. A multiplicidade de arranjos familiares e a polissemia do termo “família” merecem ser descritas.

No geral, cada *família* ocupa um apartamento, mas com diferentes arranjos domésticos. Se considerarmos *família* como coincidente com o grupo doméstico residente em um apartamento do mutirão, existem famílias conjugais (com filhos ou sem filhos), unidades mãe-filhos, muito tematizadas pela bibliografia sobre família e

classes populares⁷⁴, apartamentos com integrantes de três gerações de uma mesma família (avós, filhos e netos), solteiros e solteiras e um caso de duas irmãs.

Há assim vários modelos de família e grupos domésticos encontrados no mutirão. Mas a definição de *família* para a Leste I e no mutirão e mesmo para o poder público independe de sua unidade habitacional anterior. O que define a *família*, neste caso, como unidade, é sua contabilização como coincidente com uma unidade residencial.

Por outro lado, não só casamentos e separações podem levar a uma redefinição dos limites de uma família, que pode em certos momentos compreender duas ou mais unidades residenciais, dentro e fora do mutirão, com filhos que moram fora, por exemplo, ou pais que se separam e um mora no mutirão e outro fora dele.

Quando eu perguntava a alguém quem era sua família, sem qualquer especificação, querendo me referir à unidade doméstica no mutirão, havia sempre uma dúvida de como me responder. Josiane, por exemplo, quis saber se eu estava me referindo à atual, residente no mutirão, ou aos seus pais e irmãos, que residiam em outros locais da cidade de São Paulo. Como vimos no primeiro capítulo, não é somente a coabitação que define as conceitualizações nativas de família. Geralmente, quando não há coabitação atual o termo é utilizado primordialmente para se referir a pais e irmãos, com quem já se coabitou em algum momento da vida. Mas os limites de família também podem ser ampliados para agregar cunhados e cunhadas, sobrinhos, sobrinhas e, em alguns casos, mesmo primos, primas, tios e tias e outros parentes com quem nunca se coabitou.

Diferentes *famílias* residenciais no mutirão podem também ser consideradas apenas como parte de uma única família, como no caso de Afonso. Ele é casado com uma mulher que tem mais um irmão e uma irmã também residentes no mutirão. As duas irmãs e um irmão residem cada um com seus cônjuges e filhos, formando cada um uma *família*, mas isso não impede Afonso de se referir ao seu cunhado e às suas cunhadas e seus cônjuges e filhos que moram no mutirão como parte de sua “família”, que ainda inclui outros parentes de sua esposa que residem fora do mutirão. Afonso, por sua vez, ainda tem sua mãe e seu pai que também residem em outro apartamento do mutirão, também seus familiares portanto, mas que constituem uma *família* do mutirão distinta.

⁷⁴ Para um balanço bibliográfico sobre o tema, ver Fonseca (2000), cujo trabalho também inspirou algumas terminologias aqui utilizadas.

Como o caso de Afonso, também há outros de irmãs casadas que residem cada uma em um apartamento e são em um aspecto consideradas *famílias* distintas, em outra parte de uma mesma “família”. Há também casos de pais e filhos, em que cada um reside em um apartamento diferente.

E há o interessante caso de Virgínia, natural do estado do Ceará, onde morava até recentemente com sua mãe e uma de suas irmãs. Duas irmãs dela moravam em São Paulo há bastante tempo. Com a morte de sua mãe e irmã com quem morava, ela resolve vir para São Paulo: “Daí eu morava no Ceará, daí acabou minha família lá, faleceu minha mãe, faleceu minha irmã que morava lá comigo. Aí eu tinha duas irmãs aqui”. Uma das irmãs morava no litoral com os filhos e o neto e a segunda morava sozinha na Cidade Tiradentes. Virgínia preferiu morar com a segunda irmã e logo teve contato com o movimento, conseguiu pontuação e trabalhou no mutirão, em revezamento com essa irmã, que acabou por vender seu pequeno apartamento e vir morar com ela no Unidos Venceremos.

É justamente o fim de sua “família” no Ceará que anima Virgínia a vir para São Paulo ficar perto de sua irmã, com quem ela é responsável por produzir uma *família* no mutirão, extraordinariamente constituída por duas irmãs solteiras. Embora ela não tenha se referido em nenhum momento ao grupo doméstico constituído por ela e por sua irmã como “família”, para o mutirão e para a COHAB as duas são uma única *família*. No Ceará houve uma desfamiliarização para que no mutirão houvesse uma familiarização.

Outras familiarizações no mutirão

Os sentidos atribuídos à noção de família não se restringem a relações de afinidade e consanguinidade descritas acima, mas também contribuem para um entendimento de outras relações sociais no interior do mutirão.

Muito já foi falado sobre o esforço da coordenação de coletivização das *famílias* no mutirão a partir de recursos discursivos, da pontuação, do trabalho, da gestão moral, dentre outros aspectos. Em muitos sentidos é possível afirmar que essa coletivização é produzida cotidianamente pelas próprias *famílias* no tempo do mutirão, uma vez que em alguns momentos se considera que todos ali estão unidos na luta pela casa, no sofrimento do mutirão, nas incertezas sobre o resultado de tanto

esforço e mesmo nos conflitos e solidariedades intrafamiliares. Mas é claro que como também vimos essa união é muitas vezes mais um ideal a ser perseguido do que uma realidade propriamente dita, já que há uma série de hierarquias, distinções e conflitos entre os mutirantes.

Mas esses ideais de união e de igualdade aparecem muito fortemente em algumas narrativas. Maristela, por exemplo, falando a respeito do fato de haver mais mulheres do que homens trabalhando no mutirão, tece a seguinte narrativa:

Aqui não é um grupo só de mulher, aqui não tem esta separação, “Ah, porque é mulher não vai carregar areia”, “Ah, porque é mulher não vai fazer isso.”, não, é tudo mesma coisa [...] Tudo junto, o homem cava o buraco, mulher também vai cavar o buraco, e vai carregar pedra, vai carregar pedra não na mesma quantidade, mas vai carregar, então mutirão é assim, não é separado, é uma família mesmo, tudo junto, misturado... Então a gente não tinha como isolar, e era uma coisa... Aquilo que eu queria e ele queria, mas não queria vim, então alguém tinha que vim, então eu vinha. É uma família. Tem, tem gente que se dá bem, tem outros que não se dá bem, depois de repente fica todo mundo bem, aí você fala uma coisa não concordam, e só porque eu não concordei, ficou de cara feia para mim, tenho que concordar com você, é assim, aí depois com o tempo você volta a falar comigo, aí vai para frente, é assim.

O fato de não haver separação no trabalho, entre homens e mulheres, leva à formulação de que o *mutirão é uma família*. No entanto, ainda que Maristela esteja pensando em termos de igualdade de condições, de união no trabalho, essa família não está isenta de conflitos, é como se sua unidade fosse produzida justamente por múltiplas relações de solidariedade e conflito, o que é coerente com as abordagens que vimos até aqui que definem a noção de família. Essa ideia de que o tempo do mutirão produz uma familiarização de si mesmo, isto é, do próprio mutirão, é muito recorrente e pode ser mais aprofundada por outros casos.

Como há muitas *famílias* aparentadas no mutirão e muitas relações de amizade são produzidas ao longo do tempo do mutirão, muitos parentes e vizinhos optam por morar próximos uns dos outros, desde que tenham a pontuação alta o suficiente para permitir esse tipo de escolha. Ricardo, no entanto, não tem parentes consanguíneos ou afins no mutirão e não considera ter amigos mais próximos do que outros, então não escolheu seu apartamento baseado em quem ia morar próximo:

Então, eu não fiz isso não assim, até mais porque eu conheci, conheço todos eles que trabalham no mutirão eu conhecia, e eu não tenho parente aqui. Então, para mim, todo mundo é parente. É, como se fosse uma família.

Dois aspectos importantes sobre familiarização emergem do que Ricardo pontuou. Primeiro que parentes e amigos do mutirão podem obedecer às mesmas regras de avizinhamento a fim de manutenção de relações muito próximas, de afeto e solidariedade. Entre eles, com certeza há uma maior familiarização do que em relação ao total de *famílias* do mutirão. Como Ricardo não mostra ter relações especiais desse tipo com outras *famílias*, ele trata todos ali como “parentes” e o conjunto dos moradores como uma única “família”. Assim, há uma série de familiarizações ocorridas como consequência do tempo do mutirão. Não só vários modelos de *famílias* (residentes no mutirão) são produzidas, como outras “famílias” envolvendo parentes, amigos e mesmo pessoas externas ao mutirão, como também uma grande família é produzida abarcando todo o mutirão.

Essa grande familiarização do mutirão também é percebida por um esforço coletivo de se cuidar de todas as crianças para que principalmente suas mães pudessem trabalhar no mutirão, uma vez que não tinham com quem deixa-las nos fins de semana:

Eu tinha minha filha, que hoje tem 15 anos, então ela participou muito assim, a gente vinha trabalhar, então tinha lugar pra gente deixar as crianças da gente, eles ficavam tudo ali no CEU. Tinha uma equipe que cuidava dos nossos filhos pra gente poder trabalhar (Tatiana)

Uma comissão das *famílias* foi criada para cuidar das crianças e o CEU local cedeu seus espaços para que elas pudessem brincar. Tatiana fala não só em seus filhos, de maneira individualizada, mas em “crianças da gente”. Outra formulação até mais recorrente para se referir a essas crianças é “os filhos do mutirão”, mostrando uma indistinção entre os filhos de cada *família* e tratando todos eles como parte de um mesmo coletivo, de uma mesma grande família.

Tratar o mutirão como uma “família” implica também utilizar terminologias de parentesco, próprias membros familiares para se referir aos integrantes do mutirão. Adriana, em especial, por ser a coordenadora do mutirão e ter a responsabilidade de gerir todas as *famílias* e de apoiar a todos na obra e em relação a vários possíveis

problemas, muitas vezes era tratada como “mãe”. Paloma a chama de tia Má e a considera uma mãe não só dela como de todos os mutirantes:

Ai meu Deus [muito emocionada e chorando]. Eu sempre falo que ela é muito companheira de todos, sempre dando um jeitinho. Eu falo pra ela “Eh tia Má, sempre dando um jeitinho” e eu sempre falo que ela é uma mãe pra mim porque eu considero ela sempre como uma mãe pra mim. Mas em geral, ela sempre “Ah, você tá com um problema aqui, vamos lá resolver”, “Você tá com isso, vamos lá”. Ela é uma pessoa assim 10, tem muitos que não reconhecem, você sabe, mas tem muitos que, que nem eu falo pra ela “Olha Má, não é a minoria que vai te estragar”, porque ela é uma pessoa que sempre tá do lado de todo mundo e sempre leva pau, coitada. Tudo aqui é Adriana, Adriana, e, assim, na hora que eu mais precisei, ela me apoiou em tudo. Eu sempre falo, minha casa hoje primeiro a Deus, segundo ela. Foi ela que me deu oportunidade.

Ainda que Adriana seja uma mãe para todos, continuamente esse papel pode não ser reconhecido por mutirantes que não reconhecem todo seu apoio, que a criticam, o que ocasiona, como vimos anteriormente, um enorme esforço de fortalecimento de uma reputação de seriedade e honestidade. Os papéis de mãe e de coordenadora ora se confundem ora são vigorosamente separados pelos mutirantes, fazendo com que o esforço de familiarização do mutirão, com Adriana à frente esteja longe de ser um processo definitivo e harmonioso.

A familiarização do mutirão também é definida por relações de solidariedade, apoio e afeto entre todas as *famílias* como a ajuda recebida por Pedro, que passou por uma traumática separação de sua esposa, que trouxe sofrimento para ele e para sua pequena filha, em relação a quem se ressentia de não poder morar junto, só a encontrando quinzenalmente:

Eu mesmo queria estar hoje aqui, quando eu arrumar o quarto da minha filha, o objetivo meu era morar aqui com a minha filha e com a mãe dela, mas como ela escolheu outro caminho, teve o livre arbítrio, fiz o que pude para restaurar o casamento, mas ela escolheu o caminho dela. Eu estou aqui, estou aqui, estou trabalhando, estou com saúde, tenho aqui os mutirantes aqui, que dão um abraço no outro, uma palavra, ajuda, me ajudaram aqui porque quando eu passei pelo processo de separação, eu entrei aqui dentro foi com 49 quilos. 49 quilos, era terceirizado, mas estava firme na igreja e trabalhando. Entrei aqui dentro com 49 quilos, Deus usou o Otávio, a Adriana, usou todos aqui, usou as 99 famílias para falar comigo. Porque eu ia me afastar daqui, foi uma decepção, eu queria o casamento e a pessoa não queria, então minha filha também sofreu junto também [...] Então Deus usou aqui todos os mutirantes, me abraçaram, e o amor, o amor, a humildade foi me engordando, o amor e a humildade me devolveu o

que eu tinha, eu estava quase perdendo que era a saúde. Estou com 72 quilos, estou efetivado na empresa e está aqui o apartamentinho.

O idioma de parentesco e sobre família ainda pode ser utilizado para outros participantes do mutirão, mesmo não coordenadores ou famílias, como a assessoria técnica, que não são classificados apenas como técnicos por Pedro:

E resumindo, Deus preparou o terreninho aqui. Outros grupos, as arquitetas, engenheiros, pessoas boas também, não entraram aqui só como arquiteto e como engenheiro, entraram aqui também como amigo, como pai e mãe também para auxiliar não só no bloco e no cimento, mas auxiliar também na alegria, com palavra.

A familiarização do mutirão também ocorre em torno de medições da duração do tempo do mutirão em função de nascimentos e crescimento dos filhos, por exemplo. Muitas das famílias tendem a se referir ao longo tempo de obra a partir das idades de seus filhos no começo e quantos anos eles têm agora. Mas mutirantes também costumam se espantar quando encontram filhos crescidos ou já adultos e casados de outros mutirantes. Mas há uma medição desse tempo que recorrentemente apareceu nas entrevistas, que são as mortes de alguns mutirantes durante todo o processo, mortes que também reafirmam as muitas dificuldades do mutirão, sofrimentos coletivos, como algumas narrativas permitem aferir:

Tem bastante história aqui dentro, tem histórias agradáveis, bacanas. Tivemos perdas também, infelizmente tivemos algumas pessoas que faleceram nesse decorrer, que batalharam muito com a gente, pessoas que participaram muito ativamente aqui. Por causa natural mesmo, hipertenso, alguma coisa assim.

[...]

Porque assim, que nem eu te falei que tivemos algumas perdas aqui, essas aí eu posso até citar, falar os nomes delas. Tinha a Dona Sebastiana, uma senhora, devia ter uns cento e alguns anos; tivemos uma outra também, a Dona Maria; tivemos Dona Maria de Lourdes; tivemos bastante, tem uns que eu não me recordo, tivemos mais, não foram só essas não, teve mais que nós perdemos. Elas eram muito ativistas, elas iam em todas as manifestações, elas estavam lá, todas, todas; difícil perder uma. E foram perdas sentidas aqui, mas mesmo assim, enquanto elas estavam vivas a gente via o desgaste no olhar de cada um, sabe? (Afonso)

Então, assim, a gente teve também muita perda de família aqui, a gente já perdeu pessoas muito boas aqui junto com a gente. Perda, pessoas que morreu, que lutou muito e acabou falecendo. Não na obra [ênfase], pelo amor de Deus. Não, assim, não na obra, mas uns enfartou, outros tipos de doença. E, assim, a gente sente muito, teve uma até

que acabou se matando, a avó da Maria, que ela tinha um problema pessoal dela, depressão, foi lá, comeu chumbinho, acabou se matando. Então, foi uma perda muito grande com a gente porque uma coisa que eu sempre falo, a gente espera que as pessoas estão bem, aparentemente. Só quem conviveu é que sabe, é quem está na casa. Então, assim, a gente teve a perda dela, abalou todos, mas também teve uma outra que foi infarto, foi imediato, teve muito, até hoje tem umas senhoras que tá lesado. Então, assim, é muito triste com a gente. Mas quando entrava a nova verba do mutirão, que a gente podia dar o andamento, era vitória. (Paloma)

O tempo do mutirão, portanto também tem marcações a partir de ciclos de reprodução familiar (nascimento e crescimento dos filhos, casamentos e separações) e também mortes consideradas não individualmente, nem por uma única *família*, mas por toda a grande família do mutirão.

Mas se muitas dessas marcações temporais levam em conta sofrimentos, dificuldades, muito trabalho, muitos mutirantes também falam de boas recordações sobre o tempo do mutirão, pensado como um tempo de muita união, de divertimento, de alegrias nos momentos intensos de convívio, seja extraordinários como de festas e confraternizações, seja nas refeições coletivas nos intervalos de obra, quando se come, se conversa e se ri sempre coletivamente. Por outro lado, se todos esses processos de familiarização são causados pela união de alguns grupos ou de toda a coletividade de participantes no mutirão, a todo tempo também são questionados e problematizados por integrantes dessas mesmas “famílias” durante o tempo do mutirão, colocando em risco todo o trabalho acumulado durante tantos anos.

Reflexões sobre a casa conquistada

Neste capítulo, já vimos em várias das narrativas apresentadas expressões que consideram o apartamento conquistado depois de tanta *luta* como uma “vitória” ou uma “conquista” a serem celebradas, resultado de muito esforço próprio, mas também consequência de processos de familiarização. Muitos agradecem a Deus por finalmente estarem morando na sua “casa”.

Embora cada *família* resida fisicamente em um apartamento, é o termo “casa” que é muito mais utilizado para se referir a essa objetificação de uma série de relações, ideias e pessoas fundamentais para a sua conquista. No entanto, uma vez conquistada e depois da *família* se mudar para lá a casa também continua sendo

conceitualizada a partir de variadas relações, pessoas e ideias, bem como por sua materialidade.

O Unidos Venceremos é constituído de 100 apartamentos muito parecidos, a única diferença é que há dois modelos com distinta disposição da pequena varanda que todos têm. Por outro lado, cada andar se apoia no andar inferior sem um sistema de sustentação para todo o prédio, o que não permite que se derrube paredes, o que colocaria em risco a estrutura de cada bloco. Com isso, independente da composição de cada *familia* e de seus ciclos de desenvolvimento, não há a possibilidade de se construir novos quartos ou de ampliar espaços em caso de solteiros ou de *famílias* reduzidas. Adriana, em certa ocasião, disse que quando houve a escolha na assembleia pelo número de quartos – dois maiores ou três menores – a maioria optou por uma planta com dois quartos. Ela votou para o modelo de três quartos, já que tem cinco filhos, quatro dos quais ainda moram com ela, além de dois netos, filhos de suas duas filhas. Mas respeitou a opinião da maioria já que havia sido “voto vencido”.

No entanto, no mutirão Paulo Freire o projeto foi desenvolvido com uma estrutura metálica, o que levou também a distintos desafios, principalmente nas negociações com a COHAB, segundo Denise, uma de suas coordenadoras:

A nossa é em estrutura metálica, então ele deu um pouco mais de trabalho para aprovação dentro da COHAB porque não tinha especialista em estrutura metálica, tiveram que contratar. Aí por que que a gente escolheu estrutura metálica? Porque quando a assessoria falou assim “olha, tem um projeto que ele vai ser mais rápido, vocês vão trabalhar menos...”, porque de fato a estrutura não exige tanto do mutirão, e é rápido. Você vai falar o que? Demorou. Então a gente achou a mesma coisa, a gente achou que ia ser de uma outra forma, inclusive a assessoria também. A gente conversando depois naquela conversa que nós tivemos, eles também achavam que ia ser mais rápido, mas assim a COHAB demorou tanto para aprovar o projeto, tanto é que o “Unidos...” começou e foi engraçado, tu imagina, um mutirão começando e o outro não, você imagina as famílias? Se fosse aqui no “José Maria” um começa e o outro não? “Tá vendo, se o nosso fosse daquele jeito já estava fazendo! Porque o do [MIL 00:35:19] já está lindo, está com a fundação pronta!”, “gente, o nosso é diferente, vai ser feito de uma outra forma...”, você imagina? Só que depois que começa ele é muito rápido mesmo, de fato, você fez isso montando a estrutura, tem até as fotos na internet depois você pode ver se você quiser. Monta a estrutura e depois você vem fazer o fechamento, é muito mais rápido, mas o problema é que as aprovações demoraram muito e a estrutura também exige algumas coisas, ela tem algumas coisas que ela exige mais do que uma alvenaria convencional. Ela fica mais cara mesmo. Mas aí é uma outra história. O que é legal nessa parte aí também é que a gente palpita muito. No nosso a gente palpitou muito sobre como a gente queria o projeto. Se a porta do quarto abria para onde, a janela...

Devido à estrutura metálica, foi possível uma enorme variação de arranjos espaciais dos apartamentos no Paulo Freire:

Denise: A gente tem quatorze apartamentos que são de três quartos... Três quartos. O tamanho é o mesmo, ele é o mesmo mas as famílias falaram assim “a gente prefere que seja um pouco menor, mas eu quero separar o menino da menina”. Isso também foi antes da elaboração do projeto, queriam três quartos, como a gente queria o quarto. Aí era legal assim a discussão “você quer a cozinha maior, ou a sala?” aí elas ficavam assim “a sala”, “a cozinha”, imagina? Aí eles falavam assim “Vocês querem a mesa aonde, na cozinha ou na sala?”, porque aí conseguia decidir o que que a gente queria maior, “A mesa, onde vocês querem, na sala ou na cozinha?”. Aí tudo por votação: “Os quartos vão ser do mesmo tamanho? O do casal e o do filho?”. Isso foi muito legal nesse projeto porque a gente decidiu tudo no projeto e durante a obra também. A gente mudou um monte de coisa, está até falando para alguém, a gente mudou muita coisa, não era para ter gás... a gente tem botijão de gás individual, não era para ter no projeto, ele estava um bujão para todo mundo, o que nós conseguimos mudar. Nosso gás, quando ia passar um cano era de um lado e a gente falou “a gente não quer do outro lado, a gente quer desse”. O legal é que a assessoria comprava junto com a gente a briga. Porque já tinham algumas coisas que estavam aprovadas e eles falavam “Não, eles querem que seja assim, eles que vão morar, eles que têm que decidir o que eles querem”. Então a gente mudou bastante coisa em relação a isso. Voltando lá para o projeto, lá que definiu coisas do projeto mesmo como tamanho de quarto, todo mundo preferiu que os tamanhos dos quartos fossem iguais, tanto para as crianças quanto para o casal, o mesmo tamanho, a gente não quis que um fosse maior e o outro menor. “As portas dos quartos abrem para onde? Para a sala? Para a cozinha?”, aí a gente também que decidiu. Todas essas coisas. Tanto é que o nosso projeto não fez uma parede para dividir sala de cozinha, aí quem decidiu foi cada morador. Cada um que decidiu onde queria a parede, teve gente que quis parede nenhuma.

Carlos: Você fez?

Denise: Está junto, eu fiz. Teve gente que não fez nada, teve gente que fez mais do que devia. Porque o nosso entrou em uma parte que ele permite isso. Que você mexa. Só não pode mexer do lado de fora, mas de dentro teve gente que tirou parede e deixou um vão assim, super legal. Então, a estrutura exigiu um pouquinho mais mas ela deu essa possibilidade depois, “posso tirar”, “posso colocar”, porque ela não interfere na... ela não é estrutural.

Carlos: E você falou que são quatorze apartamentos de três quartos, e os outros de dois? São cem lá também?

Denise: Sim, três quartos e os outros de dois. São cem. E aí tem os das pontas, dessa ponta de cá e dessa ponta de cá. E aí foi uma coisa que todo mundo assumiu, porque é uma janela a mais se você pensar são vinte... vinte e oito janelas a mais, então “ó, nós vamos estar pagando por esses apartamentos, tudo bem?”, “tudo bem”, tudo decidido em assembleia.

Carlos: E como é que se decidiu quem ia ficar nos de três quartos...

Denise: Na época a gente já falou “quem são as famílias que estão pedindo?”, aí depois mudou algumas famílias, um que estava em três quartos falou que não queria mais e o outro que queria ficou. Então a gente não teve nenhum problema com isso. Teve gente que falou “na época eu quis e agora eu não quero mais, a minha filha casou...”, porque demorou muito. A gente falava que ia ser um negócio rápido. Aí o outro que não tinha filho teve e aí trocou com esse, aí conseguimos fazer essas trocas.

Com efeito, quando visitei alguns apartamentos do Paulo Freire, conheci enormes variações como pessoas solteiras que preferiram ficar com dois quartos, sendo o segundo para hospedar parentes ou um caso de uma senhora que trabalhava como costureira autônoma que transformou o segundo quarto em sua oficina. Havia sempre um esforço, como Denise afirmou acima, de divisão de filhos homens e mulheres em quartos distintos, nos casos de três quartos. Também conheci um apartamento, em que a mutirante, casada e com duas filhas que lá residiam, optou por fazer uma cozinha maior, que ia da frente ao fundo do apartamento, tendo uma pequena sala e o quarto das filhas de um lado e o quarto do casal do lado oposto. A cozinha era, assim, o maior cômodo do apartamento, segundo ela pelo fato de que era “baiana” e as pessoas de seu estado trataram a cozinha como a principal parte da casa. Havia ainda *famílias* que tinham planos futuros de derrubar ou construir paredes para continuar com rearranjos espaciais a partir de casamentos, nascimento de filhos ou de filhos com filhos que lá iam morar.

Já no Unidos Venceremos tamanha variação não era possível, o que ocasionou, ainda que em reduzida escala, situações de filhos homens dormindo na sala, principalmente se houvesse filhos e filhas, com prioridade para ficar no quarto dada às filhas. Por outro lado, como já vimos anteriormente, ainda que um apartamento de dois ou de três quartos seja pensado tanto pela COHAB como pela assessoria técnica como adequado para uma família nuclear com filhos, havia muitos arranjos que fugiam a esse modelo.

A *casa* conquistada também não pressupõe um arranjo familiar fixo e estanque de duração variável, como por exemplo nos casos de uma família conjugal com filhos, em que inicialmente coabitam pai, mãe e filhos e, com o casamento dos filhos, eles saem e vão morar em outros locais ou mesmo entrar em um novo mutirão que, como também já vimos, é muito recorrente. Ou seja, a casa não pode ser pensada como a

materialização de etapas de ciclos de desenvolvimento doméstico (FORTES, 1974), mas também como parte de uma configuração de casas que envolve residências de outros integrantes da família extensa, além de ser um espaço de trânsito de parentes, que podem lá residir durante períodos de duração variável.

Nesse sentido, há casos em que mutirantes tomam para si a criação de netos, em casos em que os pais estão passando temporadas fora, seja a trabalho ou em um caso de filha presa. Ela pode, assim, morar com filhos solteiros e seus netos, filhos de seus filhos que estão residindo fora. Quando os filhos retornam, os netos podem continuar morando com a avó ou retornar para morar com os filhos.

Por outro lado, Magda morava no *quintal* de sua mãe, em uma casa com seu marido e seus dois filhos. Quando ela se mudou para o Unidos, o seu filho mais velho, de 17 anos, preferiu ficar lá onde sempre morou, com sua avó por não gostar do bairro de Cidade Tiradentes.

Há também alguns casos de mutirantes que cedem o apartamento para que filhos casados com filhos lá residam. Pedro, por exemplo, é filho de uma mutirante que trabalhou no Unidos Venceremos. Como ela casou durante o processo, ela estava residindo com seu novo marido na casa dele. Como Pedro havia casado recentemente e tinha um filho pequeno, sua mãe o deixou morar lá. Esse arranjo era visto por Pedro como provisório, até ele ter condições de arcar com o pagamento de um aluguel ou conseguir uma vaga em um mutirão futuramente.

Se os apartamentos são inseridos em uma configuração de casas envolvendo casas de parentes diversos que podem morar no mutirão ou fora dele, na qual há relações de solidariedade e de trânsito de pessoas, como a circulação de crianças, o mesmo também acontece com apartamentos no interior do próprio mutirão entre vizinhos que se tornaram amigos no tempo do mutirão. Em caso de solteiros e solteiras ou mães e pais desempregados, é comum que amigos e vizinhos se solidarizem e deem comida ou os convidem para fazer refeições juntos. Assim como pessoas idosas têm ajuda de vizinhas e vizinhos em certas tarefas domésticas ou para atividades que exijam algum tipo de esforço ou deslocamento para longe do mutirão. Também há casos de vizinhas que cuidam dos filhos pequenos quando suas mães vão trabalhar ou têm compromissos que podem tomar muito de seu tempo.

Como vimos no primeiro capítulo, muitos mutirantes são naturais de outros estados e vêm para São Paulo tentar a sorte e ficam em casas de parentes

provisoriamente. O mesmo acontece no Unidos Venceremos e os apartamentos se tornam moradia temporária de parentes que se deslocam a São Paulo.

Mesmo quando os filhos não moram mais com seus pais mutirantes, estes celebram o fato de terem conseguido a casa, que poderá ser herdada pelos seus descendentes, que terão condições melhores de moradia. Nesse sentido, Paloma constatou que: “E eu sempre falo, eu tenho meu apartamento, mas eu falo pro meu marido ‘Se Deus me tirar hoje, minhas filhas estão amparadas’”. A situação de herança do apartamento é um pouco facilitada pelo fato dos mutirantes também terem pagado seguro, o que frente a tanto tempo necessário para pagar o apartamento (pagamento que ainda não começou) favorece os filhos. Em conversa com Adriana ele me disse que se ela morrer antes de finalizar o pagamento das parcelas, o apartamento é automaticamente quitado, porque os mutirantes pagaram seguro. Quando ela morrer, como ela tem cinco filhos, ela já os orientou a vender o apartamento e dividir o valor obtido, para evitar brigas.

Assim, a casa conquistada, por maiores limitações materiais que possua, é uma objetificação de múltiplas relações familiares, das pessoas que nela residem e de ideias que a qualificam como um espaço merecido de conquista, de compensação de uma vida de esforços e sacrifício e de melhores condições existenciais para os mutirantes e para seus descendentes.

Riscos à conquista do mutirão

Quando iniciei o trabalho de campo no Unidos Venceremos, 63 das 100 famílias tinham se mudado. O período de construção dos blocos de apartamentos havia se encerrado em 2011, mas ainda se espera a liberação das últimas parcelas da obra para partes de acabamento, segurança contra incêndio, corrimões e talvez a instalação dos elevadores, o que a maioria das *famílias* já estava descrente que houvessem recursos o suficiente para tanto. Mas a falta da liberação dos últimos recursos implicava indefinições em relação aos valores a serem pagos pelo financiamento, que deixavam as *famílias* um tanto apreensivas, apesar do alívio de terem o sonho quase realizado, como afirma Otávio:

Hoje não terminou a obra ainda, mas a gente está vendo de vai sair uma verba que falta aí para finalizar e ver qual vai ser o contrato nosso, quanto vai ficar custando, quanto vai custar o apartamento, sabe que a gente está aqui, mas também não sabe quando vai começar, vai terminar este daqui ou vai começar a pagar, o contrato, estas coisas, precisa apanhar muito ainda.

Como já dito, embora a obra não tivesse terminado completamente, visto a necessidade de muitas *famílias* que pagavam altos valores de aluguel, foi decidido em assembleia que elas poderiam já se mudar desde que se responsabilizassem pela reforma de seus apartamentos, como o caso de Sílvia:

Carlos: A senhora está contente pelo apartamento ter saído?

Sílvia: Graças a Deus, me ajudou em uma boa hora. Porque quando eu pedi pra Adriana mudar pra cá, eu estava pagando aluguel. Ela falou que precisava arrumar, dar uma arrumada pra poder mudar, fazer a parte molhada [lavanderia e banheiro]. Eu não tinha como fazer, aí foi na época que eles fizeram uma reunião da COHAB. Aí eles deram Bolsa Aluguel durante 6 meses. Aí com esse dinheirinho, eu inteirei, aí consegui fazer a parte molhada, que eles estavam exigindo, pra poder mudar porque eu estava pra ser despejada de onde eu morava. Na época, eu fiquei desempregada. Você faz bico, aí quando pega o dinheiro ou paga aluguel ou come. Não estava dando pra fazer tudo. Aí ela falou “se você arrumar você pode mudar”. Aí eu dei uma arrumada lá, o básico mesmo, e vim. É melhor eu ir do jeito que está do que ficar devendo aluguel. E chegou uma hora que tinha mês que eu não tinha tudo pra dar. O dono era legal, aí eu dava mais do que a metade e o restante eu dava no mês seguinte, tinha que pagar o restante e o mês que estava vencendo. Então, estava muito puxado pra mim. E eu agradeço a Deus ela ter aceitado, não só pra mim, mas também pra várias pessoas que estavam também com problema de aluguel.

Em praticamente todos os apartamentos em que eu ia pela primeira vez, os moradores que já haviam se mudado me mostravam todos os cômodos e detalhes das reformas que tinham feito ou as ainda por fazer, bem como eletrodomésticos e móveis que tinham comprado ou ganhado, geralmente de algum parente. Também falavam de todos os gastos empreendidos. Mas o total de apartamentos apresentava diferentes graus de reformas e de acabamento, a depender do dinheiro que cada *família* tinha disponível. A maioria das reformas era realizada por Ricardo, mutirante e pedreiro, e os acabamentos por Otávio.

Mas muitas *famílias* justificavam o fato de ainda não terem se mudado por total falta de recursos para realizar a reforma. A existência de muitos apartamentos ainda vazios levou a uma série de riscos, principalmente a venda dos apartamentos pelas *famílias* e a invasão de não mutirantes.

Em relação à venda, isso era algo não apenas ilegal como moralmente repreensível. Apenas três famílias mostraram interesse em vender em uma assembleia, o que acirrou os ânimos entre Adriana e elas e, com o tempo, as aspirações à venda acabaram desaparecendo. Em relação à assembleia, Adriana considerou uma pena as famílias quererem vender. Segundo ela, além disso não ser permitido, mesmo porque as famílias ainda não têm escritura, as famílias lutaram e trabalharam muito por isso. O certo seria que as vagas de pessoas que desistem “voltem pra Leste I e sejam decididas na reunião do Belém”, mas nesse caso muitos filhos de mutirantes querem morar lá, que deveriam ter prioridade sobre a venda.

Em relação a essa mesma assembleia, muitos mutirantes também se posicionaram e repudiaram interesses dessas *famílias* em vender os apartamentos conquistados com tanta *luta* como querer “ganhar dinheiro” às custas das *famílias*. Segundo Sílvia, além do risco de venda, ainda há o risco de invasão:

Depois de tanta luta, tem gente querendo vender! Luta, luta e não se muda? Então não está precisando. Tem que passar pra quem está precisando. Tem vários apartamentos aí fechados. Adriana estava pedindo se for vir pra arrumar, fazer alguma coisa pra outras pessoas não chegar aí e invadir. Estão vendo aí apartamentão aí bonito, vazio, a pessoa está precisando... Está pronto mesmo, não teve trabalho nenhum...

Não é demais destacar que a titularidade do imóvel no nome da mulher e não do homem é sempre justificado pelo homem não se preocupar com o destino da família e dos filhos e considerar o apartamento como mercadoria. A partir dessas formulações, pode-se sugerir que há uma tensão entre se considerar a casa conquistada como uma dádiva ou como uma mercadoria. Tratar como mercadoria, como uma propriedade a ser vendida é execrável moralmente e enterra toda a *luta* empreendida. Quem faz isso é alguém que não mereceria o apartamento. Ao passo que o apartamento como dádiva pressupõe que ele é uma objetificação de uma série de relações de reciprocidade estabelecidas entre movimento, mutirão e *famílias* que devem ser valorizadas e respeitadas.

Por outro lado, em casos de *famílias* que realmente quisessem vender, ainda que até onde se saiba isso não ocorreu, era preferível que se vendesse para alguém da “família”. A coordenação tendia a considerar principalmente os filhos de mutirantes, mas alguns coordenadores também sugeriram que irmãos e irmãs também fossem preferenciais compradores. Isso era justificado por serem parentes próximos que

conheceriam as regras e aparentemente partilhariam dos mesmos atributos do mutirante.

O risco de invasão foi uma constante mais grave durante toda a obra. Inicialmente para roubo de materiais e depois de invasão dos apartamentos mesmo. Como disse Otávio:

Carlos: E teve muito caso de gente que tentou invadir aqui?

Otávio: Teve, desde o começo aqui sempre... as pessoas sempre vinham, diziam que aqui tinha apartamento, e como é que fazia para entrar, fazia... que não tinha jeito de arrumar um apartamento, a gente sempre com um jogo de cintura falava para os caras “que não, que não tinha não”, apartamento que era mutirão, e as pessoas trabalhavam, as pessoas também lutaram pela área, as pessoas correram atrás desse lugar, desse terreno para poder estar construindo. Então, não tinha nem como, nem que fosse ameaçado ou qualquer tipo de coisa assim, você não teria nem como dizer assim: “Ó, bom, então, fica aí”, porque depois ia sobrar para quem tivesse autorizado.

Mas esse risco de invasão foi se aproximando gradativamente de ser realizado, com visitas de pessoas que perguntavam sobre os apartamentos vazios e chegavam mesmo a oferecer dinheiro para a sua compra. Em uma dessas visitas, oito pessoas foram lá e procuraram por um dos coordenadores. Ele tentou “conversar” com eles. Disse que ali foi construído pelas famílias com muita “luta” e que elas mereciam estar ali. Eles retrucaram que se conseguiram os apartamentos e eles já estavam prontos, e as famílias ainda não tinham se mudado, os apartamentos deveriam ficar com quem realmente precisa. Segundo o coordenador, que me relatou esse ocorrido, teria que “saber conversar” com eles, com calma, mas sem entrar em conflito, uma vez que eles poderiam ser perigosos. Depois disso, ficou instalado um clima de insegurança, de riscos.

Essas visitas foram se intensificando e acabaram por se tornar ameaças cada vez mais agressivas. Após uma dessas ameaças, em uma assembleia, a coordenação pediu para que os mutirantes que ainda não tivessem se mudado, tirassem uma semana para trocar vidros de janelas (muitos já estão quebrados), fizessem limpeza e tentassem se mudar urgentemente.

Algumas famílias se mudaram e o número de apartamentos vazios foi reduzido. No entanto, logo depois houve uma invasão de madrugada. Os invasores pularam o muro e arrombaram os apartamentos vazios. Os relatos sobre esse dia são de muito medo e tensão. Alguns se trancaram nos seus apartamentos, ao passo que

outros mutirantes foram defender apartamentos de amigos e parentes. Em alguns apartamentos. No apartamento de Magda, por exemplo, amigas vizinhas ficaram na frente durante todo o tempo em que os invasores ficaram no Unidos Venceremos e ligaram para que ela viesse imediatamente.

Adriana e Otávio conseguiram negociar com os invasores e receberam um prazo exíguo para que as demais *famílias* se mudassem imediatamente, caso contrário eles voltariam a invadir, mas dessa vez em definitivo. Os dois e mais alguns coordenadores e famílias iniciaram um processo de ligações e idas de carro até os locais onde algumas das *famílias* que ainda não tinham se mudado moravam. Até o fim de semana seguinte, todos os apartamentos já estavam ocupados, mesmo que em condições inadequadas em alguns casos.

A tensão continuou por um tempo e recorrentemente a culpa recaía sobre as *famílias* que demoravam a se mudar e que não valorizava os frutos de suas próprias *lutas*, como afirma Paloma:

Que nem teve esse problema que a gente teve, ela [Adriana] foi atrás das famílias: “Gente, vem, se não você vai perder, muita luta”. Entendeu? Só que isso ela vem falando já de muito tempo. Então, precisa acontecer tudo isso pra família acordar. Então, agora, mais do que nunca, tem que correr. Correr, valorizar.

Nas assembleias após a invasão, Adriana e a coordenação reiteraram a importância das *famílias* estarem presentes e assegurarem o apartamento, bem como de não o venderem.

Outro risco de que todo o processo de luta e mutirão pudesse se tornar em vão, como o fim dos ideais coletivos, ou poderíamos falar, o risco de desfamiliarização do mutirão é uma concepção frequente de que após as *famílias* se mudarem, elas se tornam muito “individualistas”. Adriana se queixava muito disso, mas não só ela, muitos mutirantes também. Certa vez, ela mostrou muita preocupação com mostras de individualismo mesmo antes do término total do mutirão:

Tem gente que quer contratar empresa para administrar o condomínio para quem Adriana costuma dizer “gente, o mutirão não acabou ainda”. Não existe mais aquela união, as pessoas conseguem a casa e ficam individualistas.

Os mutirantes também associam o individualismo ao fim do tempo do mutirão, quando havia mais convivência, conversa e alegria. Há uma certa nostalgia

estrutural desse tempo anterior para o qual houve tanto sofrimento, mas também muita solidariedade, muito apoio mútuo.

De certa forma, o risco do individualismo, de desfamiliarização, é paralelo ao risco de se tratar a casa conquistada como uma simples mercadoria. Todos os esforços de coletivização, ou de familiarização, pressupõem ideias em torno da união, do esforço coletivo e da valorização da *luta* e de seus resultados, de suas conquistas. Elementos esses vistos ao longo da tese e trabalhados nos diferentes níveis analíticos apresentados em relação à Leste I. Vê-se, assim, como as relações, práticas e discursos em torno da ideia de *família*, a partir de sua acentuada polissemia, constituem uma rica chave analítica para se pensar os movimentos de moradia.

CONCLUSÃO

No início desta tese sugeri a importância do termo *família* para uma análise dos movimentos de moradia por uma associação socialmente disseminada entre casa e família. Como esses movimentos lutam por moradia, por habitação, a casa tem uma centralidade para o seu entendimento e, conseqüentemente, as famílias são justamente quem pleiteiam essas casas. Assim, quando se fala em números de famílias que compõem os movimentos, seus grupos de origem e os empreendimentos conquistados, há uma coincidência entre família e casa, são quase sinônimos. Casa essa ou já conquistada ou ainda a ser conquistada, no caso das famílias que ainda estão em processo de luta (nos grupos de origem, por exemplo).

A luta está no sangue, expressão que deu nome a esta tese, sintetiza a série de questões trabalhadas em torno das *famílias* dos movimentos de moradia, especialmente da Leste I. Enunciada por uma mutirante, também ela filha de mutirante (cf. Capítulo 2), a expressão referia-se aos atributos necessários para a *luta por moradia* transmitidos por descendência de mãe para filha, mas também à corporificação desses atributos, desenvolvidos em um longo período de espera, sacrifício, de persistência, de fé e credibilidade.

De um lado sangue, de outro luta. Na interseção dos dois, a compreensão dos diferentes usos, sentidos e efeitos do termo *família*.

O sangue remete a uma das formas de produção de parentesco e, conseqüentemente, de família. É a partir dos arranjos familiares sempre pensados em íntima relação com a casa, que os mutirantes ingressam no movimento com o intuito de obter sua casa própria. A continuidade de sua participação no tempo das reuniões, nas atividades do movimento, na entrada em um mutirão, no tempo do mutirão e os contínuos rearranjos familiares e de moradia que acontecem durante e depois de todo esse processo tem no sangue um ponto de apoio fundamental.

Esta tese seguiu esse eixo temporal de antes do ingresso no movimento até a conquista da casa própria e foi fundamental ter primeiro problematizado as noções dos mutirantes de família e casa, o que permitiu de imediato abandonar qualquer tentação de tratá-las como necessariamente coincidentes e muito menos como unidades fixas.

Se o sangue é fundamental na produção de parentesco e, conseqüentemente, de família, foi possível perceber como a noção de família e os arranjos concretos definidos a partir de seu uso não se limitam a relações de consanguinidade. Há, obviamente, o casamento como um dispositivo central na produção da ideia de família, ainda que ele seja na maioria das vezes indissociável da consanguinidade, uma vez que casar e ter filhos são movimentos quase coincidentes, concebendo-se a família nuclear como espaço de procriação, para a qual a existência de filhos e de descendência também é central.

Por outro lado, no primeiro capítulo tornou-se claro como as famílias não são produzidas apenas por laços de filiação e por casamento, mas também por outras relacionalidades. Práticas de comensalidade, sofrimento conjuntamente, conflitos e solidariedades, afetos, convivência e coabitação também produzem, assim como dissolvem, essas famílias continuamente.

Embora todos esses elementos de produção de famílias ainda não guardem relação com a participação no movimento, por serem a ele anteriores, são fundamentais para se pensar as noções de famílias que perpassam todas as práticas e enunciados que seus integrantes realizam sobre o movimento, ao mesmo tempo em que são fundamentais na atuação do movimento.

Mas se essa *família* pode se engajar no movimento por anos a fio, isso não quer dizer que a família a ser composta é a mesma da prevista inicialmente. Foi possível perceber que os arranjos familiares dos diferentes integrantes dos movimentos influenciam sobremaneira sua participação. É a preocupação com a família, com o destino dos filhos que pode levar alguém a participar. Tanto tempo devotado à participação, pode levar a uma série de conflitos que podem comprometer a unidade familiar. Participar do movimento leva em conta atributos necessários para a luta cuja presença ou ausência produz reputações como o eixo em que em uma das pontas alguém é definido como mais aguerrido, *de luta*, mais interessado e, na outra, mais acomodado, preguiçoso. Esses atributos e rearranjos têm nas distinções de gênero um apoio fundamental, já que as mulheres são consideradas portadoras privilegiadas dos atributos de luta, ao mesmo tempo em que estão mais sujeitas a ciúmes e reprovações por seus maridos do que o contrário.

As relações familiares importam na participação das *famílias*, assim como de seus coordenadores, e são responsáveis pela continuidade ou desistência de uma *família*, mas também pela continuidade do movimento, uma vez que filhos e filhas de

mutirantes também apresentam uma tendência a participar do movimento, por partilharem atributos da *luta no sangue*.

Mas embora essas pessoas se reconheçam e sejam reconhecidas como *famílias* no interior do movimento, o sentido do termo não se restringe a esse, nem apenas a com quem ela vai morar. Fala-se sempre de família para se referir a pessoas com quem se compartilha laços de consanguinidade e afinidade ou aquelas outras relacionalidades citadas logo acima. Assim, família pode ser o conjunto de residentes da unidade habitacional a ser adquirida, mas também incluir pais, irmãos ou mesmo pessoas com quem se desenvolva relações de afeto e proximidade, que são tratados “como uma família”, ainda que residentes em casas diferentes.

Se as famílias são produzidas por toda essa série de relacionalidades mesmo anteriores e externas ao início da luta pela casa própria, o movimento também produz famílias. Quando uma pessoa se cadastra no movimento ela passa a ser imediatamente identificada como uma *família*. E é a participação no grupo de origem, na Leste I e mesmo nas ações da UMM que a caracterizam assim. Mas mais do que isso, a partir do seu cadastro, independente de seus arranjos familiares e habitacionais anteriores, há uma definição de que família será produzida após o atendimento, ou seja, quantas e quais pessoas irão compor a nova unidade habitacional a ser adquirida.

O movimento, ou melhor, suas lideranças e coordenadores, precisa empreender uma série de ações e discursos para organizar e mobilizar essas *famílias* que lutam pelo sonho da casa própria. Nesse sentido, eles estão produzindo famílias, que devem ter atributos de luta e moralidades necessários e valorizados para a luta, que as dotam de uma reputação enquanto merecedoras de conquistarem sua casa.

Quando as *famílias* ingressam no movimento, elas passam a estar sujeitas a um sistema de pontuação, que mede sua participação para que consigam a casa própria. Nesse momento, ela passa a estar sujeita a uma série de mecanismos subsumidos no termo *política*. É à *política*, que corresponde a saberes, relações entre agentes e coletividades dos mais diversos, práticas de oposição e composição e fundamentalmente a *lutas* mais amplas, que se articulam os desejos da casa própria. As *famílias*, aqui correspondentes a seus representantes que participam das reuniões e das atividades do movimento, devem ter uma participação mais politizada e perceber que a simples conquista da casa própria se insere em relações e questões muito mais vastas e diversas para a qual sua participação é fundamental.

Por outro lado, por mais que a Leste I seja uma coletividade anterior ao ingresso dessas *famílias*, esse movimento também é continuamente produzido por elas. Para todas as suas ações, são necessárias as *famílias*. Não só porque elas definem *demandas* de projetos de moradia a serem reivindicados pelo Estado e produzidos via mutirão com autogestão. Outras atividades do campo da *política* também precisam ter apoio, ter base, pessoas na rua, como processos eleitorais, reivindicações por programas habitacionais etc. As famílias dos movimentos são assim parte fundante da *força política* dos movimentos.

Também os mutirões são geridos por essas famílias. Por mais que haja hierarquizações entre coordenadores, assessoria técnica e técnicos sociais, de um lado, e famílias, do outro, a participação dessas famílias é fundamental para o resultado da *conquista*. Os conflitos durante o tempo do mutirão e várias outras de suas práticas serão muito permeadas pelas ações das famílias e por suas perspectivas a respeito do processo de obra e das ações do movimento.

O movimento ainda é produzido pelas *famílias* em mais um sentido. Para a sua reprodução e continuidade, é preciso que ele tenha *credibilidade*, *seriedade* e mostre competência em obter *conquistas* em grande número e com boa qualidade arquitetônica. E é justamente o público formado de *famílias* que a todo o tempo conversa e avalia os resultados das ações do movimento que será responsável pelas reputações atribuídas a ele.

Ainda é preciso destacar que mesmo as famílias a serem constituídas após o término do mutirão passam por contínuas redefinições. Quando se ingressa no mutirão, dá-se origem a novas relações, assim como a sofrimentos enormes, mas também a momentos de maior união e de coletivização. De certa forma, nesse momento é quando se criam novas famílias, em que há uma familiarização dos mutirantes, sempre sujeita a solidariedades, mas também a conflitos. Assim como há pequenas familiarizações entre amigos e vizinhos. A participação no mutirão produz, portanto, relacionais que levam a contínuos processos de refamiliarizações, em que há divórcios, casamentos, aproximações e afastamentos não só entre as famílias, mas internamente a cada uma delas e entre elas e o movimento e a assessoria técnica e a equipe do Trabalho Social, responsáveis pela gestão da obra.

O termo *família*, assim, adquire uma multiplicidade de sentidos e de usos. Ela corresponde a uma série de unidades, situacional e processualmente apreensíveis, mas cujas fronteiras raramente são discerníveis. Ela se refere principalmente à unidade

habitacional adquirida por meio do movimento, mas também à pessoa que mais participa e a todos esses arranjos de familiarizações, desfamiliarizações e refamiliarizações.

Portanto, foi possível perceber que família, mas do que um termo polissêmico que é continuamente ressemantizado, corresponde também a arranjos concretos que estão em contínua mudança, que nunca são estanques e estáveis, ou seja, há também uma acentuada mutabilidade morfológica de família.

Todas essas afirmações sobre *família* e sua acentuada polissemia seriam impossíveis de serem apreendidas se fosse desconsiderado o fato de que é a luta pela casa própria que move todos essas dinâmicas de produção, dissolução e rearranjos familiares. Portanto, ainda é necessário que se faça aqui uma sistematização de algumas reflexões sobre *casa*.

Assim como *família* é produzida de várias maneiras, também pode-se dizer que a casa é reiteradamente produzida e continuamente ressignificada a partir de vários fatores. É claro que ela é definida muito em função de sua materialidade: de suas estruturas físicas, de sua localização e de suas dimensões e condições de abrigar bem ou mal mais ou menos pessoas, de seus valores monetários etc. Mas ela também é definida por uma série de ideias, pessoas e relações.

Ela pode ser um espaço provisório (casa de parentes, amigos, casa de aluguel) da qual se quer urgentemente sair desde que se tenha condições para tanto. Nesse sentido, ela representa um sonho a ser realizado, para o qual o ingresso no movimento pode ser uma das únicas opções. A casa também é definida por uma série de ideias em torno de autonomia, liberdade, privacidade, oferta de melhores condições de vida. As pessoas que nela moram ou que por ela transitam também a definem, assim como os que mesmo nela residindo não se sentem pertencentes à ela, como no caso dos mutirantes que vieram de outras localidades e residiram com parentes.

A casa participa de configurações de casas, articulando-se a várias outras casas a partir de relações de reciprocidade e afetividade, constituindo uma complexidade do ato de se morar e de se conviver muito maior do que a observação de uma casa isoladamente poderia supor. Ou seja, os sentidos de casa não se limitam à materialidade de uma casa específica, assim como não é coincidente a apenas uma família. Uma casa pode ser assim apenas uma parte de uma família estendida ou mesmo comportar mais de uma família.

Mas uma dimensão sobre casa, fundamental para a discussão sobre movimentos de moradia nesta tese, é que ela é muitas vezes concebida como um fim, um resultado pretendido pelas *famílias* que ingressam no movimento. Não por acaso, o eixo temporal a partir do qual se montou a tese poderia levar à suposição de que toda a *luta* das famílias teria uma linearidade definida e encerrada com a conquista da casa. Nesse sentido, ela seria o resultado, a materialização de uma finalidade atingida. Esse resultado seria alcançado não só como consequência das ações das *famílias*, como também da *política*, do *movimento*, da *luta*, de muito *sacrifício*. No entanto, a casa conquistada não é um fim em si mesmo. A partir do momento que uma família a conquista, novos arranjos familiares passam a acontecer, ela passa a participar de configurações de casas em que uma mesma família se distribui em várias casas, que dificilmente se enquadram numa sobreposição entre família atendida e casa conquistada. Ela pode ser cedida a parentes, pode-se nela morar por pouco tempo, sair e depois retornar. Ao mesmo tempo, há sempre o risco para a luta do movimento que tudo tenha sido em vão e se venda a casa ou que ela seja invadida.

Outra forma de produção da ideia de família é ocasionada pela ação do Estado, ou melhor, o conjunto de atores e instituições estatais com os quais os movimentos de moradia interagem. Ainda que também tenhamos visto que o Estado produz essas famílias de várias formas, a partir de aparatos legais, dos seus burocratas, de diferentes interpretações em seu interior do que é família e de relações pessoais travadas com os movimentos e suas famílias.

O Estado tem uma importância fundamental na gestão e produção dessas *famílias*, afinal de contas é ele o responsável pelo financiamento das obras e pelas políticas públicas habitacionais de estabelecimento dos padrões de desenvolvimento dos mutirões e, conseqüentemente, da casa a ser adquirida. Na chave estatal, é a unidade habitacional produzida que define família, ainda que atualmente o termo abarque uma multiplicidade de realidades concretas, uma variedade de arranjos domésticos, inclusive solteiros e solteiras, em um sentido muito mais amplo do que anteriormente.

Nesse sentido, os movimentos acabam atuando como intermediários entre o Estado e as *famílias* na produção de moradia. E o tipo de casa, ou de apartamento, é definido a partir de exigências e limites estatais, mas também a partir das potencialidades que a autogestão tem de barateamento de custos e dos projetos desenvolvidos pelas assessorias técnicas. No entanto, a moradia produzida tem

limitações físicas, tem geralmente um modelo único de arranjo espacial que não é pensado para acomodar e se adaptar aos diferentes arranjos domésticos das *famílias*.

Houve a exceção do mutirão Paulo Freire, cuja estrutura física permitia uma maior variabilidade de rearranjos físicos e espaciais dos seus apartamentos de acordo com os desejos das *famílias*. Mas mesmo quando se trata de uma planta única, com divisão fixa de cômodos, a casa não pode ser pensada apenas por sua materialidade, mas como a objetificação de ideias, pessoas e relações que dotam essa casa adquirida de múltiplos usos e sentidos, ao mesmo tempo em que depois do atendimento, nem sempre a ideia de família estará restrita à casa.

Porém, há uma predominância nas políticas públicas de se fazer essa associação entre família e casa, o que se por um lado não corresponde ponto por ponto a realidades concretas, por outro, traz uma outra perspectiva de análise que é a triangulação entre casa, família e vida. Vimos, ao longo da tese, que a ideia de *vida* está intimamente relacionada à casa e à família.

O casamento, ter filhos, constituir família, com quem morará separadamente de outros integrantes da família estendida, são processos entendidos como correspondentes a “ter sua vida” ou “seguir sua vida”. É justamente com o objetivo de ter uma *vida* melhor para si ou para sua família que muitas pessoas ingressam no movimento e nele continuam. A própria participação no movimento e no mutirão corresponde a uma parte importante da *vida*, seja de sofrimento, seja de união e felicidade. A *vida*, portanto, é associada à casa, às trajetórias familiares, e não deixa de ter um caráter biológico de reprodução familiar e de condições existenciais.

Por outro lado, a centralidade da vida na relação entre casa e família também é evidenciado pelo Estado no próprio nome da política pública intitulada *Minha Casa Minha Vida* para o atendimento habitacional de famílias.

Assim, a articulação entre o Estado e os movimentos acaba gerindo a *vida* dessas pessoas a partir da casa e da realização da moradia digna. Nesse sentido, podemos dizer que, no sentido foucaultiano (2008b), as políticas habitacionais correspondem a uma forma de biopolítica.

Foi importante, nesse sentido, resgatar a importância de família para pensar as relações entre os poderes públicos e movimentos sociais, uma vez que família serve de mediação entre esses dois polos. Mas, mais do que isso, há um governo dessas famílias realizado tanto pelos movimentos de moradia como pelo Estado. O primeiro se preocupa em normalizar e gerir moralmente essas famílias, organizando-as e

mobilizando-as para garantir seu atendimento. Interessante notar que ao mesmo tempo que criticam o chamado “governo”, não prescindem dele; suas práticas políticas de visar o atendimento das famílias são quase complementares às ações estatais ou preenchem o papel que este deveria exercer como responsável ideal pela vida dessas famílias. Há, dessa forma, uma combinação entre esse governo feito pelos movimentos e o governo do poder público, que gere essas famílias no contexto mais geral de uma gestão da população, das questões urbanas e habitacionais da cidade de São Paulo.

Por outro lado, se há uma dupla captura dos sentidos de família e de casa pelo Estado e pelo movimento no atendimento habitacional, há sempre linhas de fuga de arranjos familiares e de ideias e realidades sobre a nova casa que muitas vezes não se enquadram perfeitamente nos objetivos propostos pelo Estado ou mesmo pelo movimento.

Se a centralidade analítica em torno das *famílias* revelou novas percepções possíveis a respeito dos movimentos de moradia e do Estado, o mesmo pode ser dito sobre a complexificação dos elementos subsumidos pelo termo *política*. Pode-se afirmar que é ao conjunto heterogêneo de relações, saberes, práticas e discursos contemplados por esse termo que a maior parte da bibliografia sobre movimentos de moradia se dedica. Vimos como a linguagem de direitos, cidadania e democracia e as relações com o Estado estão nesse campo, assim como o conhecimento e combate a segregações socioespaciais, reivindicações por políticas públicas e suas readequações e implementações, disputas eleitorais, as experiências de autogestão habitacional e uma série de outros elementos historicamente pesquisados pela bibliografia desde pelo menos os anos 1970.

No entanto, em vez de se partir desses conceitos e dessas análises mais gerais sobre todos esses processos, perseguir os usos e sentidos de família na produção desta etnografia revelou novos olhares possíveis para a *política*.

Por um lado, a *política* e as perspectivas das *famílias* em torno do vocabulário próprio à família, ao parentesco, as avaliações morais e as reputações podem parecer duas perspectivas de análise sobre os movimentos de moradia irreconciliáveis. Partindo dessa premissa, vimos como muitas vezes quando se ilumina a *política* (como no capítulo 3 em relação ao processo eleitoral do CMH) se obscurece as *famílias* como sujeitos dos movimentos, assim como suas perspectivas sobre a casa. O mesmo pode acontecer em sentido inverso. Muitas vezes parece haver um jogo de luz

e sombras em que *política* e o simples desejo de se conseguir a casa nunca aparecem no mesmo plano descritivo e analítico.

Mas por outro lado, vimos como essas dimensões são sim possíveis de serem analisadas conjuntamente, trazendo uma maior complexidade tanto para perspectivas aparentemente menos políticas e institucionais das *famílias* como para a suposta ausência de subjetividades, moralidades, reputações e atributos no mundo da *política*.

Isso é constatado pelo conjunto de descrições etnográficas nesta tese que demonstraram como o plano da *política* e a obtenção de casas devem dialogar sempre. Um retroalimenta o outro e são indissociáveis tanto para conquistas pontuais de casas como para *lutas* mais abrangentes por uma sociedade e por cidades mais justas e igualitárias. Os coordenadores do movimento devem estimular a politização das *famílias* para que compreendam que a *política* é importante para a obtenção de casas. Ao passo que mesmo as relações entre lideranças e coordenadores, entre diferentes movimentos e entre lideranças e o Estado também são permeadas por avaliações morais, por produções e dissoluções de reputações e dadas pela atuação das *famílias* da base.

Outro enfoque trazido pela tese foi em relação às constantes tensões entre união e conflitos, coletivização e individualização, hierarquias e igualdades, autogestão como a produção de habitação isolada ou em relação ao seu entorno territorial, dentre outras. A etnografia também revelou como as relações sociais no interior do mutirão não se inscrevem apenas numa perspectiva *política*, mas são regidas por ideias e práticas em torno de convivência, de se saber conversar, de relações de parentesco, afetivas e domésticas na produção de famílias para solucionar conflitos e regular distâncias sociais.

Em vez de se analisar os movimentos de moradia e os mutirões a partir de conceitos como cidadania, direitos e democracia, que em geral sempre pressupõem idealizações e avaliações sobre como os movimentos de moradia devem ser e agir, quais seus alcances e limites, a descrição etnográfica atenta aos processos em ato, tal como ocorrem, mostrou como eles são mais dinâmicos e incapazes de serem apreendidos apenas por esses conceitos ou de serem facilmente classificáveis e tipologizados.

Tudo se passa como se todas essas relações visíveis a partir das *famílias*, mas costumeiramente invisibilizadas pela bibliografia, constituíssem socialidades que orientam a ação do movimento e contribuem para sua compreensão. Se a união de

uma família é um ideal a ser seguido, o mesmo ocorreria em relação ao movimento e ao mutirão. Mas essa união deve ser a todo tempo trabalhada e problematizada pelos integrantes dos movimentos e dos mutirões e sempre está sujeita a conflitos de toda ordem. Como a *família*, independente de seus arranjos familiares e domésticos, tem dificuldade de obter sua casa, ela vai se familiarizar em conjunto com os outros integrantes do movimento, em que a solidariedade e o apoio mútuo contribuirão para que todos conquistem sua casa, em uma espécie de igualdade, mais ideal do que real, mas sempre acionada discursivamente.

Se a partir das *famílias*, mas também a partir das suas relações com os coordenadores, foi possível perceber atributos, moralidades e reputações em jogo, essas relações também perpassam a própria concepção a respeito do movimento, de outros movimentos de moradia, bem como do próprio Estado. Em vez de compreender, portanto, os movimentos de moradia em suas relações com o Estado e pela luta por moradia apenas a partir de conceitos como cidadania, direitos e democracia, ou pensar grandes questões urbanísticas, políticas e sociológicas em torno de moradia popular nas periferias de São Paulo, vimos como essas questões se articulam às práticas e discursos das *famílias* e coordenadores em uma chave de avaliações morais, atributos pessoais e coletivos, bem como de uma contínua política de reputações que levam à conquista da casa própria e à necessidade de *luta* incessante para dirimir o acentuado déficit habitacional na cidade de São Paulo.

A tese demonstrou variações de sentidos de *família*, assim como de *casa*, de Estado ou *governo*, de *política*, de *movimento de moradia*. Como também a própria configuração concreta, a morfologia dessas famílias, da casa, do Estado e dos movimentos de moradia são contínua e mutuamente produzidas.

Se os sentidos de *família* e os diferentes arranjos familiares e habitacionais podem ser impostos pelo Estado, diferentes formas de família também se impõem a definições estatais, levando a uma própria redefinição do que é família e Estado. Todo esse processo complexo e múltiplo de atendimento habitacional se realiza e se produz num campo de disputa, que não se encerra em atendimentos específicos, mas continua a reverberar nas ações e configurações do Estado e das famílias.

Os caminhos analíticos aqui sugeridos e desenvolvidos sobre essa mútua constituição de famílias e Estado podem ser ampliados e não se restringir apenas a pesquisas sobre movimentos de moradia e de movimentos sociais em geral, mas trazer contribuições para análises de como o Estado gere sua população, uma vez que para

muitas das políticas públicas, mas também para ações estatais das mais variadas, *família* é uma categoria de intervenção estatal, mas que nunca pode ser aprisionada a definições apriorísticas, ao mesmo tempo em que suas realidades concretas levam a contínuas redefinições das ações estatais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Elenira Arakilian. *Teia de relações da ocupação do edifício Prestes Maia*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP, 2010.

ALMEIDA, Mauro. “Redescobrimo a família rural”. *RBCS* 1 (1):63-83, 1986.

ALMEIDA, Ronaldo; D’ANDREA, Tiaraju; DE LUCCA, Daniel. “Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 82, PP. 109-130, 2008.

ARAVECCHIA, Nilce Cristina. *Da luta pela terra urbana à luta pelo direito à cidade: a militância política desafia o conhecimento técnico*. Dissertação de Mestrado. São Carlos, SP: Escola de Engenharia de São Carlos-USP, 2005.

AVRITZER, L. e NAVARRO, Z. (org.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

BAIERLE, S. G. *Um novo princípio ético político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, 1992.

BAILEY, F. G. (ed.). *Gifts and poison: the politics of reputation*. Oxford: Basil Blackwell, 1971.

BARAVELLI, J. E. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo. Das cooperativas Fucvam à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BAUMAN, Richard. *Story, performance and event. Contextual studies of oral narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

BLIKSTAD, Karin. *O agir coletivo nas interfaces da sociedade civil e do sistema político: o caso da atuação do movimento de moradia de São Paulo sobre a política*

pública de habitação. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Unicamp, 2012.

BLOCH, Janaína Aliano. *O direito à moradia: um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 2007.

BONDUKI, Nabil . *Habitação e Autogestão: Construindo Territórios de Utopia*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

_____. *Origens de habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. *Pioneiros da Habitação Social - Volume 1 - Cem anos de construção de política pública no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp e Edições SESC, 2014a.

BONDUKI, Nabil; KOURY, A. P. *Pioneiros da Habitação Social - Volume 2: Inventário da Produção Pública 1930-1964*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp e Edições SESC, 2014b.

BOURDIEU, Pierre. “O espírito da família”. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas-SP: Papirus, 1996.

BRANDÃO, Carlos R. “Parentes e Parceiros”. In: Antonio Augusto Arantes et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

CACCIA BAVA, Sílvio. *As ocupações de terra e a Igreja em São Paulo 1981-1985*. Coleção Cadernos CEDEC no. 13. São Paulo, 1988.

CALDEIRA, Tereza P. R. *A política dos outros*. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Ed. 34, 2000.

CARDOSO, Ruth. “Movimentos sociais na América Latina”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 1, 1987.

_____. “Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico”. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil Pós 64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. “A trajetória dos movimentos sociais”. In: Evelina Dagnino (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARSTEN, Janet (ed.). *Cultures of relatedness. New approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CARSTEN, J. & HUGH-JONES, Stephen (orgs.). *About the house. Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CAVALCANTI, Gustavo C. V. *Uma concessão ao passado: a trajetória da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 2006.

COMERFORD, John C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. “Platô 9: 1933 - Micropolítica e Segmentaridade”. In: *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia* Vol 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

DIAS DE ANDRADE, Inácio C. *Movimento social, cotidiano e política: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2010.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª. Ed., 1986.

DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para a cidade*. São Paulo, Ática, 1973.

_____. “Movimentos sociais: a construção da cidadania”. In: *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004a.

_____. “A família operária: consciência e ideologia”. In: *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004b.

EDWARDS, Jeanette. *Born and Bred*. Idioms of kinship and new reproductive technologies in England. Oxford: Oxford University Press, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. e FORTES, Meyer. “Introdução”. In: E. E. Evans Pritchard e M. Fortes (org.). *Sistemas Políticos Africanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981 [1940].

EVERS, T. “Identidade: a face oculta dos movimentos sociais e participação política”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, p. 11-23, abr. 1984.

FARAGE, Nádia. “Instruções para o presente: os brancos em práticas retóricas Wapishana”. In: Albert; Ramos (org.). *Pacificando o branco. Cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial/IRD, 2002.

FELTRAN, Gabriel S. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.

_____. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP/CEM, 2011.

FERREIRA, Regina F. C. F. *Autogestão e habitação: entre a utopia e o Mercado*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

FILADELFO, Carlos. *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. Dissertação

(Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 2009.

_____. “A construção do centro de São Paulo como arena política dos movimentos de moradia”. *Ponto Urbe*. Revista no Núcleo de Antropologia Urbana da USP, no. 6, agosto de 2010.

_____. “Cotidiano e política da luta por moradia no centro de São Paulo”. *Revista Antropolítica*, n. 36, p. 149-178, Niterói-RJ, 1o. semestre de 2014.

FONSECA, Claudia. *Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

FORTES, Meyer. “O ciclo do desenvolvimento do grupo doméstico”. Brasília: Editora Universidade de Brasília (Cadernos de Antropologia 6), 1974. 32p.

FÓRUM CENTRO VIVO (org.). *Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas. Dossiê de denúncia*. São Paulo, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

_____. “O Sujeito e o Poder”. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. “A ética do cuidado de si como prática da liberdade (1984)”. In: *Ditos e escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pgs. 264-287, 2004.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Editora Graal (16ª. Edição), 2005.

_____. “Governamentalidade”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008a.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GARCIA, Afrânio & HEREDIA, Beatriz. “Trabalho familiar e campesinato”. *América Latina*, ano 14, n. 1-2, jan./jun. 1971.

GELL, Alfred. “Strathernograms, or, the semiotics of mixed metaphors”. In: *The Art of Anthropology. Essays and Diagrams*. London/New Brunswick: The Athlone Press, 1998.

GOLDMAN, Márcio. “Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus”. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, p. 57-94, 2001.

_____. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GONÇALVES, Andrea Leoncini et al. *O povo constrói a casa, o povo constrói a história*. Movimento Sem Terra Leste I. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1990.

HERZFELD, Michael. *Intimidade cultural: poética social no Estado-Nação*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008.

HIRATA, Francini. *A luta pela moradia em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Unicamp, 2008.

IFFLY, Catherine. *Transformar a metrópole – Igreja católica, territories e mobilizações sociais no Brasil, 1970-2000*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LAGO, Luciana C. (org.) *Autogestão habitacional do Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2012.

LIPSKY, Michael. *Street-level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services*. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LOERA, Nashieli Rangel. *Tempo de acampamento*. Tese de doutorado. Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, 2009.

MARCELIN, Louis H. *L'Invention de la famille afro-américaine: famille, parenté et domesticité parmi les noirs du Recôncavo da Bahia*, Brésil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1996.

MARQUES, Eduardo; SARAIVA, Camila. “As políticas de habitação social, a segregação e as desigualdades sociais na cidade”. In: *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MARQUES, E. e TORRES, H. (Org.). *São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social*. São Paulo: Ed. Senac, 2005.

MIAGUSKO, Edson. *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 2008.

MIDDLETON, Jonh e TAIT, David (eds.). *Tribes without rulers. Studies in African Segmentary Systems*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1958.

MINEIRO, Edilson; RODRIGUES, Evaniza. “Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In: Luciana C. Lago (org.) *Autogestão habitacional do Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2012.

MOREIRA, Fernanda Accioly. *O lugar da autogestão no Governo Lula*. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Habitat). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009

NEUHOLD, Roberta dos Reis. *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de móveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 2009.

NEVES, Delma P. “Nesse terreiro, galo não canta. Estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda”. *Anuário Antropológico* 83. Fortaleza: Edições UFC. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. “A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 2, p. 3-82, 1972.

OLIVEIRA, Nathalia Cristina. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Dissertação de mestrado. Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Unicamp, 2010.

PALMEIRA, Moacir e ALMEIDA, Alfredo W. B. *A invenção da migração. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1977.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (org.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

PALMEIRA, Moacir e BARREIRA, César (org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

PATERNIANI, Stella. *Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência*. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp, 2013.

PISCITELLI, Adriana. *Jóias de família: gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

RIZEK, Cibele; BARROS, Joana da S. “Mutirões autogeridos: construindo e desconstruindo sociabilidades”. In: Heitor Frúgoli Jr.; Luciana Teixeira de Andrade e Fernanda Arêas Peixoto (org.) *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp, 2006.

RODRIGUES, Evaniza 2013 “A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia” Dissertação mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo.

ROLNIK, Raquel, *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fapesp; Studio Nobel, 1997.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, José V. T. Dos. *Colonos do Vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SCHNEIDER, D. *A Critique of the Study of Kinship*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1984.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.

SILVEIRA, Renata Ferreira. *Autogestão e Geografia: os territórios no viés das resistências*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2011.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

SMITH, R. T. “The matrifocal family”. In: J. Goody (ed.) *The Character of Kinship*. Cambridge/London/NY/Melbourne: Cambridge University Press, 1973.

SPRANDEL, Marcia Anita. “Algumas observações sobre fronteiras e migrações”. São Paulo: *Ciência e Cultura*, vol. 65, n. 1, jan. 2013.

STOLCKE, Verena. “A Família que não é Sagrada”. In: Antonio Augusto Arantes et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

STRATHERN, Marilyn. “Self-Interest and the Social Good: Some Implications of Hagen Gender Imagery”. In: ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet (ed.). *Sexual Meanings. The Cultural Construction of Gender and Sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

TATAGIBA, Luciana. “Relação entre movimentos sociais e instituições políticas na cidade de São Paulo: o caso do movimento de moradia”. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (orgs.) *São Paulo: novos percursos e atores*. São Paulo: Editora 34, 2011.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Cláudia. “O papel do CMH na política de habitação em São Paulo”. In: SANTORO, P.F.; CYMBALISTA, R.; TATAGIBA, L. e TEIXEIRA, A.C. *Habitação: controle social e política pública*. São Paulo: Instituto Polis, 2007.

TATAGIBA, Luciana; BLIKSTAD, Karin. “‘Como se fosse uma eleição para vereador’: dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo”. *Lua Nova*, n. 84, PP. 175-217. São Paulo: 2011.

TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A. “Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo”. *Opinião Pública*, 2012, vol. 18, nº 2, p. 399 - 426.

TEIXEIRA, A. C.C. e TATAGIBA, L. *Movimentos sociais e sistema político: os desafios da participação*. São Paulo: Polis/PUC-SP, 2005.

TRINDADE, T. *Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado. Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, 2014.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil, São Paulo, Studio Nobel, 1998.

WAGNER, Roy. "Are There Social Groups in the New Guinea Highlands?". In: Leaf, Murray J. (ed.) *Frontiers of Anthropology: An Introduction to Anthropological Thinking*: 95-122. New York: D. Van Nostrand Company, 1974.

WOORTMAN, Klaas. "Casa e Família Operária". *Anuário Antropológico* 80. Fortaleza/Rio de Janeiro: Edições da UFC/Tempo Brasileiro, 1982.